

IV Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 Outubro 2005

DOS CONTADORES DE HISTÓRIAS À LITERATURA CONTEMPORÂNEA:
a língua portuguesa em TIMOR-LESTE

com o apoio da Câmara Municipal de Bragança

Portugal

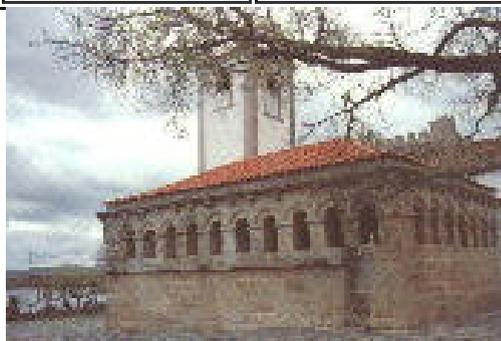
LENDA DA TORRE DA PRINCESA

Quando a cidade de Bragança era ainda a aldeia da Benquerença, existia uma princesa bela e órfã que vivia com o seu tio, o senhor do Castelo. A princesa tinha-se apaixonado por um jovem nobre e valoroso, mas pobre, que também a amava, e que tinha partido para procurar fortuna, prometendo só voltar quando se achasse digno de a pedir em casamento. Durante muitos anos a princesa recusou todas as propostas de casamento até que o tio resolveu forçá-la a casar-se com um nobre cavaleiro seu amigo. Quando a jovem foi apresentada ao cavaleiro decidiu contar-lhe que o seu coração era do homem por quem esperava há 10 anos, o que encheu de cólera o tio que resolveu vingar-se. Nessa noite, o senhor do Castelo disfarçou-se de fantasma e entrando por uma das duas portas dos aposentos da princesa, disse-lhe que esta seria condenada para sempre se não acesse a casar com o cavaleiro. Quando estava a ponto de a obrigar a jurar por Cristo, a outra porta abriu-se e, apesar de ser de noite, entrou um raio de sol que desmascarou o falso fantasma. A partir de então a princesa nunca mais foi obrigada a quebrar a sua promessa e passou a viver recolhida numa torre que ficou para sempre como a Torre da Princesa. As duas portas ficaram a ser



conhecidas pela **Porta da Traição** e **Porta do Sol**. A Língua Portuguesa, diariamente *atraiçoada*, vê uma *Porta do Sol* nos Colóquios Anuais da LUSOFONIA que a Câmara Municipal de Bragança apoia desde 2003.

 Angola	 Brasil	 C. Verde	 Galiza	 Guiné-Bissau
 Macau	 Moçambique	 Portugal	 S. Tomé	 Timor Leste





4º Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 Outubro 2005 Bragança, Portugal

Comissão Executiva, CHRYS CHRYSTELLO

Telemóvel: (+ 351) 91 9287816 E-fax + (00) 1 630 563 1902

E-mail: lusofonia@sapo.pt Página net <http://LUSOFONIA2005.com.sapo.pt>

Após o sucesso da anterior edição, decidimos manter a aposta cultural na realização deste importante evento anual que este ano (*3 a 5 de Outubro 2005*) contará com o apoio da **Câmara Municipal de Bragança**. Uma das razões preponderantes para organizarmos um **4º Colóquio Anual Internacional da Lusofonia** em Bragança, Portugal, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras.

Subordinada ao título **DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA**, o Colóquio da Lusofonia 2005 irá ter como tema central o problema da **Língua Portuguesa em Timor-leste**: como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projectos e perspectivas presentes e futuras. Ainda em debate estarão os problemas da Tradução como forma de perpetuar e manter a criatividade da Língua Portuguesa nos quatro cantos do mundo.

Igualmente se irão manter as actividades paralelas como a Mostra de Artesanato e a Mostra de Livros, a que se acrescentarão em 2005 Exposições e Concursos de Fotografia, Pintura e Escultura, o que só vem demonstrar a vitalidade e a – cada vez mais lata – abrangência destes Colóquios.

“O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade”, defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro **Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional**.

A língua portuguesa " *tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas*" e é tanto mais plausível porque "o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense" e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial "não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico". "O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Díli", afirma Hull. "A juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender" a língua portuguesa.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professor Dr. LUÍS CANOTILHO, IPB (Instituto Politécnico de Bragança)

Dra. HELENA CHRYSTELLO, Universidade Aberta (Porto) EBI Maia (S. Miguel, Açores),

Dr. CHRYS CHRYSTELLO, UTS (Australia Council, University of Technology Sydney), Austrália

Dr. JOÃO CARAVACA, Universidade Católica (Porto)

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr. CHRYS CHRYSTELLO, Australia Council, UTS Sydney

Dra. ISABEL LOPES, Vereadora da Cultura, Ensino, Turismo, Desporto e Acção Social da CMB

Dr. ELEUTÉRIO ALVES, Director do Departamento Sociocultural da CMB

SECRETARIADO E APOIO LOGÍSTICO

DIVISÃO DE CULTURA DA CMB

VOLUNTÁRIOS — Alunos do IPB

I. A. - TEMAS DO 4º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA:

- Literatura oral – Línguas e sentidos
- Língua Portuguesa em Timor-leste
 - 2.1 *Como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes – Análise da situação,*
 - 2.2 *Desenvolvimento nos últimos cinco anos,*
 - 2.3 *Projectos e perspectivas presentes e futuros*
- Estudos de Tradução:
 - À busca de ferramentas para Tradutores
 - Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa
 - O Ensino da Tradução e a Tradução no Ensino

Objectivos:

As línguas não mudam em bloco como a sociolinguística tem mostrado nas últimas décadas, uma língua, um dialecto, mesmo um idiolecto não são homogéneos, mas comportam variedades internas que são parte integrante do sistema. Se o objecto da linguística histórica é a mudança linguística, o objecto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente.

Conhecer a Literatura Timorense, incluindo o problema das origens, para perceber globalmente a sua evolução e principais momentos de inovação. Compreender o papel histórico desempenhado pelos intelectuais e políticos timorenses. Extrair conclusões sobre os conflitos e respectivos desenlaces da História. Conhecer as principais linhas de rumo da literatura timorense no período pós-independência.

A explosão das novas tecnologias permitiu criar preciosos instrumentos de apoio à tradução. Graças a eles, o tradutor torna-se cada vez mais eficaz, melhorando o seu trabalho simultaneamente em qualidade e rapidez. As tarefas de coordenação ou o trabalho em equipa que caracterizam a profissão de tradutor são igualmente simplificados mediante a colocação em rede de competências.

I. B. - INSCRIÇÕES E DATAS

1. INSCRIÇÕES E DATAS:

1.1. ORADORES COM COMUNICAÇÃO, DENTRO DO PRAZO	€ 30.00
1.2. ORADORES COM COMUNICAÇÃO, FORA DO PRAZO	€ 40.00
1.3. PRESENCIAIS (PARTICIPANTES sem comunicação) pagamentos até 1 Agosto 05	€ 20.00
1.4. PRESENCIAIS (PARTICIPANTES sem comunicação) pagamentos após 1 Agosto:	€ 25.00

2. DATAS LIMITES

2.1. Data limite de envio de propostas de trabalho a apresentar:	15 Julho 05
2.2. Comunicação de aceitação de oradores:	1 Agosto 05
2.3. Data limite de recepção de trabalhos finais pronto para publicação	15 Set.º 05

I. C. - INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO

- Importante:** Deve enviar o **trabalho completo a apresentar/publicar ou por correio electrónico/disquete/CD** para o Comité Científico/Secretariado no caso de pretender que seja incluído nas ACTAS -CD.
Caso os trabalhos não sejam recebidos dentro da data indicada, o Comité não garante a sua publicação nas Actas – CD do Colóquio.
- Formato:** Microsoft Word (97, 2000, XP, ou MSWord 2003) em disquete ou correio electrónico.
- Tipo de letra (Font):** Times New Roman 12
- Número de páginas:** Máximo 10 (espaçamento 1.5) incluindo notas de rodapé e de fim, bibliografia e gráficos.
- Título:** letras maiúsculas, tipo negrito; não centrar.
- Autor(es):** letras maiúsculas, incluir nome completo,
- Instituição Ensino/Trabalho:** espaçamento simples entre o nome do autor e o da instituição; não centrar.
- Sinopse:** Deve seguir-se ao cabeçalho em itálico. **Máximo de 300 palavras. Deve ser escrita em Português.**
- Subtítulos:** letras negrito; não centrar. Use algarismos árabes com decimais.
- Outras divisões:** negrito; não centrar. Use algarismos árabes com decimais.
- Citações e referências:** autor, data de publicação, vírgula e número(s) de página(s): i.e. *como Sager afirma (1998:70-71)*

Referências Bibliográficas:

Livro: Melby, Alan K. (1995) *The Possibility of Language*, Amsterdam: John Benjamin's.
Artigo sobre livros: Bessé, Bruno. (1997) 'Terminological Definitions'. In Sue Ellen Wright and Gerhard Budin (eds.) *Handbook of Terminology Management*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company.
Artigos de jornal/revista: Corbeil, Jean-Claude (1991) "Terminologie et banques de données d'information scientifique et technique" in *Meta* Vol. 36-1, 128-134.
Internet: Pym, A (1999) 'Training Translators and European Unification: A Model of the Market' in 'Translation Theory and practice' - seminars organised by the Translation Service of the EC. Disponível em <http://europa.eu.int/comm/translation/theory/gambier.htm>

Notas: incluídas no fim do texto.

Gráficos e tabelas: numeradas consecutivamente. Deve ser feita menção ao seu título no texto.

II. ACTIVIDADES PARALELAS: ARTES

(Coordenação Professor Dr. Luís Canotilho, Instituto Politécnico de Bragança)

- 1) CONCURSOS de Pintura/Escultura/Fotografia lusófonas (incluindo países da CPLP) –
- 2) EXPOSIÇÃO COLECTIVA de Pintura e Escultura lusófonas

OBJECTIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE ARTÍSTICA PARALELA

- a) Divulgar os artistas do espaço lusófono;
- b) Aproximar, contactar e dinamizar os países de língua oficial portuguesa, possuidores uma riquíssima diversidade cultural e social e que comungam da mesma língua e passado;
- c) Desenvolver a criatividade e a expressividade

CONTACTO ACTIVIDADES PARALELAS: ARTES E LITERATURA/REGULAMENTO, INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES sobre Concursos e Exposições: PROFESSOR DOUTOR LUÍS CANOTILHO
a/c Departamento Sócio Cultural Forte de S. João de Deus –
Câmara Municipal de Bragança – 5301-902 Bragança LUISCANO@IPB.PT

III. COMPONENTE LÚDICA

(Coordenação da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Bragança)

- 1) Roteiro turístico da Bragança. Histórica e Visita a locais de relevo (PARQUE DE MONTESINHO)
- 2) EXPOSIÇÃO E MOSTRA DE LIVROS – A lusofonia na escrita
- 3) ARTESANATO LOCAL

OBJECTIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE LÚDICA

- a) Dar a conhecer a cidade, Parques Naturais e outros locais da região como elementos de divulgação da região e suas gentes
- b) Indução da região como destino privilegiado de saber e lazer.

Local do colóquio: **CENTRO CULTURAL MUNICIPAL (Anfiteatro) Praça da Sé - 3 a 4 de Outubro 2005**

ORADORES PRINCIPAIS CONFIRMADOS:

Representantes do Governo de Timor Leste (nomes a indicar oportunamente) e

- 1) Ângelo Cristóvão (Dr.), Associação de Amizade Galiza Portugal, Galiza
- 2) Adelaide Chichorro Ferreira (Dra.), Instituto de Estudos Alemães, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal
- 3) Anabela Mimoso (Mestre), FLUP, Porto, Portugal
- 4) António Barbedo de Magalhães (Prof. Dr.), Prof. Catedrático da FEUP, Porto, Portugal
- 5) Benjamim Corte-Real (Prof. Dr), Reitor da Universidade de Timor Leste (Universidade Nacional Timór Lorosae) e Instituto Nacional de Linguística de Timor Leste
- 6) Jaime F. Salles Luís (Prof. Dr.), UTAD
- 7) Lino Moreira (Prof. Dr.) Instituto de Educação e Psicologia, Dept Metodologias da Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal
- 8) Regina Helena Pires de Brito, (Prof.^a Dra.) Programa de Pós-Graduação, Núcleo de Estudos Lusófonos, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil e Instituto Nacional de Linguística de Timor-leste

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA apoia o 4º Colóquio Internacional da Lusofonia 3-4 Outubro 2005
(4ª CIRCULAR)

Após o sucesso das anteriores edições, a **Câmara Municipal de Bragança**, decidiu manter a sua aposta cultural no apoio à realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizarmos aqui - em pleno coração do Nordeste e da Terra Fria - um **Colóquio Anual Internacional da Lusofonia** assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua e Cultura Portuguesas, suas diversidades, e de propostas inovadoras de ensino.

Para este ano, o 4º Colóquio (e o 3º a ser apoiado pela CMB) subordinado ao título **DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA**, irá ter como tema central o problema da **Língua Portuguesa em Timor-leste**: como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projectos e perspectivas presentes e futuras. Ainda em debate estarão os problemas da Tradução como forma de perpetuar e manter a criatividade da Língua Portuguesa nos quatro cantos do mundo.

Igualmente se irão manter as actividades paralelas como a Mostra de Artesanato e de Livros, a que se acrescentarão uma Exposição de Fotografia sobre ROSTOS DA LUSOFONIA, o que só vem demonstrar a vitalidade e a – cada vez mais lata – abrangência destes Colóquios.

“O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade”, defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro **Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional**. A língua portuguesa “tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas” e é tanto mais plausível porque “o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense” e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial “não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico. O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Díli”, afirma Hull. “A juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender” a língua portuguesa.”

Um vasto painel de peritos nesta área debaterá este tema, pois são as comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas os agentes fundamentais de mudança. Este evento vem decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas.

Dia 3 Outubro 2005 | 2ª Feira

Tema 1. LITERATURA ORAL - LINGUAS E SENTIDOS. Contadores de Histórias e Literatura.
Tema 3. ESTUDOS DE TRADIÇÃO.

08.30 h - REGISTO DE PRESENCAS
09.15 h - CERIMÓNIA OFICIAL DE ABERTURA DOS TRABALHOS
10.15 h - Virgília Abrahão - Univ. Federal do Espírito Santo, Brasil
"A metonímia no conto London London de Caio Fernando Abreu"
Mª Penha Lins - Univ. Federal do Espírito Santo, Brasil
"A metonímia no conto London London de Caio Fernando Abreu"
10.45 h - Ângelo Cristóvão - Associação de Amizade Galiza - Portugal
"A República Lesteira e a Lusofonia. Semelhanças, diferenças e exemplos"
11.05 h - Debate
11.15 h - PAUSA PARA CAFÉ

Sessão 2

11.45 h - Cláudia Costa Rodrigues - Inst. Político da Guarda, Portugal
"Histórias de manhãs e patafinhas de ontem e de hoje: rasgos de contemporaneidade na literatura oral portuguesa"
12.10 h - Adelaide Chichorro Ferreira - Inst. de Estudos Alemães, Fac. de Letras Univ. de Coimbra / Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Portugal
"Linguagem de especialidade"
Orador suplente para estas sessões:
Natalia Albino Pires - Esc. Superior de Educação de Coimbra, Portugal
"O romanceiro transmontano da tradição oral moderna uma abordagem local"
12.25 h - Debate
12.45 h - PAUSA PARA ALMOÇO. VIAGEM AO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO, CIDADELA E OUTROS LÓCAIS
18.30 h - FIM DAS ACTIVIDADES LÚDICAS

Dia 4 Outubro 2005 | 3ª Feira

Tema 2. POLÍTICA LINGÜÍSTICA EM TIMOR - LESTE. EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS, ESTUDOS E RELAÇÕES CULTURAIS. CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE TIMOR - LESTE.

08.30 h - REGISTO DE PRESENCAS
09.15 h - Vera Hanna e Neusa Bastos - Univ. Presbiteriana Mackenzie, Brasil
"Estudos Culturais: uma visão pluralística de ser outro constantemente"
09.35 h - Giselle Calgaro - Univ. Presbiteriana Mackenzie, Brasil
"Reflexões sobre a questão leste-timorense aos olhos de F Santos"
09.55 h - Jaime Sales Luis - UTAD (Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro) Vila Real, Portugal
"O clima e a vegetação de Timor Loro Sae. Homenagem a Rui Cinatti"
10.15 h - Debate
10.45 h - PAUSA PARA CAFÉ

11.15 h - António Bento - Esc. Básica e Secundária de Santana, Madalena, Portugal
"Timor-Leste e a Lusofonia: contributo para sua compreensão e estudo"
11.35 h - Otília Oliveira - Esc. Secundária com 3º ciclo António Gedeão
"A Língua Portuguesa e as Profissões - relato duma experiência e apresentação do manual"
11.55 h - Aline Hall - Facul. de Letras da Universidade de Lisboa
"Relações culturais entre Portugal e Timor: uma abordagem na aula"
12.15 h - Debate

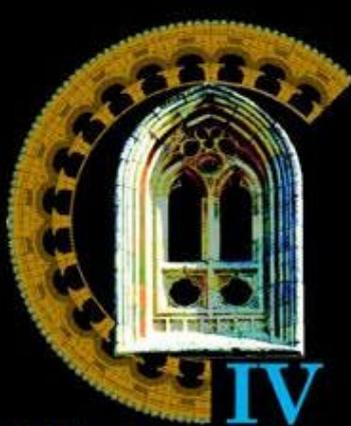
Oradores suplentes para estas sessões:
1º - José Carlos Guerreiro Adão - Parlamento Nacional de Timor Leste / Instituto Camões
"O ensino e desenvolvimento da língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste"
2º - Isabel Coimbra - Directora do CIAL e Lúcia Soares - Instituto Politécnico de Lisboa
"Dar Timor em Português"
12.45 h - PAUSA PARA ALMOÇO

Sessão 3

13.15 h - Anabela Mimoso - Esc. Superior de Educação Jean Piaget, Portugal
"Da Literatura do Povo à Literatura Infantil"
13.35 h - Lino Moreira - Univ. do Minho, Braga, Portugal
"O presente e o futuro da língua portuguesa em Timor Lorosa'e - relato de uma experiência"
13.55 h - João Paulo Esperança - Univ. Nacional de Timor Lorosa'e
"A tradução para Tétum: desafios"
14.15 h - Debate
14.45 h - PAUSA PARA CAFÉ

Sessão 4

17.15 h - A. Barbedo de Magalhães - Presidente do IASI (INTERN. INST. FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGE) / FEUP, Univ. do Porto, Portugal
"A Língua Portuguesa e a luta pela independência de Timor-Leste"
17.35 h - Benjamin Corte-Real - Reitor da Univ. Nacional de Timor-Leste e Inst. Nacional de Linguística de Timor-Leste
"Considerações acerca da política linguística de Timor-Leste"
17.55 h - Regina de Brito - Univ. Presbiteriana Mackenzie e Inst. Nacional de Linguística de Timor - Leste
"Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste"
18.15 h - Debate
Oradores suplentes para estas sessões:
1º - Edson Luis de Oliveira - Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste (MECJD Cooperação Brasileira)
"A língua Portuguesa em Timor Leste no Período Pós-Conflicto"
2º - Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Busquets - Univ. Presbiteriana Mackenzie
"Comunicação intercultural em Português: a música e cultura brasileiras em Timor-Leste"
18.45 h - NOTAS FINAIS E DISCURSO DE ENCERRAMENTO
19.30 h - FECHO DAS SESSÕES



IV
Colóquio Anual da Lusofonia
Centro Cultural Municipal de Bragança
3 a 5 de Outubro de 2005
com o apoio da Câmara Municipal de Bragança

LISTA DE ORADORES SELECIONADOS

Subtema | Política Linguística de Timor-Leste

Benjamin de Araújo Corte-Real | "Considerações acerca da política linguística de Timor-Leste"
Regina Helena Pires de Brito | "Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste"
Barbedo de Magalhães | "A Língua Portuguesa e a luta pela independência de Timor-Leste"

Subtema | Contadores de Histórias e Literatura
Anabela Mimoso | "Da Literatura do Povo à Literatura Infantil"
Cláudia Costa Rodrigues | "Histórias de manhãs e patafinhas de ontem e de hoje: rasgos de contemporaneidade na literatura oral portuguesa."

Subtema | Experiências Pedagógicas em Timor-Leste
Lino Moreira | "O presente e o futuro da língua portuguesa em Timor Lorosa'e - relato de uma experiência"
Otília Oliveira | "A Língua Portuguesa e as Profissões - relato de uma experiência e apresentação de manual"
João Paulo Esperança | "A tradução para Tétum - desafios"

Subtema | Estudos e Relações Culturais
Aline Hall | "Relações culturais entre Portugal e Timor: uma abordagem na aula"
Vera Hanna e Dr.ª Neusa Oliveira Bastos | "Estudos Culturais: uma visão pluralística de «ser outro constantemente»"
Adelaide Chichorro Ferreira | "Linguagem de especialidade"
Ângelo Cristóvão | "A República Lesteira e a Lusofonia. Semelhanças, diferenças e exemplos"

Subtema | Contextos Histórico e Geográfico de Timor-Leste
António Maria Veloso Bento | "Timor-Leste e lusofonia: contributo para sua compreensão e estudo"
Jaime Sales Luis | "O Clima e a Vegetação de Timor Loro Sae. Homenagem a Rui Cinatti"

Outros Subtemas

Giselle Calgaro | "Reflexões sobre a questão leste-timorense aos olhos de F Santos"
Virginia Beatriz Baesse Abrahão | "A metonímia no conto", London London de Caio Fernando Abreu"

LISTA DE ORADORES SUPLENTE

Rosemeire Leão da Silva Faccina
e Vera Lúcia Consoni Busquets
José Carlos Guerreiro Adão
Edson Luis de Oliveira
Isabel Coimbra e
Lúcia Soares
Natalia Jesus Albino Pires

Comissão Executiva, CHRYS CHRYSTELLO

Telemóvel: + 351 919 287 816

E-mail: lusofonia@aspo.pt

Página net: <http://LUSOFONIA2005.com.aspo.pt>

HORÁRIO DAS SESSÕES

DIA 3 OUTUBRO 2005 (2ª Fª)

TEMA 1.

LITERATURA ORAL – LÍNGUAS E SENTIDOS. CONTADORES DE HISTÓRIAS E LITERATURA

TEMA 3.

ESTUDOS DE TRADUÇÃO

08.30-09.30	REGISTO DE PRESENÇAS E OBSERVAÇÃO DO ECLIPSE SOLAR
09.45	CERIMONIA OFICIAL DE ABERTURA DOS TRABALHOS com a presença da Exma. Senhora Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste Dra. Pascoela Barreto e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Engenheiro Jorge Nunes
	Sessão 1
10.45	Virgínia Abrahão - Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil "A metonímia no conto London London de Caio Fernando Abreu" Mª Penha Lins - Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil "A metáfora no conto London London de Caio Fernando Abreu"
11.15	Ángelo Cristóvão - Associação de Amizade Galiza - Portugal "A República Literária e a Lusofonia. Semelhanças, diferenças e exemplos"
11.35	DEBATE
11.45	PAUSA PARA CAFÉ
	Sessão 2
12.00	Cláudia Costa Rodrigues - Instituto Politécnico da Guarda, Portugal "Histórias de manhas e patranhas de ontem e de hoje: rasgos de contemporaneidade na literatura oral portuguesa"
12.20	Adelaide Chichorro Ferreira - Instituto de Estudos Alemães, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra / Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Portugal "Linguagem de especialidade"
	Orador suplente para estas sessões: (ausente) Natália Albino Pires – Escola Superior de Educação de Coimbra, Portugal "O romanceiro transmontano da tradição oral moderna uma abordagem lexical"
12.40	DEBATE
12.50	PAUSA PARA ALMOÇO VIAGEM AO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO, CIDADELA E OUTROS LOCAIS
18.30	FIM DAS ACTIVIDADES LÚDICAS

DIA 4 OUTUBRO 2005 (3ª Fª)

TEMA 2.

POLÍTICA LINGUÍSTICA EM TIMOR-LESTE.

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS.

ESTUDOS E RELAÇÕES CULTURAIS.

CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE TIMOR-LESTE

08.30-09.00	REGISTO DE PRESENÇAS
	Sessão 1
09.15	Vera Hanna e Neusa Bastos - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil "Estudos Culturais: uma visão pluralística de <i>ser outro constantemente</i> "
09.35	Gisele Calgaro - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil "Reflexões sobre a questão leste-timorense aos olhos de F.Santos"
09.55	Jaime Sales Luís – UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) Vila Real, Portugal "O clima e a vegetação de Timor Loro Sae. Homenagem a Rui Cinatti"
10.15	DEBATE
10.45	PAUSA PARA CAFÉ
	Sessão 2
11.15	António Bento – Escola Básica e Secundária de Santana, Madeira, Portugal "Timor-Leste e a lusofonia: contributo para sua compreensão e estudo"
11.35	Otilia Oliveira – Escola Secundária com 3º ciclo António Gedeão "A Língua Portuguesa e as Profissões – relato duma experiência e apresentação do manual"
11.55	José Carlos Guerreiro Adão – Parlamento Nacional de Timor-leste / Assembleia da República "O ensino e desenvolvimento da língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste"
12.15	DEBATE
	Oradores suplentes para esta sessão

	1. Edson Luiz de Oliveira - Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste (MECJD Cooperação Brasileira) “A língua Portuguesa em Timor Leste no Período Pós - Conflito” 2. Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Busquets - Universidade Presbiteriana Mackenzie “Comunicação intercultural em Português: a música e cultura brasileiras em Timor-Leste”
12.45	PAUSA PARA ALMOÇO
	Sessão 3
15.00	Anabela Mimoso – Escola Superior de Educação Jean Piaget, Portugal “Da Literatura do Povo à Literatura Infantil”
15.20	Lino Moreira – Universidade do Minho, Braga, Portugal “O presente e o futuro da língua portuguesa em Timor Lorosa’e – relato de uma experiência”
15.40	A. Barbedo de Magalhães – Presidente do IASI (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGE) / FEUP, Universidade do Porto, Portugal “A Língua Portuguesa e a luta pela independência de Timor-Leste”
16.00	DEBATE
16.30	PAUSA PARA CAFÉ
	Sessão 4
17.00	Regina de Brito – Universidade Presbiteriana Mackenzie e Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste “Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste”
17.20	D. Carlos XIMENES BELO, Bispo Resignatário de Díli Impromptu / Improviso
17.40	Benjamim Côte-Real – Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste e Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste “Considerações acerca da política linguística de Timor-Leste”
18.00	DEBATE
	Oradores suplentes para esta sessão 1. Edson Luiz de Oliveira - Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste (MECJD Cooperação Brasileira) “A língua Portuguesa em Timor Leste no Período Pós - Conflito” 2. Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Busquets - Universidade Presbiteriana Mackenzie “Comunicação intercultural em Português: a música e cultura brasileiras em Timor-Leste”
18.30	NOTAS FINAIS E DISCURSO DE ENCERRAMENTO com a presença da Exma. Senhora Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste Dra. Pascoela Barreto, de Sua Exa. Rev.da Bispo D. Ximenes Belo e Sr. Presidente da Câmara de Bragança
19.15	FECHO DAS SESSÕES

NOTA:

nenhum orador poderá exceder os 20 minutos atribuídos (dos 30 com direito a 10 minutos de debate)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professor Dr. LUÍS CANOTILHO, IPB (Instituto Politécnico de Bragança)
Dra. HELENA CHRYSTELLO, IPB (Instituto Politécnico de Bragança) e Universidade Aberta (Porto)
Dr. CHRYS CHRYSTELLO, UTS (Australia Council, University of Technology Sydney), Austrália
Dr. JOÃO CARAVACA, Universidade Católica (Porto)

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr. CHRYS CHRYSTELLO, Australia Council, UTS Sydney
Dra. ISABEL LOPES, Vereadora da Cultura, Ensino, Turismo, Desporto e Acção Social da CMB
Dr. ELEUTÉRIO ALVES, Director do Departamento Sociocultural da CMB

SECRETARIADO E APOIO LOGÍSTICO

DIVISÃO DE CULTURA DA CMB
VOLUNTÁRIOS — Alunos do IPB

A EMBAIXADORA DE TIMOR-LESTE DRA. PASCOELA BARRETO NA SUA ALOCUÇÃO DE ABERTURA DAS SESSÕES, LADEADA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

BRAGANÇA ENG.º JORGE NUNES E PELO PRESIDENTE DO COMITÉ EXECUTIVO, CHRYS CHRYSTELLO





Bragança (Portugal)

2005



- Discurso de abertura do Presidente da Comissão Executiva, Chrys Chrystello:

Sra. Embaixadora da Republica Democrática de Timor-Leste

Exa. Revd.^a D. Ximenes Belo

Sr. Reitor da Universidade de Timor-Leste

Sr. Presidente da Câmara,

Demais entidades

Ilustres Conferencistas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero agradecer ao Eng.^o Jorge Nunes, Presidente da Câmara por dar o seu patrocínio a este raro evento cultural do panorama português. No passado, sem hesitar, apoiou esta iniciativa e decidiu incorporá-la com carácter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é actualmente proporcionada aos habitantes de Bragança.

Agradecimentos são igualmente merecidos ao Dr. Eleutério Alves, e aos Srs. Pedro Santos da Assembleia Municipal e Alexandre Castro da Divisão Cultural da Câmara. É igualmente devido o nosso reconhecimento à Câmara Municipal de Miranda do Douro e à Lidel que se juntaram a nós promovendo livros. O nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respectivamente, Marco Paz, Alexandra Machado Reis, Sandra Duarte e Sílvia Fidalgo.

Os nossos agradecimentos para os professores Helena e Luís Canotilho que aqui apresentam uma exposição de fotografia sobre Rostos da Lusofonia, incluindo fotografias de Timor-Leste da autoria do Presidente Xanana Gusmão gentilmente cedidas pela Câmara Municipal de Odivelas e pela Dra. Helena Espadinha para este evento, e uma palavra de lembrança pelo nosso patrono desde o início, o embaixador professor doutor José Augusto Seabra que nos deixou há pouco mais de um ano

Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por 5000 estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes da sua rica história, e a sua modernização está representada nas novas avenidas decoradas com peças escultóricas e no trabalho da ubíqua Polis que veio recuperar e embelezar espaços que o tempo e a incúria haviam deixado ao abandono, como as margens deste Rio Fervença que serpenteia pela urbe. Do Teatro ao Centro Cultural nada falta.

Queria partilhar convosco um pouco desta terra cheia de história. A antiga Cidade de origem neolítica, foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona actual da Sé, onde nos encontramos.

Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que ora podem ser observados em exposição neste edifício.

Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Ali se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*, precioso exemplar da arquitectura românica portuguesa do século XIII. Depois duma tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família do primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, o Rei [D. Sancho I](#)¹ no intuito de fixar moradores concedeu a Bragança em 1187, um foral com

¹ D. Sancho I (O Povoador)

Nasceu em Coimbra a 11 de Novembro de 1154. Em 1166 (com apenas 12 anos) chefiou a expedição militar feita a Ciudad Rodrigo, tendo quatro anos mais tarde começado a colaborar activamente no exercício do poder político e na gestão do reino. Casou no ano de 1174 com D. Dulce de Aragão, subindo ao trono em 1185. Depois das sucessivas perdas de terras para os Mouros (incluindo Silves e todo o Alentejo) D. Sancho I aproveitou este facto para realizar medidas respeitantes à povoação do reino e das terras devastadas pela guerra. Para este efeito introduziu a política dos forais (reorganização administrativa local do reino - formação de concelhos) e conseguiu fixar no Ribatejo estrangeiros entretanto chegados. Esta situação advém do facto de que os territórios não povoados eram fáceis de

grandes privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo. Em 1464, a pedido do 2º Duque, D. Fernando de Bragança, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade e a partir daí cresceu depressa.

Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo.

Infelizmente a Inquisição mostrou-se particularmente activa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo averiguou o sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença altiva do *Parque Natural de Montesinho* <http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html>².



conquistar pelos Mouros, já que não havia neles qualquer tipo de resistência. Em consequência da sua habilidade política (em contraste com os desaires militares) D. Sancho I restaurou as finanças da coroa e promoveu a cultura, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi no seu reinado que se assistiu ao surgimento de um diferendo com a Santa Sé e com o Bispo de Coimbra. É atribuída, hoje em dia, a D. Sancho I a autoria da mais antiga cantiga de amigo dos Cancioneiros. D. Sancho I morreu no dia 26 de Março de 1211 em Coimbra, deixando como herdeiro do trono seu filho D. Afonso II.

² PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

Com uma superfície de 75000 hectares e nove mil habitantes, Montesinho é um dos maiores parques naturais do País. Criado em 79, é também um mundo a (re)descobrir por diversíssimas razões: pelas pessoas, pela fauna e flora, pelo património construído.



[Ver mapa do Parque...](#) [Ver mapa de acessos rodoviários](#)

O Parque Natural de Montesinho situa-se no "limite" Nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais. A região é caracterizada por uma sucessão de formas arredondadas, aqui e ali separadas pelos vales de rios profundamente encaixados. As altitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na Malhada da Cova, na serra de Montesinho. Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maças. A Serra do Montesinho dá ao nome ao Parque que encerra uma paisagem grandiosa, serena e, muitíssimo bela. Os terrenos são predominantemente xistosos, tendo no entanto expressão afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e Dine, e manchas graníticas na parte superior da serra de Montesinho e nos Pinheiros. Para apreciar superfície tão rica e bela, convém dispor de uma viatura e de alguns dias livres. A rede de estradas que atravessa o Parque é bastante boa, cruzando todo o tipo de paisagens e locais.

Clima

Sob o ponto de vista climático a região situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspectos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos rios Mente e Rabaçal, e na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental.

O regime das chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a característica mediterrânica de chuvas na estação fria. De uma maneira geral a área é caracterizada por invernos frios e longos e verões curtos e quentes, daí o ditado popular «Nove meses de inverno e três de inferno».

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à *Catedral Velha*, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade.

Da R. Direita, subindo pela “Costa Grande” entramos no labirinto da *Cidadela* com ruas de aspecto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa “A Porca da Vila,” um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal.

Depois de admirada a *Domus Municipalis* devemos parar a admirar as janelas góticas da *Torre de Menagem*, onde existe hoje o valioso Museu Militar.

Não vos falarei aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet.

Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre *Museu Abade de Baçal* <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt> que aguarda a vossa prolongada visita.

Outra das lendas diz que na Igreja de S. Vicente se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal.

Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos carretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas e aqui disponíveis como tiveram oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes.

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, por todos os países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Convém, porque o tempo urge, lutar por uma política da língua para defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais.

Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania.

Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espectacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma convivência.

Como Ir:

De Lisboa ou do Porto pela A1, pelo IP4 em direcção a Bragança.

Da Zona Centro, apanhe a N102 em Celorico da Beira até Macedo de Cavaleiros e depois o IP4 até Bragança.



³ Museu do Abade de Baçal

■ Fundado em 1915, o Museu do Abade de Baçal encontra-se instalado no edifício do antigo Paço Episcopal de Bragança. O acervo do museu integra na sua origem as colecções de arqueologia e numismática do Museu Municipal e peças do recheio do Paço Episcopal. A este fundo inicial foram-se somando dádivas de amigos e artistas, entre os quais se contam na década de 30, as de Abel Salazar e da família Sá Vargas, nos anos 50, o legado Guerra Junqueiro e no início de 60, o de Trindade Coelho, que enriqueceram o museu com colecções de pintura, desenho, escultura, ourivesaria civil e mobiliário.

Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com um falso jet set que nem é jet nem set.

Para este ano, o 4º Colóquio (e o 3º a ser apoiado pela CMB) subordinado ao título **DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA**, irá ter como tema central o problema da **Língua Portuguesa em Timor-leste**: como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projectos e perspectivas presentes e futuras. Ainda em debate estarão os problemas da Tradução como forma de perpetuar e manter a criatividade da Língua Portuguesa nos quatro cantos do mundo.

“O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade”, defende o linguista australiano Geoffrey Hull (que por razões de saúde não pode estar presente), no seu recente livro **Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional**.

A língua portuguesa “tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas” e é tanto mais plausível porque “o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense” e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial “não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico. O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de já falarem o Tétum-Díli”, afirma Hull. “A juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender a língua portuguesa.”

Um vasto painel de peritos nesta área debaterá este tema, pois são as comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas os agentes fundamentais de mudança. Este evento vem decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas.

Este colóquio como pedrada no charco que sempre pretendeu ser, visa alertar-nos para a existência duma língua nacional em Timor-Leste que pouco era falada ao fim de 25 anos de neocolonialismo indonésio e cujo progresso é já bem visível em meia década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram. É bem provável que o Português seja hoje mais falado em Timor do que quando lá vivi entre 1973 e 1975 ao cabo de 450 anos de ocupação portuguesa.

A língua portuguesa em Timor enriquecida pelos idiomas e dialectos locais e enriquecendo aqueles, precisa de tradutores e de leitores e aí ainda quase tudo está por fazer. Neste colóquio alertámos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer.

Espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a [Lusofonia e todas as suas diversidades culturais](#) sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

O Presidente da Comissão Executiva 4º Colóquio Anual da Lusofonia,
Chrys Chrystello MA © Outubro 2005

Local do colóquio:

CENTRO CULTURAL MUNICIPAL (Anfiteatro)

Praça da Sé - 3 a 4 de Outubro 2005





1. ADELAIDE CHICHORRO FERREIRA,

**CIEG – Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos -
Linha de Investigação em Linguística Contrastiva e Interdisciplinar, Faculdade
de Letras da Universidade de Coimbra**
adelaide@ci.uc.pt

BIODADOS

Nascida em 1960, Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é, desde 2003, Professora Auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, tendo desempenhado a sua actividade científica essencialmente no domínio da Linguística Contrastiva, com trabalho desenvolvido através de várias publicações, nacionais e internacionais, nos últimos tempos em torno das relações entre Ecologia e Linguagem. Tem leccionado na Universidade de Coimbra, e não só, em vários domínios, desde o alemão, o português e o inglês como língua estrangeira à Didáctica do Alemão, passando pela Linguística Alemã e mesmo pela Tradução. Mais recentemente vem-se dedicando, também nas suas aulas, à relação entre Linguagem e Ambiente.

SINOPSE

Tendo entrado em contacto com uma tecnologia desenvolvida na Alemanha no âmbito ambiental, e respectivo inventor, traduzi uma brochura concebida para que ela fosse divulgada no contexto alemão, coisa que tem entretanto sido feita por movimentos cívicos locais, auto-organizados e auto-financiados. Assim, o cotejo e explicação de alguns termos com que me deparei, numa perspectiva crítica e contrastiva, partindo da minha vivência de portuguesa, é o assunto a que dedico a minha comunicação. De facto, em algumas circunstâncias é o confronto com uma língua diferente, não românica, que nos suscita o desafio de recriar a nossa própria língua materna, de a fazer evoluir com um certo travo diferente, mas ainda assim como língua viva que é. Sendo actualmente o alemão a língua materna mais falada na União Europeia, pretendo deste modo dar a conhecer a necessidade de reservar, nas escolas portuguesas, um «caudal mínimo» de aprendizagem do alemão que nos permita, também em tempo real, acompanhar realidades emergentes que podem (vir a) ser de importância estratégica à escala europeia, possibilitando um certo ginastiar da mente que é garantido, em particular, pelo desafio sempre empolgante que é a tradução, mesmo tratando-se de um texto de teor técnico. A especificidade do texto em análise e do contexto em que surgiu obriga, aliás, a uma reflexão minha em torno do conceito de

«linguagem de especialidade», que reputo ser, no plano da temática ambiental, por vezes um tanto difícil de definir ou pelo menos de compartimentar de forma absolutamente inequívoca, ainda por cima quando se está perante duas línguas e culturas bastante diferentes. É que a tecnologia (e respectiva linguagem técnica) depende do marketing que dela se faz, e este aspecto reflecte-se particularmente no texto em questão.

O ADMIRÁVEL MUNDO FÉRTIL DAS LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE

1. Abdicando duma linguagem de especialista

A presente comunicação incide sobre o conceito de linguagens de especialidade, não para as caracterizar de forma absolutamente precisa, mas antes no sentido de sublinhar a importância que possuem para o enriquecimento da língua portuguesa, se entendidas de modo renovado. Sendo o tema global do congresso que aqui nos reúne a questão linguística de Timor-Leste, um jovem país onde nunca estive mas relativamente ao qual se coloca a questão da herança cultural portuguesa, e portanto europeia, abdicarei duma terminologia muito técnica, não porque ela não seja importante, mas antes porque estaria deslocada neste (con)texto, em que é a língua como um todo que está primeiramente em causa.

2. A linguagem técnica «é o que está a dar»

O termo «linguagem técnica» enfatiza a vinculação num saber menos feito de elaboração teórica ou estilística do que de *know how*, um «saber-fazer» que, sendo embora imprescindível, acaba num significativo número de vezes por não passar de um mero executar de instruções, sem participar na sua definição ou crítica. Também no domínio da Informática, ao qual parece aplicar-se como uma luva o sentido que o adjectivo *técnico* possui na linguagem comum, os profissionais mais especializados recorrem ainda, de forma directa, ao inglês. É disso sintoma a tentativa malograda de cunhar a noção de *software* como 'suporte lógico' em português.

Apesar de um número considerável de aplicações correntes de informática já se encontrar disponível em versão portuguesa, com tendência aliás para aumentar, tal acontece sobretudo em mercados de grande utilização, «na óptica do utilizador comum», e não junto dos especialistas propriamente ditos. Ainda que se procure com afincos estabelecer correspondências para o português, isso só não chega: a rapidez com que surgem novos produtos e, conseqüentemente, novos conceitos, aliada ao facto de tais tecnologias se virem disseminando por todo o planeta, tornaram incontornável que, em domínios fortemente dependentes da internacionalização, o inglês (ou melhor: um determinado tipo de inglês) continue a ser a principal fonte terminológica, processando-se não raras vezes a comunicação directamente nesta língua, tanto em artigos para publicação como em teses de mestrado ou de doutoramento que entretanto, neste como noutros campos, se realizam em Portugal⁴.

A rapidez de que falo tem todavia o seu quê de incompatível com a escrita das Humanidades, podendo até contribuir para que ela se torne mais lenta ainda, uma vez que, à prioridade ainda conferida ao anglicismo, todavia ainda tabu nas áreas a que agora me refiro, se associa hoje um estilo parcialmente induzido de forma automática pelas próprias aplicações informáticas, pelo menos aquelas que envolvem processamento de texto, nas quais certos *defaults* (ou: 'opções por defeito', 'escolhas por omissão') porventura só raramente «adivinham» o que um determinado utente da língua pretende escrever a seguir. Ao pré-seleccionarem irritantemente, na sequência de um movimento no teclado, um certo mecanismo de estruturação textual, em detrimento de outros, tais programas, configurados *a priori* para a produção de manuais de instruções e/ou relatórios técnicos, podem até contribuir para, em vez de facilitar (imaginemos que se está a escrever um texto literário ou um ensaio), *atrapalhar* o trabalho de pessoas oriundas de áreas situadas no tão rico quanto vastíssimo domínio das Línguas e Literaturas, hoje em acentuado refluxo⁵. A razão de tal desajuste está no facto de em Filologia se fazer uso duma textualidade

⁴ Por conviver com pessoas que trabalham neste domínio, acostumei-me de facto, ao longo dos anos, ao modo como espontaneamente recorrem ao inglês, mesmo que se esforcem por traduzir certos conceitos, à medida que eles se vão impondo como termos técnicos locais junto dos parceiros de investigação ou colegas de trabalho, ou à medida que essa necessidade se torna incontornável.

⁵ Um factor que poderá levar a que se pense não ser este um problema estatisticamente relevante (ou, pelo menos, suficientemente relevante para merecer atenção) está na gritante disparidade constatável no número de alunos inscritos na Zona do Baixo Mondego em Portugal, no ano lectivo de 2004-2005, no agrupamento de Línguas e Literaturas do Ensino Secundário (1,8% do total), face à pujança numérica dos que se inscrevem em Ciências e Tecnologias (68.3%), segundo dados do GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Educação, adstrito ao Ministério da Educação português), não diferindo aliás esta situação, de forma significativa, daquela que se

tendencialmente mais associativa e argumentativa do que funcional ou hierárquico-descritiva, por muito que desta última, apesar de tudo, alguns dos seus representantes se tentem desesperadamente aproximar.

Nada do que venho afirmando é pois susceptível de pôr em causa, aliás bem pelo contrário, os esforços meritórios, designadamente no âmbito do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), mas também por parte de outras entidades, no sentido de estabelecer uma terminologia informática em língua portuguesa. Porém, não basta estarem disponíveis entretanto algumas aplicações em português, ou realizarem-se conferências sobre processamento digital da fala humana, incluindo na língua portuguesa. Soluções terminológicas (e não só) já adoptadas, ou a adoptar por terminólogos, necessitam ainda, em muitos casos, não só de ser encontradas como melhoradas, e também testadas quanto à sua facilidade de utilização (*user-friendliness*), evitando-se, por exemplo, o recurso a expressões de extensão incompatível com a rapidez que, de resto, está na origem da profusão também algo irritante de siglas em linguagens técnicas. Uma extensão que, além disso, colide frequentemente com efectivas limitações de espaço, sendo desejável caminhar no sentido de eliminar excesso de caracteres sem destruir a harmonia do resultado. Também quanto à sua adequabilidade, tais linguagens técnicas devem ser avaliadas: em telemóveis mais antigos, o comando *resume call*, 'terminar chamada', continua a surgir no écran como 'resumo chamada', o que acarreta porventura consequências não despiciendas junto dos seus utentes, hoje cada vez mais incapazes de resumirem o que quer que seja, porque porventura não saberão já sequer o que isso quer dizer. No que toca ao vasto domínio que comunmente se designa, aliás erradamente, por «interface em linguagem natural», caberia investigar, de igual modo, até que ponto o atendimento telefónico por vozes automaticamente geradas é ou não uma verdadeira conquista da Humanidade, algo que, em rigor, mereceria o epíteto de *natural*.

Tudo isto nos interpela quanto à definição do que é que se poderia entender, no campo concreto da Informática, por uma linguagem de especialidade especificamente lusófona, se é que ela *de facto* existe, para além dos circuitos associados ao consumo de aplicações informáticas na óptica do utilizador. E se a investigação neste domínio, em que a internacionalização assume um papel muito relevante, continua a ser praticada maioritariamente em inglês, não é possível ignorar que um tal fenómeno se tem vindo a estender a muitas outras áreas de especialidade que vão, habitualmente, «a reboque» da Tecnologia. Veja-se, de resto, como se apresenta uma linguagem supostamente científica, na área da gestão turística:

«Os *outcomes* consubstanciam-se quer nos *outcomes* dos *stakeholders* (turistas, residentes, investidores e empresários); no *outcome* do turista que pode ser a sua satisfação no usufruto do destino, no *outcome* do residente que pode ser os problemas ou os benefícios do desenvolvimento do turismo na localidade onde vive quer nos impactos (económicos, sociais, ambientais e ecológicos) quer ainda na forma como cada grupo de interesses reage face a eles.»

Este exemplo⁶, que se caracteriza ainda pelo facto de inúmeros assuntos, de forma só aparentemente ordenada, serem colocados «no mesmo saco», atitude demonstrativa de um duvidoso poder de síntese, poderia induzir um leitor incauto a pensar que é útil, e sobretudo prático, saber inglês. A interpretação contrária é porém igualmente verosímil: a de que mais valeria nem sequer apostar num maior envolvimento com esta língua, caso tal aprendizagem levasse os utilizadores do português a produzir semelhantes textos! Não se pense portanto que se deve a um súbito apreço pelas línguas (e por «línguas» os cidadãos – até mesmo aqueles que, em termos de escolarização, pertencem à «nata» nacional – entendem em Portugal quase somente o «inglês»!), ou, ingenuamente, por um especial carinho pelas Humanidades (até no sentido de encontrar colocação para inúmeros professores desempregados), que se vem ultimamente apregoando a necessidade supostamente imperiosa de as crianças em Portugal aprenderem inglês desde a escola primária. Na realidade, uma das principais motivações para o estudo das linguagens de especialidade, e, a elas directamente associada, para a aprendizagem do inglês, diz respeito à transferência tecnológica, que se configura hoje em dia, em economias periféricas, como produto de «tradução», mais até do que de inovação a partir de tecido endógeno.

Ora sendo essa tarefa de transmediação acelerada, à escala planetária, pelo recurso ao inglês (uma língua que há quem considere ser *for colonials*⁷), com resultados de resto nem sempre

verifica no resto do país. Uma análise destes números será a breve trecho publicada como caderno do CIEG (Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos) por Francisca Athayde e A delaide Chichorro Ferreira.

⁶ Extraído, como nos casos inventariados no Anexo colocado no final, de uma obra recentemente publicada em Portugal, fruto talvez de uma dissertação na área do turismo, que, por razões óbvias, me escuso de identificar, mas que não é mais do que um caso por entre muitos similares.

⁷ Confronte-se, a este respeito, a opinião de Harald Weinrich no Akademie Journal (2/2001), «Deutsch in Linguafrancaland» (em Novembro de 2005 ainda disponível em: http://www.akademienunion.de/_files/akademiejournal/2001-2/AKJ_2001-2-S-06-09_weinrich.pdf), onde o autor, aplica ao inglês a definição de Henry e Renée Kahane para *lingua franca*, «a prestige language reduced to a mini-structure – for colonials», designadamente quando diz: «Englisch also, zur Reduktionsstufe einer *lingua franca* heruntergemodelt, mit Minimalstrukturen und Billigvokabeln: das ist keine Sprache für freie Bürger, sondern – ich zitiere noch einmal Kahane – ein Pidgin „for colonials“»[O inglês, portanto, modelado de forma abusiva até à insignificância de uma língua

recomendáveis para a própria língua inglesa, o mais provável é que nem tudo o que é relevante possa ser dito, escrito ou sequer pensado nesta língua, devendo dar-se a possibilidade de as crianças aprenderem *outras* línguas estrangeiras na escola primária, antes mesmo do inglês, em função das características do seu contexto social, que hoje não se pode pressupor homogéneo. É que, muitas vezes, a motivação para a aprendizagem de línguas está ligada, não a requisitos de ordem profissional, mas a afinidades do tipo familiar (ou mesmo de outros tipos).

Continua igualmente a ser importante alertar para o facto de uma linguagem de especialidade de pleno direito poder não se caracterizar necessariamente por ser «técnica», no sentido que este termo, no uso corrente, vem adquirindo. É esse o caso do tipo de discurso que configura uma área do saber como a Filosofia, ou o Direito, cuja tecnicidade, quando está em causa o pensamento de determinados autores, em parte passa pelo conhecimento do alemão comum, língua-fonte de onde provêm tradicionalmente, ainda hoje, muitos conceitos centrais. Assim sendo, estamos perante um caso até certo ponto paralelo ao atrás comentado a propósito da Informática, porém numa escala substancialmente diferente, dado que, por razões que, ao longo do que venho afirmando, se vão tornando óbvias, muitas áreas técnicas ou de especialidade não usufruem da visibilidade de que dispõem quer a Informática, quer as tão procuradas Ciências da Vida.

Em Portugal, essa falta de visibilidade é patente na minha própria área de especialidade, a Germanística, cujo objecto de estudo se define, em larga medida, pela língua alemã (daí decorrendo que a respectiva linguagem técnica deveria, acima de tudo, passar por um uso intenso da mesma). Pese embora a sua enorme tradição no contexto universitário, e até a significativa internacionalização da investigação portuguesa neste domínio, o facto é que a língua alemã detém actualmente uma presença apenas residual no sistema de ensino português. Do mesmo modo se constata, perversamente, a penetração do inglês para fins de internacionalização dos contributos produzidos nos próprios estudos germanísticos, ao ponto de ser usado em congressos que têm lugar em países germanófonos, inclusivamente em situações nas quais são frequentados maioritariamente por falantes nativos do alemão...

3. Pontes de outro tipo

Ao discutir aqui a situação da língua portuguesa no capítulo das Linguagens de Especialidade, como vimos nem sempre «técnicas», faço-o com o intuito de alargar horizontes talvez «nunca antes navegados», ou só raramente, na Linguística praticada em Portugal. Se bem que as linguagens técnicas possam contribuir para um inestimável enriquecimento da Língua Portuguesa, tal não quer dizer que isso se verifique sempre, devendo no entanto sublinhar-se igualmente que tal enriquecimento não depende hoje em dia, ao contrário do que é tradicional pensar-se, (quase) exclusivamente da promoção da Literatura e do património histórico-cultural, enquanto matérias que dizem respeito ao mundo das chamadas Humanidades, ou das Artes e Letras. É que não se deve ignorar o papel que, neste processo, pode e deve desempenhar o conhecimento de outras línguas, também no respeitante às mais mezinhas finalidades do quotidiano. Na realidade, o esforço de tradução, interpretação ou intermediação, qualquer que seja o domínio, é hoje deixado demasiadas vezes a cargo de tão frequentes quanto inaceitáveis acasos.

Ainda há pouco tempo me foi solicitado um serviço de interpretação não pago, num voo de Munique para Lisboa cujos passageiros eram maioritariamente falantes nativos do português, por parte de uma hospedeira alemã em apuros, quando me encontrava prestes a entrar para o avião: uma jovem brasileira, manifestamente com fracos ou nenhuns conhecimentos de outras línguas, necessitava de voar para Hamburgo, e não para Lisboa, tendo ficado sem o cartão de embarque por engano, ao colocar-se na fila errada. Por sorte ela própria deu pelo erro a tempo, mas por mais que gesticulasse não conseguia fazer-se entender junto da hospedeira, que, pela sua parte, também não sabia português. Este episódio, que poderia ter redundado numa situação complicada, demonstra eloquentemente o muito que há a fazer pela língua portuguesa no mundo, nele se incluindo também a Europa. Sem tradução e sem a ginástica mental que ela pressupõe, no sentido de se estabelecerem eficazmente pontes com outras línguas e culturas, uma língua – qualquer língua – não evolui, porque os seus falantes talvez nem se dêem plenamente conta de quem são, ou, literal e metaforicamente, de *para onde vão*... Traduzir acaba por implicar, para quem o faz e para quem desta actividade beneficia, a consciência nítida de se estar situado em algum lugar, nem que seja num lugar intermédio entre dois outros lugares, e consequentemente a percepção de que há mais mundo para além do mundo de cada um. Como saber ou «tecnologia» de hoje, considero esta actividade uma competência chave.

4. O que é uma área de especialidade?

franca, com estruturas mínimas e um vocabulário baratucho, não é uma língua para cidadãos livres mas, e cito de novo Kahane, um pidgin *for colonials*].

Uma vez que não me é possível referir aqui tudo o que, em torno deste assunto, seria interessante dizer, tentarei centrar agora a minha atenção, antes de mais, na complexidade inerente ao próprio conceito de «Linguagem de Especialidade», se observado sob um prisma intercultural e não meramente intradisciplinar, o que aconteceria se eu me baseasse estritamente na subárea da Linguística que, entre nós, mais se vem ocupando deste objecto de estudo, essencialmente a Terminologia (e que, como já deixei claro atrás, se dedica apenas a uma parte daquilo que se entende por «Linguagem de Especialidade»). No sentido de sublinhar o prisma intercultural de que parto, fornecerei agora outro exemplo.

Em comunidades humanas tradicionais (porventura já dizimadas ou dispersas em resultado da mundialização), nas quais as pessoas viviam ainda em razoável harmonia com a natureza, de certa forma entrosadas ou em união cósmica com ela, a palavra para *ambiente* nem sequer existia, e com ela a consciência da respectiva necessidade de protecção, enquanto problema ou «objecto» de estudo com plena dignidade teórica, matriz temática, inclusivamente, de toda uma área de especialidade a que hoje chamamos *Ecologia*, historicamente herdeira da Biologia. Com as suas práticas culturais, todavia, essas comunidades até acabavam por proceder da forma correcta – aplicando o *know how* adequado, digamos assim –, mesmo não conhecendo as designações latinas das plantas e animais que são, ainda hoje, imagem de marca da Biologia de orientação taxonómica (porventura também em refluxo, devido à hegemonia hoje constatável por parte da Microbiologia, maioritariamente dedicada ao estudo da célula). Tanto assim era que os membros de algumas dessas comunidades (creio que em Timor isso acontecia) não penetravam na floresta durante alturas do ano coincidentes com a época de procriação de certas espécies. Um comportamento prudente que não se devia, nem à mesma sensação de perda que, na década de 80, era muito típica dos europeus, em resultado dos excessos da industrialização (veja-se, na Alemanha, a emotiva discussão em torno do *Waldsterben*, a 'morte da floresta'), nem ao facto de, para tais comunidades, a Ecologia ser algo de que possuísem uma consciência muito nítida: antes as crenças animistas locais assim o determinavam. Ora será que, tendo em conta os efeitos pretendidos, uma área de especialidade como a que se vem designando por «Conservação da Natureza», a par de toda a miríade de conhecimentos específicos que abarca, se aproximaria, num determinado local do mundo, a uma seita, religião ou cosmologia particular, sendo portanto susceptível de ser «arrumada» cognitivamente junto das mesmas? Ou junto das literaturas, porque muitas cosmologias que determinam o agir das pessoas num dado local resultam de lendas e narrativas contadas de geração em geração?

Assim sendo, e na linha das considerações anteriormente tecidas, mas também de outras que, por falta de tempo, me escuso de fazer, torna-se necessário olhar com a prudência e o sentido crítico necessários para as catalogações actualmente existentes de áreas de especialidade e respectivos subdiscursos, uma vez que poderão revelar-se como possuindo o seu quê de etnocentrado ou mesmo de arbitrário. Tornou-se-me em todo o caso óbvio, ao longo dos tempos, que existem maneiras muito diversas de conceptualizar (decompondo-o em conceitos, e, por conseguinte, em sucessivos termos de especialidade) um determinado domínio do conhecimento.

Situando-me eu cientificamente na Germanística, o prisma mais acentuadamente intercultural que caracteriza a minha reflexão incidirá agora no que as diferenças entre as línguas alemã e portuguesa parecem revelar, não deixando de me orientar também pela consciência a respeito dos muitos problemas e dinâmicas novas que afectam o mundo contemporâneo. É porventura cada vez mais desconcertante a cartografia global dos domínios do saber, quer em resultado dessas mesmas novas dinâmicas, quer também das especificidades (culturais, económicas, físicas, etc.) de cada lugar e/ou perspectiva sobre a realidade. Não fossem, todavia, os intensos esforços de homogeneização vigentes em muitos países, determinados sobretudo pelos objectivos do comércio mundial, e poder-se-ia mesmo afirmar que, «a cada língua, seu catálogo de áreas de especialidade», mas também sua constelação específica associada ao conceito.

5. Incursões pelo alemão

A minha abordagem confere naturalmente, pela minha própria filiação científica, uma especial ênfase ao léxico com que venho trabalhando mais, o da língua alemã, pelo que começarei por analisar a palavra composta *Fachsprache*, que se traduz por 'linguagem de especialidade'. Trata-se de um termo que integra duas partes, sendo habitual designar-se a primeira por «elemento determinante» e a segunda, especificada pelo sentido do primeiro elemento, por «elemento determinado». Se o elemento determinado, *Sprache*, se verte para português ora como 'língua', ora como 'linguagem' (é o contexto que marca neste caso a diferença), já *Fach*, o elemento determinante, corresponde, quando usado isoladamente, a um substantivo que designa conceitos diferenciados, todavia possuindo algo em comum: 'compartimento', 'divisão', 'gaveta', 'cacifo', 'estante', 'prateleira'. No domínio da Botânica, pode designar 'célula' ou 'alvéolo', assim como, do ponto de vista da organização do sistema de ensino, 'cadeira' ou 'disciplina'. Finalmente, designa também o 'ramo de negócio', a especialidade⁸.

⁸ Baseei-me no Dicionário de Alemão-Português. De acordo com a nova ortografia alemã. Porto: Porto Editora, edição de 2000 (1ª ed. de 1986).

Curiosamente, encontro este elemento em palavras tão corriqueiras do alemão como *mehrfach* (= 'múltiplo', 'muitas vezes') e *einfach* (= 'simples'). Numa leitura porventura arrojada da minha parte, mas não menos legítima por isso, provavelmente será então «simples» aquilo que cabe num só recipiente ou compartimento, tornando-se evidente por que razão tantos filósofos prezam, e muito, a língua alemã na sua actividade: ela permite a transparência necessária ao trabalho por vezes extremamente inglório de definir com o máximo de rigor os conceitos com que pensamos, articulando-os de forma eficaz com outros que com eles se relacionam (é esse o caso da polaridade intralinguisticamente gerada entre *einfach* e *mehrfach*), pelo que, para um lusófono, aprender alemão equivale directamente a enriquecer a nossa própria língua com outros contributos e interpretações possíveis, *além* daqueles que ela já de si permite.

Também em Ciência é crucial saber reduzir descritiva ou explicativamente à expressão mais simples (*einfach*) um determinado fragmento do real: uma fórmula matemática é tão mais eloquente quanto mais simples for. Transpondo agora a mesma lógica (e ideologia subjacente, plasmada também no modo como se têm vindo a subsumir numa só várias áreas de especialidade...) para o assunto que aqui nos ocupa, poder-se-ia então dizer que um termo técnico será tão mais 'simples' de entender quanto menos forem as leituras para o mesmo, daqui se inferindo que o ideal seria que possuísse uma única leitura ou significado. Ora sabemos também que, no mundo real da actividade linguística (raramente isomórfico com a matemática pura), nem tal acontece, em parte devido ao que me esforçarei por explicar a seguir, nem a simplicidade expressiva é realmente tida por virtude estilística bem cotada, pelo menos em Portugal, e particularmente em certas linguagens técnicas, um aspecto que, ainda que decorra da própria definição que porventura fazemos do conceito, considero não ser necessariamente benéfico para os nossos índices de literacia.

Quanto à etimologia do elemento *Fach*, apurei que a sua origem remontará à ideia da construção de pequenos diques com vista à pesca ou até com a finalidade de servirem como viveiros para peixes. O termo terá designado um local delimitado por um muro ou parede, o que pode acontecer até mesmo com um canteiro. Por uma razão similar se designam como *Fachwerkhäuser* as tradicionais casas alemãs construídas com base numa estrutura de traves de madeira cujos intervalos eram preenchidos, nas paredes, ora com tijolo, ora com argila, eventualmente misturada com elementos de origem animal ou vegetal. Em todo o caso, subentende-se a ideia de uma estrutura, de um enquadramento que depois é preenchido com um determinado conteúdo. Não é também de estranhar o parentesco de *Fach* para com *fangen* ('agarrar', 'caçar'). A ideia de delimitação do saber, circunscrevendo-o para melhor o «capturar», a fim de que permaneça estável e, nessa medida, «trocável por miúdos», comunicável, evidencia-se a partir destes exemplos retirados de um simples dicionário alemão de etimologia escolhido aleatoriamente⁹, um instrumento de trabalho que parece ter sido esquecido nas últimas décadas, em parte por o estudo das línguas, movido pelo imediatismo das necessidades do mercado e contingências similares, ter deslocado o seu fulcro de actividade daquilo que era antes a Filologia para o nem sempre admirável mundo das linguagens de especialidade.

6. O segredo é a «especialidade» do negócio

Na análise do problema que aqui nos ocupa, não me centrarei mais do que o estritamente necessário na concatenação dos dois elementos da composição *Fachsprache*. No correspondente português *linguagem de especialidade* deparamo-nos com uma construção progressiva (o primeiro elemento é especificado pelo segundo, neste caso um sintagma preposicional atributivo), caracterizando-se o termo alemão, em sintonia com as exigências estruturais da língua alemã, por se organizar de forma regressiva (em que o inverso se verifica), aspecto que, só por si, suscitaria inúmeras especulações. Omitirei também a questão, complexa mas não menos pertinente, de saber se, em função de alterações registadas na esfera do social, uma linguagem de especialidade pode ou não ser equiparada, nos dias de hoje, a uma língua, mais até do que a um subconjunto da mesma, uma «linguagem» ou um certo «linguajar», enquanto simples código de utilização restrita (refira-se que *Sprache* remete, consoante o contexto ou a determinação que se lhe apuser, para todos estes sentidos).

Acima de tudo, interessa-me que se retire do que constatámos atrás a ideia de que um determinado léxico (pelo menos!) pode ser, e é seguramente, em muitos casos, ciosamente guardado ou resguardado de olhares indiscretos. Ou então, talvez, a ilacção de que os seus utilizadores ou detentores (convinha averiguar se é ou não pertinente esta distinção) poderão correr o risco de ficar retidos ou *gefangen* ('apanhados', 'presos', 'em cativo'), numa espécie de alvéolo mental. Por razões que se poderiam relacionar com a questão que, pelos corredores das instituições científicas, se vem designando informalmente como *territórios de poder* (ou, metafórica e pejorativamente, por *quintinhas* ou *feudos*), não gostaria de dizer que os que trabalham no seio de uma determinada área de especialidade se devam considerar como «estando na prateleira» (algo que não deixaria de ser potencialmente abarcado por uma das leituras do termo alemão *Fach!*). O sentido correspondente ao que tal expressão idiomática do português designa acaba por ter a ver, porventura na maior parte dos casos, apenas com um subconjunto dos mesmos trabalhadores, designadamente os que são colocados, ou se auto-colocam, de fora ou à margem dum saber ciosamente delimitado e mantido rigorosamente impoluto.

⁹ Cf. *Etymologisches Wörterbuch des Deutschen*, elaborado sob a coordenação de Wolfgang Pfeiler, edição de 1997³ (1ª edição 1995 da edição de bolso é de 1995; a que lhe serviu de base é de 1989). München: DTV.

Infelizmente, qualquer semelhança entre a situação que acabo de descrever e a realidade que se vem vivendo em muitos lugares, assim as restrições orçamentais o vêm determinando, não será apenas coincidência. O processo de Bolonha, com a concomitante seriação das universidades, concentração de mercados, afunilamento de ofertas, revela-se um condicionalismo que, mais tarde ou mais cedo, levará a que, num determinado local, só estejam disponíveis umas quantas linguagens de especialidade (correspondentes aos ramos de negócio mais atraentes), e não outras, o que coloca a questão (ou antes as questões) de saber quais são as linguagens de especialidade específicas de uma dada região ou país, ou por ela/ele escolhidas, se é que tal escolha é realmente possível.

Para muitos domínios do saber, continua a ser no centro que está a virtude, e não nas margens, porém estas têm vindo a aumentar em tamanho e em visibilidade, podendo conceber-se que delas possa emergir aquilo que já se vem designando por «novas centralidades», um termo que transpõe para a Linguística um conceito frequentemente ouvido na boca de urbanistas e de arquitectos. Abalanço-me a tal transposição no sentido de exemplificar quão difícil é estabelecer fronteiras rígidas, conceber compartimentos totalmente estanques nas línguas (e respectivas linguagens de especialidade), sobretudo num mundo em acelerada mudança. Um mundo em que, mais do que a inércia do centro, pode fazer toda a diferença, afinal, a agilidade do pequeno nicho, de que também se torna necessário cuidar adequadamente.

Depreende-se da argumentação até aqui que uma linguagem de especialidade, pese embora a pretensão frequentemente apregoada de que se deve constituir acima de tudo como veículo privilegiado de entendimento mútuo, corresponde, em todo o caso, a um código restrito, por vezes mesmo *secreto*. Assim sendo, sê-lo-á de igual forma em minha casa a própria língua alemã? Com efeito, tanto eu como o meu marido, depois de termos frequentado o Goethe Institut de Coimbra (encerrado desde 1996), ainda a usamos esporadicamente no seio da família, sobretudo naqueles momentos em que *não* desejamos que os nossos filhos nos entendam. Aguçada todavia por esta via informal a curiosidade dos mais novos, gostaríamos agora que eles, já maiorzinhos, de facto nos entendessem, mas a possibilidade de aprenderem este «código secreto» (por sinal a mais falada língua materna em toda a União Europeia...) nas escolas públicas da região onde vivo tem vindo a tornar-se cada vez mais reduzida, o que, não só possui óbvias implicações para a própria área de especialidade em que trabalho, como me impede, na prática, de transmitir um saber que, para mim, foi muito importante aos meus próprios filhos (a menos que desista da profissão e do respectivo vencimento).

Independentemente de todas estas situações, a muito menos alunos nas escolas, por via duma demografia recessiva, correspondem hoje, em resultado de prosaicas economias de escala, cada vez menos opções lectivas e portanto também cognitivas. Ainda assim, continua a haver áreas de especialidade que em muito dependem do conhecimento da língua alemã: o Direito e a Filosofia são dois exemplos disso mesmo, mas uma série de outros domínios temáticos, que emergiram da conjugação de áreas antes vistas como estanques, não deixam de reivindicar crescentemente o conhecimento do alemão, desde a Arquitectura à Biologia, passando pela Engenharia Mecânica, pela Medicina e até pela Matemática. O curioso é que esta procura se regista *adicionalmente* ao inglês, no sentido, não tanto de se adquirir uma terminologia restrita, de cariz profissionalizante (para usar um termo da moda), mas antes com vista a potenciar relações humanas consabidamente determinantes para o sucesso profissional.

Após o percurso até aqui encetado pela estrutura e etimologia da língua alemã, dirijo o meu olhar apenas para a palavra portuguesa *especialidade*, procurando assumir a pele da cidadã comum que também sou (um exercício que, de resto, recomendo a qualquer terminólogo). Ao ouvir o termo, não me lembro imediatamente de uma gaveta ou de um cacifo, como poderá acontecer a um alemão ao ouvir *Fach*, e muito menos de um dique ou de um muro, já para não falar numa prateleira. Também não creio que me evoque noções ligadas a 'arrumação', 'simplicidade' ou mesmo 'multiplicidade'¹⁰. Em vez disso, vem-me imediatamente à lembrança a ideia aquilo que é único por ser também especial, num sentido aliás mais afectivo que efectivo, e como tal não verdadeiramente contável (ou contabilizável), mas em todo o caso não necessariamente simples (no sentido de 'simplório', 'corriqueiro'). Embora, é claro, também o possa ser, dependendo da arte ou criatividade do cozinheiro: o facto é que imediatamente me lembro, ao ouvir o termo português, de um prato gastronómico – a *especialidade da casa*, ou duma dada região, tantas vezes um segredo bem guardado («caseirinho», não transferível ou «normalizável»), verdadeira fonte de negócio e/ou sobrevivência.

Logo neste pormenor encontramos uma diferença substancial entre as maneiras de verter o mundo por palavras, de o nomear, de o designar e também de o organizar. Lidamos aqui, apesar de tudo, com duas línguas de matriz europeia, que como tal têm muito em comum. Ainda assim, se não fosse ousado estabelecer nexos de causalidade em matéria tão fluida, diria que a diferença que acabámos de constatar se reflecte na importância que adquire em Portugal a área ou domínio conceptual e profissional do Turismo, com todo o seu cortejo de categorizações e de conceitos acoplados (estendendo-se do domínio da gastronomia para o da construção civil e artes decorativas, hotelaria, etc.). Reconheça-se porém que poderemos igualmente ser confrontados com as suas disfunções, conforme se poderá

¹⁰ Num sentido em que ela é passível de ser contada, contabilizada e, nessa medida, organizada, «racionalizada», uma vez que aquela que não se perspectiva essencialmente desta forma quantitativa se designa, em alemão, por *Vielfalt*.

constatar a seguir, sendo disso aliás sintoma, em parte, a respectiva linguagem de especialidade. Ora uma das disfunções a que me refiro poderá ter-se reflectido no episódio que relatarei a seguir, de forma incontornavelmente subjectiva (que «vale o que vale», para usar uma tautologia da moda, a carecer, ainda assim, de olhar atento por parte da Linguística).

A propósito das atribuições dos prémios Nobel, deu-me nas vistas, no ano passado, que alguns meios de comunicação social portugueses, em particular a rádio, colocassem uma ênfase que então me pareceu desmesurada na ementa do jantar oferecido pelo Comitê Nobel aos laureados. Porém, era óbvio que alguma empresa de hotelaria portuguesa estava envolvida no serviço, e, se bem me lembro, algum vinho luso constava do repasto, pelo que aquilo que não passava de um pormenor relativamente insignificante (tendo em conta a temática em questão, e do ponto de vista de quem olhasse do exterior) mereceu afinal no nosso país amplas divagações mediáticas. Quanto às questões científicas ou políticas relacionadas com tal evento internacional, as notícias tendiam a ser, todavia, duma pobreza inquietante. É pois quando se pretende aceder a pormenores que a nossa língua e cultura, através da comunicação social e não só, tendem a secundarizar, secundarizando dessa forma os seus falantes, que o conhecimento de outras línguas acaba por revelar o seu valor incomensurável, nem que seja como complemento à nossa cultura (mas também, tantas vezes, como verdadeiro «suplemento de alma»).

Retomando a ideia da especialidade gastronómica, concluiria esta parte da minha abordagem afirmando que, por muito bem que nos saiba, a nós portugueses, o bacalhau com natas, não deixa de ser relevante para o nosso bem-estar a atitude, condicente com o papel histórico que desempenhámos na época dos Descobrimentos, de *über den Tellerrand schauen*, ou seja, de 'olhar para lá da borda do prato', assim traduzindo à letra para o português, enriquecendo nessa medida a nossa língua, esta expressão idiomática do alemão, que não está ainda disponível na língua lusa com recurso a tal metáfora. Mantendo a minha argumentação no mesmo domínio temático da gastronomia, acrescentaria que não faria mal que os falantes do português de Portugal (aquele com que mais me identifico) ficassem a saber, por exemplo através da simples consulta de jornais estrangeiros (actividade imprescindível em muitas áreas de especialidade, de que destaco as que se ligam, directa ou indirectamente, às questões ambientais), que o nosso «fiel amigo», o bacalhau, é hoje uma espécie da qual se tem dito estar entretanto ameaçada em virtude da respectiva sobrepesca.

Dados os desconcertantes efeitos recíprocos observáveis numa natureza amplamente modificada por factores antropogénicos, poderíamos talvez dizer que um forte candidato a fiel amigo dos portugueses seria hoje o lagostim da Louisiana, espécie exógena que há uns anos atrás era catalogada pelos ecologistas como infestante, tendo-se de resto revelado uma conhecida praga dos nossos campos de arroz. Entretanto, porém, tem vindo a contribuir para o aumento da população das tão simbólicas quanto «inúteis» cegonhas no nosso país. Se há reais vantagens ou não no esforço, assente na observação empírica da realidade e, por conseguinte, nos dados das Ciências da Vida, no sentido de enriquecer ou adequar aos tempos modernos o património lexical, idiomático e até gastronómico da lusofonia, é algo que carece de um amplo consenso, na Linguística e não só.

7. Por um pensar oblíquo em Ciência

O hábito de pensar por gavetinhas mais ou menos estanques, constitutivo das linguagens de especialidade, deixa prever, porventura ingenuamente, como entidades (incont)estáveis a existência da linguagem da Biologia, da Química, da Linguística, etc. Dentro da linguagem da Biologia é útil, por exemplo, subdividir os animais em vertebrados e invertebrados, em herbívoros, carnívoros e omnívoros, em machos, fêmeas e hermafroditas, etc., sendo este um conhecimento de valor inestimável que todavia corre o risco de se perder ou de se ter já perdido, em toda a sua substância, em muitos locais. Porém, a organização estruturada e hierárquica de uma determinada área de especialidade e respectivo subdiscurso pode também, de forma indesejável, transferir-se para a cabeça dos seus utentes, moldando-a (ou, recorrendo a um termo da Informática que, com este mesmo sentido, se vem insinuando no português comum: *formatando-a*). Por paradoxal que possa parecer, não é de excluir a hipótese de que a aplicação ou utilização (a simples existência, aliás, de determinado saber) exija que ele não circule demasiado, que se mantenha reservado apenas a um número restrito de eleitos que passem determinado crivo e ascendam a um patamar hierarquicamente superior, o que, por sua vez, suscita não raras vezes alguma falta de transparência, bem como as estratégias e mecanismos retóricos ou expressivos que lhe estão associados.

Em contrapartida, certos novos domínios temáticos obrigam a que os seus frequentadores deixem temporariamente de lado determinados pormenores, uma vez que algum arcaboço cognitivo herdado pode revelar-se um lastro impeditivo de uma penetração ágil e célere de temáticas igualmente essenciais. Não quer isto dizer que tais pormenores não sejam necessários, apenas não são é activados necessariamente a todo o momento. Assim, todas as áreas que se definem pela interface obrigam a uma tal síntese (que, como tal, equivale a algo de novo, com a sua estruturação própria). Um termo que vem sendo usado na Alemanha para dar conta da emergência destas novas formas de pensar, muitas vezes em rede, é a palavra *querdenken*, proposta por Hans Peter Dürr¹¹. Como o autor afirma, este é um tipo de

¹¹ Hans Peter Dürr é um reputado físico alemão, discípulo de Werner Heisenberg mas também Prémio Nobel Alternativo, em virtude da sua vertente ambientalista e pacifista. Foi laureado em 2004 com a cruz de mérito do Estado

pensamento que permite fazer com que emergam estilos de vida sustentáveis¹². O morfema *quer*, que nos leva, na tradução, para a ideia de obliquidade, poderia fazer-nos pensar em algo que frontalmente se opõe (como que «atravessando-se-lhe» à frente) ao pensamento analítico, porém o autor rejeita tal simplismo interpretativo: não se trata, em seu entender, de entrar no pensamento fragmentador, objectivador, analítico *por portas travessas*, mas antes de considerar que há um saber mais abrangente ainda do que o das Ciências Exactas (*Naturwissenschaften*), ou mais generoso do que o das Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*), dado que conseguimos sempre perceber mais do que aquilo que *apreendemos* (aqui, num sentido próximo de «agarrar», *be-greifen*). Diz-nos ainda Dürr (p.61): «a ciência moderna já estabeleceu que, em rigor, a realidade não é *conhecível*»¹³.

Ora este pensar oblíquo, por vezes algo transgressivo, que não se deixa agarrar simplisticamente num só alvéolo, nem sempre é tido em conta nas suas plenas potencialidades: costuma ser encarado como uma maneira de pensar «desarrumada», que «não encaixa», que não «bate certo». Porém, como alguma desarrumação não deixa de ser inevitável e até útil, sobretudo em momentos de acelerada mudança, passarei a seguir de perto, associativamente, o fio argumentativo a que me conduz a expressão idiomática que acabo de usar, uma vez que se torna empolgante explicá-la sem a tentação de «arrumar» o assunto, de forma expedita, com o já algo estafado argumento da arbitrariedade do signo linguístico: assim, ela remete para uma área de especialidade no seio da Medicina, hoje quase esquecida mas em tempos remotos de importância vital, a *Pulsologia* (a arte ou técnica de medir as pulsações). Dei aliás por mim, neste ano lectivo, a falar de História da Medicina aos meus alunos de Linguística, dado que fiquei a saber da sua existência quando também eu não resisti a «olhar para lá da borda do prato», conduzida por um linguista a quem já atrás me referi, Harald Weinrich, através do seu livro mais recente¹⁴.

Um livro, de resto, não directamente sobre Linguística: divagando em torno das noções de tempo, nele o romanista alemão demonstra a enorme sageza do seu pensar, bem como a multifacetada generosidade que o caracteriza como literato genuinamente curioso, não só ao retirar cuidadosamente dos escombros de alguma Linguística moderna essa tão esquecida mas fascinante arte que ainda hoje pode ser a Etimologia, como também ao promover a consulta inteligente, madura e deliciosamente dileitante dessas maravilhosas «ferramentas» de cognição que são os vários autores, de diversas áreas – incluindo simples escritores –, que sobre o tema «tempo», ao longo dos séculos, se pronunciaram. O que unifica todo este domínio cognitivo é pois um determinado *tema*, mas será Weinrich, por ter escrito este livro, perito em *Tempologia*? Com o excesso de designações para cursos ou áreas de especialidade, e a urgência em eliminar muitas delas, em nome da harmonização de ofertas induzida pelo Processo de Bolonha, o mais provável é que nunca o viesse a poder ser.

Numa altura em que, apesar de tudo, continua a ser recorrente sublinhar a importância das intersecções entre áreas de especialidade, enfatizando a tão apregoada «transdisciplinaridade», não deixa de ser triste constatar uma espécie de encapsulamento progressivo. Em parte, fruto de factores exógenos às dinâmicas próprias da actividade cognoscitiva, e, em particular, como resultado, também, da erosão do papel dos Estados, por via das restrições orçamentais que vêm pondo em causa a sobrevivência de uma miríade de áreas do saber, algumas de importância crucial. Refiro-me não só àquelas a que qualquer amante das línguas se dedica, as Filologias, como também (porque não?) à própria Pulsologia, no domínio da Medicina. Continua a ser relevante tomar o pulso à realidade, senti-la ou palpá-la, e não apenas *monitorizá-la* com recurso a meios de diagnóstico caros e sofisticados! Na Alemanha existe aliás um neologismo em circulação para designar as áreas de especialidade que mais têm sido afectadas por este processo desagregador: *Orchideenfächer*, ou «disciplinas orquídea», porque muito belas mas também raras, autênticas *especialidades* a não destruir, relíquias a não pisotear desleixada e arrogantemente.

Um tal encapsulamento e, mais do que isso, a supressão de muitas das gavetinhas do saber que antes enriqueciam a nossa paisagem cognitiva e cultural, é prejudicial àquilo que, ainda assim, deveria subjazer às linguagens de especialidade: permitir aumentar o saber que o ser humano consegue codificar, cartografar e nomear, não para que esse saber permaneça estático, petrificado, por séculos e séculos, mas para que seja partilhado e mantido pelos utentes do mesmo, a fim de que, em caso de

Alemão. O artigo em que me baseio (publicado num volume em homenagem ao ecolinguista Peter Finke, seu colega e amigo, também ele detentor em 2004 de um doutoramento *honoris causa* em Ecologia pela universidade de Debrecen, na Hungria) intitula-se da seguinte forma: «Was heißt wissenschaftliches Querdenken? Modelle und Thesen zum wissenschaftlichen Querdenken» [traduzindo: «o que significa 'pensar oblíquo' em ciência? Modelos e teses em torno duma ciência oblíqua»], encontrando-se publicado na antologia vinda a lume, sob a organização de Nilgün Yüce & Peter Plöger (2003), *Die Vielfalt der Wechselwirkung. Eine transdisziplinäre Exkursion im Umfeld der Evolutionären Kulturökologie* [A diversidade das relações recíprocas. Uma excursão transdisciplinar em torno da Ecologia Cultural Evolucionista]. München: Karl Alber.

¹² Acerca da linguagem da «sustentabilidade», termo que, segundo alguns, configura uma área de estudos só por si, refira-se o trabalho de Adelaide Chichorro Ferreira (2005), *Léxico e Estilo do Desenvolvimento Sustentável (Alemão-Português)*. Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos. Coimbra: colecção Cadernos do CIEG, nº 13.

¹³ Por razões que se prendem com o que venho afirmando, mas também com os exemplos que fornecerei adiante, evito na tradução (preservando por literalidade intencional o aroma exótico da língua de partida) o eruditismo *cognoscível* que, a meu ver, não dá tão bem conta da enorme transparência que caracteriza a língua alemã.

¹⁴ Harald Weinrich (2005), *Knappe Zeit. Kunst und Ökonomie des befristeten Lebens* [«O tempo que escasseia. Arte e economia da vida a prazo»] München: Beck.

necessidade, possa também ser usado e aplicado, sempre que tal se mostre relevante. Em suma, se, por um lado, nos deparamos com um *bias* cultural mediante o qual só é dado valor (económico) ao que «encaixa» – e sobretudo ao que «encaixa» no mundo das tecnologias, ou de uma retórica que simule um pensar tecnológico –, não menos verdade é que, para se poder «encaixar» em algum lado, tem de definir-se, ou conceber-se, uma caixa ou uma gaveta (nem que seja provisória, uma espécie de «caixa de sapatos»...) em que arrumar determinado assunto ou tema de que se fale.

Pode não ser consolo para alguns de nós, que vemos esvair-se os edifícios em que vimos morando intelectualmente de há décadas a esta parte, mas o facto é que sempre houve, ao longo da história da Ciência e da Cultura, e da Linguística em particular, fenómenos que armazenámos temporariamente numa chamada *Restgruppe*, ou grupo restante, por a sua classificação extravasar os meios conceptuais existentes num dado momento. Só por si, este dado seria suficiente para que pudéssemos sentir-nos mais tranquilos. Todavia, e para usar a terminologia de Boaventura de Sousa Santos, dá-se hoje o fenómeno não escamoteável da «produção de ausências», tanto no saber como nas democracias¹⁵.

8. «Áreas -hífen»

Se na área da Construção Civil tais ausências continuamente a serem produzidas contemplam em Portugal as vertentes ainda híbridas (o hífen sinaliza tal hibridismo), ou marginais, que em alemão cruzam, por exemplo, a Construção Civil em sentido convencional (à base de betão) com a Biologia (designadamente, a construção de edifícios biologicamente adaptados ao ser humano, mediante uma escolha reflectida, e alternativa, dos materiais, ou mediante a simples manutenção em boas condições do que já existe), no que toca à Linguística essa produção de ausências vem afectando a Ecolinguística (na sua vertente mais crítica e interventiva), que cruza pelo menos duas áreas do saber distintas, a Linguística e a Ecologia. Ora um entrecruzar de domínios de especialidade não passa simplesmente por colocar um hífen entre a designação de uma área e da outra, uma vez que implica, antes de mais, um trabalho de fertilização mútua, pela articulação de duas culturas em alguns pontos totalmente diferentes, embora em muitos aspectos também semelhantes. Que esta *cross-fertilization* de facto existe, nota-se numa série de outras tendências que, aqui e ali, venho observando, e que enumerarei de seguida.

Em abono da verdade, refira-se que também na área da Física se publicam hoje textos sobre literatura (muito embora relacionados com a história da Física), quase dando a sensação de que são os físicos, e não os formados em Letras, que mais deleite encontram nas «belas letras». Há também livros com alto grau de tecnicidade todavia redigidos um pouco à maneira de obras literárias (veja-se o caso de António Damásio, e o seu livro sobre Espinosa¹⁶), e, inversamente, anúncios publicitários que vivem da simulação o mais rigorosa possível de uma linguagem «puramente» técnica (bata branca e tudo, como num recente *spot* televisivo sobre um dentífrico). Numa obra dedicada à Química¹⁷, deparei-me com profusas referências à terminologia técnica da Linguística. Seja como metáfora ou artifício decorativo, para efeitos de *marketing* da área ou tecnologia em causa, ou com finalidades pedagógicas, talvez valesse a pena as filologias descerem um pouco do pedestal que a si próprias ao longo das décadas erigiram, no sentido de olharem em volta e se deixarem fertilizar pelo mundo – em muitos pontos agressivo e imperfeito – no qual vivemos *em tempo real* (para de novo recorrer à linguagem informática).

Estudar linguagens de especialidade implica ter em conta todos estes aspectos, e não somente aqueles que dizem respeito às particularidades lexicais que mais se costuma colocar em evidência, designadamente a utilização de uma terminologia própria, constituída por termos técnicos cuja definição é o mais possível inequívoca para o universo dos seus utentes. Nem ela é realmente sempre inequívoca (vai em muitos casos sendo construída ao longo dos tempos, e redefinida em função das novas aquisições cognitivas, que todavia não podem ser alcançadas sem algum entendimento prévio relativamente aos degraus terminológicos a percorrer até se alcançar um nível ou patamar superior de conhecimento), nem a linguagem de uma área de especialidade se limita a ser a daqueles que nela trabalham.

Assim descrita, não é uma mera nomenclatura, um sistema organizado de conceitos associados a determinadas designações que abarcam um domínio particular do saber ou área de actividade, normalmente de natureza profissional, havendo lugar, nesse mesmo sistema conceptual, não só a hierarquizações de conteúdos como também à interferência da própria circunstancialidade do seu uso na respectiva manifestação e evolução concreta. Se, por definição, se vira para dentro do universo daqueles que através dela comunicam, ficando de alguma forma inacessível, em todos os seus detalhes, àqueles

¹⁵ Cf. Boaventura de Sousa Santos (2005), *O Fórum Social Mundial. Manual de uso*. Edições Afrontamento, pp. 19-23 (cap. 2.1. O fórum Social Mundial e a sociologia das ausências), em particular o seguinte excerto (pp. 19-20): «São várias as lógicas e os processos através dos quais os critérios hegemónicos de racionalidade e de eficácia produzem a não-existência do que não cabe neles. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível e descartada de um modo irreversível.»

¹⁶ Cf. António Damásio (2003), *Ao Encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do Sentir*. Publicações Europa-América.

¹⁷ Pierre Laszlo (1995), *A palavra das coisas ou a linguagem da química*. Trad. de Raquel Gonçalves e Ana Simões. Coleção Ciência Aberta, Gradiva.

que fora dela se localizam, não deixa também de constituir, nessa medida, um instrumento ao serviço do exercício de um poder que se caracteriza ainda, na maioria dos casos, por ser essencialmente hierárquico, como é tendencialmente hierárquica a própria organização das sociedades humanas. Mais do que separar-nos das sociedades dos primatas, cada vez mais bem estudadas, convém dizer que este mesmo aspecto, caso não seja interpretado da maneira mais correcta, antes de pelo menos algumas delas nos aproxima um pouco.

Há pois que estudar uma linguagem de especialidade não só no modo como ela se organiza dentro do universo dos detentores desse saber particular, como também na forma como ela se relaciona com o exterior, ou como acaba por se hibridizar e miscigenar com esse e com muitos outros mundos exteriores possíveis para cada uma delas. Assim, da linguagem da Medicina, por exemplo, não está ausente o pólo do paciente. Também ele é abrangido ou tocado, de forma muito evidente, por essa mesma linguagem de especialidade. Pode acontecer que falar em *neoplasia* seja mais eficaz entre médicos do que dizer *cancro*, mas também não é de excluir que usar o termo aparentemente mais «técnico», e não o outro mais «comum», acabe por surtir um desejável efeito tranquilizador junto de pessoas fragilizadas e susceptíveis, os pacientes. Mas urge também não esquecer a própria linguagem do médico enquanto «paciente», ou ser humano sujeito à pressão que pode representar o ter de lidar quotidianamente com casos de extrema gravidade, por exemplo com doentes terminais. Na edição inglesa de Maio de 2005 da revista «Scientific American» conferia-se destaque, precisamente como subárea de especialidade em expansão nas universidades americanas, à chamada «narrative medicine», vertente que combina a arte e ciência da interpretação literária com a Psicologia e Psiquiatria.

Além de o número de áreas de especialidade ter aumentado em flecha no último século (muitas desapareceram também), a par do aumento exponencial do número de produtos e áreas de produção que caracterizam as sociedades modernas, aconteceu também ter entrado em cena o conceito de inter-, e mesmo de transdisciplinaridade, que acabou por tornar muito mais complexa e até fluida toda esta questão. Efectivamente, se na génese do próprio conceito de áreas de especialidade está a ideia de divisão social *do trabalho*, o paradigma da industrialização, o facto é que, hoje em dia, existe pesca profissional e não profissional, futebol profissional e amador, turismo do ponto de vista da oferta e também do ponto de vista da procura! Nem sempre as linguagens de especialidade dizem respeito a domínios que contemplem uma determinada actividade profissional/industrial, um «ramo de negócio», uma vez que, pelo menos em Portugal, e a julgar pelo número e diversidade de produtos à venda, parece haver cada vez mais «profissões» (ou antes: «profissão») mas cada vez menos empregos. Podemos até estar perante áreas de especialidade que contemplem áreas de lazer («ramos de ócio», por assim dizer), se bem que nem sempre nos deparemos hoje em dia com o lazer em estado puro, uma vez que há toda uma indústria que a ele diz respeito, bem como toda uma indústria ligada ao desporto, aspectos que de novo introduzem complexidade neste sistema definatório. Até no tocante às actividades de voluntariado (?) cívico podemos distinguir aquelas que são levadas a cabo por gente habilitada por formação profissional específica a trabalhar numa dada área, e, por outro lado, o voluntariado por parte de pessoas que, desempenhando uma outra profissão ou actividade, dão o contributo que podem nos seus tempos livres. Costuma também ser diferente (porém não demasiadamente diferente) o discurso de um biólogo a trabalhar para uma ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente) e de um outro a trabalhar numa universidade. Tudo isto predispõe a que a linguagem usada, mesmo sendo técnica, se molde às características dos seus destinatários, e em particular a um determinado universo temático e contextual, ele sim, específico.

Finalmente: se podemos manter que um termo técnico não é, em princípio, muito compatível com infundáveis teimas de parte a parte, sendo costume distinguir-se a linguagem de especialidade da linguagem comum, é precisamente com base neste pressuposto que é habitual estabelecer-se uma clivagem ou hierarquia, muito nítida, entre peritos e leigos. Nem sempre, todavia, os peritos se agarram eternamente a uma determinada linguagem de especialidade, havendo por outro lado leigos que, enquanto auto-didactas e/ou profissionais num determinado *métier*, superam o nível de conhecimentos de muitos técnicos habilitados pelos esquemas normais do ramo, mas sem experiência operacional. Tal não invalida porém que, com enorme sentido estratégico, haja também muitos leigos que introduzem no seu discurso termos de especialidade no sentido de, enquanto leigos no essencial, passarem mais despercebidos. Espero portanto que a minha ignorância na miríade de assuntos que aqui fui aflorando de forma tão superficial tenha também passado inteiramente despercebida, e passemos então em revista algumas dessas técnicas de disfarce.

9. O plástico na linguagem

O facto é que, sendo eu uma mulher de Letras, tenho realizado algum trabalho em áreas científicas que se situam em domínios próximos dos das Ciências ou Tecnologias, nem que seja pela via da tradução, pelo que em breve será publicado no Centro Universitário de Estudos Germanísticos (CIEG) um fruto dessa minha actividade: como achei que era necessário que em Portugal se soubesse mais acerca de reciclagem de plástico, e como vi que na Alemanha havia quem tentasse promover uma tecnologia inovadora nesse campo, traduzi, em colaboração, uma brochura de um movimento de cidadãos cuja

temática cruza a Ciência e Tecnologia com questões sociológicas, económicas e mesmo políticas¹⁸. Porque, mal ou bem, nos mais variados produtos de consumo há imenso plástico em circulação, e tendo-me eu sempre pronunciado contra a respectiva queima, era o mínimo que estava ao meu alcance fazer. Não sendo embora perita no assunto, o facto é que, pela via do conhecimento de línguas, e em particular da tradução, tive acesso a conhecimento de natureza tecnológica de que raramente se falava em Portugal.

Porém, ao ler outros textos produzidos nos domínios das tecnologias, ou da política tecnológica, a vontade de fugir é por vezes tanta que acabo redigindo aquilo que, em Linguística, ciosa das suas boas relações com a objectividade e o rigor científico, seria pouco recomendável. Porque não sou a única linguista a reagir de forma um tanto desconcertante a certos aspectos das linguagens técnicas, fornecerei agora alguns exemplos que correspondem, na sua tecnicidade mais simulada que efectiva, a *linguagem de plástico* (analogia, aqui, para com *comida de plástico*, o oposto de uma verdadeira especialidade gastronómica), um tipo de escrita que necessita, antes de mais, de ser «reciclada». Para o linguista Uwe Pörksen, o plástico é de resto a metáfora que melhor descreve a linguagem de uma ditadura internacional em que leigos se disfarçam de peritos e peritos não fornecem qualquer informação relevante¹⁹. No português, ela acaba por se reflectir em manifestações como aquelas com que deixarei o leitor autonomamente entretido, através dos exemplos em anexo, na convicção todavia de que todo este assunto mereceria, só por si, um estudo aprofundado, a realizar noutra ocasião.

Anexo

Exemplos da «linguagem de plástico»

1. Repetição compulsiva e «cadavezmaísmo»

Plástico duro de moer:

«Estes tipos de turismo articulam -se com a diversidade das formas de turismo que, por sua vez, se associa à segmentação do turismo (vidé capítulo II) e ao reconhecimento de que o turismo é cada vez mais uma actividade com impactos em múltiplos domínios da sociedade»

Plástico parcialmente reciclado:

«Estes tipos de turismo articulam -se com a diversidade das respectivas formas, que, por sua vez, se associa à sua segmentação (vidé capítulo II) e ao reconhecimento de que esta área de actividade possui cada vez mais impactos em múltiplos domínios da sociedade.»

a) É necessário recuperar alguma agilidade na maneira como se articulam as cadeias anafóricas, dado ser essencial para num dado texto se ficar a saber qual é o tema ou assunto dominar os processos que permitem desenvolvê-lo no plano sintagmático. Se não se domina esta técnica em português, pergunto-me como se conseguirá alguma vez aprender a ler textos numa língua como o alemão, em que a existência de marcação de caso (por exemplo em pronomes, mas não só) pode, ou bloquear, ou desambiguar determinadas interpretações apressadas, devendo no entanto ser devidamente tida em conta na leitura.

b) O recurso à expressão «cada vez mais», sobretudo em situações das quais está ausente a sustentação empírica (e em que seria desejável que ela fosse tida em conta), é paralelo ao que, mais abaixo, deixo comentado a propósito do fenómeno do «multiplismo».

2. Desresponsabilização do emissor: abuso de se, nominalização e «multiplismo»

«Também quando se fala de turismo urbano e na necessidade de compreender a sua complexidade, considera-se essencial o estabelecimento de um modelo analítico capaz de sintetizar a multiplicidade de factores e processos associados a este tipo de turismo.»

a) Quem fala, quem considera? De quem é a necessidade? Quem estabelece o modelo analítico? Porque não escrever simplesmente: «é essencial um modelo analítico...etc».

b) Falar em multiplicidade de factores não será uma maneira de evitar nomear cada um desses factores por si, detalhadamente? Não resulta disto uma imagem de complexidade que acaba por ser ilusória?

3. Complicação vocabular e pruridos excessivos

«Uma outra dimensão problematizante refere-se à dificuldade em conciliar o planeamento e a gestão dos espaços públicos com as estratégias das empresas turísticas, podendo-se mesmo falar

¹⁸ O caderno do CIEG em questão, de minha autoria e organização, está no prelo, com o título: «Dito €-feito: como se fala (e o que não se diz) acerca de crio-reciclagem, (co)incineração e produção limpa».

¹⁹ Cf. Uwe Pörksen (1992⁴): *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur*[Palavras de plástico. A linguagem de uma ditadura internacional]. Stuttgart: Klett-Cotta.

em diferentes «velocidades» entre a administração pública e os sinais provenientes do mercado turístico.»

a) Haveria algum problema em que, neste excerto, se falasse simplesmente em «problema»? E por que razão se usa aspas na palavra «velocidades», quando na realidade o que se pretende dizer é isso mesmo? Porque abusamos tanto das aspas em português, dando a impressão de não assumirmos aquilo que dizemos, ao ponto de a expressão «entre aspas» já se ter tornado num idiomatismo?

4. Reflexos da pressão da imagem, rima e contradição por má sequenciação sintagmática

«O sector público, fundamentalmente a partir de meados dos anos 70, tem-se destacado na tentativa de inversão da situação de degradação em que muitos centros históricos caíram através de processos de revitalização, os quais se contextualizam na revitalização mais lata da(s) cidade(s).»

a) De novo, aqui, a metáfora da velocidade... Porque será que sentimos tanto essa necessidade de nos «destacarmos» uns dos outros, de nos colocarmos à frente dos demais, de protagonizarmos algo? E porquê tanta rima em «ão», num texto que não deveria rimar? Finalmente, o sintagma «através de processos de revitalização» deveria ser colocado imediatamente a seguir a «tem-se destacado», pois só assim se dá conta do sentido que presumo se pretenderia veicular: o de que a tentativa de inversão da situação de degradação se fez por meio da revitalização. Tal como está, dá ideia que a revitalização contribuiu de facto para a degradação. Pode ser plausível, dependendo do assunto de que se fale, e nesta área de especialidade tudo é possível.

5. Encher o texto (e a paciência do leitor...)

A. Plástico duro de moer:

«Constituindo-se fundamentalmente como segmento do turismo urbano, o turismo cultural tem inserção privilegiada no espaço urbano».
(16 palavras e 127 caracteres, com espaços)

A1 Plástico reciclado:

«O segmento do turismo cultural insere-se privilegiadamente no espaço urbano.»
(10 palavras e 75 caracteres, com espaços)

B Plástico duro de moer (antes de se mostrar um gráfico na página seguinte):

«No quadro desta problemática estabelecemos uma interconexão conceptual e analítica que pode ser percebida quer no plano vertical quer no plano horizontal (fig.0.1)»

B1 Plástico reciclado:

«Atente-se agora na figura 1»

a) Sem comentários.

6. O Bingo da Asneira²⁰

Este jogo é para quando se está numa reunião ou conferência que constantemente nos faz bocejar. Cada jogador deve possuir uma grelha de palavras como a reproduzida abaixo, devendo assinalar-se com um x cada palavra inventariada sempre que ela seja ouvida. Quando se conseguir alcançar 5 palavras em linha, seja na vertical, seja na horizontal ou mesmo obliquamente, o jogador deve pôr-se de pé e gritar: «Asneira!»

intervenção	implementação	instrumento	planeamento	sustentado
percepcionar	marcante	multifacetado	emergência	assume-se

²⁰ Adaptação livre por Adelaide Chichorro Ferreira ao português do «bullshit bingo» (versão inglesa disponível em: <http://www.perkigoth.com/home/kermitt/stuff/bullshitbingo/>), para onde se pode até enviar sugestões, pelo que o site está em constante reformulação (as primeiras versões pareceram-me, aliás, mais certeiras do que a última, visitada em Novembro de 2005).

integrado	reconhecimento	primordial	privilegiado	linha
constituem / constitui-se	protagonismo	(quadrado livre)	crescente	cada vez mais
estruturante	valorizar	potenciar	analíticos	desafio
desígnio	competitividade	fazer uma abordagem a	operacionalizar	produto

2. ANABELA MIMOSO,

ESE Jean Piaget

Biodados

ANABELA BRITO CORREIA DE FREITAS MIMOSO da ESE Jean Piaget; Natural de Lisboa; Licenciada em História pela FLUP; Mestre em Cultura Portuguesa pela FLUP (dissertação de mestrado: “*Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*” de Gonçalo Fernandes Trancoso); Doutoranda de Cultura Portuguesa na FLUP (dissertação de doutoramento: *As Novelas Breves Portuguesas do século XVII*).

Professora efectiva do 2º ciclo; docente de Literatura Infanto-Juvenil da ESE Jean Piaget.

Autora de manuais escolares para o ensino de Português; escritora de literatura infanto-juvenil, tem-se deslocado inúmeras vezes a escolas, bibliotecas e feiras do livro para encontro com as crianças, pais e docentes e feito comunicações em colóquios, congresso e encontros sobre a literatura infanto-juvenil e literatura popular.

Bibliografia:

D. Bruxa Gorducha (distinguido pela revista White Ravens, 1996),
Era um Azul Tão Verde,
O Tesouro da Moura (esgotados);
O Último Período,
Parabéns, calóira!,
Um Sonho à Procura de uma Bailarina,
Quando nos Matam os Sonhos,
O Tesouro do Castelo do Rei (no prelo), etc.
 “O Papel dos novos/velhos desafios na recuperação da memória oral”, in *Pedagogias do Imaginário*;
 “*Contos e Histórias* de Gonçalo Fernandes Trancoso – um livro exemplar”, in *Revista de Línguas e Literatura*, FLUP, etc.

SINOPSE:

Para a formação de leitores e falantes de uma língua há que apostar no ensino dos mais jovens, o que nos leva àquilo que se convencionou chamar Literatura Infantil. É um facto adquirido que esta nasceu sob o signo da Literatura Oral. Ora, este processo tem sido e é susceptível de ser repetido, com sucesso, nas literaturas das jovens nações.

O que propomos não é um método de aprendizagem do PL2 ou PLE, mas uma forma de tornar essa aprendizagem mais sedutora, eficaz, útil e duradoura. Estando em Timor o Português reduzido a ser falado pelos mais velhos, é a partir deles que deve emergir: o caminho a seguir é o de implicar essa camada da população na divulgação da língua, através da recolha de lendas, contos, cantigas, provérbios... promovendo assim o (re)conhecimento simultâneo da língua e da cultura.

DA LITERATURA DO POVO À LITERATURA INFANTIL

Sendo a língua portuguesa apenas uma das línguas oficiais de Timor Lorosae e não a sua língua materna, para mais tendo sido sujeita a uma tentativa de apagamento sob a ocupação militar indonésia, ela terá de ser aprendida como uma segunda língua.

Língua da resistência, como lhe têm chamado (ANÇÃ: 2005; 38), o português assume, neste país, especificidades *sui generis* que, se é verdade que dificultam o seu domínio, sobretudo por parte da população mais jovem que não contactou com ela, também podem constituir uma mais-valia para a sua aprendizagem.

É que, na realidade, o português é uma L2 e não inteiramente uma LE²¹, pelo menos para uma parte da população, na medida em que a nossa língua estabelece com o povo timorense laços históricos, religiosos e culturais que marcaram a identidade deste povo. O desprezo por esta realidade inviabilizará a apropriação de um modelo socio-cultural e de valores que foram eles que deram personalidade a Timor do Sol Nascente.

A identidade de Timor tem, pois, de ser encontrada na língua e na cultura portuguesa, bem como na sua relação com a língua e a cultura tétum. Só a apropriação destes dois modelos complementares permitirá perceber e assumir plenamente a cultura timorense como um cadinho de influências, como uma cultura única, rica e tão forte que se conseguiu e consegue impor num meio geográfico altamente desfavorável do ponto de vista económico, político, social e cultural. Só esta assumpção poderá funcionar como um facilitador da aprendizagem da língua portuguesa, na medida em que, desta maneira, essa aprendizagem deixa de ser uma obrigação e passa a ser uma necessidade cultural. Só a consciencialização deste facto contribuirá para introduzir o português no quotidiano timorense.

Convém ainda considerar que, nos anos mais próximos, a instabilidade ortográfica do tétum, língua, por excelência, oral, confere de imediato ao português uma responsabilidade acrescida e um papel de primeira água na comunicação escrita.

Por outro lado, o facto de não ser língua materna não é novidade num país em que o tétum oficial (tétum praça), sendo a língua franca, também não é a língua materna de todos os timorenses que, aliás, também já tiveram como LE o bahasa. E muitos tiveram/têm ainda o inglês como LE. O povo timorense está, pois, habituado a conviver com a necessidade de aprender mais do que uma língua e tem conseguido superar esta situação.

No entanto, a aprendizagem da língua portuguesa apresenta-se com uma dificuldade acrescida, na medida em que, para uma maioria dos jovens timorenses, ela é também a língua da colonização, do passado, do imobilismo. Não podemos esquecer que para esta camada da população o português é efectivamente uma LE²². Não podemos também deixar de ter em conta a sedução que o inglês exerce sobre os jovens timorenses, já que esta língua é-lhes apresentada como a língua do sucesso económico. Este facto leva à desvalorização da língua falada pelos pais com a subsequente desvalorização da imagem parental, implicando, concomitantemente, a desvalorização de toda a sua cultura.

Logo, a par do ensino da língua portuguesa, convém criar condições para que o sistema sócio-cultural que a suporta, ou seja, a religião católica, a História de Timor e o seu passado comum com Portugal, seja também valorizado. Assim, o conhecimento da língua portuguesa não deve ser meramente institucional, antes deve propiciar aos jovens a possibilidade de forjar a sua própria identidade, proporcionando-lhes a possibilidade de conhecer e perceber as diferenças culturais do país.

Este facto não é novidade, insere-se nos objectivos do próprio ensino, já que hoje ninguém duvida que «Todo o ensino visa construir, no aluno, certas formas de pensar, falar/escrever, agir, em contextos específicos, formas que constituem uma iniciação à **cultura** de uma sociedade» (AMOR:2002; 11 - sublinhados nossos).

Mas não é menos importante perceber que é no conhecimento da nossa identidade que podemos entender e respeitar a alteridade, logo a cultura dos estrangeiros cooperantes no país, o vizinho indonésio, o vizinho australiano²³.

²¹ Utilizo aqui a classificação da LP como L2 baseando-me não num critério linguístico, mas sociolinguístico, na medida em que considero, não a cronologia da aquisição, mas na aceção de uma língua não materna adoptada como língua das instituições.

²² O português assume assim uma dupla condição: é «L2 para uma população menos jovem e LE para os nascidos depois de 1975» (ANÇÃ; 2005).

²³ O ensino do PL2 deve situar-se exactamente, conforme Regina Sena preconiza em relação ao ensino do português aos filhos dos emigrantes, «na base das trocas pluriculturais, não se impondo agora um modelo cultural único, mas tentando que se estabeleçam as múltiplas relações entre as várias culturas» do país em que o aluno está inserido (1983; 19).

Penso que será mais importante ter em conta que devem ser estas as motivações que as crianças deverão sentir para aprender a escrever e a falar a língua portuguesa, e não o facto de ela ser a língua burocrática.

Como não sou linguista não venho aqui defender um método de aprendizagem da língua, aliás, penso como Inês Sim-Sim que esse método «é secundário, o importante é os miúdos serem expostos a dois tipos de estratégias: o reconhecimento global da palavra e a correspondência letra/som» (2004; 13). Como professora de Literatura Infantil e investigadora daquilo que se chama “literatura popular”, mas também como escritora de literatura para crianças, só poderei falar, com alguma propriedade, de literatura.

Ora, como é do conhecimento geral, é consensual que nenhum ensino da língua deve estar desfasado do ensino da leitura. E se a leitura é o conteúdo prioritário a desenvolver na escola, na família e na comunidade, é através dos textos que o seu ensino terá de ser levado a cabo, até porque se se aprende a fazer fazendo, aprende-se a ler lendo.

Partindo, pois, da constatação do facto de que o ensino de qualquer língua (como de qualquer saber) tem de passar, em primeiro lugar, por uma forte motivação, o que defendo aqui é uma forma de tornar essa aprendizagem mais implicada, logo mais útil, mais eficaz e duradoira, mas também que os meios utilizados nessa aprendizagem possam servir toda a comunidade. Quando referimos **meios**, obviamente que nos estamos a referir a textos.

Mas se este não é um método de ensino da L2, é, efectivamente, um processo adjuvante, complementar à aprendizagem da língua e, ao mesmo tempo, o reencontro com as raízes.

Assim, embora os métodos de ensino da língua e da leitura possam ser os já testados no ensino de qualquer L2 ou LE, a escolha dos textos base, dos textos que pretendemos que os alunos descodifiquem e que deles se venham a apropriar, tem de ser específica e adequada à realidade timorense.

Na verdade, se anteriormente referimos o facto da língua portuguesa apresentar em Timor especificidades próprias, só faz sentido defendermos a ideia de que a sua aprendizagem neste país terá de ser alvo de soluções particulares. Logo, o seu ensino não se compadece em ter por base manuais e outros materiais de apoio que não tenham sido produzidos propositadamente para a realidade timorense. Mas os manuais, por mais bem elaborados que estejam, por mais necessários que se tornem, são sempre redutores da aprendizagem, na medida em que propõem um modelo único e em que veiculam uma perspectiva de fora (a do adulto, a do cidadão, a do português...).

Claro que nenhum método de ensino de uma língua, ou de qualquer outro saber, pode ser tão autista que tenha apenas como material o manual. O que proponho é um recurso complementar ao manual que, em caso extremo, pode mesmo ser o recurso único ou fundamental, como por exemplo, na alfabetização de adultos.

Não podemos, no entanto, esquecer também que a aprendizagem de uma língua é não só um saber que se adquire, mas sobretudo um saber-fazer que se tem de actualizar e de ser capaz de exercer em situação²⁴. E se tivermos em conta o que nos diz Vigotsky quando defende que não se ensina a língua e a cultura, antes se criam as condições ou os meios para que o aluno se aproprie delas e as possa reconstruir, reinventar ou reinterpretar a seu modo, então poderemos/deveremos tornar o aluno agente do seu próprio conhecimento.

Assim, se o que se pretende é, não só implicar o aluno na sua própria aprendizagem, mas também alargar os seus horizontes ao conhecimento da sua cultura, será na leitura dos textos “autênticos”, dos textos que construíram a sua memória, mesmo quando ela é veiculada através da memória dos pais ou avós, que deverá assentar o ensino da língua. De facto, a memória dos nossos pais é a memória do nosso país, da nossa identidade, do sustentáculo para a nossa independência cultural.

Ora, sendo o português falado apenas pelos mais velhos que resistiram heroicamente na defesa do direito à sua independência política e à sua independência cultural, há que valorizar e divulgar a riqueza cultural de que eles são portadores. Urge, pois fazer recolhas dos seus saberes (contos, histórias da vida, ensalmos, orações, canções, receitas de mezinhas e receitas culinárias...) em suporte escrito e informático, junto dos informantes ou levando, quando possível, os informantes às escolas.

Estas recolhas devem ir sendo divulgadas em livros que podem ser despreziosos, porém sérios, isto é, não há necessidade de edições luxuosas, cartonadas e coloridas: não vale a pena suspirar por verbas que não há, por subsídios que não vêm. As ilustrações podem ser a preto e branco, mas devem ser precisas e minuciosas, elucidativas das realidades focadas para cumprirem a sua principal

²⁴ Bem se pode dizer como Emília Amor que, actualmente, «a Didáctica da Língua Materna (D.L.M.) centra-se em **saberes e saberes-fazer** específicos, no que se demarca da Pedagogia, inscritos em **actos de ensino e aprendizagem**, no **contexto escolar formal**, no que também se distancia das disciplinas científicas de referência» (2002; 7).

missão: trazer luz aos textos. Subsidiados pelo governo ou por entidades privadas, estas publicações, estes registos da memória de um povo, podem ser assim preservados e divulgados.

Se se fomentar uma política de troca, a lista de publicações nem precisa, numa primeira fase, de ter grandes tiragens. Constituindo-se em pacotes ou “malas viageiras”, organizadas segundo um critério genológico, passarão assim a circular pelo país. Deste modo, por exemplo, enquanto as escolas de uma região trabalham, durante um período, textos narrativos (contos, lendas, histórias da resistência...), outras estão a trabalhar os textos poéticos (canções de berço, rimas para jogos, orações, ensalmos, provérbios, adivinhas...), outras ainda descobrirão os saberes práticos ancestrais (receitas gastronómicas, de medicamentos...). No período seguinte, são trocadas as obras, cabendo ao primeiro grupo agora os textos poéticos, ao segundo os saberes, ao terceiro os textos narrativos, etc.

Outra hipótese a ter em conta, que baixará significativamente os custos, é a elaboração de livros gigantes, isto é, de livros utilizados, ao mesmo tempo, pelo grupo todo. O ideal será repetir, mais tarde, o estudo de cada um destes livros, agora acompanhados de livros em formato normal, um por aluno ou um para cada dois alunos²⁵. Numa primeira fase, o importante é que esses saberes cheguem aos alunos.

Este processo pode ainda ser implementado no sistema de trocas a que acima fizemos referência, pelo que terá baixos custos. Evidentemente que as recolhas serão faseadas, tendo em conta o número de indivíduos implicados nelas, a sua disponibilidade e a capacidade de deslocação no terreno, mas também a capacidade e a forma de apresentação.

Destes registos poderão surgir edições bilingues em português e tétum. Em alternativa, poder-se-á optar por registar apenas o resumo em tétum dos textos em português incluídos nessas obras. A vantagem deste sistema é a de que uma mesma edição pode servir o ensino do português mas, mesmo tempo, servir de leitura formativa e/ou recreativa, a jovens e a adultos alfabetizados, mas não familiarizados ou já esquecidos da língua portuguesa.

Como qualquer recolha do património oral, estas devem respeitar rigorosamente a forma como a língua subsiste entre esse povo que a soube defender ciosamente, tal como defendeu o seu direito à liberdade. Caberá depois ao professor de português explorar as diferenças entre o registo efectuado e a norma.

Finalmente, temos criadas as condições para que sejam os próprios alunos a apropriar-se dos meios para preservar os textos da memória de seus pais e avós, passando eles então a pôr em acção o saber-fazer que lhes permite a apropriação de uma realidade a que se sentirão mais fortemente ligados e com a qual podem interagir. Estarão também eles aptos a fazer as recolhas na sua própria família, na sua rua, na sua aldeia.

Deste modo, não só se vencem os desafios que se colocam à educação e que são: «ensinar a ler criticamente; ensinar a gostar de ler; criar hábitos de leitura vitalícios» (CASTANHO: 2002; 43) - ou seja, não nos limitarmos a ensinar a decifrar palavras -, mas criámos também leitores e ajudámos os mais novos a conhecer e a amar a sua riquíssima cultura (e só se ama o que se conhece).

Simultaneamente estamos a promover a vitalização da língua, quer dizer, o seu uso efectivo, pois aprender uma língua é «non seulement apprendre à construire et à comprendre des phrases correctes, mais aussi utiliser ces phrases de manière appropriée pour accomplir une intention communicative quelconque» (WIDDOWON, citado por FRAGA: 1983, 55).

Mas, ao mesmo tempo, com este processo de ensino/aprendizagem também se está a garantir a possibilidade de resgatar a identidade timorense, de amar a complexidade cultural que faz a riqueza de um povo.

Estas recolhas constituirão assim um *corpus*, real, vivo e devidamente estruturado, da Literatura Infantil timorense. À semelhança do nascimento da chamada Literatura Infantil na civilização ocidental, a literatura infantil timorense deverá também nascer das recolhas do património popular. Foram também as recolhas levadas a cabo sistematicamente nos séculos XIX e XX, em Portugal, por homens como Almeida Garrett, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos ou Consiglieri Pedroso que constituíram a base da nossa L.I..

Porém, estes textos não têm de ficar congelados, podem servir de hipertextos para a criação de um rico e vasto *corpus*, pois é partindo da matriz que se pode depois criar (que é sempre recriar), ou seja, essas recolhas servirão para depois, a partir delas, os escritores as trabalharem, criando textos literários novos destinados às crianças, mas textos com alma e identidade. Este é um processo que na

²⁵ A elaboração do livro gigante foi também proposto pelo projecto de literacia ALL - Aprender a Ler Lendo – que se destinaria, nas palavras de G. Castanho a «cativar todas as crianças portuguesas – as que vivem no país e fora dele – com livros que garantam a eficácia da leitura, através de textos organizados por níveis de dificuldade» (2002; 41), mas o processo difere um pouco deste que proponho.

Literatura portuguesa actual continua a beneficiar de grande vigor, como demonstram os trabalhos de António Mota, António Torrado, Luísa Ducla Soares, entre outros.

No fundo, estamos também a utilizar uma metodologia de projecto, centrada na acção, ou seja, em trabalhos de intervenção na comunidade. Mas estamos ainda a ser mais ambiciosos, pois propomos simultaneamente uma incursão na investigação, promovendo o alargamento dos saberes e promovendo a sua reconstrução (AMOR: 2002; 23).

As “jovens” línguas conhecem bem este processo e temos aqui bem perto de nós, exemplos semelhantes: o galego e o mirandês. A Literatura Infantil galega, realidade pós-franquista, teve como base matricial as recolhas do património popular galego. Também os primeiros textos escritos em mirandês, se bem que ainda não formem uma L.I, foram as recolhas do património oral. O que é óbvio, já que, se estas duas línguas foram carinhosamente conservadas e alimentadas pelo povo como línguas orais, o primeiro trabalho a fazer quando se pretende a constituição de uma Literatura é proceder ao registo escrito dos saberes desse povo.

Claro que a verificação da importância dada à cultura dos pais despertará nas populações jovens a ideia da sua importância e o dever de a preservar. As recolhas levadas a cabo ensinar-lhes-ão a, futuramente, serem eles a sentir a necessidade de preservar essa cultura e a dominar o saber promovê-la.

Os materiais assim elaborados também podem ser utilizados na alfabetização da população adulta e o percurso que atrás preconizamos tem a vantagem de se poder aplicar também ao ensino do tétum.

Não se pretende, porém, que este trabalho seja só para uso interno, mas para dar a conhecer a essa vasta comunidade que é o mundo lusófono, as variantes da sua língua, dos seus saberes, das suas culturas.

Lutando contra a globalização e a perda de identidade, as regiões da Europa comunitária reagiram à união com a constituição de confrarias que, regionalmente, promovam, defendam e preservem os seus saberes e sabores. Assim, a par de confrarias gastronómicas ou enológicas que lutam contra a comida de plástico, contra a perda dos hábitos alimentares ancestrais, há outras, também culturais, mas num sentido mais elitista, sendo mesmo três delas literárias, estando em formação mais uma.

Pelo contrário, o isolamento cultural, a distância geográfica, a resistência militar são também óptimos meios de preservação da cultura. Porém, a velocidade das comunicações, as novas tecnologias de informação e a curiosidade e simpatia que pôs Timor na boca do mundo, atraindo boas e más intenções, acabarão rapidamente por descaracterizar a sua cultura. Cabe assim à população timorense inventar ou adaptar formas de organização, a nível regional ou nacional, para a defesa da variadíssima e riquíssima cultura luso-tétum.

Caberá ao governo timorense garantir que a escola pratique um ensino que faça os jovens compreender o pluralismo cultural, estabelecendo pontes entre a escola, a família e a sociedade, garantindo a preservação das línguas e da cultura de todo um povo, promovendo a formação de brigadas para as primeiras recolhas do património oral, mas cabe também ao governo e às instituições culturais dos restantes países lusófonos, sobretudo a Portugal, a defesa e divulgação desses mesmos valores. Essa ajuda pode ser feita, por exemplo, através da criação de estágios, de bolsas de estudo, mas também da produção de filmes, livros, revistas da lusofonia, de apoios à criação desses bens culturais, bem como da mobilização dos profissionais de vários ramos.

Tendo em conta as dificuldades económicas destes países, este sistema pode funcionar por permuta, no caso dos recursos humanos, ou por cedência temporária, no caso das trocas de produtos.

É evidente que Portugal terá uma responsabilidade acrescida na preservação da língua, sobretudo através da construção das “pontes” interculturais de que falava Chrys Chrystello, necessárias à criação daquele «fluxo constante de trânsito lusofalante, qualquer que seja o fuso» (2002).

Só com a conjugação dos esforços de professores, do povo, das instituições de ensino, do governo timorense e dos governos dos outros países da CPLP poderemos ouvir em Timor a doce língua de Camões falada com sabor a café e a sol nascente.

Referências bibliográficas:

- Amor, Emília (2002) “Didáctica da Língua Materna” in (re)pensar o ensino do português, Lisboa, Salamandra.*
Ançã, Maria Helena (2005) “O ensino/aprendizagem de uma língua a falantes de outras línguas”, in Palavras, nº 27.

- Castanho, Graça (2002) "ALL – Aprender a Ler Lendo: Projecto de Literacia para o Século XXI" in (re)pensar o ensino do português, Lisboa, Salamandra.
- Chrystello, Chrys (2002) "Mitos da Lusofonia", disponível em: http://www.cfth.pt/public/elo_online/chrystello.htm
- Fraga, Albano (1983) "Subsídios para uma Metodologia do Ensino do Português como Língua Estrangeira" in O Ensino do Português na Bélgica, Lisboa, ICP.
- Sena, Regina (1983) "O Ensino do Português aos Filhos dos Emigrantes", in O Ensino do Português na Bélgica, Lisboa, ICP.
- Sim-Sim, Inês (2004) "Sabe-se hoje o que é preciso fazer para formar bons leitores – João Pedro Aido entrevista Inês Sim-Sim" in Palavras, nº 26.



ANGELO CRISTOVAO (à esquerda)



3. ÂNGELO CRISTÓVÃO

ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA - PORTUGAL, SANTIAGO DE COMPOSTELA

Biodados

ÂNGELO CRISTÓVÃO, empresário e escritor, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, especializando-se em Métodos e Técnicas de investigação nas Ciências Sociais. Casado desde 1995 com Mónica Batalha, licenciada em Ciências Empresariais pela mesma universidade. O casal Cristóvão-Batalha tem 2 filhas (Cristina, 8 anos e Fátima, 3 anos).

A atividade empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura nacional: Em 1987, sendo estudante, participou no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", resultado de um projeto de investigação e publicada posteriormente na revista *Agália*.

No mesmo ano de 1987 ajuda a constituir um grupo de investigação em sociolinguística, sendo o seu secretário até 1990. Fruto deste trabalho são diversos artigos publicados em revistas e congressos internacionais.

Em 1990 publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona, Institut de Sociolinguística Catalana, da Generalitat de Catalunya) uma "Bibliografia de sociolinguística lusófona", posteriormente editada também em Braga na revista lusófona *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*.

Em 2004 organizou o livro de Lluís V. Aracil *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, Publicado em Braga. Actualmente exerce a função de secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal É também membro de outras associações culturais como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com sedes em Viana do Castelo e Ponte Vedra.

Artigos e comunicações publicadas:

- (1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in *Nós*, núm. 16-20, pp. 139-146.
- (1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in *Agália*, núm. 14 (verão), pp. 157-77.
- (1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. IV-V, núm. 14-20, pp. 123-127.

(1989): "Aspectos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in *Actas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense*, pp. 237-254.

(1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, núm. 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, núm. 9, Barcelona, pp. 3-33.

(1992): "Language Planning: Atitudes", in *Actas I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

(1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". Vol. I, Comunicações suprimidas, núm. 2.

(2003): "Paradoxos da Galiza", *Semanário Transmontano*, 3 de Julho.

Sinopse

A leitura da bibliografia recente sobre a lusofonia, produzida em Portugal, permite afirmar que não existe uma noção comum entre os diversos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As notícias sobre esta matéria, regularmente difundidas pela comunicação social, as conclusões de congressos, simpósios e encontros lusófonos, e mesmo a experiência quotidiana pessoal confirmam esta observação, podendo concluir que a lusofonia é um conceito em construção e um espaço de relações a desenvolver. Se quisermos dar um futuro ao nosso passado comum, o modelo de relações e a sua posta em prática deverá ser comumente discutido e aplicado por todos os países que o integram.

A história cultural da Europa oferece na República das Letras um exemplo para a lusofonia, entendida como República Literária em português. Surgida no último renascimento -em grande parte, como consequência desta etapa -, no contexto das guerras de religião do século XVI, simultaneamente entre o público e do privado, realizando o ideal da unidade e fraternidade das pessoas, em rigorosa crítica do estado absolutista e a sociedade de classes, prolongou-se até meados do século XVIII, em que o iluminismo logrou transformar a cultura e as nações. Ainda depois dessa altura histórica, a sua continuidade foi garantida pela permanência dos valores que representou. No seu seio, e entorno ao latim como língua comum, produziu-se o humanismo vulgar (e, dentro deste, a gramaticalização das línguas vulgares), nasceu uma forte consciência europeia e criaram-se as literaturas modernas, até à chegada dos movimentos nacionalistas que organizaram a Europa contemporânea.

Longe do saudosismo por uma antiguidade idealizada, o conhecimento da nossa história cultural pode fornecer alguns exemplos notáveis que podem ajudar a pensar a lusofonia do presente.

À REPÚBLICA LITERÁRIA E À LUSOFONIA. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E EXEMPLOS

1. As origens da República das Letras²⁶

A *Respublica Litterarum* ou das letras é um dos fenómenos culturais mais importantes da história da Europa, paradoxalmente, pouco conhecido e escassamente citado. Consistiu numa comunidade de pessoas identificadas por um discurso e um âmbito de relações comuns, cuja regra principal era a livre difusão das ideias. Sem limite geográfico preestabelecido, mas desenvolvendo-se especialmente nos países do Centro da Europa, circunscreve-se em termos temporais, entre meados do século XVI e XVIII; em termos culturais, entre o humanismo renascentista e o iluminismo. E, por citarmos personagens históricos, entre Erasmo de Roterdão e Voltaire.

Fazendo uma breve referência à origem, esta situa-se no contexto da recuperação dos *studia humanitatis*²⁷; nas novas concepções do saber e da dignidade do homem²⁸; no contexto das guerras de religião e a consequente perda da unidade europeia; finalmente, na descoberta dos novos mundos e a generalização da imprensa. Tudo isto constituiu o fermento intelectual de uma nova *sodalitas*, a comunidade internacional dos sábios, a República das Letras.

Dizem Bots e Waquet, neste sentido (1997: 31):

«Essas grandes mudanças religiosas e mentais que teriam lugar a partir do fim do século XV, constituiriam o substrato de desenvolvimento da República das Letras. O seu impulso foi, certamente, o cansaço pelas guerras civis que despedaçavam a Europa de aquela época assim como pelas divisões nacionais que se reforçariam. Então, é na mesma altura e por causa destas oposições e rasgamentos internos que a noção da República das Letras ganhou toda a sua consistência: foi pensada como um Estado ideal para benefício de um Estado real: um Estado que ignora –ao menos, teoricamente- os conflitos e as fronteiras e onde reinarão, só, a paz e a harmonia».

²⁶ Bibliografia consultada para redigir este apartado: Hans Bots & Françoise Waquet (1997); Dena Goodman (1994).

²⁷ Ver Kristeller (1979).

²⁸ Nomeadamente, de Giovanni Pico Della Mirandola (1463-1494) a *Oratio de Hominis Dignitate*, Discurso sobre a dignidade do homem (1496).

Por palavras do sociólogo catalão Lluís V. Aracil²⁹ (2004b), o aspeto mais salientável da República das Letras, nucleado no Centro-Europa (França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Bélgica), e espalhado por todo o Continente e as Américas, era ter pensado e praticado a nível dos indivíduos uma fórmula de convivência para os países e a Humanidade inteira. Era uma proposta ideal para uma convivência em paz e respeito mútuo³⁰. No seu seio, diversos modelos de relacionamento, de caráter político³¹ ou religioso³² foram propostos.

A primeira referência escrita do rótulo *Respublica Litteraria* data de 1417. A começar do século XVI o nome tornou-se mais comum, contudo, adquiriu uma variedade de significados em diferentes épocas e lugares. A reflexão pública generalizada sobre a matéria chegaria no século XVII, podendo agrupar-se as noções utilizadas em dois conjuntos: as *fracas* (significando a literatura e os escritores), e as *fortes* (significando a comunidade dos escritores e toda a sua atividade).

A noção de *República Literária* foi de uso corrente na época de Erasmo³³, tornando-se num lugar-comum no âmbito cultural e político europeu. Durante um século esteve integrada apenas pelos eruditos. Para Erasmo essa reunião ou comunidade dos sábios era indissociável do projeto de unidade cristã a recuperar. A paz de Vestefália em 1648 daria um final a este ideal, confirmando definitivamente a divisão religiosa entre países da reforma e países católicos. Depois de meados do século XVII adquiriu, especialmente na França de Louis XIV uma significação mais ampla, mais abrangente, incluindo todos os que, não sendo doutos, têm curiosidade pela cultura e, ao mesmo tempo que leitores, se sentiam parte dessa comunidade.

A República Literária europeia, convertida em República dos Filósofos³⁴, diluiu-se com a Revolução francesa, afirmando-se desde então as *repúblicas* de cada país diferente, porém, a ritmos diferentes conforme os territórios. Os *doctorum* converteram-se em *Savants, Gelehrten, Dotti, etc.*, e a *Respublica litterarum* em *République des lettres, Republic of letters, Gelehrten Republik, Republyk der Geleerden, República das Letras*

Em Portugal foi o rei D. João V, o Magnânimo, o maior protector dos literatos latinos. Sob o seu reinado publicou-se de 1745 a 1748 o *Corpus Illustrum Poetarum Lusitanorum*³⁵, prova da vitalidade da literatura latina em Portugal e da integração portuguesa nos movimentos culturais europeus da época.

A dissolução deste espaço – comum para os educados – foi um grande acontecimento, um cataclismo cultural de consequências políticas conhecidas *a posteriori*. O sociólogo catalão Lluís V. Aracil denominou o período nacionalista, entre 1789 e 1979 a «Guerra dos duzentos anos», e em cuja origem salienta a perda de sentido da comunidade, do conjunto, da civilização europeia.

Alguns dos membros da República Literária viam o caminho que estava a tomar a Europa com desassossego. Madame D'Estæel (1766-1817), no seu livro *De L'Allemagne* fazia um apelo aos que ainda acreditavam nesse espaço comum que era a Europa, para manter esse ideal de universalismo cuja desaparecimento era levada a termo, na França, pelos partidários de Napoléon Bonaparte³⁶. No plano linguístico, os enciclopedistas eram plenamente conscientes da ruptura que estavam a levar a termo. O seu projeto estava endereçado a um público mais amplo, não apenas aos sábios. Assim, por exemplo, muitos assinantes e colaboradores da *Encyclopédie* fizeram parte do projeto editorial e do movimento enciclopedista, alargando-se o número de leitores e escritores do projeto, o que, paradoxalmente, o levaria finalmente à dissolução do projeto. Dalgum modo pode dizer-se que a causa da sua desaparecimento da República Literária foi o seu enorme sucesso.

²⁹ Esta comunicação não seria possível sem o magistério do sociólogo valenciano, cujo livro *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*, organizei em 2004 junto do também valenciano prof. Josep Conill.

³⁰ Conferência de Lluís Aracil durante o II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal. Santiago de Compostela. Novembro de 2004. Veja-se também do mesmo autor *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias* (2004).

³¹ A começar pela ideia da *Respublica Christiana*, ideal também promovido em Portugal. Veja-se do Padre António Vieira *História do Futuro*.

³² Um dos textos mais conhecidos sobre a matéria é a Carta sobre a Tolerância de John Locke, com o intuito de melhorar a relação entre a igreja católica e as reformadas. No texto defende a tolerância como valor que melhor define o cristianismo.

³³ A sua primeira defesa da República das Letras está contida no seu *Antibarbarorum liber* (1520).

³⁴ Voltaire, na sua definição da *Gens de Lettres* na *Encyclopédie* (1757) refere a queda do modelo de sábio renascentista, que tinha sido o dos membros da república literária até essa altura. Da *Respublica litteraria* passaram à *République des Philosophes*.

³⁵ Veja-se Luís Miguel Cardoso (2004).

³⁶ Esse livro transmitia uma ideia nada «patriótica» para a época: as nações podem aprender mutuamente umas das outras. A autora comentou o que de bom havia na Alemanha, incluídas as suas universidades, os seus valores culturais... fazia-o em francês, endereçado aos seus concidadãos. Isto não foi tolerado pela polícia de Bonaparte. Proibiram a sua publicação, que teria lugar, finalmente, em Inglaterra.

A República das Letras teve, no século XVI, vários sinónimos, como *República das boas letras* ou *República das ciências*, *República das Musas*, *Povo das letras*, *Povo sábio*, mas também *Latine Republike*, expressão que se acha num texto do médico inglês Thomas Browne (1605-1682), em referência à língua comum. Também o termo *República das Letras* foi utilizado num sentido restrito, apenas como referida aos literatos, sendo assim uma parte e não o conjunto de todos os sábios. Assim, o redactor do *Giornale Veneto de'letterari*, em 1671, referia-se aos domínios particulares do saber, utilizando-se também as expressões *República dos médicos*³⁷, *República histórica*, etc. (Bots e Waquet, 1997, p. 16).

1.1. Características mais importantes da República Literária, segundo Bots e Waquet (1997)

- a) Era um estado dentro de todas e cada uma das monarquias europeias, com as suas próprias regras, cujos membros se proclamavam voluntariamente *cidadãos* dessa República. Isto conduzia a pôr em questão a sua legitimidade e representatividade com os outros estados da sociedade, nomeadamente face à nobreza.
- b) Era universal, estendida a toda a terra, o que implicava um forte contraste com a organização política europeia do seu tempo. Na verdade, estavam separados em diferentes monarquias e principados, com fronteiras delimitadas e rígidas. Existia, também, uma problemática pessoal originada numa dupla pertença: o compromisso com um ideal de comunidade universal, e o facto mais real de pertencer a um estado particular com interesses concretos.
- c) Estava constituída por cidadãos *iguais*, como irmãos, o que entrava em conflito com a divisão social em hierarquias, característico do *Ancien Régime*.
- d) Era pluri-confessional. Esta característica unitária afirmou-se com a Reforma. As guerras de religião reforçaram mais essa diversidade entre os membros e o respeito mútuo, nomeadamente entre católicos e reformados. Erasmo dedicou a maior parte da sua vida à procura da unidade perdida no cristianismo. Posteriormente outros autores procuraram uma convivência pacífica. Exemplo claro destes intentos é a *Carta sobre a Tolerância* de Leibniz³⁸.
- e) A liberdade dos membros era essencial para a sua continuidade. A independência de cada membro era plena, em forte contradição com os estados contemporâneos, os reinos absolutistas e oligárquicos, que partilhavam um mesmo sentido autoritário da política. Neste sentido, a República literária era um espaço anti-autoritário.
- f) Era uma comunidade intelectual, cujo intuito se concretizava por palavras de Loeber, "Servir, ensinar o saber verdadeiro e a verdadeira erudição, e transmiti-los à posteridade". Esta atividade, afastada de todo interesse particular, de todo individualismo, promovia o ideal da comunicação generosa do saber, reconhecido como útil. Os próprios membros da república salientam o carácter de associação voluntária e livre, sem poder supremo nem forma de governo estabelecida. Contudo, houve projetos para a sua organização, como o *Projet pour l'établissement d'un Bureau general de la Republique des Lettres*.
- g) O seu discurso estava articulado em forma de crítica, seguindo o modelo clássico de exposição de uma tese e posterior defesa e crítica da tese. Goodman (1984:14) explica como, através das conversas de salão e da imprensa, verdadeiros foros de discussão, em Paris, indivíduos privados conformaram a sociedade civil e constituíram-se em opinião pública, nos fins do século XVIII.
- h) Acrescenta-se o que Goodman afirma (1984:23) dos homens de letras franceses, na época do enciclopedismo: no seu relacionamento tinham como princípios fundamentais «a reciprocidade, o cosmopolitismo, o rango baseado no mérito e a fidelidade à verdade». Noutra página insiste neste aspecto, salientando que «a igualdade e a fraternidade tinham de ser a base de todo o relacionamento não só entre os homens de letras, mas também entre todas pessoas». Todas estas características levaram a República Literária ao confronto com o absolutismo em geral e a monarquia francesa em particular.

1.2. A organização

As entidades em que se organizou o conjunto dos membros da República das Letras foram variadas, como as academias e universidades. A publicação das obras e a sua necessária difusão fizeram necessário o intercâmbio de informação, aliás, este era um dos seus princípios, abrangendo todo o âmbito da atividade intelectual da época, para o qual foi fundamental a circulação de revistas e jornais criados a tal fim, com diversos títulos como *Journal des Savants* (Paris, 1665), *Philosophical Transactions* (Londres, 1665); *Giornale de'letterari* (Roma, 1668); *Acta Eruditorum* (Leipzig, 1682-1776) e *Nouvelles de la Republique des Lettres* (Holanda, 1684). Como no humanismo, os membros da República das Letras incluíam a comunicação como elemento essencial do seu vocabulário, assim, um bom sábio devia comunicar generosamente as suas descobertas para contribuir ao bem comum. Dizem Bots e Waquet (1997:119):

«O ideal de colaboração internacional inspira as academias de Londres e Paris desde os primeiros dias. Em seguimento da lição baconiana, os membros destas instituições estavam

³⁷ Esta generalização foi tão corrente que ainda em Portugal se utiliza a expressão República dos estudantes, referida aos prédios geridos por eles.

³⁸ Dizem Bots e Waquet: «Leibniz, que conhecera as consequências da guerra dos Trinta Anos, reflectiria toda a sua vida sobre as possibilidades de estabelecer uma *Republica Christiana*, a mais bela de todas as utopias» (p. 39).

persuadidos de que, para o avanço das ciências, era imprescindível o intercâmbio e a posta em comum à escala europeia dos resultados das investigações».

Sobeja dizer que os valores representados pela República das Letras não desapareceram totalmente no século XVIII. De alguma forma, os herdeiros são a comunidade científica dos séculos XIX e XX.

1.3. O modelo linguístico da República das Letras

A organização linguística da Europa tinha uma característica comum: em toda a parte coexistiam as línguas vulgares com o latim. De facto, esta foi por séculos o modelo, e os autores clássicos, o exemplo a emular. Esta relação e o lugar que deviam a *Grammatica* e o vulgar foi objeto de discussão pública. Já Comenius (1592-1670) propunha no seu *Janua Linguarum Reserata* (1640) um modelo de equilíbrio em que se devia manter o ensino de ambas as línguas. Em Itália, paralelamente à *Questione della lingua*, essa hierarquia entre o latim (superior) e o vulgar (inferior) era discutida desde o século XIV. Mas continuava a ser o elo de união, o lugar-comum, a língua em que se relacionavam as pessoas e os países no presente, mantendo uma continuidade cultural com o passado.

Em meados do século XVII o francês começou a substituir o latim, a língua comum, tornando-se maioritário na comunidade dos sábios a fins desse século³⁹. Os enciclopedistas eram conscientes, por um lado, da posição privilegiada da língua de Molier e, por outro, do perigo que esse caminho implicava para o mundo da cultura. No *Discourse Préliminaire da Encyclopédie*, de D'Alembert fica patente esse desassossego⁴⁰ (1751:153-4). O facto de estarem a experimentar um período de grandes mudanças ficou patente também no seu «*Tableau de l'esprit humain au milieu du XVIII siècle*», introdução ao *Essai sur les éléments de philosophie* (1759)⁴¹.

Com efeito, ao passo que se suprimia o latim como língua comum perdia-se a visão da Europa, do mundo, como um conjunto. Aracil (2004a) salienta a importância da mudança epistemológica, deste facto histórico -o que era parte (cada país), começa a ser todo, começam a proliferar mundos autárquicos e antagónicos. A mudança teve múltiplas implicações como uma nova explicação da história da língua em que o latim, como elemento comum, acabaria desaparecendo totalmente e sendo substituído primeiramente pelo Francês e depois pelo inglês. Ora, isto provocou também, desde essa altura, a realização de múltiplos esforços de diversas inspirações, na procura de uma língua comum. O mito de Babel ressurgiu, as línguas filosóficas proliferaram, quer com modelos matemáticos, quer ecléticos⁴².

Naturalmente, a República Literária latina foi o modelo para a criação da República Literária portuguesa, em mais de um sentido. O português substituiu o latim nas suas funções como língua comum, já sob o rótulo de língua nacional, o que em Portugal não oferecia dúvidas significativas⁴³.

2. A lusofonia presente

Para além da distância sociológica e política que a história determina, o maior contraste entre a República Literária latina e a lusofonia é que, enquanto aquela era promovida, e desenvolvida por indivíduos organizados com relativa independência dos Estados, na lusofonia presente a maior parte das iniciativas pertence aos governos.

O mais ambicioso destes projetos é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O exercício habitual nos artigos de opinião sobre a CPLP é a reflexão sobre a sua unidade e sentido, em comparação com a francofonia, a hispanofonia, a Commonwealth, ou outros espaços e organizações multinacionais constituídos durante o século XX. O senso comum diz-nos que, nas antigas metrópoles, a reflexão sobre o passado colonial resulta mais fácil e acertada quanto maior for a distância tem poral do observador.

³⁹ Ver Bots e Waquet (1997:135-6; 146-8).

⁴⁰ «Tendo-se estendido a nossa língua por toda a Europa, julgámos que era a altura de esta substituir a latina que, depois da renascença das letras, tinha sido a dos sábios. Acho que é bastante mais escusável, para um filósofo, escrever em francês do que um francês fazer versos latinos; concordando que seja o mesmo difundir o espírito do povo que acrescentar a sua difusão. Entretanto, daí resulta um inconveniente que devíamos ter previsto. Os sábios das outras nações a quem nós temos dado exemplo podem acreditar, com razão, que poderiam escrever ainda melhor nas suas línguas do que na nossa. Então, Inglaterra imitou-nos; Alemanha, onde o latim parecia ter-se refugiado, começa lentamente a perder o seu uso: não duvido que serão seguidos em breve pelos suecos, daneses e russos. Assim, antes do fim do século XVIII, um filósofo que quiser instruir-se bem nas descobertas dos seus predecessores, terá de carregar na sua memória entre sete a oito línguas diferentes e, depois de ter consumido para as aprender o tempo mais precioso da sua vida, morrerá antes de se começar a instruir» (1751:153-4).

⁴¹ «A pouco que for considerado, com olhos atentos, o centro do século em que vivemos, os acontecimentos que nos ocupam, ou pelo menos nos abalam, os nossos costumes, as nossas obras e até as nossas conversas, um descobre, apercebe-se sem pena, que isso se tem feito em vários sentidos uma mudança salientável nas nossas idéias, mudança que, pela sua rapidez semelha nos prometer ainda um mais grande» (Bots e Waquet, 1997:56).

⁴² Uma das últimas compilações de línguas pretensamente universais é a de Umberto Eco (1993).

⁴³ Diferente era a situação do Brasil e os territórios africanos. O ensino veiculado pelas ordens religiosas, nomeadamente os jesuítas, deu lugar a dúvidas sobre a língua a utilizar. Lembremos a ordem do Marquês de Pombal para tornar obrigatório o ensino em português no Brasil, face ao costume que muitos jesuítas tinham de utilizar a língua nativa como língua veicular no ensino.

No caso de Portugal, trinta anos parece um prazo insuficiente para ultrapassar os traumas do passado. No nível da investigação universitária, resulta chocante a escassez ou, por acaso, a dificuldade de acesso a estudos sobre a história sociolinguística do português em África e Ásia. Isto resulta mais evidente considerando a ampla bibliografia existente nos casos do inglês⁴⁴ e o francês⁴⁵. No nível do estado, contra o que estabelece a Constituição portuguesa, a política oficial de passividade na defesa e promoção da língua apenas é quebrada pela teimosia dos novos países africanos ou Timor que, depois de muita insistência, recebe alguns professores portugueses, contudo, insuficientes para atender a demanda.

Estudarmos a CPLP (mais projecto do que realidade) apenas como facto presente, sem acompanhá-la de uma explicação do passado, seria equivalente a apresentar esta entidade internacional como novidade histórica absoluta. Este discurso, carente de perspectiva, contém o mesmo intuito legitimador do modelo nacional de organização das sociedades europeias, iniciado com a revolução francesa. A consolidação das línguas nacionais nos seus respectivos territórios veio acompanhada do progressivo abandono do ensino do latim, até à sua total desapareição do bacharelato.

Este facto, acompanhado pelo alargamento do sistema de ensino primário facilitou a alfabetização maciça da população. Durante o século XX as histórias da língua ignoraram o facto de o português ter convivido, secularmente, com a língua comum europeia, numa distribuição de funções variável, mas permanente nos âmbitos universitário e institucional. Afirmar que, por séculos, o português não foi em Portugal a única língua da cultura é uma forma de tornar relativa a sua importância, e talvez isto seja incómodo e irreverente para a história oficial, caracterizada pela pretensão de unanimidade, interpretando o passado em função do presente. Mas isto não é só característico de Portugal. No nosso continente, o facto de ter havido uma língua comum para a maior parte dos países, continua a ser tratado como assunto anedótico, residual ou mesmo inexistente.

Na República Literária, observámos um exemplo histórico de um grupo de países relacionados, no plano académico e cultural, por uma língua comum. Pessoas de países e religiões diferentes mantiveram um diálogo permanente, criando uma rede de relações independente e duradoura. A lição que podemos tirar para a lusofonia presente é que só convertendo a sociedade civil em protagonista principal da lusofonia poderemos dar-lhe um conteúdo duradouro. Só levando a iniciativa dos governos para um segundo plano é que a lusofonia poderá ter um futuro claro. Depois do período histórico do nacionalismo (1789-1989), universalmente difundido, em que cada nação pretendia representar *o mundo* em todos os sentidos, parece chegada a altura de abandonar o modelo de língua como propriedade nacional. Neste sentido, um recente artigo de Fernando Cristóvão incide na ideia da república do português, explicada pelo modelo dos círculos concêntricos.

Na sua comunicação ao encontro a Língua Portuguesa: presente e futuro, Solange Parvaux⁴⁶ realizava umas propostas que me pareceram da maior sensatez, e que assumo como próprias:

1. «A nível da CPLP, a medida prioritária é a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990», em que a Galiza participou como observadora através da Comissão Galega do Acordo Ortográfico.
2. «O estabelecimento de acordos entre os países lusófonos nos exames para a certificação dos conhecimentos de português-língua estrangeira...»
3. «Definir regras, em comum, para a integração das palavras estrangeiras». É nas linguagens técnicas que precisamos de uma maior unidade de critério. A criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa deveria facilitar esta aproximação entre as variantes americana e europeia da nossa língua.

Bibliografia

- AA. VV (2005) *A língua portuguesa: presente e futuro (Textos da Conferência Internacional «A língua portuguesa, presente e futuro», Lisboa, Dezembro de 2004): Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.*
- Aracil, Lluís V. (2004a) *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias, Braga: Associação de Amizade Galiza-Portugal.*
- (2004b) «Contextos que geram textos», conferência editada no DVD do II Seminário de Políticas Linguísticas da Associação de Amizade Galiza-Portugal. Santiago de Compostela, 24 a 26 de Novembro. Discos 3-4.
- Bots, Hans & Françoise Waquet (1997) *La République des Lettres, Paris: Belin-De Boeck.*

⁴⁴ Ver Peter Burke e Roy Porter (1987: 191-234), um esclarecedor estudo sobre a alfabetização na Nova Zelândia no século XIX.

⁴⁵ Ver o muito citado livro de Michel Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel: *Une politique de la langue. La révolution française et les patois* (1975).

⁴⁶ Solange Parvaux: «Convergência e divergência no espaço da língua portuguesa» in: AA. VV (2005) *A língua portuguesa: Presente e futuro.*

Burke, Peter e Roy Potter (1987) *The Social History of Language*. London: Cambridge University Press. Trad. Brasileira (1996): *História Social da Linguagem*, São Paulo: Editora Unesp e Cambridge University presos.

Cardoso, Luís Miguel Oliveira de Barros (2004) *Retórica, comunicação e teoria do texto: análise a um Thesaurus do séc. XVIII – tessitura retórica e discurso apologético*, in: http://ipv.pt/forumedia/3/3_fi5.htm

Cristóvão, Fernando (2005) «Os três círculos da Lusofonia», no endereço electrónico <http://ciberduvidas.sapo.pt/php/portugues.php?id=27>

D'Alembert (1751) «Discours préliminaire» in *L'Encyclopédie ou Dictionnaire Rasoinné des Sciences, des Arts et des Métiers (artiches choisis)*, tomo I. Paris Éditions Flammarion, 1986.

Eco, Umberto (1993) *La Ricerca della Lingua Perfetta*, Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli.

Goodman, Dena (1984) *The Republic of Letters. A Cultural History of the French Enlightenment*, Ithaca-London: Cornell Univ. Press.

Kristeller, Paul Oskar (1979): *Renaissance Thought and its sources*. New York: Columbia University Press.

Locke, John (1982) *Carta sobre a Tolerância*, Lisboa: Edições 70.

Pico Della Mirandola, Giovanni (1496) *Oratio de hominis dignitate*. Trad. Portuguesa: *Discurso sobre a felicidade do homem (bilíngüe)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

Vieira, António (1953) *História do futuro*, in: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa.

Voltaire (1751) *Siécle de Louis XIV: particularités et anecdotes*, Paris.



4. ANTÓNIO BARBEDO DE MAGALHÃES,

Presidente do IASI (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGE).
PROF. CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Biodados

ANTÓNIO PINTO BARBEDO DE MAGALHÃES, Professor Catedrático da FEUP

- ✍ Presidente do IASI – *International Institute for Asian Studies and Interchange* desde 24 de Outubro de 2001.
- ✍ Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, de 1989 a 1998.
- ✍ Coordenador da Comissão Executiva da Reestruturação do Ensino em Timor, de Maio a Agosto de 1975.
- ✍ Coordenador da Comissão para a Reestruturação do Ensino em Timor, de Janeiro a Maio de 1975.
- ✍ Professor Convidado da disciplina de “*Geografia Económica e Política da Ásia Contemporânea*” do **Curso de Pós-Graduação em Estudos Orientais Gerais da Universidade Católica Portuguesa** (Lisboa) 2002-2003.
- ✍ Professor Convidado do **European Master Degree in Human Rights, na Universidade de Coimbra** desde a sua criação, em 1999, até 2004.
- ✍ Conferencista Convidado do **Curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta** em 1998/99, em 1999/2000 e em 2000/2001.
- ✍ Professor de “*História Contemporânea de Timor-Leste e da Indonésia*” no **Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**, em 1999/2000 e em 2000/2001.
- ✍ Em Agosto de 2000 leccionou sobre História de Timor-leste e da Indonésia no **Curso de Treino Diplomático** promovido conjuntamente pelo CNRT e a UNTAET, em Díli, Timor-Leste.
- ✍ Investigador responsável do projecto de investigação sobre “**O Processo de Transição em Timor-Leste: 1998-2005**”.
- ✍ Coordena o **projecto de livro sobre a influência do contexto internacional na história de Timor-Leste e da Indonésia**.
- ✍ Autor de sete livros sobre a Indonésia e Timor-Leste.

Sinopse

A luta pela independência de Timor-Leste ainda não terminou. No domínio sobre os recursos naturais, tal como no da língua e outros, ainda há muito a fazer. As dificuldades são grandes e colocam importantes desafios para o futuro da jovem Nação.

Índice

1. UMA BABEL LINGUÍSTICA ONDE NEM O TÉTUM É FALADO POR TODOS.
2. O PORTUGUÊS, LÍNGUA DA ADMINISTRAÇÃO, DE ENSINO E DE CULTURA, SOB O DOMÍNIO DE PORTUGAL.
3. O ENSINO E A LÍNGUA SOB OCUPAÇÃO INDONÉSIA.
4. O PORTUGUÊS, LÍNGUA DA DESCOLONIZAÇÃO, DA INDEPENDÊNCIA E DA RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO.
5. O PORTUGUÊS COMO FRONTEIRA POLÍTICO-CULTURAL RELATIVAMENTE AOS VIZINHOS – UMA ESCOLHA DIFÍCIL.

AS 15 LÍNGUAS DE TIMOR LESTE (não tendo em conta os dialectos)



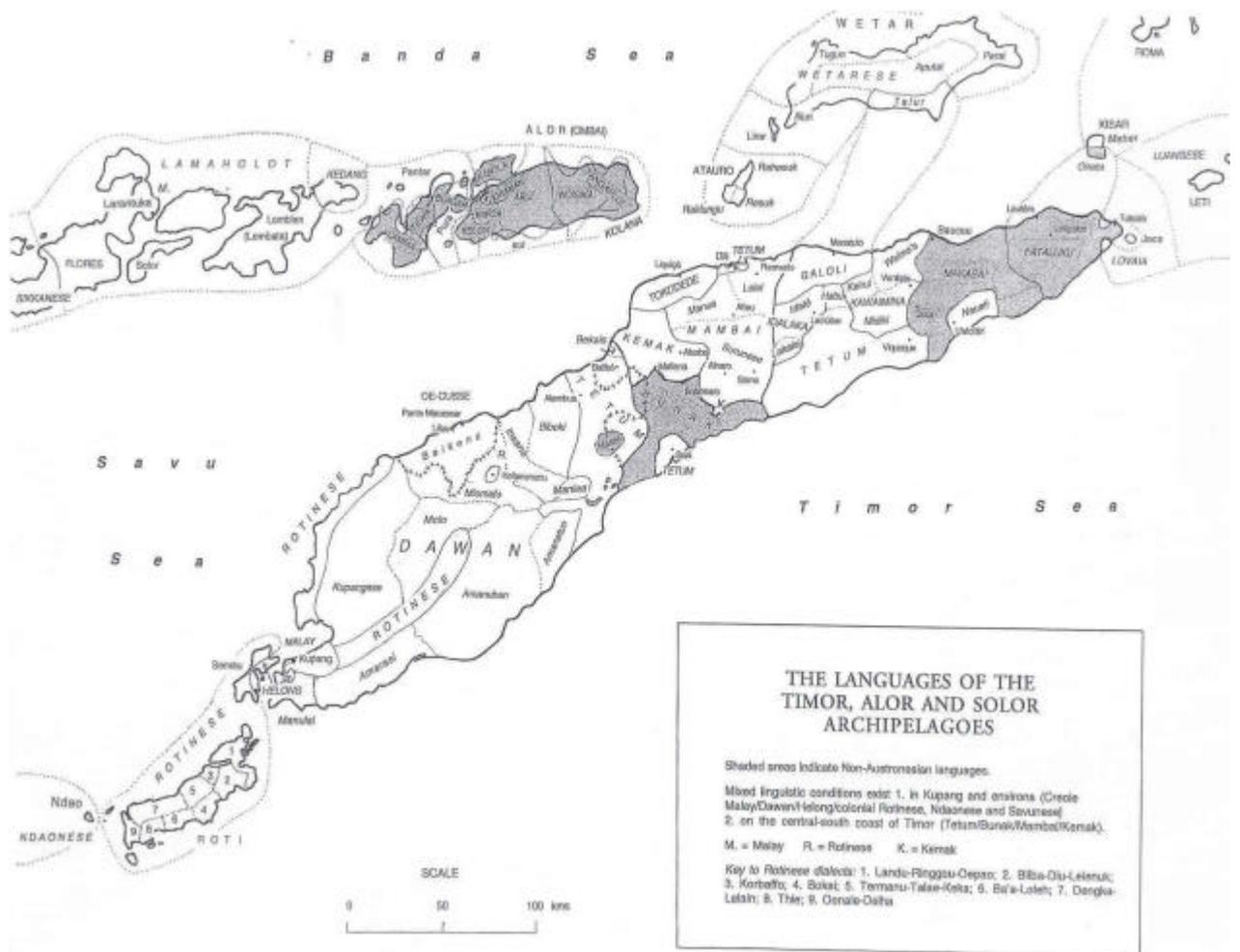
A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE

1. Uma Babel Linguística onde nem o Tétum é falado por todos.

Em Dezembro de 1974 o antropólogo António de Almeida mostrou ao autor, em Díli, um mapa ético-linguístico da metade oriental da ilha de Timor, onde registara a existência de pequenas zonas com algumas dezenas ou centenas de habitantes de clãs com origem étnica e línguas muito diferentes das dos povos vizinhos. A natureza montanhosa do terreno e a economia de subsistência tinham mantido, ao longo dos séculos, a diversidade resultante de sucessivas vagas migratórias.

O linguista australiano Dr. Geoffrey Hull da University of Western Sydney Macarthur, na brochura “Timor-Leste: - Identidade, Língua e Política Educacional” publicada pelo Instituto Camões em 2001, e na comunicação apresentada por este académico australiano ao Congresso Nacional do CNRT em Agosto de 2000, afirma que Timor-Leste, em 1975, era único, “do ponto de vista linguístico, com quinze línguas indígenas, a maioria das quais puramente timorense” (ou seja, não faladas na Indonésia), tendo-se ramificado algumas delas em múltiplos dialectos locais (num total da ordem dos 30). Algumas dessas línguas tinham origens significativamente diferentes, de uns grupos para os outros.

O mapa 1, publicado no livro editado por Geoffrey Hull e Lance Eccles, com o título “Studies in Languages and Cultures of East Timor”, mostra essa diversidade.

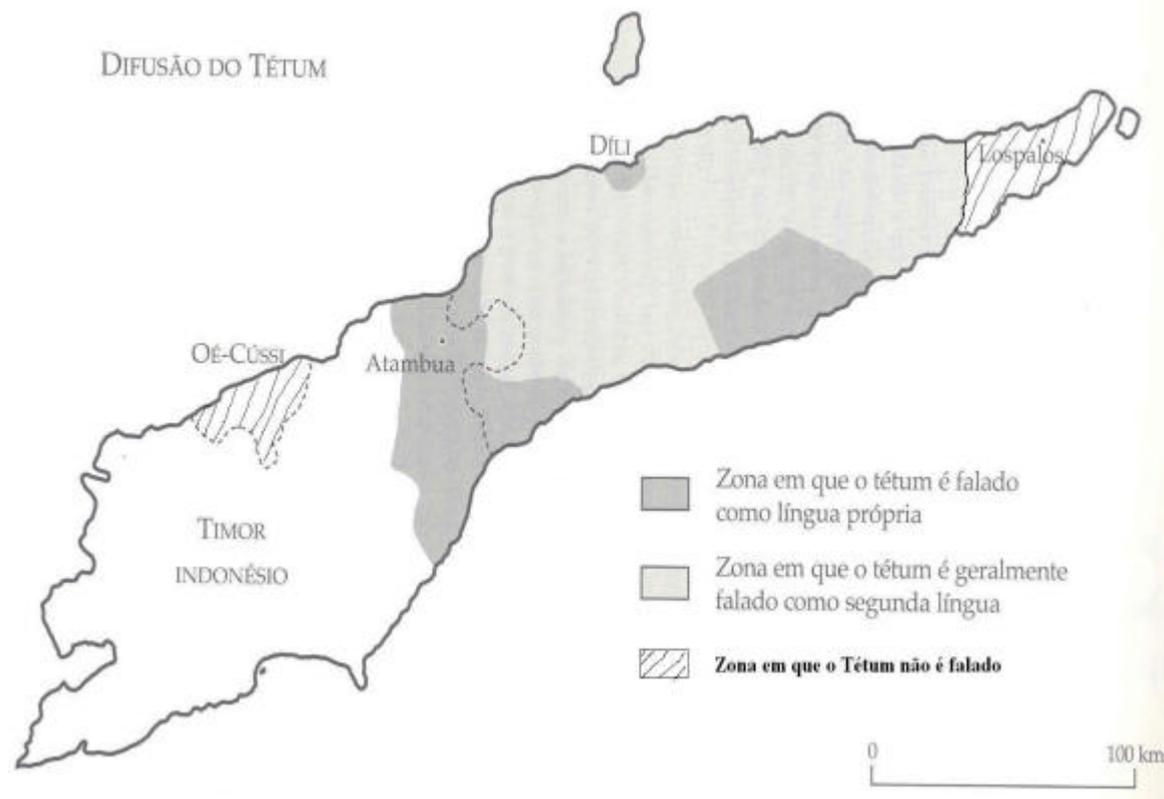


A essas 15 línguas autóctones havia que acrescentar o Português (até 1975) e o Bahasa Indonésio (a partir de 1976).

O Tétum, língua franca de uma parte significativa de Timor-Leste, era língua materna apenas em algumas regiões de Timor-Leste e numa parte de Timor Ocidental junto da fronteira.

Mesmo depois de 24 anos da ocupação indonésia, em que a Língua Portuguesa foi proibida e o Tétum teve uma forte divulgação, não só por passar a ter utilização generalizada nas igrejas como língua litúrgica, a partir de 1980, mas como factor de afirmação nacional, em reacção ao ocupante, um número significativo de timorenses ainda não falava a Língua Tétum.

Quer na parte leste (Lospalos) quer no Oé-Cússi, o Tétum não é usado nem mesmo como língua veicular. O mapa 2, publicado pelo historiador Luís Thomaz no seu livro *"Babel Loro Sa'e: - o problema linguístico de Timor-Leste"*, mostra isso mesmo.



Segundo Luís Thomaz, o uso do Tétum como língua franca parece ser anterior à chegada dos portugueses (THOMAZ, L., 2002).

A sua divulgação poderá estar associada a conquistas feitas em Timor-Leste por datos (nobres) “belos”, não muito antes da chegada dos portugueses, e à hegemonia sobre grande parte de Timor Oriental por parte de dois reinos de Língua Tétum, o de Luca, perto de Viqueque, e o de Bé-háli, situado no que é hoje o lado indonésio da ilha, mas não muito longe da fronteira.

Mais tarde os missionários generalizaram o uso do Tétum ao utilizá-lo, em muitos reinos, como língua de catequese e de orações, e ao fazer os primeiros dicionário e gramática de Tétum. Nalguns casos os missionários utilizaram também outras línguas locais para o ensino religioso, tendo mesmo feito, nos inícios do século XX, também um dicionário de Português – Galoli.

2. O Português, Língua da Administração, de ensino e de cultura, sob o domínio de Portugal.

Luís Thomaz considera que o domínio português sobre Timor-Leste, e com ele a língua portuguesa no território, passou pelas seguintes quatro fases:

1ª Fase: - De 1515, a data provável dos primeiros contactos com Timor-Leste, até 1556, em que a presença portuguesa foi apenas comercial, através de escalas mais ou menos regulares de navios portugueses que trocavam tecidos, armas e ferramentas por sândalo e um pouco de cera e mel.

2ª Fase: - A partir de meados do séc. XVI, na sequência do Concílio de Trento, a missão ganhou novo fôlego. Em 1562 foi criado o primeiro convento dominicano em Solor e em 1590 o herdeiro do reino de Mena, de Timor, foi baptizado. Desde 1606 havia em Larantuca um seminário ou colégio «onde aprendem os filhos dos cristãos a ler e a contar» (THOMAZ, L., 2002, p. 136).

Em 1738 foi instituído outro colégio em Timor, provavelmente em Manatuto. Estes colégios terão tido um papel importante na difusão do Português entre as elites das regiões onde se situavam. As igrejas (em 1640 seriam 22 em Timor) teriam também algum papel nessa difusão. A queda de Malaca em poder dos Holandeses, em 1641, determinou que os bispos de Malaca passassem a residir em Timor, contribuindo para uma maior influência da Igreja Católica na Ilha.

3ª Fase: - Em 1702 desembarcou em Timor, depois de várias tentativas falhadas, o primeiro Governador Português, com uma força de cerca de trinta homens.

Apesar de sua extrema fragilidade, a administração política portuguesa terá contribuído, também, para a difusão da Língua Portuguesa, como língua da administração.

Com base na obra de Luís Thomaz, já referida (p 137), citamos um comandante de um navio francês que em 1772 visitou Timor, e que diz:

«l'isle de Timor [...] est divisée en 30 petits royaumes, qui obéissent chacun à leur roi [...]. Il y a un missionnaire par royaume et deux dans les grands; tout les chefs son chrétiens et catholiques et une partie des habitants [...]. Il y a des églises dans tous les villages sur la côte [...]. Presque tous les chefs parlent portugais et dans les royaumes voisins des Portugais c'est la langue générale [...]. J'en ai connu de très sensés, spirituels, ingénieux, sincères et de bonne foy, entr'autres un qui m'a paru fort versé dans l'histoire de l'Europe»

Com a extinção das ordens religiosas, pela Revolução Liberal, em 1834, desapareceram os seminários e os conventos dominicanos e o clero chegou a reduzir-se, no terceiro quartel do século XIX, a dois padres diocesanos goeses.

A Língua Portuguesa continuou a ser usada como língua de administração, apesar desta ser extremamente débil. Com efeito, em 1800 as forças portuguesas em Timor eram 12 soldados, 4 oficiais deportados e 3 oficiais não deportados. Nessa altura, dos cerca de 50 reinos timorenses, só três, Hera, Lacló e Manatuto, pagavam a “*finta*”, taxa imposta pela administração portuguesa. Todos os restantes reinos viviam a sua vida própria, sujeitos a uma vassalagem meramente simbólica ao Rei de Portugal.

Apesar disso, em 1885 o viajante inglês Henry Forbes que visitou Díli constatou, com espanto

«in going into the various offices and shops I was struck to find all business conducted not as in the Dutch possessions in the lingua franca of Archipelago, Malay, but in Portuguese» (ver THOMAZ, L., 2002, p 137)

Entretanto, o Governador Afonso de Castro (1859-1863), que desenvolveu as culturas do café, algodão, tabaco, coco e mandioca, criou já um colégio para filhos dos liurais (reis) timorenses.

4ª Fase: - Luís Thomaz considera que a 4ª e última fase do domínio português começou com o governo de José Celestino da Silva (1894-1908).

Na sequência da Conferência de Berlim (1884-85), em que as potências europeias não só definiram fronteiras coloniais mas também fixaram as regras de legitimação da posse de colónias, ficou estabelecido que as potências coloniais ou controlavam, efectivamente, as suas possessões, ou perdiam o direito a elas.

Tendo isso em conta, Portugal, tal como outras potências coloniais europeias, organizou campanhas militares nas suas colónias africanas e em Timor, para impor um domínio efectivo dos territórios. A essas campanhas militares muitos reinos responderam com revoltas e guerras que se estenderam ao longo de anos.

No caso de Timor começaram em 1895 (1ª Guerra de Manufahi) e só terminaram, de facto, em 1913.

Foram implantados postos militares espalhados pelo território, incluindo o seu interior. É possível que junto de alguns deles tenham sido criados postos escolares. Os régulos perderam alguns dos seus poderes. A administração portuguesa estendeu-se a todo o território. Quadros timorenses, letrados em Português, foram integrando a administração em número crescente. O uso da Língua Portuguesa no interior foi aumentando lentamente

Em 1874 foram reintroduzidas as ordens religiosas em Portugal e o bloqueio à missão missionação foi suspenso. A Igreja voltou a ter um maior papel em Timor, nomeadamente no campo educativo, em geral, e no ensino do Português, em particular.

Em 1877 chegou a Timor o Padre António Joaquim de Medeiros, na qualidade de Vigário Geral e Superior das Missões, e que levava consigo sete padres do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim. Foi ele o principal obreiro da reconstrução destas em Timor.

Em 1879 chegaram ao território as primeiras Filhas de Caridade Canossianas (ou Irmãs da Caridade), que criaram uma escola e um internato para meninas. Este último durou pouco tempo, porque o poder político opôs-se à existência destes internatos e em 1881 obrigou à sua eliminação.

Em 1880 foi criado o 1º colégio-internato para rapazes em Lahane (arredores de Díli).

O Padre António de Medeiros foi nomeado Bispo Coadjutor de Goa em 1881 e feito Bispo de Macau (de que dependia Timor) em 1885.

Em 1896 Timor foi constituído em distrito autónomo, separando-se o seu governo do de Macau.

Em 1900 entraram em Timor os Jesuítas, que refundam, em 1903, o colégio masculino de Soibada (em 1898).

Em 1905 abriu o colégio feminino de Soibada.

Em todos estes colégios o ensino era feito em Português e não na língua veicular local, ao contrário do que faziam os holandeses, que ensinavam os nativos na língua veicular malaia ou em línguas locais, deixando a Língua Neerlandesa para os holandeses e alguns assimilados.

Em 1910, na sequência da implantação da República, surgem novas dificuldades para as missões. O número de padres, em Timor, passa de 22 para 10. As religiosas Canossianas são obrigadas a fechar as suas escolas (onde tinham 400 alunas) e a abandonar Timor, onde só regressam em 1923.

O ensino, em geral, incluindo o ensino do português, sofreu novo golpe, apesar de, segundo Luís Thomaz, ser criada em Díli, em 1915, uma escola oficial do estado. Antes haveria escolas das missões, com ou sem o apoio directo do Estado, algumas escolas ou postos escolares dos comandos militares ou das comissões municipais, quando e onde as havia.

De notar que, no quadro de acordos entre a Igreja e o Estado, as escolas das missões eram financiadas por este, e que, muitas vezes, aos missionários era contado o tempo de serviço como funcionários do Estado. Tal não impede que se considerem essas escolas como sendo escolas da Igreja e não propriamente do Estado.

Em 1920 é nomeado bispo de Macau e de Timor D. José da Costa Nunes (1920 a 1940) que além de criar várias missões, fundar e construir Igrejas, cria escolas de professores catequistas, de grande importância para o desenvolvimento religioso e educacional das populações. A primeira dessas escolas é estabelecida em 1924.

Com um curso de três anos a seguir à 4ª classe, essas escolas formam professores de grande qualidade, com a dupla função de serem professores (em Português) e catequistas (em Português ou em Tétum).

Em 1940 é assinado o Acordo Missionário, entre Portugal e a Santa Sé. Ao mesmo tempo é criada a diocese de Díli e nomeado seu Administrador Apostólico D. Jaime Garcia Goulart, padre açoriano que missionava em Timor desde 1924.

Durante a ocupação japonesa, na II Guerra Mundial (de 1942 a 1945) D. Jaime Goulart refugia-se na Austrália, onde é sagrado bispo de Timor em 1945.

Em 1971 a diocese de Díli estava dividida em três paróquias, 15 missões e 65 estações missionárias.

O número de sacerdotes era de 42, sendo 31 diocesanos e 11 missionários. Dos 31 padres diocesanos 13 eram timorenses, e os restantes 18 europeus, indianos ou de origem chinesa. Dos 11 padres missionários três eram jesuítas e oito salesianos.

O número de irmãos religiosos era de 10 (3 jesuítas e 7 salesianos). O número de irmãs religiosas ascendia a 49 – 30 canossianas, 12 dominicanas e 7 Servas da Sagrada Família. Além disso havia 173 catequistas e 168 professores nas escolas das missões.

Como instituições educativas a Igreja tinha a seu cargo:

- ? Um seminário menor;
- ? Quatro colégios masculinos;
- ? Quatro colégios femininos;
- ? Sete escolas masculinas;
- ? Três escolas femininas;
- ? Duas escolas mistas;
- ? Dezasseis postos escolares masculinos;

- ? Cinco postos escolares femininos;
- ? Sete postos escolares mistos.

O número total de seminaristas era de 140. A Filosofia era estudada no Seminário de Évora e a Teologia no de Leiria.

Numa população total recenseada (em 1970) de 628.842 havia 196.861 católicos (31,3%); 2.227 protestantes (0,3%); 234 maometanos (0,04%); 5942 budistas (0,95%); sobretudo entre a comunidade chinesa, e os restantes (67,4%) eram animistas.

O número de catecúmenos ascendia a 15.950, nessa altura (1971) (Barbedo de Magalhães, A, 1987)

Até 1961 a participação directa do Estado na educação, nas colónias portuguesas, foi mínima.

Em 1938 foi criado em Díli o primeiro colégio-liceu, semioficial, arruinado pela ocupação japonesa (1942-45) durante a II Guerra Mundial. Só em 1952 é que recomeçou as suas actividades como liceu. O Seminário Menor de Dare começou as suas actividades em 1954. A Escola Técnica de Díli foi criada em 1965.

Por volta de 1972 são criadas escolas do ciclo preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) em Bobonaro, Pante Macassar (Oe-cússi), Maubisse, Baucau e Lospalos.

Em 1970 o censo registava 90,8% de analfabetos entre a população maior de dez anos, e 92,8% entre os maiores de 20 anos. Esse censo revelava que apenas 3,3% dos maiores de dez anos tinham a 4ª classe!

Com o início da revolta anticolonial em Angola, em 1961, o Estado Português acordou para a necessidade de educar e, através da educação, de "portugalizar" as populações das então chamadas "Províncias Ultramarinas".

O ensino oficial, quer do estado quer através da Acção Social do Exército (a cargo das unidades militares), desenvolveu-se rapidamente. A Igreja perdeu o quase completo exclusivo da educação, que tinha tido durante séculos, nomeadamente em Timor.

Os quadros seguintes, retirados em grande parte do Projecto do Grupo Coordenador para a Reestruturação do Ensino, nomeado em Janeiro de 1975 para definir o ensino de transição, no período de descolonização, mostram a rápida evolução que teve esse ensino entre 1963-64 e 1973-74.

É provável que alguns dados estatísticos estejam inflacionados, sobretudo os que dizem respeito à década de sessenta, como lembrou no 4º Colóquio Anual de Lusofonia, Amílcar Dias, marido da Embaixadora de Timor-Leste em Portugal.

A enorme avalanche de candidatos aos cursos de reciclagem que se previa fazer em Díli, a partir de 11 de Agosto de 1975, com vista à descolonização do ensino (330 professores inscritos, embora, teoricamente, houvesse em Timor apenas 270 professores nas condições exigidas à partida para frequentar esse 1º curso de reciclagem) leva o autor a pensar que os números da década de 70 não estarão muito longe da realidade.

Infelizmente a instabilidade e insegurança criada no território, pelo golpe desencadeado pela UDT na noite de 10 para 11 de Agosto de 1975, manobrada por interesses estrangeiros (australianos, americanos, britânicos, indonésios e até do Vaticano), obrigaram a suspender a concretização desse curso de reciclagem, e bloqueou, na prática, todo o processo de descolonização em curso, que estava a ter tão grande e tão entusiástica participação da maior parte dos timorenses a que dizia respeito.

Ensino Primário – Timor
Dados estatísticos dos Serviços de Educação de Timor (sob administração portuguesa)

Ano lectivo	Número de alunos	Professores	Taxa de escolarização
1963-64	14 228	411	
64-65	18 403	386	
1965-66	18 488	450	
66-67	20 813	467	
67-68	23 059	490	
68-69	27 299	513	
69-70	29 382	559	
1970-71	33 115	662	27,0%
71-72	36 208	637	31,0%

72-73	60 233	1 100	52,8%
73-74	94 689	1 336	77,0%

	Número de ALUNOS em escolas a cargo:				Total
	Do Estado	Das Missões Católicas	Das Unidades Militares	Particulares	
1961/62	2 562	5 171	-	1 262	8 995
1962/63	4 814	5 764	1 010	1 406	12 994
1963/64	4 672	6 577	1 556	1 423	14 228
1964/65	6 384	7 849	2 713	1 457	18 403
1965/66	6 970	7 268	3 004	1 246	18 488

	Número de PROFESSORES				Total
	Do Estado	Das Missões Católicas	Das Unidades Militares	Particulares	
1961/62	34	134	-	61	229
1962/63	77	150	101	63	391
1963/64	73	163	116	59	411
1964/65	98	161	69	58	386
1965/66	120	155	75	100	450

QUADRO III – ESCOLAS PRIMÁRIAS E POSTOS ESCOLARES EM 1973/74

Concelho	Número de Escolas			Total
	Dos Serviços de Educação	Da Acção Social do Exército	Da Diocese (missões) relatório de 1973	
Aileu	29	7	4	40
Ainaro	33	4	2	39
Baucau	57	9	12	78
Bobonaro	99	8	5	112
Cova-Lima	53	4	2	59
Díli	10	10	4	24
Ermera	40	6	3	49
Lautém (Lospalos)	32	7	4	43
Liquiça	23	5	2	30
Manatuto	32	5	8	45
Oé-Cusse	13	15	3	31
Same	29	3	4	36
Viqueque	28	10	2	40
Total	478	93	55	626

Com esta evolução a percentagem de população capaz de falar minimamente o Português terá chegado, em 1975, a cerca de 15 a 20% dos timorenses. Mas talvez só cerca de metade destes (7 a 10% da população) estivesse em condições de poder ler o Português.

O retrato do ensino em Timor feito em 1975 pelo GCRET pode sintetizar-se como se segue (Barbedo de Magalhães, 2004)

CICLO PREPARATÓRIO (2 anos)

1974/75 - 2177 alunos . 15 escolas

ENSINO LICEAL (5 anos em Díli, 3 anos nos restantes estabelecimentos)

1974/75 - 761 alunos . 4 = 3 escolas + 1 seminário menor

ENSINO TÉCNICO (3 anos)

1974/75 - 318 alunos . 1 Escola Técnica em Díli

Escola de Habilitação DE PROFESSORES DE POSTO (4 anos)

1974/75 - 282 alunos . 1 escola em Díli

ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS (3 anos) (dos Salesianos)

1974/75 - cerca de 100 alunos . 2 escolas (Díli e Fatumaca)

ESCOLA DE PRÁTICA AGRÍCOLA (3 anos) (dos Salesianos)

1974/75 - cerca de uma dezena de alunos . 1 escola (Fatumaca)

Ensino CHINÊS (1974/75)

15 escolas primárias e do ciclo preparatório (1 ano de pré-primário + 4 de ensino primário + 2 de ciclo = 7 anos): 14 no interior, com 400 alunos no total, e uma em Díli com cerca de 800 alunos;

1 escola secundária em Díli (6 anos), com cerca de 300 alunos.

Do estudo efectuado sobre a situação do ensino em Timor o GCRET tirou as seguintes conclusões:

- ? “O governo Português só muito tarde se interessou pelo ensino em Timor.”;
- ? “A preocupação de lançar o ensino liceal precedeu a do ensino técnico.”;
- ? “O ensino das Artes e Ofícios mereceu muito pouco interesse ao Governo Colonial.”;
- ? “O ensino agrícola está ainda exclusivamente a cargo duma escola particular.”;
- ? “O ensino em Timor foi, até agora, uma cópia do ensino metropolitano e angolano, desajustado portanto às realidades e às necessidades de Timor.”.

3. O Ensino e a Língua sob Ocupação indonésia.

Com a ocupação o ensino passou a fazer-se em Bahasa Indonésia, e a Língua Portuguesa foi banida do ensino com excepção, até 1991, do Externato São José e do Seminário, que continuaram a ensinar com o curriculum Português e mesmo em Português.

Na sequência do massacre de Santa Cruz o externato foi encerrado e, quando reabriu, em 1993, o ensino já era em Língua Indonésia e segundo o curriculum indonésio.

Com a ocupação todas as escolas chinesas foram encerradas.

Nas zonas controladas pela FRETILIN, até à destruição, em 1979, de todas as bases da Resistência, o ensino era feito em Português, em “escolas” improvisadas onde as cascas de árvores substituíam o papel.

Nos primeiros anos de ocupação, o simples facto de saber ler e escrever em Português era, muitas vezes, razão suficiente para se ser morto.

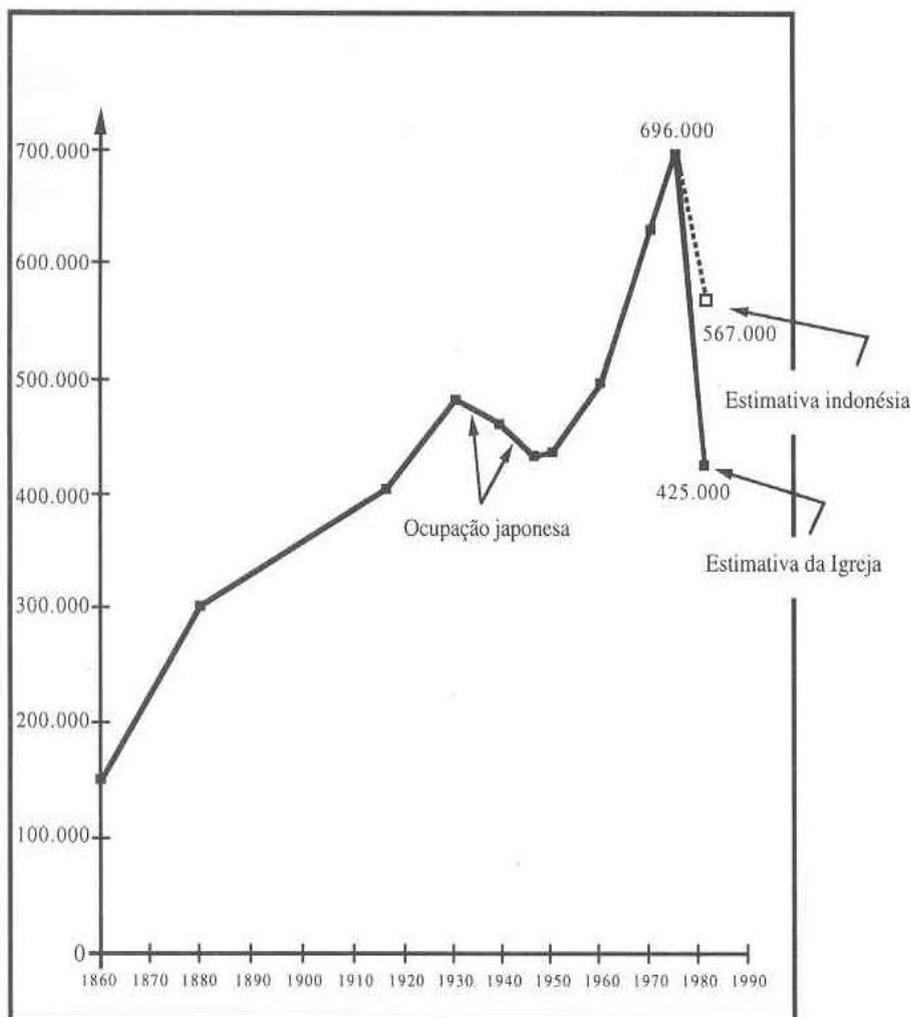
Como escrevia um sacerdote, no “*Relatório Deste Triste Cativo*” publicado no número de Fevereiro de 1982 da revista Magnificat dos Padres Jesuítas (Barbedo de Magalhães, 1983, p. 46), “*no Posto de Uatolari do concelho de Viqueque foram exterminados todos os rapazes com a 2ª classe da Instrução Primária para cima.*”

Os primeiros anos de ocupação foram de razia quase total.

Segundo relatório do Parlamento da Austrália publicado em 1983, das cerca de novecentas mil cabeças de gado existentes em Timor Oriental em 1973, restavam, em 1979, cerca de cem mil... Nessa altura quase todas as aldeias e culturas tinham sido destruídas... perto de um terço da população tinha sido dizimada.

Os restantes timorenses deslocados para campos de concentração controlados pelas forças ocupantes, sofriam fome extrema.

Quando não eram presos, torturados e mortos, muitos timorenses continuaram a morrer de fome nesses campos de concentração. (Barbedo de Magalhães, 1997, p. 14)



O impacto da invasão Indonésia na população (Defert, 1992).

	1973 (milhares)	1979 (milhares)	Redução em percentagem
Búfalos	141	24	83%
Cavalos	139	15	89%
Porcos	305	27	91%
Ovelhas e Cabras	318	36	88%

Impacto da invasão Indonésia no número de cabeças de gado (Relatório do Parlamento da Austrália: Austrália, 1983, p. 106)

Nestas condições não admira que durante os primeiros anos de ocupação as escolas entretanto criadas pelas autoridades indonésias tivessem muito menos alunos do que os que frequentavam em 1973-74, o sistema de ensino português.

A transitória e aparente vitória da força, e a transferência da luta, predominantemente, para o plano político-diplomático, com uma componente militar reduzida ao imprescindível para manter a chama da esperança e criar espaço para uma solução no plano internacional e no quadro das Nações Unidas, levou a uma aparente "normalização" que tornou possível a implantação de um sistema educativo indonésio progressivamente mais extenso.

De acordo com dados do Department of Information of Republic of Indonésia, possivelmente bastante inflacionados, tal como foram publicados em "East Timor After Integration", o número de alunos evoluiu, de 1976-77 a 1982-83 conforme o quadro seguinte:



IV Colóquio Anual
da Lusofonia
Bragança, 3 e 4-10-2005

A Língua Portuguesa e a luta pela Independência de Timor-Leste
A. Barbedo de Magalhães
Presidente do IASI
Professor Catedrático da FEUP

21



" East Timor After Integration "			
Dados do Department of Information of Republic of Indonesia			
Ano lectivo	Número de alunos	Professores	Taxa de escolarização
1976-77	13 501	499	
77-78	23 041	614	
78-79	41 543	959	
79-80	59 072	1 610	
1980-81	68 709	1 515	
81-82	77 658	1 821	
82-83	90 437	2 226	

Estes dados estarão, provavelmente, muito inflacionados, como se sabe terem sido exageradas muitas das estatísticas das autoridades indonésias ocupantes.

Em comunicação às VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1997, David Odling-Smee apresentou dados sobre o ensino em Timor-Timur, durante a ocupação, de que destacamos os seguintes dados:

Provision of Schools and Teachers
Table 1: Number of government schools, students and teachers in 1993

	Schools	Students	Teachers
Primary School	650	110,815	6,528
Junior High School	101	22,495	1,258
Sénior High School	34	11,447	772
Vocational Schools			
~Mechanical	2	830	92
~Commerce/Scrtl	8	3,149	186
~Agricultural	4	867	55
~Home Economics	1	284	28

Source: Pemerintah Daerah Propinsi Daerah Tingkat I Timor Timur: Rencana Pembangunan Lima Tahun Keenam 1994/95 – 1998/99

Table 2: Number of Catholic Schools (1993)

Primary School	115
Junior High	30
Sénior High	12
Vocational High	4

Sources: Catholic figures from Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies Vol 1 Nº 2 February 1996

Nessa altura o Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies estimava que o número de alunos em escolas católicas era de cerca de 30.000.

Entretanto, e de acordo com documentos das autoridades indonésias, em 1987 o Governador, Eng.º Mário Carrascalão, criou a Universitas Timor Timur (UNTIM), com três faculdades: - Agricultura, Ensino (formação de professores) (FKIP) e Ciências Sociais e Políticas (Fisipol).

Em 1990 foi criado o Instituto Politécnico de Hera, a 10 Km de Díli e entretanto foi criado o Institut Pastoral Indonesia (IPI), para formar catequistas num curso de quatro anos que não conferia grau.

O número de professores e alunos destas instituições era, em 1993, o seguinte:

	Lecturers	Students
Universitas Timor Timur	126	1154*
Politeknik	27	900
Institut Pastoral Indonésia (IPI)		500
University Terbuka (Open U)		242

Source: Daniel Kameo p 53.

* 60% are Timorese

Quanto ao emprego só cerca de um quinto dos formados o conseguia obter, apesar do engrossamento dos quadros do funcionalismo público, como se pode ver no quadro seguinte:

	Primary	Junior High	Senior High	University	Total
Job-seekers	518	1,159	7,526	791	9,994 (100%)
Employed	210	432	927	172	1741 (18%)
Unemployed	308	727	6,599	619	8,253 (82%)

Source: Kantor Statistik Timor Timur 1992

Em 1995 o Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo determinou que as escolas católicas pudessem ensinar até 6 h de Língua Tétum por semana. Mas a ausência de textos escritos em Língua Tétum dificultou a aplicação desta directiva. Segundo o autor citado (Odling-Smee, 1997) em 1993, 52% da população timorense continuava iletrada. Os 48% literatos incluíam muitos imigrantes indonésios.



4. O Português, língua da descolonização, da independência e da resistência à ocupação.

Com a liberdade política resultante da revolução de 25 de Abril, que derrubou a ditadura do Estado Novo instalada em Lisboa desde 1926, criaram-se em Timor, em Maio de 1974, dois partidos ou associações políticas com grande implantação popular:

- ? A UDT (União Democrática Timorense), fundada em 11 de Maio de 1974, que começou por preconizar a ligação a Portugal para, mais tarde, defender a independência do território;
- ? A ASDT (Associação Social Democrática Timorense), criada a 20 de Maio e que em 11 de Setembro de 1974 deu origem à FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), que sempre pugnou pela independência.

Com o apoio das autoridades indonésias foi criada também, em 27 de Maio de 1974, a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), que defendia a integração do território na Indonésia, com um estatuto de autonomia especial. Este partido nunca terá tido um apoio superior a cerca de 5% da população.

No seu programa, A UDT não fala na língua, mesmo quando se refere, longamente, ao sistema de ensino e à alfabetização de adultos.

O programa político da FRETILIN afirma que “*A Língua Portuguesa será mantida como a língua oficial do país*”. Nessa altura (1974) não era feita qualquer referência ao Tétum.

No seu primeiro manifesto a APODETI declara defender “*os seguintes princípios*”:

- 1º. “*Viabilidade, em termos de Direito Internacional, de uma integração, com autonomia da comunidade indonésia.*”
- 2º. “*A necessidade da introdução da língua indonésia como disciplina obrigatória nas escolas secundárias e abertura das escolas primárias da língua indonésia, não eliminando as portuguesas já existentes;*”
- (...)
- 7º. “*A língua e a civilização portuguesas;*”

Em 20 de Janeiro de 1975 o Governador, Coronel Mário Lemos Pires, criou o Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET), para definir “*as linhas mestras para o ensino de transição em Timor*”, no quadro da política de descolonização em curso, elaborar programas e preparar quadros timorenses.

Constituído por quatro pessoas a tempo inteiro, duas timorenses e duas “*metropolitanas*” e por três delegados das três principais associações políticas timorenses, na primeira reunião que o grupo permanente teve com esses delegados perguntou-lhes qual achavam que deveria ser a língua (ou línguas) de ensino a utilizar em Timor-Leste na fase de transição. A resposta foi unânime, a favor do Português.

O delegado da APODETI, o Sr. João Martins, manifestou o desejo de que a Língua Indonésia (o Malaio) fosse ensinada como segunda língua, o que os outros partidos fortemente rejeitaram, e que a Comissão de Descolonização e o Governador também rejeitaram.

Nas férias da Páscoa de 1975 o GCRET organizou uma Semana do Ensino Primário. Aproveitando a vinda a Díli de muitos professores do interior, para receberem os seus vencimentos em atraso, promoveu, de 17 a 22 de Março, uma semana de reuniões e debates sobre os problemas do Ensino Primário (e Pré-primário) e as necessidades de Timor a esse nível. Numa dessas reuniões surgiu uma proposta para que o ensino Pré-primário fosse feito nas línguas e dialectos maternos, como era então recomendado por muitos bons pedagogos. Mas as dificuldades resultantes do tão elevado número de dialectos, por vezes falados por grupos sociais de muito reduzida dimensão e bastante isolados, tornavam impraticável essa hipótese.

Nem o ensino em Tétum, nem sequer o ensino do Tétum foram propostos ao GCRET por qualquer timorense. O facto do Tétum ser uma língua sem qualquer tradição literária escrita (nessa altura) levava os timorenses a ligar a alfabetização à primeira língua escrita que lhes era dado conhecer, o Português.

Embora o Tétum e até diversos dialectos locais fossem utilizados nas reuniões e nos comícios das organizações políticas timorenses, os documentos destas eram escritos em Português. As campanhas de alfabetização de adultos que a FRETILIN lançou em 1975, nomeadamente através da União Nacional dos Estudantes Timorenses (UNETIN), eram feitas em Português e, muitas vezes, utilizando o método do pedagogo brasileiro Paulo Freire.

Por tudo isto podemos dizer que a língua da descolonização foi, predominantemente, o Português.

Quando, em 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN declarou, unilateralmente, a independência, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, feita para entrar em vigor às 00h00 desse dia, não referia, sequer, qual era a língua oficial de Timor-Leste. Redigida em Português, ela pressupunha que o Português era a (única) língua oficial do novo país, tal como o Programa Político aprovado pela FRETILIN, cerca de um ano antes, preconizava. Não existia, nesta constituição de 1975, qualquer referência ao Tétum ou a qualquer outra língua ou dialecto falado em Timor-Leste.

Durante a ocupação de Timor-Leste, a Língua Portuguesa foi muito utilizada pela Resistência à ocupação indonésia, sobretudo pelas FALINTIL.

Em artigo publicado pela “*Camões*”, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14 (Julho - Setembro de 2001, p. 41), editada pelo Instituto Camões, o General Taur Matan Ruak, último comandante das FALINTIL explica porque foi o Português a língua usada, enquanto possível, pela Resistência Armada.

“*Quando nos debruçamos sobre as relações entre a língua portuguesa e a Frente Armada, em particular, veremos que quatro factores estiveram na base da manutenção dessa língua: primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo, por ser a única língua ortograficamente desenvolvida;*”

terceiro, porque era a nossa língua oficial definida desde sempre; por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural."

"Nos tempos da guerra de posições, de 1975 a 1979, a língua oficialmente utilizada pela resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até à base."

"Embora lutássemos com dificuldades de toda a ordem, utilizávamos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel."

"Porém quando se deu a queda das Bases de Apoio, as coisas mudaram, porque aquela classe detentora da língua portuguesa minguou fatalmente e esta quase que desapareceu da circulação, à excepção de certas correspondências entre os poucos dirigentes do topo ainda sobreviventes."

No plano internacional a opção pelo Português feita em 1974 foi também uma expressão das afinidades da FRETILIN com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas em África, e das ligações políticas, afectivas e culturais a Portugal.

Essas afinidades e ligações foram extremamente importantes. Com efeito, a colocação, por Portugal, de uma queixa no Conselho de Segurança da ONU, no próprio dia da invasão de Díli pela Indonésia, em 7 de Dezembro de 1975, foi crucial para legitimar a luta contra a ocupação e envolver as Nações Unidas na resolução do Problema, até à autodeterminação em 1999.

Importantíssima foi, também, a solidariedade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que com as suas propostas e a sua solidariedade mantiveram a questão viva nas Nações Unidas, mesmo durante os longos anos em que Portugal praticamente nada fez em Nova Iorque.

O facto dos jovens timorenses rezarem em Português, no cemitério de Santa Cruz, aquando do massacre de 12 de Novembro de 1991, teve um grande impacto em Portugal e ajudou a mobilizar a solidariedade portuguesa e lusófona.

No território ocupado e controlado pelas forças indonésias, a Língua Portuguesa foi proibida, com excepção para o Externato de São José. Mesmo neste o Português acabaria por ser banido, pouco depois do massacre de Santa Cruz.

Num artigo publicado no número 14 da Revista Camões, já atrás referida, o Padre João Felgueiras, S.J., fala do cuidado com que os seminaristas timorenses fizeram sucessivas transferências dos livros da biblioteca do Seminário de N^a Sr.^a de Fátima, em Dare (perto de Díli), depois deste ter sido bombardeado em 13 de Dezembro de 1975, e, consequentemente, em grande parte incendiado, e depois, em 1978, para o Colégio Bispo de Medeiros, em Díli, e finalmente, para a Câmara Eclesiástica, onde acabaram, apesar de tudo, por arder em 5 de Setembro de 1999, poucos dias depois do referendo de autodeterminação. Eram livros em Português e os militares indonésios insistiam em que deviam ser queimados. Mas os padres e seminaristas timorenses resistiram e guardaram-nos até à autodeterminação.

No já referido artigo o Padre João Felgueiras, jesuíta português que foi um dos pilares morais e culturais da Resistência à ocupação, fala do *"milagre da escola de formação lusófona"* nestes termos:

"Quando Monsenhor Martinho da Costa Lopes, com o apoio dos padres Felgueiras e Martins, reabriu o Seminário em Maio de 1978, com 12 seminaristas, tivemos dificuldade em encontrar professores. O mesmo acontecia com os padres Leão da Costa e Domingos da Cunha que reabriram o Externato de São José. Juntámos forças e o Seminário passou a leccionar por completo, o curso dos Liceus. É a esta escola, sobretudo, que se deve o ensino regular do currículo de ensino em Língua portuguesa, desde a primária ao 7º ano do Liceu. Alguns dos nossos Ministros e Sacerdotes e muitos funcionários e senhoras timorenses por ali passaram. Foi um «milagre» que tivéssemos conseguido manter tantos anos esta escola de formação lusófona, cristã e nacionalista." (Felgueiras, 2001)

O Padre João Felgueiras, S.J., e o Professor Benjamin Côrte-Real, Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste, lembram que, tendo o Seminário sido aberto em Maio de 1978 com 12 alunos, no Colégio Bispo de Medeiros, em Lahane (Díli) pouco depois os seminaristas passaram a frequentar as

aulas do ensino liceal, com plano de estudos de Portugal e em Português, no Externato São José. Este, que era uma escola da Diocese de Díli a funcionar no Akaite, até 1975, reabriu, por iniciativa e arriscado esforço dos padres timorenses Leão da Costa e Domingos da Cunha, nas instalações, entretanto abandonadas, que tinham sido o lar das irmãs canossianas em Balide (Díli).

Enquanto o Seminário de Díli teve como reitores o Padre João Felgueiras, S.J., de 1978 a 1986, ou o Padre José Martins, S.J., de 1986 a 1992, aos Domingos muitas crianças e jovens iam ao Seminário não só para aprenderem a doutrina cristã, mas também para aprenderem Português. Com a mudança de Reitor, o ensino de Português foi negligenciado, mas manteve-se, apesar de tudo, com menos alunos.

“Após Santa Cruz, as forças ocupantes forçaram os responsáveis a fechar, de vez, o Externato de São José. Podíamos dizer: tinha cum prido a sua missão.”
(Felgueiras, 2001)

Referindo-se aos livros e revistas em Português clandestinamente lidos e guardados durante a ocupação, o sacerdote português conta:

“Os primeiros 10 anos de guerra foram, muitas vezes, de risco para quem tivesse livros ou fizesse uso da língua Portuguesa. Nesses primeiros anos, os livros eram escondidos, enterrados, à espera de melhores tempos. Em geral o livro não sobrevivia enterrado, mesmo dentro de sacos de plástico. Era com tristeza que se ouvia o timorense a lamentar que os seus livros tinham apodrecido.”

(...)

“Quando começou a ser negligenciada a perseguição cultural, os livros começaram a emergir de variados modos, espalhando-se cautelosamente por toda a parte. E era um tesouro quando apareciam! Naturalmente que eram os livros religiosos os mais desejados.”

“A compensar a anterior devastação de livros queimados ou estragados, começaram a vulgarizar-se as fotocópias. A princípio com grandes cautelas, ainda que fizéssemos fotocópias em Jacarta. Assim, muitas gramáticas de Ulisses Machado foram fotocopiadas às dezenas em Jacarta e, por amigos de confiança, trazidas para Díli. Até que, passado o medo ao olho vigilante da Intel, nos lançámos a sucessivas remessas de fotocópias do Ulisses Machado. Era quase um pequeno negócio. Vieram depois os pequenos livros das primeiras classes da Primária. Fomos fazendo sucessivas remessas de centenas desses livrinhos que eram levados aos recantos de Timor.”

“Entretanto, havia em Timor um pequeno livro que certamente arrecada para si a medalha de invencível e de ter chegado a toda a parte e em todos os tempos, e ter chegado às mãos de toda a gente. Até o «bapa» (administrador indonésio) o queria. Era um livrinho de orações, editado ininterruptamente em Braga desde há anos. É o DIA SANTIFICADO. Certamente não há um timorense que ignore este nome. Na verdade, desde 1971, foram chegando a Timor, continuamente, centenas de livros. Começada a guerra, todos os que passavam por Dare levavam no bolso da camisa o DIA SANTIFICADO. Como era livro religioso, passava mais facilmente. Durante estes 30 anos entraram centenas de milhares que escoavam para todos os lados. Em 1999, à falta de outro livro, o DS servia de livro de «leitura».”

“Uma revista periódica, a Cruzada Eucarística, também tem lugar de honra na promoção da Língua Portuguesa.”

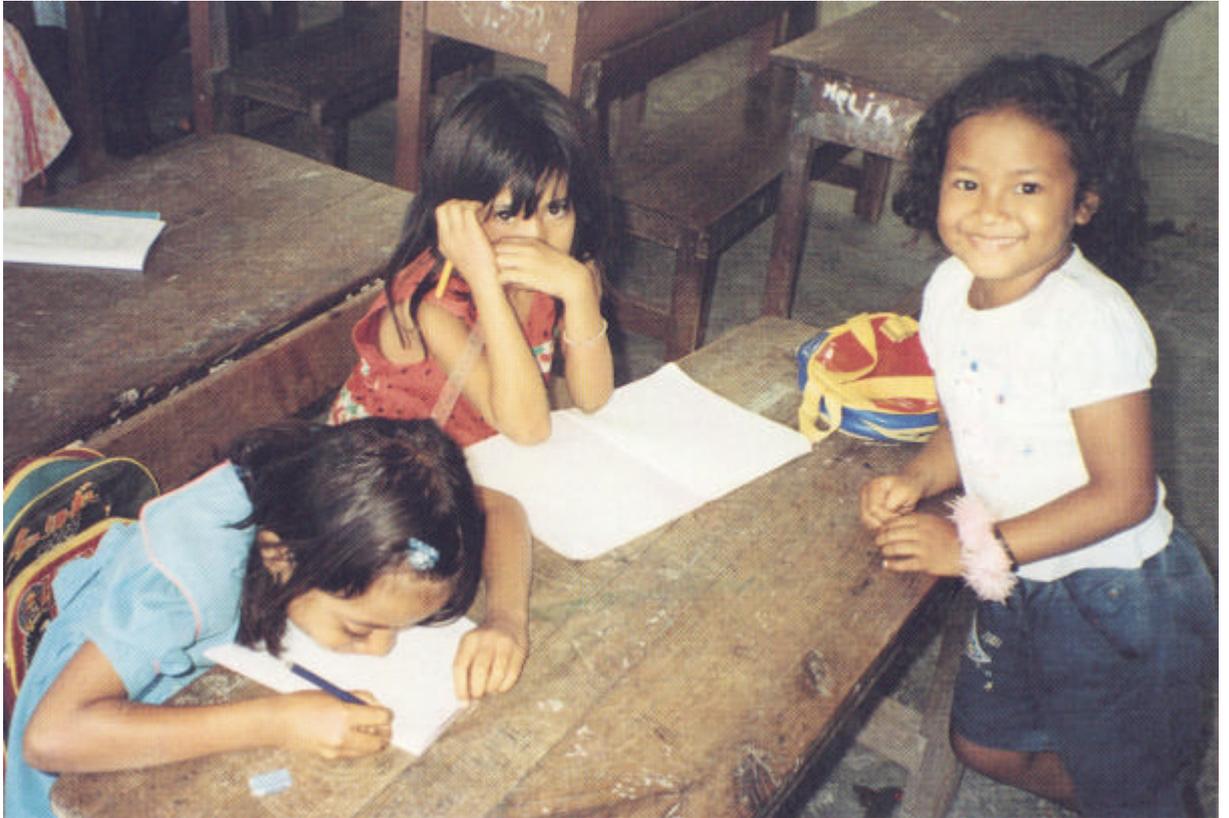
“Os livros de cânticos religiosos em português foram também mantendo o uso da língua portuguesa.”

Apesar das dificuldades, poucos anos depois do encerramento do Externato de São José é o próprio Padre João Felgueiras, S.J., quem assume o risco de relançar o ensino do Português. São, novamente, dele as palavras que citamos a seguir:

“Uns 5 ou 6 anos antes do Referendo, começámos em Lahane o ensino da Língua Portuguesa a um grupo de «aspirantes» timorenses para Jesuítas. Embora fosse dedicado a esses jovens... e não faltassem imediatamente professoras voluntárias para ensinar, assim, como na clandestinidade, logo a seguir, correu a notícia. E começou um fluxo ininterrupto de crianças e jovens para se «inscreverem» no Curso de Língua Portuguesa. Eram às 10, às 20 e 50 por dia as inscrições. Chegámos a

número «limite» de alunos, impossibilitados materialmente pelo espaço do lugar. Nem bastou o armazém e o terreno contíguo de um amigo vizinho. Era uma massa de 3.000 crianças e jovens que vinham aprender a Língua Portuguesa.”

5. O Português como fronteira político-cultural relativamente aos vizinhos – uma escolha difícil.



Tendo o Português sido substituído, em 1980, pelo Tétum, como língua litúrgica, a fim de travar as pressões indonésias para a substituição da Língua Portuguesa pela Língua Indonésia nas igrejas, o Tétum teve um grande desenvolvimento. Além disso algumas instituições, sobretudo australianas, nos últimos anos da ocupação, dedicaram-se, não só ao seu estudo, mas também à edição de livros infantis e didáticos em Tétum. Deste modo a língua veicular mais falada em Timor-Leste começou a ser uma língua também escrita, e não apenas oral.

Essa evolução determinou, em fins de Abril de 1998, poucas semanas antes da queda do regime do General Suharto, que a Convenção Nacional Timorense na Diáspora, reunida em Peniche, que criou o CNRT, uma estrutura unificada da Resistência Timorense (incluindo a FRETILIN e a UDT), definiu como objectivo dotar Timor-Leste de duas línguas oficiais, o Português e o Tétum.

Essa mesma decisão foi transformada em artigo da nova Constituição da RDT-L, que entrou em vigor em 20 de Maio de 2002. Esse artigo foi aprovado sem votos contra, apenas com três abstenções, pela Assembleia Constituinte eleita em 30 de Agosto de 2001.

A opção por essas línguas, com exclusão da Língua Indonésia e do Inglês, marcou a fronteira entre Timor-Leste e os seus dois grandes e poderosos vizinhos.

Foram muitas as promessas de apoio, em computadores, livros, etc., e as pressões da Austrália e até de muitos funcionários da UNTAET, para que o inglês fosse escolhido como língua oficial. E muitas continuam a ser as propostas, pressões e tentativas de australianos, por entrepostos timorenses, para atrasar a idade de começo da aprendizagem do Português pelas crianças timorenses. Com o pretexto de que é pedagogicamente melhor alfabetizar nas línguas maternas, procuram adiar para o 3º ou 4º ano do ensino básico o ensino do Português, aproximando as idades do começo deste com a do ensino do inglês, como diz o Reitor Benjamin Côte-Real.

Foram muitas as promessas de apoio, em computadores, livros, etc., caso fosse essa a opção dos timorenses. Mas a liderança timorense e, com ela, a Assembleia Constituinte, incluindo os partidos da oposição ao Governo, foram firmes na sua demarcação face aos vizinhos e na afirmação da sua identidade própria.

Foi uma opção difícil, não só pelas pressões que teve que contrariar e vencer, mas também pelas dificuldades práticas da sua implementação.



É que quase toda a população timorense, em 2002, falava (e ainda fala) o Bahasa Indonésio. Em contrapartida, segundo a UNTAET haveria, em 2001, cerca de 11% de timorenses capazes de entender o português, língua que a grande maioria dos jovens desconhecia, então, completamente.

Acontece que a Língua Portuguesa é uma língua muito complexa e difícil. Enquanto em Tétum ou Indonésio os verbos têm uma única forma, em português, são muitas dezenas as formas verbais em que cada verbo, com os seus tempos, modos e pessoas, pode ser conjugado...

Portugal comprometeu-se a apoiar o ensino do Português. Mas alguns gestos grandiloquentes, de fácil mediatização, como o envio para Portugal de centenas de jovens timorenses para estudarem em universidades portuguesas, quase sem selecção prévia, sem saberem o Português, muitos deles, e com fracas bases do ensino secundário, quase todos, transformou em frustração aquilo que, feito com sensatez e devidamente preparado, deveria ser um valioso contributo para o futuro de Timor-Leste e dos jovens bolseiros.

A própria realização de acções de formação avulsas, por professores portugueses, em vez da formação de formadores, e erros cometidos na selecção de futuros professores timorenses de Português, com exclusão dos mais velhos, eventualmente menos qualificados, mas com melhores conhecimentos de Português, aprendido ainda nos tempos da administração portuguesa, reduziu a utilidade e alcance que essas acções de formação em Português poderiam ter tido.

Felizmente alguns erros foram já corrigidos e podem-se registar acções de formação para o Português com grande êxito.

No entanto, a frustração da juventude timorense que não fala Português, e que, por isso, é rejeitada em concursos para a função pública, tem sido um factor de tensões.

O Povo Timorense venceu, até ao referendo, desafios extremamente difíceis.

Tem continuado, depois disso, a enfrentar os desafios dos interesses petrolíferos e as sucessivas acções de pressão australianas sem ceder ingloriamente e sem hipotecar o futuro.

O desafio da Língua Portuguesa, que foi duro durante a ocupação, continua a ser difícil. Depende dos timorenses, do seu Governo, de Portugal e dos PALOP vencer melhor ou pior esse desafio.

A opção pelo Português e pelo Tétum foi a opção estratégica da liderança e do povo timorense, tomada livremente, através da sua Assembleia Constituinte democraticamente eleita pelo povo. Ela é muito importante para a identidade de Timor-Leste e para o seu futuro.



São as Línguas Portuguesa e Tétum que marcam a diferença entre Austrália e Timor-Leste, e se impõem como barreira cultural e psicológica à “anexação” pela Austrália, como seu prolongamento ou colónia.

É a Língua Portuguesa, e só ela, que separa, de forma clara, a Indonésia de Timor-Leste.

Escolhida desde o início da descolonização, em 1974, pelas três principais forças políticas, escolhida pela auto-proclamada RDT-L em 1975, mantida viva, apesar das perseguições e todo o tipo de dificuldades, na montanha e nas cidades, durante a ocupação, mantida e novamente consagrada na Constituição, em 2002, apesar das inúmeras pressões de países e organizações em que a anglofonia domina, foi e é um elemento importante do imaginário colectivo que define Timor-Leste como uma nação independente.

Em Outubro de 1975, o grande líder timorense, Nicolau Lobato, dizia ao Padre João Felgueiras, no Quartel-general de Taibesse:

“Nós escolhemos como Língua Nacional de Timor a Língua Portuguesa.”
(FELGUEIRAS, Pe. J., 2001)

Vinte e seis anos mais tarde, o General Taur Matan Ruak, último Comandante das FALINTIL, dizia:

“Queremos, enfim, afirmar que nunca perdemos a vontade de manter a língua portuguesa, tanto oral como ortograficamente, apesar das várias dificuldades e limitações impostas na redução física dos falantes da língua portuguesa. Sempre com o espírito de que a mesma será a nossa língua oficial, logramos conseguir aquilo que para muitos foi um sonho.

Com muita razão dizemos: Valeu a pena lutar!” (RUAU, T., 2001)



BIBLIOGRAFIA

- BARBEDO DE MAGALHÃES, António. *A Igreja Católica e Timor-Leste. Documento de base para uma reflexão sobre a situação do povo de Timor-Leste, e o papel da Igreja*: - Leigos, Padres, Hierarquia Católica e Movimentos Cristãos; Porto, 1987.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António. *Descolonização do Ensino em Timor*. 18 de Fevereiro de 2004.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António. *Mensagem aos vivos*. Limiar; Porto, 1983.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António. *Timor-leste e as Jornadas da Universidade do Porto*. Reitoria da Universidade do Porto; Porto, 1997.
- CÔRTE-REAL, Benjamin. *Comunicação ao 4º Colóquio Anual da Lusofonia*; Bragança, 2005.
- DEFERT, Gabriel. *Timor Est. Le Génocide Oublié – Droit d'un peuple et raisons d'États*. Coleção «Recherches asiatiques» - L'Harmattan ; Paris, 1992.
- Documentos da FRETILIN e do Governo na República Democrática de Timor-Leste*. Timor-Leste: Uma Luta Heróica – 1976.
- FELGUEIRAS, Padre João. *As Raízes da Resistência*. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas – Julho – Setembro 2001 nº 14; Lisboa.
- GCRET - *Apresentação de propostas para o ensino de transição em Timor* . 23 de Abril de 1975
- HULL, Geoffrey ECCLES, Lance - *Studies in Languages and Cultures of East Timor*. Volume 1 Language Acquisition Research Centre. University of Western Sydney Macarthur: Sydney, 1998.
- Manual Político (Princípio - Ideário - Programa de acção) da União Democrática Timorese*. 1974.
- ODLING-SMEE, David. *Future Planning: Language and Educations in East Timor* - VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto.
- PIRES, Governador Mário Lemos. *Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975)* - Presidência do Conselho de Ministros: Lisboa, 1981.
- RUAK, Taur Matan. *A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia*. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas – Julho - Setembro 2001 nº 14; Lisboa.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *Babel Loro Sa'e. O Problema Linguístico de Timor-Leste* – Instituto Camões. 1ª Edição: Lisboa, 2002.
- Voz de Timor*, (A). Sábado, 17 de Maio de 1975. Ano XVI, nº283. Em *Timor - Reformulação do Ensino* - Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET).



5. ANTÓNIO MARIA VELOSO BENTO,

Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira, Funchal e Escola Básica e Secundária de Santana, Madeira

BIODADOS

António V. Bento, doutorado em Educação pela Universidade de Massachusetts, Lowell, Estados Unidos.

É actualmente Professor Auxiliar no Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira, Funchal.

bento@uma.pt



ANTÓNIO V. BENTO (à direita)

SINOPSE

A singularidade da cultura portuguesa foi enraizada na comunidade Timorense durante quatro séculos de convivência e miscigenação Lusa. Após 24 anos de dominação e repressão Indonésia, Timor integrou a comunidade lusófona de quase 200 milhões de falantes. A língua e a cultura Portuguesas constituem uma fonte de largas oportunidades e uma imensa riqueza para a comunidade Timorense.

A lusofonia é um conceito que designa o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo. Para além de Portugal, há sete países que utilizam o Português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste. É uma comunidade de quase 200 milhões de falantes da língua Portuguesa.

Timor-Leste é o mais jovem país do mundo, ocupando a parte oriental da ilha de Timor. Foi uma colónia portuguesa, até 1975, altura em que foi invadido pela Indonésia. Permaneceu oficialmente como território português por descolonizar até 1999. Foi considerado pela Indonésia como a sua 27ª província. Quase 80% do povo Timorense optou pela independência em referendo organizado pela ONU.

Esta comunicação sobre Timor-Leste e a lusofonia pretende revelar a expansão e vitalidade da língua Portuguesa ligada à cultura construída durante quatro séculos. O autor conclui que a língua Portuguesa constitui uma janela de oportunidades e uma riqueza cultural para a comunidade Timorense.

TIMOR-LESTE E A LUSOFONIA: CONTRIBUTO PARA SUA COMPREENSÃO E ESTUDO

*“A língua Portuguesa foi a melhor coisa que os
Portugueses nos deixaram”.*

Amílcar

Cabral

1. INTRODUÇÃO

A lusofonia é um conceito que designa o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo. Para além de Portugal, há sete países que utilizam o Português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste. É uma comunidade de quase 200 milhões de falantes da língua Portuguesa.

Timor-Leste é o mais jovem país do mundo, ocupando a parte oriental da ilha de Timor. Foi uma colónia portuguesa, até 1975, altura em que foi invadido pela Indonésia. Permaneceu oficialmente como território português por descolonizar até 1999. Foi considerado pela Indonésia como a sua 27ª província. Quase 80% do povo Timorense optou pela independência em referendo organizado pela ONU.

Esta comunicação sobre Timor-Leste e a lusofonia pretende revelar a expansão e vitalidade da língua Portuguesa ligada à cultura construída durante quatro séculos. O autor conclui que a língua Portuguesa constitui uma janela de oportunidades e uma riqueza cultural para a comunidade Timorense.

2. ENQUADRAMENTO GEO-HISTÓRICO

A ilha de Timor pertence ao grupo da Pequena Sonda, arquipélago da Insulíndia ou Malaio e tem cerca de 32.225 km². A parte da ilha pertencente a Timor Oriental é a maior ilha e mede cerca de 18.845 km².

A capital de Timor Oriental foi transferida de Lifau (no enclave do Oe-cússi) para Dili em 10 de Dezembro de 1769, no tempo do Governador António José Telles de Meneses.

A ilha de Timor foi dividida entre Portugal e a Holanda pelo Tratado de 20 de Abril de 1859 mas só teve execução em 1861. Por este tratado, Portugal ficou com a região dos reinos dos Belos, a parte a que hoje chamamos de Timor Oriental, cabendo à Holanda a remanescente parte ocidental da ilha, também chamada de Servidão.

A ilha de Timor, que forma parte do arco mais meridional do arquipélago de Sonda, ficou definitivamente dividida pela Convenção de 1904, em duas metades. A parte oriental, com capital em Dili, de domínio português; a metade ocidental, com capital em Kupang, foi atribuída aos Holandeses para passar, depois da independência das colónias holandesas em 1946, a formar parte integrante da república da Indonésia.

Com a queda do regime português em 1974, alguns partidos da antiga colónia portuguesa vinculados à Indonésia pediram a anexação a esse mesmo país, chocando assim com a FRETILIN, apoiada pela maioria da população e que defendia a independência de Timor-Leste. Em 1981, o governo Indonésio mudou a denominação para a de Loro Sae, anexando o território administrativo como sua província.

A ilha foi descoberta pelos Portugueses, quando estes lá chegaram em 1512, em busca do sândalo, madeira nobre utilizada na fabricação de móveis de luxo e na perfumaria, que cobria praticamente toda a ilha. Durante quatro séculos, os portugueses apenas utilizaram o território Timorense para fins comerciais, explorando os recursos naturais da ilha.

Após a Revolução dos Cravos, o governo Português decidiu abandonar a ilha em Agosto de 1975, passando o poder à FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste), que proclamou a república em 29 de Novembro do mesmo ano. Porém, a independência durou pouco tempo.

O general Suharto, governante da Indonésia, mandou tropas do exército invadirem a ilha. Em 7 de Dezembro, os militares Indonésios desembarcavam em Díli, ocupando brevemente toda a parte oriental de Timor, apesar do repúdio da Assembleia-geral da ONU.

Sob pressão internacional, foi somente em 1999 que a Indonésia aceitou a execução de um referendo sobre a independência do território.

Timor-Leste tem uma população de 749,298 (2001) e 56% de literacia. Tem duas línguas oficiais: Português e Tétum. Tétum é a língua de 23% da população seguindo-se Mambae com 20% da população.

3. A LÍNGUA

Linguisticamente, Timor-Leste é um mosaico. Há doze línguas indígenas, quatro Austronésias e oito não-Austronésias, que podem ser subdivididas em trinta e cinco dialectos e subdialectos (Lutz, 2001). O grupo de línguas Austronésio consiste em: Tétum, Galoli, Mambai e Tokodede; o grupo não-Austronésio é composto por: Bunak, Kemat, Makassi, Dagada, Idate, Kairui, Nidiki e Baikenn.

Tétum actua como uma espécie de língua franca entre estas doze línguas indígenas. Antes de 1975, o Português era a língua oficial em Timor-Leste, sendo, portanto, a língua da Igreja e do Estado. É de notar que a religião e o estado sempre tiveram uma associação íntima durante a história da colonização Portuguesa.

A língua Portuguesa desenvolveu-se desde a sua descoberta com os Dominicanos (1562)⁴⁷. Em 1973-1974, 77 por cento das crianças de Timor frequentavam o ensino elementar na língua oficial (Português). O Português nunca se tornou a língua normal de comunicação oral, nem mesmo como língua de contacto entre etnias de diferente falar: tal função continuou a ser desempenhada pela língua veicular tradicional, o Tétum.

O Português teve uma função relevante, quer no plano interno como cimento de unidade cultural entre as populações da metade oriental da ilha, retalhada em múltiplos grupos étnico-linguísticos, através de uma pouca numerosa mas omnipresente elite de letrados nativos; quer no plano externo como cordão umbilical que articula as culturas locais, em maior ou menor grau ocidentalizadas por uma aculturação de quatro séculos mas de expressão exclusivamente oral com todo o universo mental do cristianismo e de cultura lusíada, de expressão predominantemente escrita de que aquelas tradicionalmente se alimentam.

A capacidade de ler e escrever Português era um pré-requisito para obter a cidadania Portuguesa, e a política de "assimilado" encorajou a assimilação linguística e cultural. Contudo, apenas uma pequena percentagem de Timorenses foram "assimilados" ou "civilizados" como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 1
População residente em 1950 em Timor-Leste

Europeus	Mestiços	Chineses	Outros	Índigenas civilizados	Índigenas não-civilizados	Total
568	2.022	3.128	212	1.541	434.907	442.378

Fonte: Worldbank data & statistics

De acordo com estes números, Portugueses falantes civilizados e mestiços juntos representavam menos que um por cento da população total. Todavia, a importância destes dois grupos era maior do que estes números sugerem, especialmente na altura da descolonização, 1975, quando a maior parte da elite indígena Timorense teria uma educação portuguesa.

Apesar destes números pequenos, esta elite Portuguesa emergiu como a maior força representante de uma era pós-colonial; esta elite teve também um papel importante como líder da resistência e como intermediária durante administração Indonésia.

Antes de 1975, a educação era Portuguesa. De acordo com Lutz (2001), muitas das escolas em Timor-Leste eram administradas pela Igreja Católica e o Português era a língua de instrução (em algumas escolas privadas católicas mais rigorosas, os alunos eram castigados se falassem Tétum, chinês ou outras línguas indígenas entre eles, mesmo fora das salas de aula). O chinês era ensinado em escolas

⁴⁷ "De Ceuta a Timor" de Luís Filipe Thomaz

fora do sistema oficial católico, mas não havia instrução formal em Tétum nem em qualquer outra língua indígena.

Depois de 1975, a Indonésia rapidamente aboliu o uso do Português e impôs a língua Indonésia no seu lugar com o a nova língua “nacional” de Timor-Leste. Note-se, contudo, que a preocupação da Indonésia foi unicamente como um meio de controlo ou no que Foucault chamaria de “governamentabilidade”⁴⁸

Isto pode ser visto mais explicitamente na ligação que o governo Indonésio fazia da ligação entre língua e educação. Desde 1975, a Indonésia entrou numa corrida desesperada de construção de escolas em Timor-Leste e publicitaram o facto de que haviam construído mais escolas entre 1975 e 1980 que Portugal nos 100 anos anteriores a 1975.

Vejamos nos quadros seguintes a evolução do número de escolas, alunos e professores após 1975:

Quadro 2
Número de escolas em 1976, 1986 e 2002

	1976	1986	2002
Escolas Primárias	47	498	560
Escolas Preparatórias	2	71	112
Escolas Secundárias	0	19	42

Fonte: Worldbank data & statistics

Quadro 3
Número de alunos em 1976, 1986 E 2002

	1976	1986	2002
Escolas Primárias	13.501	109.844	125.203
Escolas Preparatórias	315	17.351	37.734
Escolas Secundárias	0	2.948	20.869

Fonte: Worldbank data & statistics

Quadro 4
Número de professores em 1976, 1986 E 2002

	1976	1986	2002
Ensino Primário	499	2.978	2.219
Ensino Preparatório	10	322	1.128
Ensino Secundário	0	79	579

Fonte: Worldbank data & statistics

O que é interessante notar é que o governo Indonésio justificava a construção de escolas e de outras infra-estruturas pela necessidade de estabelecer a lei e a segurança e evitar a influência e propaganda levada a cabo por um pequeno grupo de anti-Indonésios (Lutz, 1991).

Isto torna-se ainda mais crítico à luz do facto que de acordo com os censos de 1980, menos de 30% da população de Timor-Leste falava ou compreendia a língua Indonésia.

O importante papel da igreja católica na instrução durante a colonização Portuguesa foi eliminado a partir de 1975. A Igreja Católica nunca se integrou no sistema Indonésio e ficou dependente de Roma. Em 1981, o governo Indonésio tentou forçar a Igreja a aceitar a integração linguística estipulando que o Português devia ser substituído pela língua indonésia nas missas. O clero rejeitou esta directiva e pediu licença ao Vaticano para substituir o Português por Tétum, o que foi permitido.

⁴⁸ Ver Burchell e al, eds.,1991

O Português continuou a ser o meio de comunicação externa para a Igreja Católica assim como para a resistência anti-Indonésia. Este facto tornava difícil a censura externa dado o facto de que poucos militares Indonésios e pessoal administrativo Indonésio compreendiam o Português.

Sem a ligação Portuguesa não haveria aspirações a uma nação independente, Timor-Leste. Foi a influência Portuguesa que fez de Timor-Leste um povo único, distinto de todos os outros à sua volta.

Antes dos Portugueses, a única influência estrangeira que teve algum impacto foram os negociantes de Java, Macassar e das Molucas, que visitaram Timor à procura da madeira de sândalo e cera de abelhas. Estes negociantes falavam Malay e foram responsáveis pela introdução de muitas palavras Malay nas línguas de Timor.

4. CONCLUSÃO

O Português é uma língua significativa no contexto global. É a 6ª maior língua em termos de falantes, sendo mais usada que o Francês, Alemão e Russo.

Apesar dos 24 anos de dominação e tentativa de estrangulamento da língua e cultura lusófonas em Timor-Leste por parte da Indonésia, a lusofonia marcou o seu poder, vigor e grandiosidade; cerca de um quarto da população pode ainda falar, com alguma fluência, o Português.

A liderança da comunidade Timorense ao adoptarem o Português como língua oficial de Timor demonstraram a lucidez de aceitar as influências indeléveis de quatro séculos de cultura Portuguesa e simultaneamente reconhecerem as oportunidades e benefícios da língua Portuguesa para Timor-Leste:

- a) A capacidade de construir laços fortes com outros países lusófonos com cultura, experiências e interesses comuns;
- b) A contínua ligação com quatrocentos anos de história escrita de Timor, incluindo estatísticas, informação sobre a população, sistema ecológico, zoológico, agricultura, etc.
- c) A ligação a mercados Europeus, outras oportunidades e línguas (o Português abre o caminho para outras capacidades linguísticas tais como o Espanhol, Francês, Italiano, etc.).

O estabelecimento do Português como língua oficial provou o enraizamento da herança histórico-cultural lusófona e marcou, pela singularidade, a identidade nacional Timorense no espaço geográfico e cultural do sudeste Asiático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Burchell, G., Colin, G., and Peter, M. (eds) (1991). *The Foucault Effect: Studies in Governmentability*. Chicago: University of Chicago Press
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – <http://www.cplp.org/>
- Hull, G. (2000). *Aspectos das línguas correntes em Timor-Leste*. Comunicação na Universidade de Adelaide: Austrália em 29 de Março de 2000.
- Lourenço, E. (1999). *Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Lutz, Melissa, N. (2001). *Colonização, Descolonização e Integração: políticas linguísticas em Timor-Leste, Indonésia*. Chicago. Disponível em <http://www.uc.pt/timor/language.htm>
- Worldbank: <http://www.worldbank.org/data/wdi2005/index.htm>
-



O REITOR DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR, PROFESSOR BENJAMIM CORTE-REAL





6. BENJAMIM DE ARAÚJO CÔRTE-REAL,

**Universidade Nacional de Timor-Leste. Instituto Nacional de
Linguística (TL)**

BIODADOS

- ✍ Benjamin de Araújo Corte-Real, Mestrado obtido em Julho de 1994 da Macquarie University, Sydney, Austrália – Mestrado em Linguística Aplicada; Tese – "*Grice's Cooperative Principles in the Key Ministerial Speeches on (Australian) Native (Land) Title (in the Mabo Debate)*";
- ✍ Doutoramento (PhD) obtido em Abril 2000 da Macquarie University, Sydney, Austrália - PhD em Linguística Antropológica, Tese - "*Mambae and Its Verbal Art Genres - A Cultural Reflection of Suru-Ainaro, East Timor*";
- ✍ Desde Julho 2001 – Director Geral do Instituto Nacional de Linguística (INL) da Universidade Nacional Timor Lorosa'e; desde 1 de Outubro 2001 – acumula o cargo de Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e; desde Julho de 2002, Vice-Presidente da ONG Timor Aid sediado em Díli; desde Julho de 2002, Presidente da Cruz Vermelha de Timor-Leste; Membro do Conselho Directivo do Centro Juvenil Padre António Vieira sediado em Díli; Membro do Conselho Directivo da Fundação Paz e Democracia.
- ✍ Desde Agosto 2002, Assistente do Vice-Presidente da Federação Internacional de Línguas e Literaturas Modernas (FILLM); desde Outubro de 2003, Membro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa; desde Novembro de 2002, Membro da *Asian Christian Faculty Fellowship*; desde Janeiro de 2004, participante da *Asian Universities Leadership Program*; de 1998-1999 - Representante dos professores no Senado da Universitas Timor Timur e Supervisor do Centro de Estudo de Língua Inglesa da Universitas Timor Timur.
- ✍ Tradutor de Português a Tétum (2001) do livro da autoria do jornalista português António Veladas – "*Timor – Terra Sentida*";
- ✍ Tradutor de Inglês a Tétum (2000) do discurso do Prof. Doutor Geoffrey Hull – "*Língua, Cultura e Identidade Nacional*" proferido no Congresso Nacional do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

SINOPSE

A escolha do português como uma das duas línguas oficiais de Timor-Leste destaca-se como um acto natural, em que a língua camoniana é um dado sobejamente maduro no auge de uma árdua e prolongada marcha de afirmação histórico-cultural e política do povo timorense. Orientada por este

pensamento, a presente conferência aborda o papel da língua portuguesa como elemento indispensável para recuperar e preservar a identidade histórica, cultural e política dos timorenses, no momento em que o país se torna independente, após vinte e quatro anos de dominação Indonésia (1975-1999).

Neste contexto, a língua portuguesa – elevada ao estatuto de língua oficial ao lado da língua nacional (o Tétum, idioma indígena mais difundido no território) – consolida sua posição de ter sido sempre, ao longo da história de Timor-Leste, uma parceira fiel do Tétum, hoje também considerada língua oficial da República Democrática de Timor-Leste. Esta exposição apresenta reflexões sobre os raciocínios contracorrentes à decisão parlamentar timorense de oficialização do português, procurando compreender e descortinar as origens, a relevância e natureza políticas desses raciocínios e suas implicações.

Por fim, relata, também, alguns dos esforços que vêm sendo realizados por diversas instâncias dos âmbitos governamental e acadêmico visando à reintrodução do português e ao posterior desenvolvimento de estudo e descrição das outras línguas locais. Após a libertação do seu território nacional, o timorense está novamente em teste; desta vez, num engajamento mais subtil. Em seu auxílio está a sua capacidade de caução e coerência para consigo próprio como povo que, condenado a assistir o dizimar da sua população, teimou acreditando no legado dos seus antepassados e em si próprio. Neste processo, indubitavelmente, a língua obvia-se como factor estratégico de relevo.

Palavras-chave: Lusofonia – Política Lingüística – Timor-Leste

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA LINGÜÍSTICA DE TIMOR-LESTE

Benjamim de Araújo Corte-
Real⁴⁹
Regina Helena Pires de Brito⁵⁰

I. Antecedentes

Timor-Leste chegou finalmente à liberdade com o reconhecimento de sua independência pela ONU, em 20 de maio de 2002. Para trás ficaram anos de brutal ocupação pela nação vizinha, a Indonésia - ocupação que só esmoreceu com a crescente inconveniência da continuidade do conluio e apoio dos países potentes da guerra fria nos anos precedentes (*conluio econômico do vizinho do sul, a Austrália*).

Uma das questões geradoras de debates viciosos durante os últimos anos, principalmente a partir de 1999, tem sido o critério de atribuição de estatutos às línguas faladas pela população timorense, em particular, no que tange ao estatuto oficial de qual ou para qual dessas línguas.

Importa saber que, desde a primeira hora da resistência (como ficou comprovado pelo CNRT⁵¹, a organização supradirigente da luta conjunta pela autodeterminação e independência do território) a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática).

Assim, a Assembléia Constituinte, resultante das primeiras eleições livres organizadas pela e sob direta observação da ONU e da comunidade internacional após a retirada das forças ocupantes, ficou incumbida de elaborar a Constituição do país. Aquele órgão, composto por doze partidos políticos com assento proporcional, deliberou exaustivamente na matéria e acabou por consagrar o tétum e o português como as línguas oficiais de Timor-Leste. Hoje, para se manter a devida precaução perante possíveis distúrbios aos planos e programas de difusão das mesmas, não se pode dispensar uma contínua reflexão sobre o porquê, a origem, a natureza, a causa da polêmica respeitante a essa questão que, para uns, é um dado consumado, para outros, uma ilógica circunstancial, uma decisão insensata.

II. Postulações Contracorrentes

As primeiras equações sobre qual língua adotar como oficial de um Timor-Leste independente surgiram publicamente depois de 1996, numa conferência realizada em Melbourne, Austrália, intitulada “*it is time to lead the way!*”. O raciocínio discorria ao redor de dois considerandos:

⁴⁹ Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste, docente da Faculdade de Educação e Diretor do Instituto Nacional de Lingüística de Timor-Leste.

⁵⁰ Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pesquisadora do IP/PUC-SP e representante brasileira no Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Lingüística de Timor-Leste.

⁵¹ CNRT é a sigla do Conselho Nacional de Resistência Timorense.

(1) os países dispersos onde se encontravam os timorenses como consequência direta da ocupação, e

(2) que língua cada grupo falava nesses países. Assim, identificavam-se três pontos principais, tanto pelo número populacional da comunidade timorense, quanto pela importância política dos países anfitriões dessas mesmas comunidades, nomeadamente, (a) Portugal e outros países lusófonos, (b) a Austrália e (c) a Indonésia. As línguas seriam, então, o português, o inglês e o indonésio. Além disso, as três frentes na classificação da resistência - a armada, a clandestina e a diplomática - também não deixavam de merecer peso considerável na abordagem dessa questão.

Começou-se a sentir, com certa estranheza, uma *intromissão atrevida* por parte de alguns internacionais, numa questão que, em última análise, pertence aos timorenses deliberar. A massa, assim, foi atropelada por campanhas que foram nem sinceras nem bem-intencionadas por parte dos internacionais e coagida a expressar-se 'livremente' sobre o assunto de estatutos sobre as línguas. A tentativa dessas campanhas era de, desta vez, desviar a população da adesão e da lealdade para com os seus líderes. Segundo esses internacionais, não se pode sustentar o estável ordenamento sócio-político-cultural da sociedade timorense, assentando-se no pioneirismo dos líderes timorenses e na fidelidade do povo para com os mesmos.

Das muitas postulações do chamado discurso "contracorrente", destacam-se:

☞ **A língua portuguesa é falada apenas por 5% dos timorenses e, desses, poucos a falam corretamente** - implicando impraticabilidade de escolha, ou desafio sem retornos mediante a alternativa anglófona ou Indonésia. E ainda: **O português é uma língua que nunca foi falada pela maioria da população** – sugerindo a pertinência do indonésio, língua retratada como entendida pela maioria. Na verdade, essa percepção superficial e desviada da realidade originou-se das múltiplas propostas de 'sondagens' e 'pesquisas' realizadas entre 2001 e 2003 com iniciativa e apoio financeiro das agências internacionais. Tais "estudos" careciam de rigor, de profundidade e de imparcialidade, uma vez que os resultados eram como que conhecidos previamente. As distorções transpareciam já na articulação das perguntas, comprovando-se pelo subsequente tratamento tendencioso dos dados propositadamente colhidos, muito mais em função da conveniência pretendida por aquelas agências e seus agentes do que pela autenticidade e clarividência de um trabalho científico.

☞ **A opção pelo português não é mais do que o saudosismo da velha geração ao colonialismo português e A opção pelo português é um neo-colonialismo cultural português** - induzindo a uma total aversão ao português e insinuando a imagem da 'neutralidade' anglófona e de um futurismo que estende promessas ao 'culto' da nova geração. Essas colocações ignoram que em 1975 todos os cinco os partidos políticos do território tinham a língua portuguesa com estatuto oficial, mesmo a APODETI, que preconizava a anexação do território à Indonésia.

☞ **A escolha do português é uma imposição lingüística como forma de monopólio de poder político e exclusão da maioria desse poder** – ignorando que os timorenses têm o sentido de direito – tanto que teimaram pela independência – e desconsiderando que, além do português, os timorenses se comunicam por meio da outra língua que os une – o tétum. Cabe lembrar que esta postulação esquece que o português, ao assegurar a preservação e desenvolvimento do tétum, facilita o acesso dos timorenses a outras línguas – inclusive ao inglês.

☞ **O português é defendido por mestiços descendentes de portugueses que querem alguma supremacia social e cultural perante o povo e a contínua ligação com Portugal** - dito por cinegrafistas amadores australianos em Maio de 2001 no aeroporto de Díli e repetido por um jurista australiano em 2002, citando nomes dos líderes como "mestiços", inculcando o divisionismo através de ridículos escrutínios de racismo, ignorando o heroísmo da liderança política e a sua cabal entrega aos nobres ideais dos seus concidadãos, de fato, do povo inteiro - como se isto tivesse algum sentido no meio dos timorenses. Uma afirmação dessa natureza ignora que os timorenses convivem sem discriminação racial; antes, apreciam o multiculturalismo – já na Austrália isso só é assegurado pela lei, com pouca efetividade pragmática.

☞ **A nova geração, fala a bahasa indonésia no seu dia-a-dia e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala, nem entende** – É mais correto afirmar que a maioria da população entendia (entende ainda) o indonésio, devido à onipresença indonésia (civil ou militar) que a predispunha exatamente para isso; mas não que o cotidiano da população se realizasse via bahasa indonésia. O repertório da população, mesmo da juventude, cotidianamente é na língua nacional – seja esta o Tétum-Praça ou qualquer um dos vernáculos do país. Durante a ocupação, exceto nas situações formais, o uso da língua indonésia entre os timorenses, até mesmo entre os jovens, era tido como algo estranho para a cultura. Isto, apesar de a bahasa indonésia ter sido a única língua de instrução, e as línguas que mais tinham a ver com a cultura e a história do território, o tétum e o português, terem sido excluídas do sistema de ensino, a fim de fazer com que estas, com o tempo, se tornassem, elas mesmas, estranhas no seu próprio contexto histórico-cultural.

☞ **O português é uma língua estrangeira e não reflete a cultura de Timor-Leste** - *implicando contemplação ao purismo cultural – em paradoxo à ingênua e comumente entendida inevitabilidade ou incontornável agressividade da globalização, ou seja, a inerte abertura ao mundo*; como se no primeiro instante da invasão australiana em 1942, ou da invasão indonésia em 1975, a língua portuguesa não estivesse já em terras timorenses havia mais de 400 anos. O fato é que os bisavôs timorenses já falavam e entendiam o português antes mesmo de o Capitão Cook ter pisado o solo australiano; ou seja, antes de os australianos terem uma sua língua dita oficial; ou, da mesma maneira, centenas de anos antes de uma língua oficial indonésia ser entendida nacionalmente, o português já havia sido assente em Timor-Leste.

☞ **O inglês é a língua que garante o desenvolvimento econômico e tecnológico** - *implicando o inútil esforço da aprendizagem do português a ser remediado pelo critério anglófono*. Este raciocínio aponta que falar inglês é garantia desenvolvimento econômico; como se de entre os países anglófonos não houvesse nenhum que não fosse rico; como se não houvesse países não-anglófonos que não fossem ricos, ou economicamente prósperos; como se os japoneses ou sul-coreanos, ou taiwaneses fossem prósperos devido ao inglês. Além disso, carrega a idéia de que saber inglês significa também estar científica e tecnologicamente avançado.

☞ **O português não é uma língua de trabalho** - *implicando o nulo valor pragmático do português*.

☞ **A CPLP⁵² só tem países distantes de Timor-Leste e sem recursos e não são uma potência econômica** - *implicando a impropriedade da adesão; ignorando o valor e a convivência entre os países da CPLP*. Mais ainda: como se os países vizinhos estivessem a ofertar tudo a Timor-Leste, inclusive suas águas e seu depósito subterrâneo (gás natural e petróleo); como se a noção de globalização estivesse a isentar-se dos países da CPLP; como se a proximidade geográfica se tivesse provado como o fator de garantia de independência e não ao contrário; como se o que verdadeiramente salvou Timor-Leste não tivesse sido a sua fé e a sua língua – a sua história; como se nos países ricos, não houvesse setores da população ainda pauperrimamente tratados; como se os países pobres pudessem partilhar da prosperidade dos países ricos, ou dois países vizinhos pudessem partilhar ilegalmente a riqueza de um terceiro vizinho, ou um país rico e poderoso apoderar-se das possessões do vizinho pobre.

☞ **O português é uma língua muito difícil** - *incutindo mais medo e trauma a uma juventude habituada a um sistema de educação de fraca qualidade e sem rigor acadêmico*. Parece ser o português uma novidade no contexto timorense, como se no passado os timorenses não tivessem conhecido, falado, escrito, pensado nessa língua, na sua vida educativa, social, administrativa, etc... como se a língua portuguesa nunca fosse dominada por timorenses, no passado, agora, e como se os timorenses não tivessem o dom de poder aprender bem a língua portuguesa. Sem saber, estão a insultar o povo timorense, em especial as novas gerações, de *incapacidade*; como se Timor-Leste não pudesse, agora, que consagrou constitucionalmente a Língua Portuguesa, enfrentar esse desafio.

☞ **Quanto aos meios e ajuda financeira, compete a outras agências (o Banco Mundial, a UNICEF, a UNDP, a UNESCO, os doadores) decidir, sem problemas. Os timorenses devem limitar-se a pensar no uso das línguas maternas como línguas de instrução à criança, através das quais a criança aprende mais depressa e melhor do que em outra língua** - *implicando uma maior disponibilidade financeira pela língua materna e um trabalho logístico de muitos anos sem garantia de sucesso, mas com efeito certo no atraso na difusão ampliada da língua portuguesa e no atraso da passagem dos saberes e de promoção de um sistema de educação com qualidade*. Uma afirmação dessas ignora o contexto sociolinguístico de Timor-Leste, a complexidade da questão etnolinguística, a escassez dos meios para a implementação do ensino via línguas maternas e suas implicações políticas, e, o mais grave de todos, o retardamento deliberado no processo da difusão das duas línguas oficiais e da transmissão do saber escolar e acadêmico. A insistência (e a teimosia viciosa) nesta política demonstra ser a orquestração de um *serendipity* – a encantadora “solução ao acaso” da anglofonia. A verdade é que Timor-Leste está na sua melhor forma de sempre ao atribuir estatuto oficial à parceria do idioma mais difundido no território nacional – o tétum – e a sua língua tradicional de contacto com a civilização mundial – o português.

☞ **As traduções devem fazer-se em tétum, bahasa indonesia e inglês, porque o povo não lê em português** - *implicando a necessidade de se manter a língua indonésia e da urgência de aprender o inglês, ambas obstáculos eficazes da difusão da língua co-oficial portuguesa*.

☞ **Não há professores de português suficientes** - Como se os timorenses não pudessem formar professores dentro de uns poucos anos; como se os timorenses, que ficaram no esquecimento do mundo durante 24 anos, não pudessem agora fazer as coisas em seu tempo próprio; como se não houvesse (como há, especialmente por parte de Portugal e, embora em menor escala, do Brasil) a possibilidade de cooperação com outros países com vistas a superar a falta de professores entrementes.

Note-se que a injustiça, com que o raciocínio contracorrente tem tratado o português reside no paradoxo exibido por dois regimes cúmplices: o regime ocupacionista, que reprimiu efetivamente a

⁵² CPLP é a sigla da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

'circulação da língua' a poços da resistência (lingüística, sociocultural e política); e o regime da 'libertação' (o de grande abertura e emancipação precoce), que impõe inacessíveis parâmetros de realização social da língua.

Como se vê, contrariamente ao que pretendem disseminar, a imposição nunca veio da liderança política. A imposição tem vindo, sim, do raciocínio contrarrente promovido originariamente por alguns internacionais, na maioria, anglófonos e anglófilos vizinhos, de tal modo a parecer que os timorenses não respeitam a democracia quando os seus líderes insistem na coerência para com a identidade histórica, cultural e política do seu país. Como se os líderes das lutas pela libertação estivessem a contemplar uma condenação sistemática de morte aos seus próprios jovens e à sua própria pátria. Então, antes de ser um fator limitante aos jovens, a escolha do português é um plano de contra-orquestra à subjugação e satelização regional, pretendida por esses internacionais. Por isso, não se pode permitir na sociedade timorense o pensamento diminutivo da importância do português para o país lusófono na Ásia.

III. Tétum e Português - Línguas parceiras

A parceria secular das duas línguas – tétum e português –, responsável pela elevação estatutária do idioma indígena – o tétum – ao longo dos tempos, do seu carácter local ao de língua franca e nacional por abrangência cabal do território, confere naturalidade à escolha da sua co-oficialidade ao lado do português.

Neste aspecto, pioneiro e preponderante foi o papel da Igreja, como também foi propulsor e consolidador o papel da Administração Civil na expansão e difusão da língua nacional, o tétum. Este processo de uniformização e unificação lingüística por meio do tétum levou consigo a inerente difusão da língua oficial de sempre – o português –, graças à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português. A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor, tornando-se um importante fator de caracterização lingüística de ambas as línguas, e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efetivamente para o enriquecimento da região em diversidade lingüística e cultural.

O tétum continua hoje e para o futuro necessitando desta parceria para a sua constante caracterização e para o seu papel diferenciador, e Timor-Leste afirma-se como o único país soberano em todo o hemisfério oriental a tecer uma cultura austro-melanésico com ingredientes de sabor latino-luso-cristão.

Assiste-se, portanto, a uma naturalidade na escolha do português, pela parceria secular com o tétum - que lhe valeu a elevação estatutária - que resulta numa interpenetração mútua entre as duas línguas, em que se tipifica o português falado por timorenses e em que o tétum absorve do português influências nos níveis fonológico, morfológico, sintático-semântico e pragmático. Se tentássemos eliminar todos os termos de origem portuguesa numa conversa dentro do contexto dos preparativos para a realização de uma atividade sociocultural – por exemplo, o casamento católico timorense – diríamos que os noivos não chegariam a casar-se, pois, o casamento tornar-se-ia inviável.

É por causa da cultura, da história, da política que se optou pela parceria estratégica do tétum-português para o estatuto oficial no país. Um puritanismo a ponto de considerar o português uma língua estrangeira em Timor-Leste, levaria o povo a um recuo absurdo e não ao senso comum e ao progresso. O primeiro levaria os timorenses a voltar ao cavalo e à carroça e a rejeitar os carros como meios de transporte, por ser o cavalo o seu transporte mais original; e o segundo conduziria Timor-Leste a acelerar a auto-negação às suas características marcantes no tempo - características essas que lhe conferem distinção na linha de uma consciência nacionalista para um povo cuja estratégia de defesa contra a absorção é precisamente a sua singularização - e a política lingüística faz parte dessa estratégia.

Não foi por acaso que os cinco partidos políticos de 1974-75 convergiram na escolha do português como língua oficial. É um fato comprovativo da centralidade da Língua Portuguesa na constituição da consciência nacional e da identidade lingüístico-histórico-cultural e política timorense.

Frente à luta de resistência, o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa, da fé cristã católica e dos valores tradicionais timorenses - elementos indiciais da especificidade da metade de ilha, distinguindo-a não só da sua metade ocidental (território indonésio) como também do resto da região. Por isso, as campanhas da ocupação aconteceram sempre no sentido de destruir ou desmantelar a estrutura identitária timorense, em que os referidos elementos são índices por excelência.

Tanto tem bebido o tétum do português que este se tornou constante fonte de caracterização, modernização e elevação estatutária que se pode afirmar que se não fosse o português, linguisticamente falando, e se não fossem os portugueses, politicamente falando, não teríamos hoje um idioma indígena

como língua oficial. A co-oficialidade responde a e explica-se por essa parceria secular e por essa mutualidade pura e não simplesmente para preencher eventuais lacunas do tétum.

Neste ponto, o caso de Timor-Leste contrasta, por exemplo, com a situação do país vizinho do sul – a Austrália –, em que o inglês (ou os ingleses) eliminou em 200 anos mais de 100 línguas nativas.

Hoje, há documentos comprovativos de como os ingleses perseguiram, caçavam e exterminavam os aborígenes de helicóptero e de armas - portanto, em tempos bem recentes. Quer-se dizer que, se não suprimiram as línguas, mataram seguramente os seus falantes, resultando na morte certa dessas mesmas línguas.

Muito dessas tendências continuam vivas ainda hoje e já estão em atuação em território de Timor-Leste, de forma descarada e sem etiquetas. Frente à imponência devastadora das onipresentes forças ocupantes, junto às suas instituições pela fidelidade aos princípios norteadores da sua luta, não foi a sua geografia imediata - ou seja, *não foi* o critério da regionalidade - que resgatou o povo. Pelo contrário, a geografia acabou por ser a causa direta do genocídio. Timor-Leste *foi salvo*, sim, pela coordenada da sua história. A história legou-lhe elementos distintivos, irreduzíveis como a língua portuguesa e a fé católica, que embasam a teimosa recusa à integração e a pertinaz negação à submissão às armas ocupacionistas.

A razão de ser da língua portuguesa para Timor-Leste tem a ver com a identidade lingüística, a identidade histórica, a identidade cultural, a identidade política do país, e que vai precisamente contribuir para o enriquecimento da região, para a diversidade lingüística e cultural, encorajando a convivência sob o princípio de respeito mútuo entre os interlocutores. A geografia foi enganadora e traiçoeira, e ainda não deixou de ser: mudou de cor. O resgate, se algum houve, tem vindo, infalivelmente, da força da razão do povo timorense que se estriba no seu passado histórico e quer ir ao encontro do futuro, ativa, criativa e soberanamente.

Bibliografia

- BRITO, Regina Helena Pires de. (2004) *A língua adormecida: o caso Timor-Leste*. BASTOS, Neusa.(org.) *Língua portuguesa em caleidoscópio*. São Paulo, EDUC/FAPESP. p. 319-329.
- BRITO, Regina Helena Pires de et CORTE-REAL, Benjamim. (2003) *Língua Portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético-fonológicas*. *Actas do VIII Simpósio Internacional de Comunicacion Social*. Santiago de Cuba. V.1, p. 147-151.
- HULL, Geoffrey (2001) *Timór-Lorosa'e - Identidade, Lian no Política Edukasionál (Timor Leste - Identidade, Língua e Polística Educacional)*. Lisboa, Instituto Camões.
- THOMAZ, Luís Filipe (2002) *Babel Loro Sa'e. O problema lingüístico de Timor-Leste*. Lisboa, Instituto Camões.



CLÁUDIA COSTA RODRIGUES (à esquerda)

7. CLÁUDIA COSTA RODRIGUES,

Docente de Língua e Cultura Portuguesas no Instituto Politécnico da Guarda, Mestre em Estudo Portugueses pela Universidade de Aveiro

BIODADOS

Ana Cláudia Costa Rodrigues n. a 10 Agosto de 1974 claucosta@ipg.pt

- ✍ Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro (1999). Tema da dissertação: “*Clepsidra: a viagem de Camilo Pessanha ao seu universo simbólico*”.
- ✍ Docente de Língua e Cultura Portuguesas no Instituto Politécnico da Guarda, desde 1996. Assistente do 2º Triénio.

Publicações

1996 – “*A Aparição da morte*”, *Colectânea Vergílio Ferreira: a vida, a morte, o amor*, IPG.
2001 – “*Camilo Pessanha e o processo da despersonalização do eu poético em Clepsidra*”, *Actas do 6º Encontro de Estudos Portugueses*, ALAEP.
2001 – “*O baptismo pela luz: conquista e purificação do eu*”, RUA – Letras, Universidade de Aveiro.
1999-2000 – *Colaboradora periódica no Semanário Diário da Guarda, com artigos sobre várias vertentes da temática literária.*
2004 – *Colaboradora no Jornal O Interior (recensão da colectânea de contos Histórias para ler à sombra – vários autores).*
(no prelo) – “*Impressões culturais da civilização chinesa novecentista: um olhar de Camilo Pessanha*” – *Actas do V Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada.*
(no prelo) – “*Do texto aos novos suportes tecnológicos: a era do audiovisual e da interactividade em dois contos infantis dos Irmãos Grimm*” – *Actas do II Congresso Internacional de Literatura Infantil.*

Workshops

2003 – ESTG do Instituto Politécnico da Guarda – Workshop “*Oficina de palavras*” – II Jornadas de Línguas e Culturas.
2005 – ESTG do Instituto Politécnico da Guarda – Workshop “*Palavras de cor e com cor*” – III Jornadas de Línguas e Culturas.
2005 – ESTT de Seia – Workshop “*Criatividade literária e imagem na publicidade turística*” – I Jornada de Línguas e Turismo.



SINOPSE

Contar é um movimento criador de cultura, como sublinha João Seabra Diniz. Contar as nossas pequenas histórias populares é, para além disso, visitar o nosso património cultural, preservando-o e defendendo-o dos limites da memória. António Torrado é um dos nomes mais reconhecidos no panorama português da literatura infanto-juvenil. Um dos seus entreténs é recontar algumas das histórias tradicionais portuguesas, dando-lhe na maioria das vezes uma roupagem nova, com o objectivo de ensaiar a sua adaptação ao novo público infantil português, necessariamente distinto daquele ancestral que foi ouvindo, mas à moda antiga, a mesma história defronte à lareira.

*Assim, o objectivo desta nossa comunicação é apreciar rasgos de contemporaneidade nos três volumes da colectânea *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo* (2002, 2003, 2004) deste contador de “histórias de manhas e patranhas”, como o próprio refere. Ao mesmo tempo, pretende-se mostrar como é mantida a identidade portuguesa, ao salientar marcas da nossa literatura popular de tradição oral. Convém frisar que os contos que se inserem nesta colectânea, recomendada pelo Júri de Prémios Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças 1984-1985, constam da lista de obras de leitura orientada do 5º ano do Ensino Básico português, o que justifica este nosso actual interesse e nos exige, mesmo que breve, uma referência à atitude pedagógica que o professor/educador deve assumir ao abordar em contexto de sala de aula este material de valor cultural inesgotável, susceptível de outras leituras e impregnado de incontornáveis sentidos.*

“HISTÓRIAS DE MANHAS E PATRANHAS DE ONTEM E DE HOJE: RASGOS DE CONTEMPORANEIDADE NA LITERATURA ORAL PORTUGUESA”

Escrever livros para crianças não é tarefa fácil. Fernando Pessoa, que dispensa qualquer tipo de apresentações, em alturas afirmou que “nenhum livro para crianças deve ser escrito para crianças” (1946: 33). De facto, há muito de complexo em toda a literatura dirigida ao público mais pequeno, mas escrita por adultos que sabem da influência que os contos infantis podem ter na evolução psicológica das mesmas, que vêem neles projectadas situações de vida, mesmo que subentendidas no universo do maravilhoso e do fantástico. Por isso, e segundo analisa Cármen Bravo-Villasante, “as crianças divertem-se com eles, e contentam-se com o aparente, e nós, os adultos, descobrimos um profundo simbolismo” (1977: 33).

Para todos os efeitos, temos a convicção de que os autores que se dedicam a escrever literatura infantil, ao tentarem mergulhar “num reino de infâncias, [já] atingiram o reino da infância” (1984: 106), nas palavras de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, dado o respeito que se tem pelo espírito que envolve essas histórias. Tal cuidado torna-se mais vinculativo se se tratar de breves narrativas de tradição oral popular que, apesar do histórico geracional, de muitos séculos, continuam actuais pela mestria com que vão sendo contadas. Os contos de António Torrado, reunidos em *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, em tudo respeitam esta visão e ir-nos-ão ocupar nos próximos minutos. Mas antes de mais qualquer coisa, é conveniente fazermos algumas reflexões, dada a natureza deste trabalho.

António Torrado desde há muito que se dedica a (re)contar histórias para um público infanto-juvenil, que se tornou seu fã, se bem que entre os adultos também encontra muitos admiradores do seu trabalho. Começou a escrever com 18 anos, ao alinhar depois a sua principal actividade profissional nesse sentido, sendo hoje consensualmente considerado um dos autores mais emblemáticos da literatura infantil portuguesa. Possui uma obra muito extensa e diversificada que se vem afirmando desde os anos sessenta. Esta integra textos de raiz tradicional e popular, textos estes que repetidamente estão envoltos pelo misticismo e pelo fantástico, e por isso estabelecem conexões com a realidade da infância. É que, e segundo Mircea Eliade, “a criança vive num tempo místico, paradisíaco” (2000: 73).

Na verdade, o escritor em causa, preocupado com os sinais do tempo, que afastam cada vez mais a realidade popular da erudita, tem feito um constante esforço para fixar no papel, isto é, num suporte eventualmente mais duradouro, as narrativas que fazem parte da consciência colectiva do povo. Na sua prolixa obra há, portanto, uma necessidade urgente de fixar este património cultural de natureza volátil, através do uso de uma capacidade criativa singular que lhe é característica e que já lhe deu direito a merecidos reconhecimentos e vários prémios ao longo da sua carreira.

Contar é, então, o que António Torrado melhor faz. João Seabra Diniz entende que “contar é um movimento criador de cultura” (1991: 75). Contar as nossas pequenas histórias populares recheadas de ancestralidades, é, para além disso, visitar a nossa identidade cultural, defendendo-a, assim, dos limites da memória. Na visão de Carlos Reis, estas narrativas enraízam-se “em ancestrais tradições que faziam do ritual do relato um factor de sedução e de aglutinação comunitária” (1998: 79), pois há um investimento na capacidade de seduzir o receptor. Por outro lado, funcionam como uma espécie de estímulo mental, e tanto assim é que Óscar Lopes é de opinião que “a arte de narrar tem uma importância primordial, dado que contar faz parte dos actos fundamentais da vida psíquica – é a organização do mundo exterior e do

mundo interior” (1991: 65). Lembremo-nos que etimologicamente o verbo contar se confunde entre os sentidos matemático e narrativo, uma vez que o segundo compreende a ordenação e enumeração mentais de várias ideias.

António Torrado tem muitas vezes por objecto a recriação, no puro sentido da palavra, de textos populares, revelando-se um conhecedor profundo desta herança cultural. A partir deles, e com um maior ou menor grau de afastamento, constrói a sua narrativa, sendo esta a reinvenção da história primeira, mesmo que às vezes lhe conheça várias versões, diferentes enredos ou fins menos parecidos. Sobre isto, Alexandre Parafita defende que “dada a ausência de um suporte material de fixação, a literatura popular de transmissão oral apresenta múltiplas variantes, que traduzem, por um lado, os espaços geográficos em que flúem, e, por outro, as «conveniências» das gerações por que foram passando” (1999: 45).

Doutra parte, Vítor Quelhas advoga que a transmissão tradicional do saber passa essencialmente pela oralidade que, segundo ele, “está por certo condenada a desempenhar um papel cada vez menor, tanto mais que tende a ser considerada pela cultura dominante – a elite letrada urbana – como vestígio residual, apanágio ancestral dos iletrados ou marcas de uma inferioridade sociocultural” (1999: 8). Tanto quanto se nos afigura, nas produções literárias da nossa literatura popular, tais manifestações de tradição oral estão ainda muito vivas no quotidiano das gentes que continuam a reeditá-las, através da sua transmissão entre gerações, contribuindo, assim, para demonstrar a sua eficácia e a sua força comunicativas. De facto, este género literário não só permite cimentar a identidade cultural de um povo, como facilita a construção de uma dada imagem do mundo, por parte das crianças, já que também se assume como veículo de comunicação e reprodução sociais.

António Torrado mantém -se, então, fiel às fontes populares. Há, efectivamente, por parte deste escritor um profundo desejo de regressar às origens, demonstrando com tal atitude possuir um conhecimento abrangente não só da literatura de tradição oral, mas da literatura em geral, uma vez que se movimenta com todo o à-vontade nas águas revoltas do cânone literário. À conta deste assunto, é imprescindível escutar as palavras do próprio no seu livro *Milhões de Livros, Bilhões de Histórias* onde ele assume uma posição entre a literatura a que chama institucionalizada e a de tradição oral, ao colocar estas irónicas questões: “E o que é a literatura, avaliando todo o percurso da humanidade, senão uma recém -vinda, um meio de expressão relativamente recente para veicular invenções, idiossincrasias, fastos, ornamentos do espírito? Se até alguns dos primeiros escritores antologáveis, um tal Homero, um tal Esopo, se confundem com as histórias e lendas que improvavelmente escreveram, de que vale estabelecer e entulhar sob o peso de milhões de livros o caudal imenso do património narrativo tradicional que, não obstante, resiste e brota em fontes de inspiração inesgotáveis?” (1996: 5).

De resto, este saber permite-lhe, através de uma original e encantadora, senão encantatória, técnica de escrita, estabelecer nexos entre a tradição de um povo e de um país com referentes, por vezes díspares, de uma realidade que inclusivamente pode ser contextualizada na contemporaneidade. Após estas considerações, debruçar-nos-emos em particular sobre a escrita de António Torrado. Olhamos, então, os contos da colecção de que nos ocuparemos daqui para a frente, composta por três volumes, cujo primeiro foi publicado em 2002, o segundo em 2003 e o último em 2004, todos com ilustrações de Maria João Lopes e todos pela Editora Civilização, apesar de cada texto ter sido originalmente dado a conhecer ao público pela Editora Comunicação, a partir de 1984.

Este *corpus* literário, recomendado pelo Júri de Prémios Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças 1984-1985, inclui textos cujas temáticas agradam sem dúvidas às crianças, como desde sempre deliciaram o povo que as escutava em ambiente descontraído. Há neles um aspecto comum. Com efeito, todos têm a sua origem no povo, como o título indica, e ao mesmo tempo são dirigidos ao pequeno público. Por isso, tal exige-nos algumas reflexões quanto ao vínculo entre o conto popular e o infantil. Sem pretender obviamente esgotar este assunto, o que seria impensável nesta nossa comunicação, é interessante salientar que, no plano da expressão, os dois recorrem invariavelmente a um discurso conciso, havendo portanto uma concentração e unidade dramáticas.

Dispõem de uma linguagem assinalada pela coloquialidade e um estilo simples, onde são visíveis formas verbais estereotipadas, ao ponto de se saberem de cor, para além de possuírem um vocabulário bastante acessível, auxiliador do contacto com os ouvintes, pois facilitam a familiarização com a realidade narrada. Aliás, em ambos os casos explora-se a proximidade discursiva entre o narrador e o narratário o qual, não em poucas ocasiões, é transformado em cúmplice do primeiro, o que torna a matéria textual interessante e bastante peculiar. No que diz respeito ao plano do conteúdo, também há pontos de contacto que unem os contos populares aos infantis.

De entre outras coisas, com frequência estamos perante personagens que lidam com a fantasia que, em último grau, torna as histórias algo inverosímeis. Movimentam -se na intriga em busca da sua felicidade ou de um ideal, que obriga a um auto-conhecimento e às vezes à consciencialização da sua identidade cultural. Por esse motivo, as histórias em causa têm normalmente um final feliz, detectando-se nas entrelinhas o recado moralizante. Apresentam um único núcleo dramático, repudiando estruturas complexas, visto que se apoiam num esquema simples que vai ao encontro da elementaridade e da simplicidade da mente popular e, claro, da infantil.

Estes aspectos podem ser observá-los na escrita de António Torrado. Na realidade, em *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, é ponto assente a diegese terminar com um final feliz. Porém, há duas situações curiosas a este respeito que merecem o nosso comentário. Em primeiro lugar, no conto *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz* há dois desfechos para a mesma história que o narrador faz questão de frisar, ao empregar as palavras “como ma contaram, não fechava assim”. Conquanto, decide dar a conhecer ao leitor um outro final, inventado por ele, desabafando no texto “desconsolado desfecho este, que não adopto no meu contar”. No segundo caso, e em contraste com os outros contos da colectânea, há um cujo fim não é o desejado, destoando do lugar-comum “viveram felizes para sempre”. Trata-se de *A Bela Micaela e o Monstro da Pata Amarela*.

Nesta colecção, quase todas as narrativas começam por “era uma vez...”, que Carlos Reis diz ser própria da tradição popular e infantil e que denuncia uma clara associação a “uma atmosfera quase mágica instaurada pela expressão” (1998: 79). Por seu turno, António Torrado tem por hábito, o que se tornou num estilo pessoal, de finalizar as suas reinvenções com a frase-parágrafo “e a história acaba aqui”, se bem que no último volume publicado o mesmo ser dito mas por outras palavras. Parece-nos que esta maneira de iniciar e terminar os contos revela-se numa espécie de ritual que lhes dá sentido, já que sem isto é como se eles não tivessem valor ou deixassem de ser populares e/ou infantis, pura e simplesmente.

Para além do enredo da diegese em si, este contador de “histórias de manhas e patranhas”, como o próprio se auto-define, faz questão de as recheiar com pormenores narrativos de bastante interesse e funcionalidade, como é o caso da onomatopeia, que Alexandre Parafita diz ser “um recurso caracteristicamente oral, e com ela o emissor amplia o seu poder de comunicação com a audiência” (1999: 126). Para servir de exemplo, em *As Três Fortunas do Lobo Feroz* aparece “rru-rru-rru” do resso e “atchim”, “zás, catrapás, pás” surge em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, e “bzz-bzz” no conto *Vem Aí o Zé das Moscas*, sendo estas mais clássicas e reconhecidas sem dificuldade pelo auditório. Em *Sebastião e Bastião contra a Bicha das Sete Cabeças* o som dos sinos é reproduzido textualmente em “tão-baladão”, que, reparamos, já não é uma onomatopeia tão vulgar e que o escritor teve o cuidado de adaptar à fonética portuguesa.

Para além destas, há outras marcas de oralidade, identificadas em interjeições, como “caramba” ou “viste-la”, ou em expressões mais elaboradas que provam a intencionalidade do escritor em revestir a sua escrita de um estilo mais coloquial e, por isso, mais próximo do pequeno público. Tal verifica-se, por exemplo, nas histórias *Olho Vivo, Pé Ligeiro e Mais Amigos* onde se lê “mas isso pertence a outra história que já não é da nossa conta. Cala-te, boca”, em *As Três Finórias* que regista “mas adiante que há mais para contar”, ou em *Vem Aí o Zé das Moscas* que diz “mas a nossa história é outra. Estamos a desviarnos. Onde é que nós íamos?”. De facto, é como se estivessem ambos reunidos, como comprova o pronome pessoal “nós”, num qualquer local a escutar a história popular, como à maneira antiga, o que ajuda a criar, de resto, uma predisposição por parte dos leitores para acompanhar o evoluir da narração, criando-se, segundo conclui Maria Emília Traça, “uma tensão-atenção mútua em que as mínimas reacções são lidas e inscritas nos meandros do relato, que assim se vai moldando e fluindo” (1992: 130).

Outra particularidade da escrita de António Torrado, que nos remete para um ambiente tipicamente popular, é o facto de ele usar com frequência a pergunta, com o objectivo de indagar directamente os leitores, cuja resposta muitas vezes vem logo a seguir. Isto sucede, por exemplo, no conto *Sapateiro Remendeiro, Muito Trabalho e Pouco Dinheiro*, onde o narrador questiona “e sabem o que achou dentro do estômago da garoupa? Uma pedra muito brilhante...” ou naquele cujo título é *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, em que ele diz “querem apostar a quem coubera o cavalo ou nem vale a pena?”, continuando mais à frente “há que dizer já, para não alarmar os leitores”. É, porventura, uma maneira de atrair a atenção de quem lê com resultados mais vinculativos, porque a curiosidade infantil, como a do povo, é rapidamente saciada. Assim, as crianças sentem que o narrador está a dirigir-se a elas, criando-se deste modo elos de afinidade mais firmes com a intriga. Outro momento caricato acontece quando o narrador entra numa espécie de diálogo com os leitores, ou para fazer considerações sobre o que narrou, como se lê em *D. Pimpão Saramacotão e o Seu Criado Pimpim*, visto ele dizer “não perceberam patavina, pois não?”, ou para lhe adiantar dados da intriga e avisá-lo, como faz em *Sebastião e Bastião contra a Bicha de Sete Cabeças*: “Respiremos, descansemos, serenemos, ainda que por pouco tempo, porque o pior ainda está por vir”.

Nos textos de António Torrado aparecem de igual modo expressões de índole popular. Seleccionamos apenas algumas. Para além de “gandulo”, “lá para arriba”, “adentro”, todas elas em *Toca que Toca, Dança que Dança*, “a catraia” ou a “cachopa” que se podem ler em *Maria Rosa e os Sete Veados Barbudos*, assim como “ó da casa... é gente de paz” usada no conto *Quarenta e Dois mais Vinte e Um*, são similarmemente empregues verbos como “abalar”, “atinar”, “amandar-se”, “acudir” e, vezes sem conta, o substantivo “vossemecê(s)”, forma de tratamento que ainda hoje ouvimos pelas aldeias na boca dos mais velhos. Ainda quanto a expressões vocabulares, e em contraponto com as da tradição popular, o autor utiliza umas tantas mais actuais e juvenis. Por exemplo, na história *Sabino Fez-se Leve* lemos a páginas tantas “avisar o pessoal” e “não tinha cheta”. Este é um sinal de modernidade da escrita que se vê adaptada às novas realidades, o que vem provar os rasgos de contemporaneidade da sua obra.

Ainda no que concerne à proveniência popular da história, em *Quarenta e Dois mais Vinte e Um* esta informação é fornecida pelo narrador de forma expressa na introdução, fazendo o contraponto da situação com a actualidade ao usar a expressão “nós da cidade”. Aliás, esta narrativa merece-nos uma atenção mais demorada, porque o narrador, entidade onde o autor sempre se esconde, comunica claramente que se entretém, não raras vezes, a recolher histórias por entre o povo. Assim, coloca na boca de um personagem, que por sinal admite tratar-se de um velho amigo já falecido, o Dr. José Pedro Dias, a quem ele dedica o texto, a seguinte passagem: “Ouvi dizer que o amigo maquina umas histórias para arrumar nos livros...”. E desenvolve um pouco adiante: “E se lhe contasse uma que eu cá sei, desde que a minha avó ma contou, que já lha tinha contado a avó dela? Apetecia-lhe?”. Reparemos nas marcas de carácter oralizante que imperam no discurso. Numa outra narrativa, designadamente em *O Senhor de Bengala de Castão de Prata*, para além de se repetirem locuções como “naquele tempo” ou “no diz que diz”, há logo de início o registo textual de que a história já foi contada ao narrador, cabendo-lhe também a ele essa função, ao se enquadrar, assim, no perfil dos contos de tradição popular oral. Curiosamente, e mesmo no fim da diegese, é dado o entender de que o protagonista podia bem ser um familiar do avô do autor, havendo deste modo a interligação entre a ficção e a realidade, entre o passado e o presente. Na história *Sapateiro Remendeiro, Muito Trabalho Pouco Dinheiro* torna-se a ter a sensação de que a personagem mais nova do entrecho existiu na realidade, pelas insinuações que o narrador faz, lendo-se no seu fecho “havia de ser um homem de muita fama. Até parece que foi...”.

Episódio semelhante é apresentado em *Dr. Grilo, Médico de El-Rei*, onde o narrador, com subtil argúcia, deixa antever, sem nunca o declarar abertamente, que esta história se teria passado de verdade, o mesmo acontecendo em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, que utiliza truques discursivos semelhantes. O desabafo “segundo consta”, que vem no conto *O Menino Grão de Milho*, ainda confirma mais esta ideia, já que ao narrador cabe unicamente contar apenas aquilo que ouviu, sem responsabilidades no enredo, que nós sabemos ser pura ilusão criada pelo universo da escrita de ficção. Por outro lado, em *A Máquina Prodigiosa de Pedro Ovelheiro*, o narrador insinua que uma verdade de há muitos anos passou a ser ficção por força do tempo, como acreditamos ter acontecido no passado a muitas histórias populares. Citamos: “Não tinha importância a demora, porque as novidades, passado tempo, transformam-se em histórias para entreter os serões”.

Ainda no que toca a esta questão, lêem-se com frequência no *corpus* textual em estudo versos em rima ou canções populares que enriquecem a história e normalmente adiantam ou rematam partes fundamentais desta. Tal acontece, por exemplo, nas narrativas *O Menino Grão de Milho*, *O Macaco de Rabo Cortado* ou *A Tristeza da Princesa e o Coelho Vermelho*. Com efeito, António Torrado obrigou-se a conservar o mais tradicional destas histórias populares, se bem que investiu com alguma originalidade nos pormenores que lhes acrescentou. Por seu turno, há também a reportagem a realidades relativas ao passado histórico português, no que concerne ao tema da emigração para o Brasil e para África, em busca de fortuna, como exploram as narrativas *Quatro Ovos Quanto Custam?* e *Olho Vivo, Pé Ligeiro e Mais Amigos*. Na história *A Raposa das Botas Altas* aparece uma raposa a cantar o Hino da Maria da Fonte e no texto *A Máquina Prodigiosa de Pedro Ovelheiro* pode ser recolhida a expressão idiomática “mais velho que a Sé de Braga”, sendo que ambas reúnem um potencial sociocultural bem português.

Por fim, faz-se em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz* uma menção directa ao “cavalo do Terreiro do Paço”, realidade do património nacional, como todos sabemos. Contrastando com o exposto até aqui, em *Pedro Malasartes*, a história começa a ser contada na actualidade e a prova disso são as várias referências àquilo que se usa hoje em dia, como é o caso da máquina de lavar a roupa ou o relógio de pulso que o miúdo traz posto. Contudo, tal serve para fazer a ligação com a outra história, a que contavam os antepassados. O antigo e o actual também se amalgamam em *Gustavo, o Estrejeitante Aprendiz*, já que o narrador, para explicar o que significa a profissão referida no título, recorre a exemplificações pertencentes ao mundo moderno como “repuxos, no meio de uma rotunda, com automóveis a andar à volta”.

Ao pular constantemente da tradição para a actualidade, António Torrado permite algumas interferências pessoais nas narrativas, misturando com isso os dois planos, o da ficção e o da realidade, quando recorre a expressões textuais como “desconfio que”, no conto *Sebastião e Bastião contra a Bicha das Sete Cabeças*, “eu sei lá que mais” em *As Três Finórias* ou “vá-se lá saber porquê” no conto *A Tristeza da Princesa e o Coelho Vermelho*. Porém, o exemplo mais significativo é aquele que se averigua na narrativa *Sabino Fez-se Leve*, dado que o narrador em parágrafo introdutório avisa desde logo os leitores que “esta história vai meter um bocado de impressão”, advertência que fica justificada quando, mais à frente da intriga, alguns personagens se auto-mutilam, o que o leva a defender-se com o seguinte desabafo: “Eu não avisei, ao princípio, que a história era de meter impressão? Até a mim me custa contá-la. Poupem-me. Por favor, dispensem-me pormenores”.

Porque são marcas visuais dos tempos de agora, uma palavra para as ilustrações de Maria João Lopes. Estas concorrem em paralelo com o texto e muito iluminam a história apresentada por escrito, chegando mesmo a esclarecer o leitor de um ou outro pormenor mais difícil de descrever, através das considerações que vão sendo feitas, normalmente em tom jocoso. O principal objectivo é o de estabelecer pontos de conexão entre as mensagens verbal e icónica, esta última assumindo um papel preponderante neste género literário. Há, de resto, referências explícitas de António Torrado às ilustrações e, claro, à

ilustradora, designadamente na narrativa *Sabino Fez-se Leve*, da qual transcrevemos este pedaço: “Deitou as mãos à cabeça, quando viu o que na ilustração estão vendo. Porque hei-de eu cansar-me a descrever o que está bem à vista e desenhado e pintado com todo o apuro? Sorte tenho eu em poder valer-me da arte da Maria João para aliviar-me da escrita”.

No conto *A Bela Micaela e o Monstro de Pata Amarela*, a uma certa altura aparece uma ilustração com um aspecto tenebroso, tal como a passagem da intriga. As cores escuras e carregadas contrastam com as vulgarmente utilizadas nesta colectânea que são vivas e que, aliás, associamos rapidamente ao ambiente infantil. Outro exemplo curioso é a sugestão que o narrador dá ao pequeno leitor para apreciar o aspecto do desenho para mais facilmente ficar a conhecer características físicas da personagem, como acontece no conto *Pedro Malasartes*, cuja referência é assim feita: “Peço a especial atenção da amiga ilustradora para o pormenor”. Cumpre-nos ainda informar que o narrador também faz apelos explícitos para que os leitores apreciem os desenhos que acompanham a mensagem verbal, como se verifica, por acaso, em *Sebastião e Bastião contra a Bicha de Sete Cabeças*, que textualmente propõe: “Se repararem bem, hão-de ver que o rei é o único que não traz armadura”.

Para concluirmos este nosso trabalho, convém ainda acrescentar que os contos que se inserem nesta colecção de três volumes constam da lista de obras de leitura orientada do 5º ano do Ensino Básico português. Assim, é importante que a atitude pedagógica do professor/educador em contexto de sala de aula se faça respeitando este material de valor cultural inesgotável. Afinal, António Torrado reconhece a vital importância da literatura infantil enquanto veículo de mensagens de cariz essencialmente educativo e pedagógico, promovendo valores de vida que toda a criança deve interiorizar, ao eleger por excelência a liberdade de expressão e o respeito pela diferença.

A aposta na comicidade ajuda a passar a mensagem. De facto, o humor é comum neste género de narrativas que, na perspectiva de Blanco Pérez, têm a função socialmente aceite de “divertir, ensinar, estabelecer laços de união entre os membros do grupo, ridicularizar defeitos” (1994: 17). Porque o riso pode ter uma fundamentação pedagógica, António Torrado utiliza-o com alguma frequência nas suas histórias, para além de esta característica ser muito apreciável pelas crianças. Não obstante, o registo poético com recurso a imagens simbólicas é também uma constante na sua obra, ainda mais porque para o autor os valores poéticos assumem um posicionamento central em qualquer projecto educativo.

Em suma, é fundamental que os nossos alunos conheçam estas histórias que culturalmente lhes pertencem, e que, como legado intergeracional, já foram também pertença dos seus antepassados que garantiram a fição do novelo da memória. Estas crianças, que prontamente se tornarão adultos, familiarizados desde tenra idade com a sua cultura popular, adquirirão, segundo Lopes Graça “um reportório que, continuando a ser praticado e enriquecido pela vida fora, constituir[á] um tesouro de alegrias e estímulos que, a todas as horas e em todas as ocasiões, [...] os identificar[ão] consigo mesmo e com a terra-mãe” (s/d: 40). E como João Seabra Diniz conclui “a memória partilhada torna-se um património de emoção e sabedoria” (1991: 75).

Tal e qual. Assim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bravo-Villasante, Cármen (1977) *História da Literatura Infantil Universal*, Lisboa: Editorial Veja.
- Carvalho, Bárbara Vasconcelos de (1984) *A Literatura Infantil – Visão Histórica e Crítica*, São Paulo: Global Editora.
- Diniz, João Seabra (1991) “Era uma Vez, Outrora, Agora...”, In *Actas do Segundo Encontro de Literatura para a Infância*, Coimbra: ESE – Instituto Politécnico de Coimbra.
- Eliade, Mircea (2000) *Mito e Realidade*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- Graça, F. Lopes (s/d) *A Canção Popular Portuguesa*, Lisboa: Edições Europa-América.
- Lopes, Óscar (1991) “O Conto: Algumas Leituras”, In *Actas do Segundo Encontro de Literatura para a Infância*, Coimbra: ESE – Instituto Politécnico de Coimbra.
- Parafita, Alexandre (1999) *A Comunicação e a Literatura Popular*, Lisboa: Plátano Editora.
- Pérez, Domingo Blanco (1994) *História da Literatura Popular Galega*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Pessoa, Fernando (1946) *Páginas de Doutrina Estética [sel., pref. e notas de Jorge de Sena]*, Lisboa: Inquérito.
- Reis, Carlos (1998) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina.
- Traça, Maria Emília (1992) *O Fio da Memória – Do Conto Popular ao Conto para Crianças*, Porto: Porto Editora.
- Torrado, António (1996) “Milhões de Livros, Biliões de Vozes”, In *Boletim Cultural*, VIII Série, nº 2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.
- Torrado, António (2002) *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, Vol. 1, Porto: Civilização Editora.
- Torrado, António (2003) *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, Vol. 2, Porto: Civilização Editora.
- Torrado, António (2004) *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, Porto: Civilização Editora.

8. EDSON LUIZ DE OLIVEIRA,

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto do Timor-Leste (MECJD) – Cooperação Brasileira



EDSON DE OLIVEIRA E O REITOR DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR NA CIDADELA DE BRAGANÇA

BIODADOS

EDSON LUIZ DE OLIVEIRA nascido em São Paulo, formou-se em Cinema pela Escola de Comunicações e Artes, com doutoramento em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ambas filiadas à Universidade de São Paulo. Participou do Mestrado Interinstitucional, no Estado de Mato Grosso, onde orientou dissertações de mestrado na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Encontra-se radicado em Díli desde abril de 2005, sendo membro da Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Educacional na República Democrática de Timor-Leste. No momento, participa da organização do Fórum Internacional da Língua Portuguesa no Timor-Leste que pretende estabelecer um amplo debate sobre a situação da Língua Portuguesa no contexto da contemporaneidade, levando-se em conta, diversidades e propostas inovadoras num mundo em constantes transformações.

SINOPSE

Com base nos mais recentes relatórios apresentados por observadores do Banco Mundial e Nações Unidas radicados no Timor-Leste, pretendemos realizar um diagnóstico da situação da língua portuguesa nesse país no período que vai do reestabelecimento da normalidade política até os dias atuais. Esse período vem sendo comumente denominado de “período pós -conflito”, embora muitas questões fundamentais referentes à aplicação da política lingüística não tenham ainda sido inteiramente solucionadas. Essa situação pode ser analisada e comparada com os casos de outras ex-colônias portuguesas como Macau, Goa, Moçambique e Angola.

Momento atual, os acontecimentos políticos se entrelaçam a todo o momento com os fatos lingüísticos. Depois da pacificação do país, a ONU se retira gradativamente, deixando a tradição do multilingüismo e da tolerância. Um novo período se inicia, a paz é a continuação da guerra por outros

meios, os conflitos lingüísticos continuam. A partir dos relatórios deixados pelas comissões de trabalho é possível se observar as tendências predominantes no cenário político no Timor-leste.

Metas educacionais se associam às normas de uso das línguas oficiais – o Tétum e o Português. A implementação da nova política lingüística tem sido um desafio por uma série de razões.

A implementação da nova política lingüística no Timor-Leste, que tem o Tétum e o Português como línguas oficiais, vem sendo um desafio por uma série de razões. Historicamente falando, essa é uma ocasião especial para se discutir a situação da Língua Portuguesa nesse jovem país do Sudeste Asiático. A língua portuguesa, que chegou a ser proibida no Timor-Leste durante a ocupação indonésia, hoje está garantida pela Constituição. O período atual vem sendo comumente denominado de “período pós-conflito”, embora muitas questões fundamentais referentes à aplicação da política lingüística não tenham ainda sido completamente solucionadas.

A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE NO PERÍODO PÓS- CONFLITO.

Na ocasião da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 17 de julho de 1996, o Timor-Leste ainda estava anexado à Indonésia e o Português era uma língua proibida. Muitos fatos se sucederam nesses últimos anos: o Timor-Leste é hoje um país independente e multilíngüe, sendo o mais jovem país da CPLP. O retorno da estabilidade política deu origem a uma fase que vem sendo apontada como “período pós-conflito”. No entanto, ainda resta um país para ser reconstruído. Na área da Educação, muitas decisões devem ser tomadas. Há que se digerir o passado colonial que não se apaga com decretos. O que fazer com um currículo escolar todo escrito em língua indonésia? Como estabelecer o Português como língua de instrução, quando a maioria dos professores não domina essa língua? São apenas algumas questões, dentre muitas, a serem respondidas. Porém, as soluções nem sempre são facilmente encontradas.

1. Evolução histórica

O Tétum e o Português são hoje garantidos pela Constituição da República Democrática do Timor-Leste como línguas oficiais. A Constituição também garante que o Tétum e as outras línguas nacionais sejam valorizadas e desenvolvidas pelo Estado(1). No entanto, num passado não muito remoto, durante a ocupação indonésia, o Português foi uma língua banida: *“o português era oficialmente proibido. Proibido em todas as escolas, meios de comunicação, a imprensa em português foi proibida. O único órgão social que continuou a defender o Português era a Igreja Católica, que teve o papel de defender o patrimônio português, que é o canal principal da influência portuguesa.”* (2)

Mas, não somente o Português, também o Tétum que é a língua franca do Timor-Leste, já foi reprimido. Referindo-se aos tempos de sua infância, José Ramos -Horta, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1996, nos narra o seguinte episódio: *‘Durante sete anos, essa foi a rotina em Soibada. Apanhávamos por motivos insignificantes, como falar Tétum ou qualquer outra língua timorense. Entre centenas de alunos que chegavam a Soibada a cada ano, menos de um por cento sabia falar algumas palavras em Português! A única maneira de contornar o problema era ficar sem falar durante dias e dias a fio, ou então se dirigir aos outros com o máximo de discrição.’*(3)

Nos últimos instantes do século XX, Portugal finalmente encerra sua era de pretensões imperiais. Em 1999 a China retoma o exercício da soberania sobre a Cidade-Estado de Macau, de acordo com o princípio “um país, dois sistemas”, Macau passa a ser uma Região Administrativa Especial da República Popular da China. Enquanto isso, o Timor-Leste dizia um glorioso “sim” ao Referendo sobre sua total autonomia da Indonésia, num clima da mais completa insegurança, e pagando muito caro pelo seu termo de opção.

Durante o período da ocupação indonésia, os timorenses pouco participaram da administração e do ensino. As posições de gestão, administrativas, profissionais e técnicas, foram na sua maioria ocupadas por cidadãos indonésios. No setor da educação, enquanto 20 por cento dos professores da educação primária não eram timorenses, essa cifra chegava a 90 por cento dos professores da educação secundária.

Depois do Referendo sobre a Independência de Timor-Leste em relação à Indonésia, a violência invadiu o país, edifícios foram incendiados, e 95 por cento das escolas foram danificadas, quatro em cinco escolas foram destruídas. Porém, os danos não foram unicamente físicos. Quase todos os professores não timorenses abandonaram o país, precipitando o colapso geral do sistema de educação(4).

A situação somente vai começar a se reverter com a chegada dos Capacetes Azuis das Nações Unidas. Então, o país iniciou uma campanha rápida de reconstrução, logo que a Força de Paz chegou e depois do estabelecimento de uma Administração de Transição, período em que o saudoso Sérgio Vieira de Melo assume a liderança do País. No curto período de dois anos, com a ajuda de muitos educadores timorenses dedicados e o apoio financeiro e técnico da comunidade internacional, muitas escolas foram reconstruídas, contratados novos professores, e o sistema de educação, enquanto ainda não completamente restabelecido, tornou-se operacional outra vez em inícios do ano letivo de outubro de 2001(5).

2. Período Pós-Conflito

No período pós-conflito que estamos vivenciando agora, a implementação da nova política lingüística tem sido um desafio por uma série de razões, metas educacionais se associam às normas de uso das línguas oficiais.

Na maioria das vezes, somente aqueles professores que concluíram a educação secundária antes da invasão indonésia em 1975 falam razoavelmente o português. Os demais, compondo a vasta maioria de professores, foram educados em língua indonésia. É verdade que o governo vem organizando cursos de português de poucas horas semanais, mas isso pode não ser o bastante para que os professores adquiram a nova língua suficientemente bem para se comunicar de modo eficaz com os alunos, desenvolver conhecimentos e habilidades, observar e avaliar resultados envolvendo uma porção de assuntos acadêmicos.

Os alunos que estudam com professores os quais não possuem eles próprios proficiência em português estão menos aptos a atingir o domínio da língua. Uma vez que a linguagem governa o pensamento e o processo cognitivo, uma proficiência precária na língua de instrução tende a impedir o domínio do professor sobre os conceitos, comprometendo seu desempenho.

O português é a terceira ou quarta língua para muitos alunos. Também, aquelas crianças que a língua materna não é o Tétum, terão que aprendê-la primeiro. Embora sendo a língua materna de apenas 16 por cento da população, o Tétum se tornou a língua franca para muitos outros e não aparenta grande dificuldade de aquisição. Porém, isso significa que muitas crianças aprenderão a própria língua materna em casa e depois terão que aprender o Tétum (quando esse não é a sua língua materna), e depois o Português, para compreenderem a instrução que irão receber na escola. Os alunos que iniciaram a escola antes de 1998 também tiveram que aprender a língua indonésia.

O Tétum é mais usado nas escolas freqüentadas por alunos das camadas mais pobres, e a língua indonésia e o Português são mais comumente usados em escolas freqüentadas por crianças provenientes de camadas com maior rendimento. Portanto, a introdução de uma nova língua de instrução tende a ser mais problemática nas áreas mais pobres que nas áreas mais abastadas. Além disso, os materiais didáticos para o ensino de língua são escassos, o que torna difícil para os alunos desenvolverem habilidade de leitura em quaisquer das línguas, principalmente para aqueles provenientes dessas camadas de menor poder aquisitivo.

O papel do Ministério da Educação e Cultura (MEC) consiste em prestar acesso à educação de qualidade desde o ensino primário até o secundário, através de bons materiais de ensino, professores bem formados, equipamentos e instalações escolares adequadas; desenvolver um quadro para prestação de ensino superior de qualidade; aumentar a produtividade e os níveis de vida por intermédio da educação não-formal; dar sustentação à identidade nacional, apoiar as manifestações artístico-culturais do Timor-Leste. Quanto à língua de instrução, o objetivo a médio prazo é o seguinte: acelerar a reintrodução efetiva do Português e do Tétum nas escolas.(6)

Por encomenda do Banco Mundial, o professor brasileiro Amâncio Nunes Chateaubriand fez um diagnóstico a partir de questionários e roteiros de observação. Chateaubriand ensina a disciplina de Matemática, mas de imediato constatou-se que o problema maior é de comunicação, ou seja, da língua de instrução. Os questionários buscavam verificar o domínio da língua portuguesa, aplicados a professores timorenses. Entre as considerações retiradas de tais instrumentos, reforçadas por um encontro inicial com os professores durante um curso de capacitação, "verificou-se que: não dominam o uso do Português."(7)

No que se refere aos recursos didático-pedagógicos utilizados, constata-se que os professores ainda se limitam ao uso de livros didáticos em língua indonésia por falta de material disponível em Tétum ou Português.

Por outro lado, eles próprios não dominam suficientemente o Português a fim de traduzirem esses manuais para os alunos. Recomenda-se, então, a elaboração de livros didáticos bilingües (Português e

Bahasa Indonésia) para os professores, pelo menos nesse momento transitório. Uma vez que o Tétum não atende à demanda de termos matemáticos, os quais são emprestados da língua portuguesa. E como fazer quando o professor não domina o Português? Esta, portanto, é uma fase de transição, mas que já poderia resultar em produções de materiais didáticos mais condizentes com a síntese que os professores timorenses fazem diante das diferenças e semelhanças encontradas por eles em suas práticas docentes(8).

Com a chegada de 47 professores da Missão brasileira de Cooperação Técnico-Educacional, em abril de 2005, essas lacunas começaram a ser preenchidas. Uma equipe composta de participantes dessa Missão iniciou, no Instituto de Formação Contínua de Professores a elaboração de "um material institucional em língua portuguesa para colaborar com o desenvolvimento das disciplinas do primeiro ano do Ensino Pré-Secundário, objetivando alargar e aprofundar a visão dos professores e alunos sobre a cultura do Timor-Leste e a ciência universal(9). São as chamadas "sebentas", manuais escolares para as disciplinas de Geografia, História, Biologia e Química. Essa parece ser uma iniciativa que avança na direção certa, mas ainda é apenas um primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido. É importante também destacar que esses recursos didático-pedagógicos não podem ser importados de outras realidades, sem vínculo com o contexto pós-colonial timorense.

Baseado nas oficinas que ofereceu no Instituto de Formação Contínua de Professores, Chateaubriand fez as seguintes recomendações: "Considerando a adoção da língua portuguesa como língua de instrução, e a necessidade de um ensino de Matemática pautado na melhoria da qualidade de vida do timorense, e ampliação do acesso às novas tecnologias, recomendo a criação de grupos de professores de Matemática compostos por timorenses e não-timorenses. Esses grupos devem se dedicar à elaboração de metodologias de ensino de Matemática mais apropriadas para o atendimento das demandas locais a partir das diferentes realidades vivenciadas em suas escolas."(10)

3. Considerações Finais

Atualmente, refletindo as prerrogativas constitucionais, o Currículo Base da Educação Secundária observa a seguinte diretriz: a utilização da Língua Portuguesa e do Tétum como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania(11). Os resultados da aplicação dessa norma se fazem sentir gradativamente. As crianças estão recebendo sua educação fundamental em Língua Portuguesa e já podem conversar com suas avós que aprenderem essa língua nos tempos anteriores a 1975.

No entanto, a maior carência agora é de uma infra-estrutura lingüística capaz de dar sustentação às iniciativas do MEC. Nesse particular, é a Cooperação Portuguesa que parece estar mais avançada: nos dois últimos anos letivos foram criadas 33 bibliotecas em 12 distritos. A área de comunicações também é uma preocupação da Cooperação Portuguesa, que conta com dois programas diários em língua portuguesa, com duração de uma hora, na RDP; um programa cultural com curso de língua portuguesa na Rádio de Timor-Leste (RTL); além da participação de docentes em programas nos distritos de Baucau e Manufahi, em colaboração com as rádios locais(12).

Esse setor das comunicações é fundamental para a criação de uma atmosfera favorável à revitalização da língua portuguesa no Timor-Leste. Pois, no momento atual, ainda há uma atitude negativa com relação ao emprego do Português, principalmente por parte dos alunos que foram educados em língua indonésia. Entre esses jovens, há também "um medo generalizado de que não sejam capazes de competir com outros timorenses que dominam o português. Esses jovens têm medo de se tornar cidadãos de segunda categoria, sem acesso aos bons empregos e outros cargos, o que é perfeitamente compreensível." (13).

Esse clima de negatividade quanto ao uso da língua portuguesa deve ser substituído por uma predisposição positiva de aprendizagem, para que essa língua volte a ser parte integrante do dia-a-dia dos timorenses. Por outro lado, não é de grande conseqüência que os jovens sejam levados a se dedicar à aprendizagem do Português na escola e ao chegarem em casa sejam bombardeados por uma programação televisiva em língua indonésia ou inglesa.

Em questão de motivação, vale a pena lembrar a interessante proposta de Regina Helena Pires de Brito,(14) da Universidade Mackenzie de São Paulo, Brasil, que propõe o ensino do Português através da canção. Dezoito jovens universitários estiveram em Díli durante quatro meses ensinando a língua portuguesa, tendo como referência didática músicas brasileiras de grande popularidade no Timor-Leste.

Esse projeto foi muito bem aceito pelos jovens timorenses, pois a música brasileira já faz parte do imaginário timorense. Ainda que os timorenses nem sempre saibam o que diz a letra da canção, eles cantam: "*Meu amor está tão longe de mim/Meu amor não seja tão ruim/ Escreva uma carta meu amor/ E*

diga alguma coisa por favor/ Diga que você não me esqueceu/ E que o seu amor ainda é meu/ Escreva uma carta meu amor/ E diga alguma coisa por favor.”(15)

Mas, para que um meio-ambiente favorável à revitalização da língua portuguesa no Timor-Leste se instale, é fundamental uma participação efetiva dos países membros da CPLP. Já que, em conformidade com a Lei Maior, “a República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”, (16) espera-se que num futuro próximo, haja mais intercâmbio e colaboração entre os países membros dessa comunidade: que os livros publicados no Brasil, Portugal ou África circulem livremente em território timorense; que o audiovisual de qualidade produzido em São Paulo ou em Lisboa venham a fazer parte da programação das emissoras de televisão timorenses; para que o pequeno Timor-Leste se insira definitivamente no contexto maior da Comunidade Lusófona.

4. Referências

1. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*, Parte I, Art. 13º, Díli: UNDP, 2002, p. 14.
2. *Forganes, Rosely. Queimado queimado, mas agora nosso! Timor: Das Cinzas à Liberdade. Sao Paulo: Labortexto Editorial, 2002, p. 216.*
3. *Ramos-Horta, José. La Saga des Timor-Oriental. Lausanne: Editions Favre SA, 1996, p. 26.*
4. *Política Nacional de Educação 2005-2009, p. 1-2.*
5. *Política Nacional de Educação 2005-2009, p. 2.*
6. *Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento – abril 2005, p. 82.*
7. *Chateaubriand, Nunes Amâncio - Educação Matemática em Timor-Leste – Relatório Final*
 1. *Ministério da Educação e Cultura, Fundamental School Quality Project, Díli: Abril 2005, p. 10.*
 8. *Chateaubriand, Nunes Amâncio. Idem.*
 9. *da Silva, Augusta Maria. História, Timor-Leste, Construindo uma identidade, primeiro ano Pré-secundário. Díli: Ministério da Educação de Cultura, 2005, introdução.*
 10. *Chateaubriand, Nunes Amâncio. Idem.*
 11. *Lei de Base do Sistema Educativo, MEC, art. 15º - Currículo.*
 12. *Cooperação Portuguesa IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Educação para Todos, 2005)*
 13. *Forganes, Rosely. Idem, p. 213.*
 14. *O projeto “Universidades em Timor-Leste” tem a co-autoria de Benjamin Abdala Jr. e Magda Carneiro. Realizou-se em Díli entre 25 de agosto e 3 de dezembro de 2004.*
 15. *Canção de Roberto Carlos, composição de Pilombeta e Tito Silva.*
 16. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Idem.*





GISELE CALGARO (à direita na foto)

9. GISELE CALGARO,

Universidade Presbiteriana Mackenzie



GISELE CALGARO (à esquerda)

BIODADOS

GISELE CALGARO é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Há 12 anos exerce atividades ligadas à educação. Atualmente participa do grupo de pesquisa *Língua e Identidade no Universo da Lusofonia*, coordenado pela Doutora Regina Helena Pires de Brito. Sua produção recente destaca a participação com apresentação oral em um evento científico nacional, o 53º Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo.

SINOPSE

Este estudo apresenta algumas reflexões acerca da percepção do cartunista António Ferreira dos Santos (F'Santos) diante da questão leste-timorense. Procuramos demonstrar, analisando a charge na qual um soldado da ONU chega a Timor-Leste e, entre escombros e fumaça, é recepcionado por uma caveira (veiculada em 1999, no jornal português *O Regional* e, posteriormente, no site <http://www.timortoons.8m.com>), o surgimento de uma voz (ethos) que busca chamar a atenção do público leitor para o que ocorria em Timor-Leste ainda no período de dominação Indonésia.

Essa voz que habita a enunciação do texto nada mais é do que um modo de dizer, segundo Maingueneau, uma maneira de habitar o espaço social. O ethos, nesta charge, faz com que "tome corpo" uma enunciação que brinca com o mundo e, enquanto crítica, provoca reflexões e inquietação.

Palavras-chave. **Timor-Leste; charge; ethos.**

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO LESTE-TIMORENSE AOS OLHOS DE F'SANTOS.

1. Apresentação

Neste artigo procuramos apresentar a visão do cartunista António Ferreira dos Santos (F'Santos) acerca da situação vivida em Timor-Leste no ano de 1999 – período em que o país caminhava para se libertar (o que ocorre em setembro) do domínio indonésio – através da charge.

A charge de F'Santos aqui apresentada foi gentilmente cedida pelo proprietário do site <http://www.timortoons.8m.com>, Fernando Manuel G. de Gouveia (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD), com a devida autorização do cartunista.

Iniciamos o presente estudo com uma breve contextualização histórica acerca de Timor-Leste necessária para o entendimento da charge.

Depois, introduzimos alguns conceitos relacionados à charge, mostrando suas características e sua importância como meio de comunicação.

Apresentamos o conceito de ethos, na linha da Análise do Discurso, segundo Dominique Maingueneau.

Por fim, aplicamos tais conceitos na charge de F'Santos.

A intenção deste artigo não é esgotar as possibilidades de leitura da charge de F'Santos, ao contrário, pretendemos estudar a voz (ethos) que busca chamar a atenção e, enquanto crítica, provoca inquietação e reflexão no público leitor.

2. Timor-Leste

A ilha de Timor, desde o século XIII, atraía comerciantes chineses e malaios pela abundância de sândalo, mel e cera. Por volta de 1512, os portugueses chegaram à ilha em busca dos mesmos recursos naturais. Porém, os portugueses não foram os únicos, os holandeses também chegaram à ilha e, só em meados de 1914, com a Sentença Arbitral assinada pelos dois países, as fronteiras foram fixadas e os conflitos entre Portugal e Holanda foram resolvidos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a ilha foi invadida pelos Japoneses. Timor-Leste era considerado um ponto estratégico para as forças japonesas por estar próximo à Austrália. A ocupação

durou três anos, e o povo leste-timorense lutou ao lado dos Aliados. Em 1945, com o final da Segunda Grande Guerra, a administração portuguesa foi restaurada.

A revolução de 25 de Abril de 1974 – Revolução dos Cravos – que fez cair a ditadura Salazarista em Portugal, abriu as portas simultaneamente à democracia em Portugal e à autodeterminação e independência para as suas antigas colônias. Em 1974 e 1975 foram criados partidos políticos em Timor-Leste. Os dois partidos mais populares eram a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária para a Independência de Timor Leste (FRETILIM).

Em 28 de novembro de 1975, após uma breve guerra civil, a República Democrática de Timor-Leste foi proclamada. No entanto, apenas alguns dias depois – 7 de dezembro de 1975 – o exército Indonésio começou a bombardear Díli e invadiu Timor-Leste. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) condenou a invasão Indonésia numa resolução aprovada no dia 12 de dezembro de 1975, porém nada de efetivo foi feito.

Dezesseis anos se passaram sem que o povo leste-timorense fosse lembrado pela comunidade internacional, até que, no dia 12 de dezembro de 1991, dois jornalistas britânicos, Max Stahl e Steve Cox registraram o massacre ocorrido no cemitério de Santa Cruz. Max Stahl conseguiu trazer à imprensa o horror vivido pela população leste-timorense, as imagens correram o mundo, e, só então, os governos das grandes potências se viram forçados a condenar a atitude do exército indonésio, mas sempre com cautela, pois havia interesses econômicos envolvidos.

Países como Estados Unidos da América e Austrália apoiaram a invasão da Indonésia, pois realizavam vastas operações de mineração, extração de madeira e de petróleo em solo Indonésio. Além disso, os EUA vendiam armas para exército Indonésio e a Austrália tinha grande interesse econômico pelo Mar de Timor onde há um campo de petróleo submarino que se acreditava ser um dos 25 mais ricos em depósito do mundo. “O apoio às ações da Indonésia em Timor-Leste e em outros lugares é um preço pequeno a pagar pelas oportunidades de investimento (e o apoio político) que a Indonésia oferece” (Jardine, 1997: 45)

Apesar da grande exposição ocorrida em 1991, só em 22 de setembro de 1999 a ONU promoveu um plebiscito para decidir a questão da união ou separação com a Indonésia. A população, mesmo temendo novas represálias, decidiu-se a favor da independência.

Militantes ligados à Indonésia massacraram milhares de civis e, para piorar, o exército da Indonésia queimou e destruiu tudo durante a retirada. Só pararam quando as Nações Unidas intervieram, enviando uma força para impor a paz.

Em abril de 2002, os leste-timorenses foram novamente às urnas, desta vez para escolher um presidente para o país. As eleições consagraram Xanana Gusmão como o novo presidente, e em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se totalmente independente.

Após esta sucinta contextualização histórica de Timor-Leste, passamos aos apontamentos teóricos acerca do que é charge e qual sua importância para a comunicação.

3. Charge

Segundo Scott McCloud,

O meio “quadrinhos” se baseia na visão. Todo o mundo da iconografia visual está à disposição do criador de histórias. Incluindo toda a gama de estilos pictóricos, da arte representacional realista ao mais simples cartum até o totalmente abstrato e o mundo invisível de símbolos e linguagem! (Scott McCloud, 2005: 202-203).

Assim, temos a caracterização da charge como representação pictórica que não se restringe apenas a imagens, as palavras são igualmente importantes.

O “simples cartum” a que se refere McCloud é definido como “forma de amplificação através da simplificação” (2005: 30), isto é, quanto mais simplificada a representação pictórica do real, mais ampla se torna sua identificação. O cartum deve ser entendido como a representação da realidade mais abstrata possível e é por meio dessa imagem simplificada que nos identificamos mais com as personagens.

Dessa maneira, “quando você olha pra um a foto ou desenho realista de um rosto você vê isso como o rosto de outra pessoa. Contudo, quando entra no mundo do cartum você vê a si mesmo.” (McCloud, 2005: 36).

As personagens de uma charge podem ser ou mais próximas ao cartum ou a caricatura de algum personagem real, depende muito do tema que está sendo abordado pelo cartunista e do efeito de proximidade que ele quer provocar entre a personagem e seu público leitor. Já o cenário, na maioria das vezes, é extraordinariamente realista.

A combinação entre um cenário realista e uma personagem icônica faz com que o leitor entre num mundo sensorialmente estimulante disfarçados numa personagem.

Encontramos no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* esta definição para charge:

*Charge [Do fr. charge.] S.f. Representação pictórica, de caráter **burlesco** e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público. (negrito nosso) (Ferreira, 1986: 392).*

Porém, comumente vemos charges que falam de temas dito sérios e, ao invés de provocarem o riso pelo riso, que visa apenas à diversão, ou provocarem a liberação, que busca romper a censura social, temos a denúncia, que mostra comportamentos e situações enfatizando seu lado negativo.

Essas charges não levam ao riso, sua ironia leva o público leitor à reflexão. Essas charges buscam incomodar o leitor e é essa inquietação, essa indignação causada pela charge que o leva à reflexão sobre o tema apresentado.

Entretanto, para que a reflexão ocorra é imprescindível que o tema abordado – geralmente de caráter político e social – seja de conhecimento público, pois o cartunista não alcançaria seu objetivo se o tema abordado não fosse reconhecido pelo público leitor.

Com efeito, o entendimento de uma charge depende muito do conhecimento de mundo do seu leitor.

Esse tipo de relação marcada pela intertextualidade é fundamental e cabe ao cartunista dirigir seus temas de acordo com o seu público.

Cabe ainda destacar a importância da charge como meio de comunicação. Por se tratar de um texto imagético concentrado, geralmente, em um único quadro, a charge chama a atenção do leitor por sua forma e sua leitura rápida. Como sugeriu McCloud:

*[...] imagens são informações **recebidas**. Ninguém precisa de educação formal pra '**entender a mensagem**'. Ela é **instantânea**. A escrita é informação **percebida**. É preciso conhecimento especializado pra decodificar os símbolos abstratos da linguagem. [...] Quando as palavras são mais audaciosas, mais diretas, requerem níveis **inferiores** de percepção e são recebidas com mais **rapidez, como imagens**. (negrito do autor) (2005: 49).*

Muitas vezes, em jornais da imprensa dita séria, a charge resume o editorial que a acompanha e chega até ser mais mordaz do que o texto escrito.

No próximo subitem trataremos de alguns pressupostos teóricos sobre a voz (*ethos*) que habita a enunciação do texto e a ideologia nela contida.

4. Ethos

Para tentar compreender o *ethos*, iniciamos com uma definição do termo encontrado no *Dicionário de Análise do Discurso*:

***ethos** – Termo emprestado da retórica antiga, o **ethos** (negritos do autor) [...] designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. (Charaudeau e Maingueneau, 2004: 220).*

Maingueneau, em *Análise de textos de comunicação*, inscreve o *ethos* no quadro da Análise do Discurso, assim, ao contrário da teoria encontrada na *Retórica* de Aristóteles, para Maingueneau, o *ethos* não está reservado apenas à eloquência judiciária ou à oralidade; qualquer discurso, seja qual for sua forma de inscrição material, possui uma vocalidade específica, que implica em uma determinação do corpo do enunciador (não do autor efetivo), e uma relação com um fiador associado a uma corporalidade e a um caráter, mesmo que imaginário.

Dessa maneira, o enunciador deixa suas idéias inscritas nas entrelinhas de seu enunciado. O destinatário, para Maingueneau, co-enunciador – por desempenhar um papel ativo na enunciação – “dá corpo” ao fiador e “incorpora”¹ suas idéias.

A maneira de dizer, que se remete a uma maneira de ser do enunciador, impõe ao discurso sua ideologia. Por intermédio da enunciação, o co-enunciador irá “incorporar”, assimilar, uma forma específica de habitar o mundo, um estilo próprio do enunciador. Na charge, encontramos a “incorporação” do co-enunciador facilitada pelo cartum, já que tendemos a nos identificar com representações mais simplificadas e abstratas do real do que com fotos realísticas.

Parafraçando Maingueneau (2005: 73), o caráter e a corporalidade do fiador são estereótipos culturais cristalizados que podem ser valorizados ou desvalorizados, sobre os quais se apóia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-los ou não.

A ideologia presente na enunciação é assimilada como uma forma própria de se inscrever no mundo. A charge, em sua enunciação, traz mais do que o tema sóciopolítico atual, traz a idéia, a maneira do enunciador (e não do autor) se inscrever no mundo, seu estilo, sua ideologia.

Essa é a voz que está presente na enunciação da charge que inquieta seu co-enunciador e o leva à reflexão.

5. Análise



© F'Santos

Na charge em análise, um soldado da ONU chega a Timor-Leste. Reconhecemos a personagem por sua vestimenta peculiar (botas, capacete, uniforme) e pela arma que segura nas mãos, porém, como se pode notar, não se trata de uma representação fotográfica da realidade. Os traços que constituem a arma, por exemplo, nos fazem chegar à *conclusão*² de que se trata de uma representação do objeto real arma, mas seu traçado simplificado e abstrato amplia sua identificação, não podemos dizer, com precisão, qual é a arma representada.

Do mesmo modo, a personagem é uma caricatura do soldado, seus traços não nos lembram ninguém em específico, ao contrário, nos remetem à lembrança de qualquer soldado em combate, qualquer um, um parente, um amigo, nós mesmos, diante de uma situação adversa. Podemos, apenas, afirmar ser um soldado da ONU pela inscrição explicitada, deixada pelo enunciador, no uniforme e no capacete.

O soldado chega disposto a lutar, com arma em punho, e, diante do cenário de horror, fica perplexo. Notamos pela expressão em seu rosto – a boca semi-aberta, os olhos arregalados – que o soldado não esperava encontrar tal cenário de destruição. Atônito, o soldado permanece paralisado, como que entorpecido, sem nenhum movimento³. Diante do cenário marcado pela morte, representada pelo símbolo da caveira, o soldado se “desarma”, não há o que fazer para ajudar seu anfitrião, posto que a ajuda demorou demais.

Mediante a enunciação, o fiador confere a si mesmo uma identidade compatível com o mundo que ele fez surgir no enunciado. O fiador toma corpo e caráter na enunciação e provoca sobre o co-enunciador a reflexão sobre a perplexidade e a falta de ação diante do cenário encontrado. O co-enunciador “incorpora” tal perplexidade, porém, não se paralisa, ao contrário, como já dissemos, passa à reflexão.

A segunda personagem presente na charge é a caveira que identificamos como o leste-timorense - personagem metaforizada pela figura símbolo da morte (caveira). Esse símbolo enfatiza a destruição do país e justifica a perplexidade do soldado ao chegar lá. A caveira recepcionou o soldado da ONU, foi sua anfitriã em meio aos escombros da guerra. O timorense estava sendo massacrado e há muito tempo precisava de ajuda; no entanto, a ajuda veio tarde demais para cerca de 300 mil timorenses que perderam a vida no longo período de domínio indonésio.

“O estilo do letramento e a simulação de entonação são as pistas que habilitarão o leitor a ler o texto com as nuances emocionais pretendidas pelo narrador” (Eisner, 2005: 65). A caveira é a única personagem que possui um balão de diálogo. Neste contexto, o letramento funciona como uma extensão da imagem simula o volume e a emoção do texto; “Bemvindo a Timor!” não é uma mensagem calorosa como seria fora do contexto desta charge.

O cenário apresentado é simplificado e abstrato, não se trata de uma fotografia de escombros e fumaça e sim a representação abstrata disso. Da mesma forma que o cartum emprega imagens simplificadas de pessoas que podem ser facilmente identificadas, os objetos e o cenário tem seu vocabulário próprio na linguagem visual das charges. Aqui, o cenário é simbólico e, exatamente por isso, consegue transmitir instantaneamente a dimensão do massacre ocorrido no país.

O co-enunciador “incorpora” a perplexidade diante da morte e do sofrimento do leste-timorense e a crítica à ONU por demorar tanto para enviar ajuda. Essa “incorporação” permite que enunciador e co-enunciador comunguem de um mesmo discurso. O co-enunciador partilha a forma de habitar no mundo do fiador, partilha a ideologia enunciada.

6. Considerações finais

O tema desta charge de F'Santos, como pudemos observar, é a crítica feita à ONU por intervir tão tardiamente em Timor-Leste.

O cartunista lançou mão de imagens estereotipadas (cartum) para estabelecer por meio delas uma familiaridade com o leitor. Por exemplo, ao criar o soldado, o cartunista adotou um conjunto de características que o leitor aceitou instantaneamente, ou seja, essa imagem foi criada tanto a partir da experiência social quanto da forma que o leitor acha que um soldado deveria se parecer (Eisner, 2005: 22) – uma espécie de repertório partilhado.

Contando com imagens simplificadas, o cartunista atraiu a atenção do leitor. A personagem metaforizada do leste-timorense pela figura da caveira criou o impacto desejado pelo cartunista para chamar a atenção do leitor, e a organização lógica e inteligente das imagens reteve sua atenção. Além disso, a rápida leitura proporcionada pela simplificação das imagens é outro fator que contribuiu na manutenção do controle do leitor.

Somente o leitor que não reconhecesse o contexto histórico em que a charge está inserida, deixaria de interpretá-la e, conseqüentemente, não chegaria à reflexão alguma. Caso contrário, ao nosso ver, seria impossível fazer uma leitura da charge e, no mínimo, não se impressionar ou ir buscar informações a respeito do assunto. Como se trata de charge publicada em Portugal, onde o tema “Timor-Leste” era bastante comentado, mesmo antes de 1999, provavelmente a maioria dos leitores sabia do que se tratava e o objetivo do criador foi atingido. O impacto causado pela leitura da charge já é um despertar para a reflexão, muito embora, a reflexão a que o leitor chegaria fosse subjetiva e dependesse de seu envolvimento com o tema.

Como citamos anteriormente, a charge em análise visa à denúncia (não provoca o riso pelo riso, ou a liberação). Podemos afirmar, com efeito, que o cartunista atingiu seu objetivo pois controlou a atenção e a retenção do leitor e, por meio da denúncia, provocou a reflexão.

7. Referências bibliográficas

- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (2004) *Dicionário de análise do discurso*, São Paulo: Contexto.
- EISNER, Will. (2005) *Narrativas Gráficas*, São Paulo: Devir Livraria.
- _____. (2001) *Quadrinhos e Arte Seqüencial*, São Paulo: Martins Fontes.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Editora.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2001) *Análise de textos de comunicação*, São Paulo: Cortez.
- _____. (2005) *Ethos, cenografia, incorporação*. In AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*, São Paulo: Contexto.
- McCLOUD, Scott. (2005) *Desvendando os quadrinhos*, São Paulo: M.Books.
- JARDINE, Matthew. (1997) *Timor Leste – genocídio no paraíso*. In SANT'ANNA, Sílvio L. (org.). *Timor leste – este país quer ser livre*, São Paulo: Martin Claret.
- SARAIVA, José Hermano. (1993) *História de Portugal*. Lisboa: Europa-America.

Notas

- ¹ Maingueneau fala de “*incorporação* para designar a ação do ethos sobre o co-enunciador” (2001: 99).
- ² McCloud chama de conclusão o “fenômeno de observar as partes, mas perceber o todo” (2005: 63).
- ³ As linhas de movimento são linhas estilizadas responsáveis pela representação da trajetória de objetos e personagens em movimento no espaço. Não há linhas de movimento circundando o soldado.



10. JAIME F. SALES LUÍS,

Prof. Associado c/ Agregação do Departamento Florestal da
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Vila Real, Portugal.

BIODADOS

- ✍ JAIME F SALES LUÍS, nasceu, em 1954, em Fatubessi, Timor. Estudou em Portugal, tendo-se licenciado, em 1977, no Instituto Superior De Agronomia, em Lisboa, como engenheiro silvicultor.
- ✍ Entre 1977 e 1979, trabalhou como engenheiro silvicultor, no então Fundo de Fomento Florestal, em Vila Real.
- ✍ Em 1979, foi admitido no então Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (futura UTAD), como assistente no departamento florestal
- ✍ Em 1984, obteve o Master of Science In Forest Management, na Oregon State University, Corvallis, Oregon.
- ✍ Em 1990, defendeu o doutoramento em engenharia florestal, na UTAD, com louvor e distinção
- ✍ Em 2000, obteve, em provas públicas, a agregação em planeamento florestal, na UTAD
- ✍ É actualmente professor associado com agregação no departamento florestal da UTAD.
- ✍ É coordenador do curso de engenharia florestal da UTAD e do mestrado em engenharia dos recursos florestais da UTAD.
- ✍ Desde 1990, tem participado em diversos projectos de investigação nacionais e internacionais, colaborando nomeadamente com a Sociedade Portuguesa De Ciências Florestais (SPCF) e com a International Union of Forest Research Organizations (IUFRO)
- ✍ Desde 2000, está envolvido na coordenação e na docência, na área florestal, do curso de ciências agrárias, na Universidade Nacional de Timor-leste (UNTL), no âmbito do programa de cooperação entre os estados português e timorense, através da FUP-CRUP e da UNTL.
- ✍ Tem publicados diversos trabalhos técnicos, didácticos e científicos, relacionados com a temática florestal.

IV COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

Bragança, 3-4 Outubro 2005

POLÍTICA LINGUÍSTICA EM TIMOR-LESTE
EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS, ESTUDOS E RELAÇÕES CULTURAIS
CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE TIMOR-LESTE

O clima e a vegetação de Timor Loro Sae
Homenagem a Rui Cinatti

Jaime Sales Luís
UTAD, Vila Real, Portugal



JAIME SALLES LUÍS (à esquerda)

SINOPSE

Timor Loro Sae é um território que ocupa a parte Leste da ilha de Timor, localizada na parte oriental do arquipélago da Sonda, na confluência dos oceanos Pacífico (a Norte) e Índico (a Sul). Além da parte Leste da ilha, ocupa ainda o enclave de Oe-cússi, na costa Norte, a ilha de Ataúro, em frente de Díli e o ilhéu Jaco, na ponta Leste, totalizando uma área de 18.997 km².

Os portugueses aportaram nesta ilha em 1514, vindos de Malaca que haviam conquistado em 1511, em busca de sândalo. A fundação da cidade de Díli pelo governador António Teles de Meneses, data de 1769, que transferiu a capital de Lifau, devido à forte pressão dos holandeses. Em 30 de Agosto

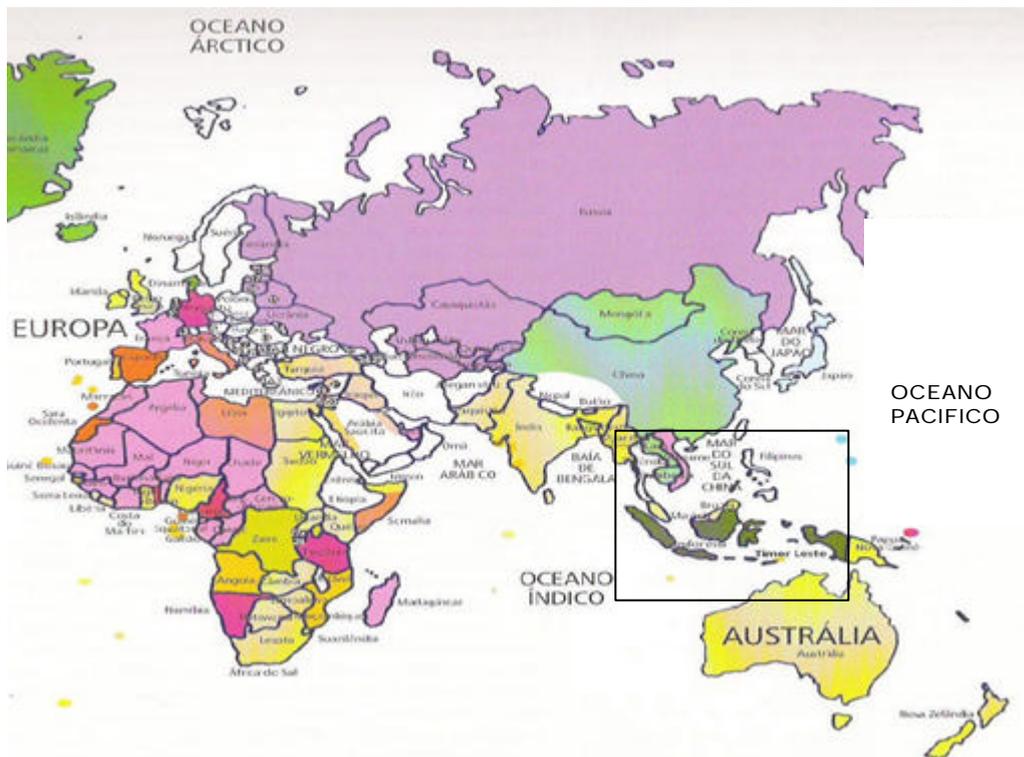
de 1999, na sequência do *referendum* realizado em Timor-leste, sob a vigilância das Nações Unidas, o povo Maubere declarou claramente o seu desejo de se tornar independente no território de Timor Loro Sae, facto sem precedentes na História.

O território de Timor Loro Sae está situado na zona intertropical o que lhe confere certas características próprias, a principal das quais é a existência de duas estações anuais bem definidas, a estação seca e a das chuvas, devido ao regime das monções.

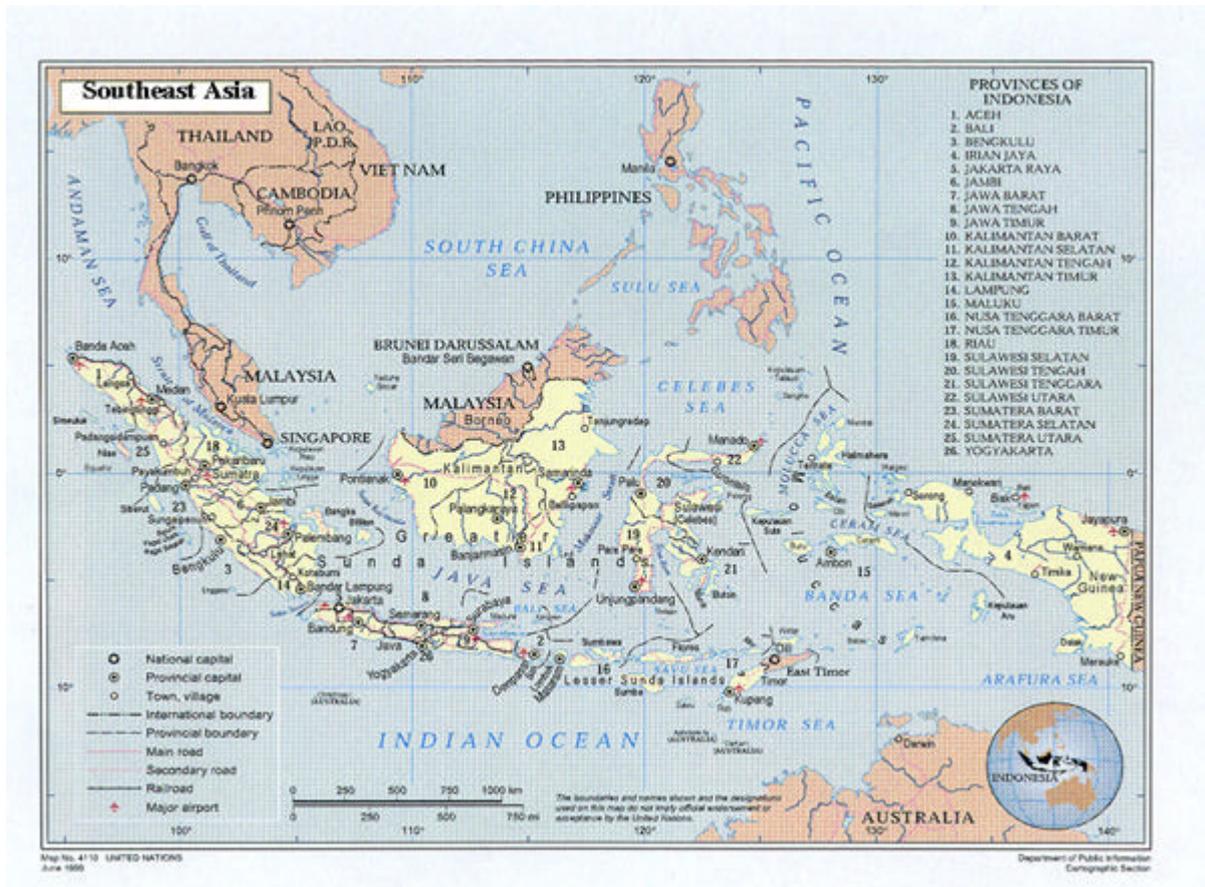
A diversidade climática do território de Timor Loro Sae deve-se, principalmente, ao relevo acidentado, à orientação das cadeias montanhosas e à proximidade do continente australiano. F. A. Soares, em 1957, com base na temperatura média anual, na precipitação anual e na altitude, divide o território de Timor-leste em três zonas.

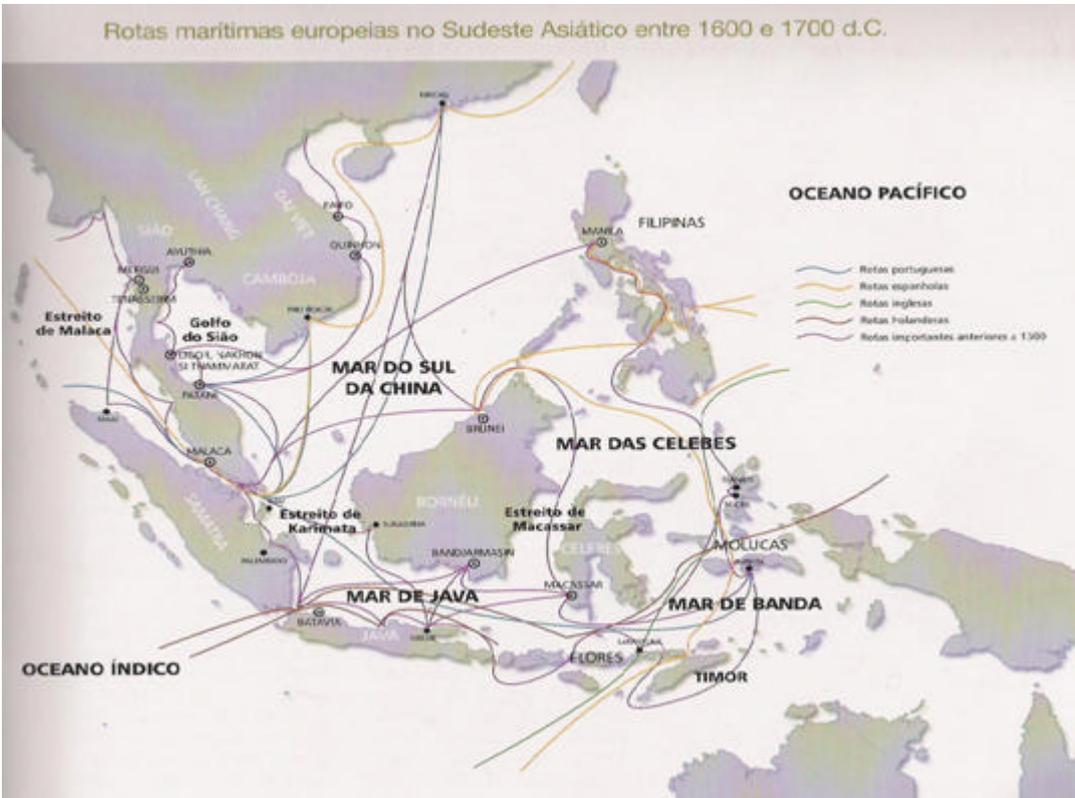
O território de Timor Loro Sae inclui-se na unidade fitogeográfica e florística conhecida como Malásia que se estende, de Norte para Sul, junto à linha equatorial, desde a península da Malásia até às ilhas Salomão, numa extensão de 8000 km, entre as longitudes 95° e 160° Este.

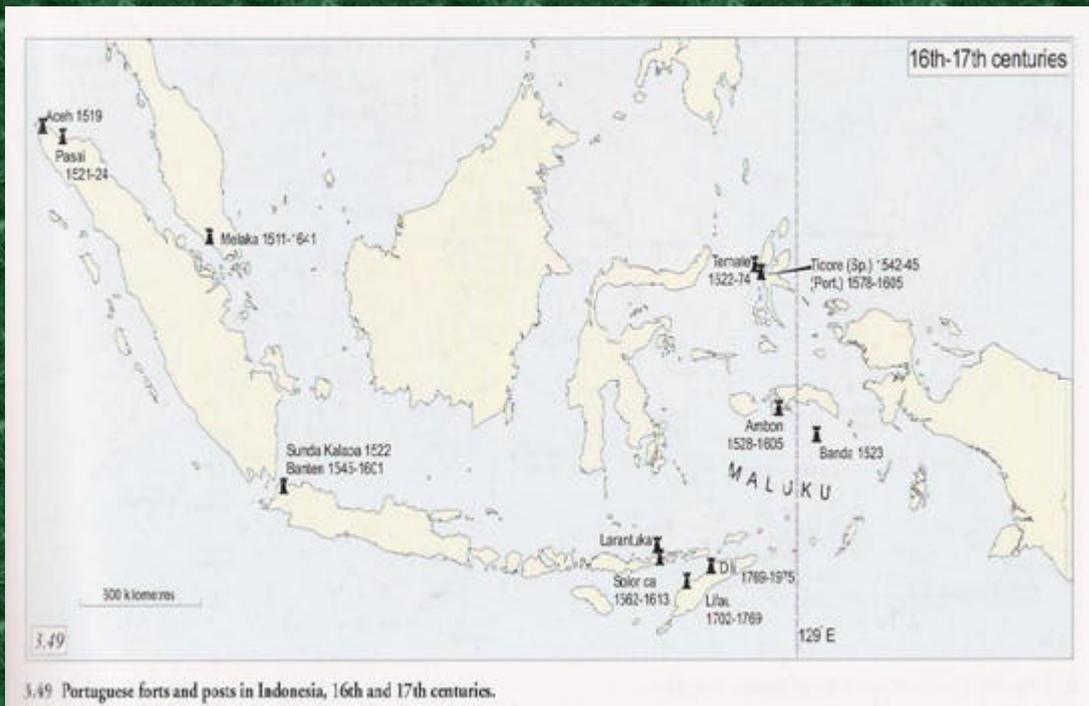
Ruy Cinatti, em 1950, no reconhecimento das formações florestais em Timor, considera, principalmente, a existência das florestas primária e secundária. Na primeira, identifica o mangal, as formações do litoral, das zonas baixas, das zonas médias e de montanha. Na segunda, considera ainda a savana.



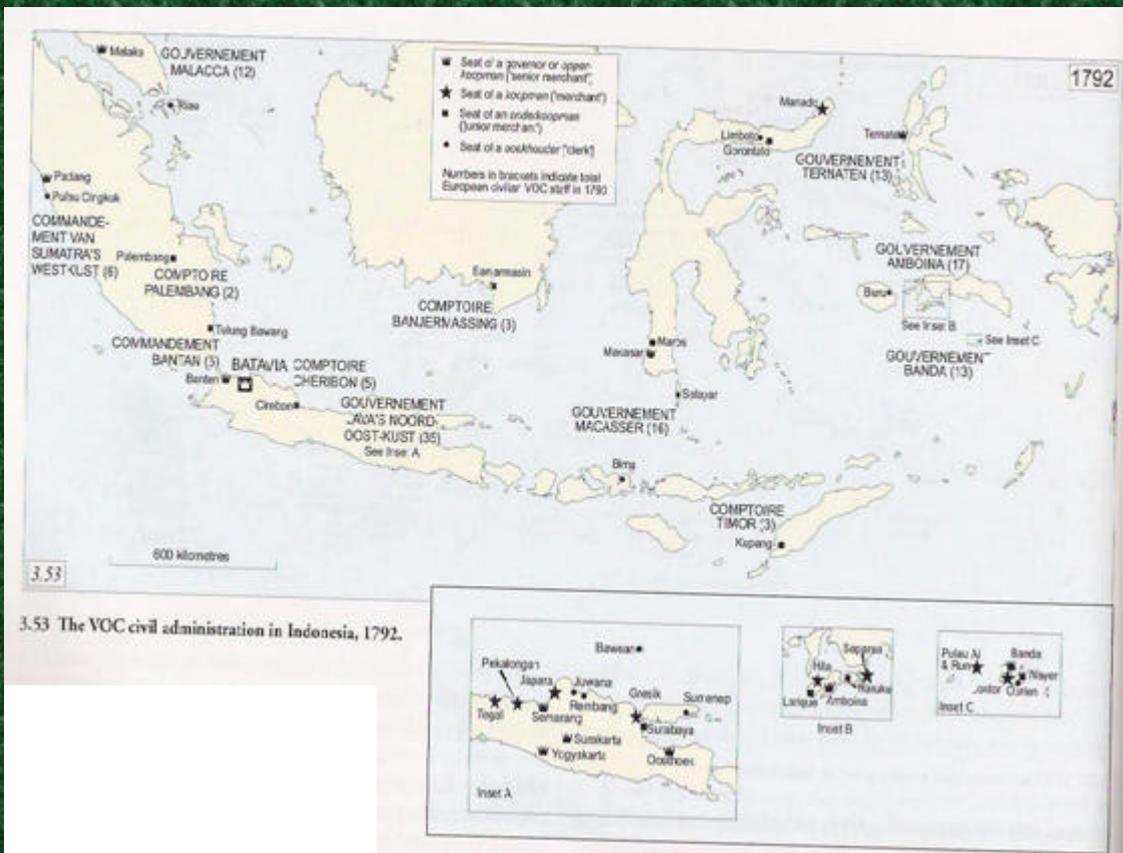
O CLIMA E A VEGETAÇÃO DE TIMOR LORO SAE. HOMENAGEM A RUY CINATTI.







3.49 Portuguese forts and posts in Indonesia, 16th and 17th centuries.



3.53 The VOC civil administration in Indonesia, 1792.

1. Introdução

Timor Loro Sae é um território que ocupa a parte Leste da ilha de Timor, localizada na parte oriental do arquipélago da Sonda, na confluência dos oceanos Pacífico (a Norte) e Índico (a Sul). Além da parte Leste da ilha, ocupa ainda o enclave de Oe-cússi, na costa Norte, a ilha de Ataúro, em frente de Díli e o ilhéu Jaco, na ponta Leste, totalizando uma área de 18.997 km². A capital deste território é a cidade de Díli, junto ao mar, cujas coordenadas geográficas são 8° 34' Sul e 125° 33' Este.

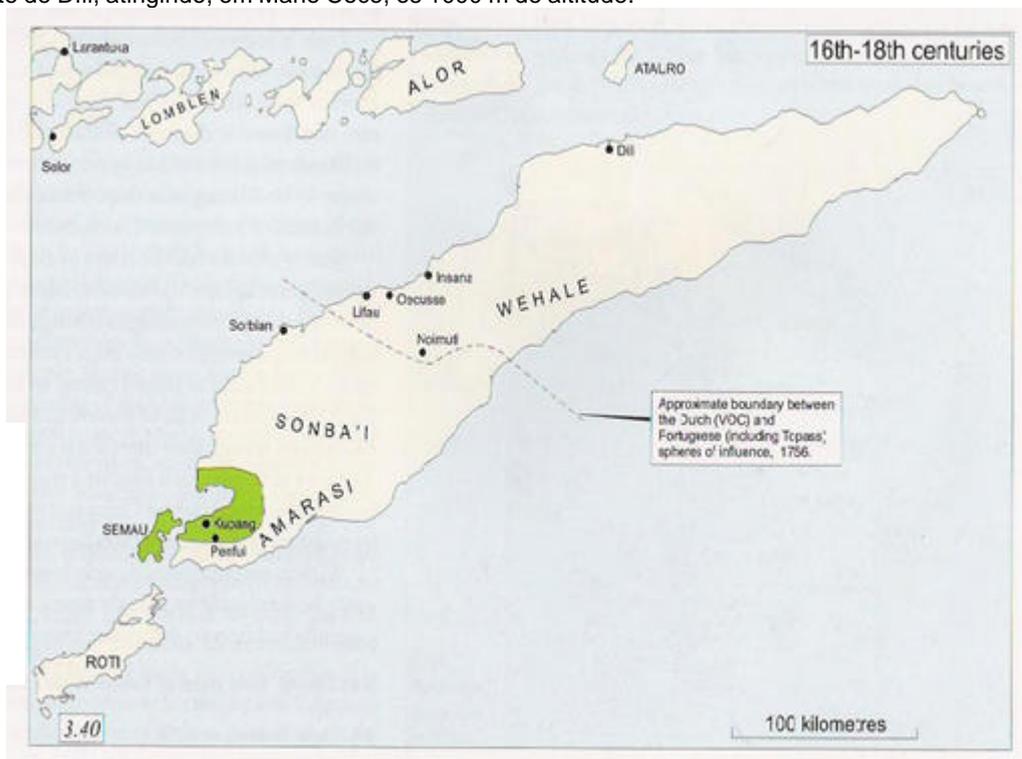
Os portugueses aportaram nesta ilha em 1514, vindos de Malaca que haviam conquistado em 1511, em busca de sândalo. Desde essa época até à actualidade Timor-leste passou por inúmeras convulsões, devido à sua importante posição estratégica. Primeiro entre holandeses e portugueses que apenas em meados do século XVIII, estabeleceram a actual fronteira, incluindo o enclave de Oe-cússi Ambeno. É desta época (1769) a fundação da cidade de Díli, pelo governador António Teles de Meneses que transferiu a capital de Lifau, devido à forte pressão dos holandeses.

Já no século XX, durante a II guerra mundial, primeiro os australianos e holandeses e, por essa razão, depois os japoneses ocuparam Timor-leste, onde se mantiveram durante 3 anos e meio (Fevereiro de 1942 a Setembro de 1945). Em 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor-leste, na sequência do processo de descolonização que decorria em Portugal desde Abril de 1974, embora a comunidade internacional nunca tenha aceite esta situação, considerando Portugal como a potência administrante.

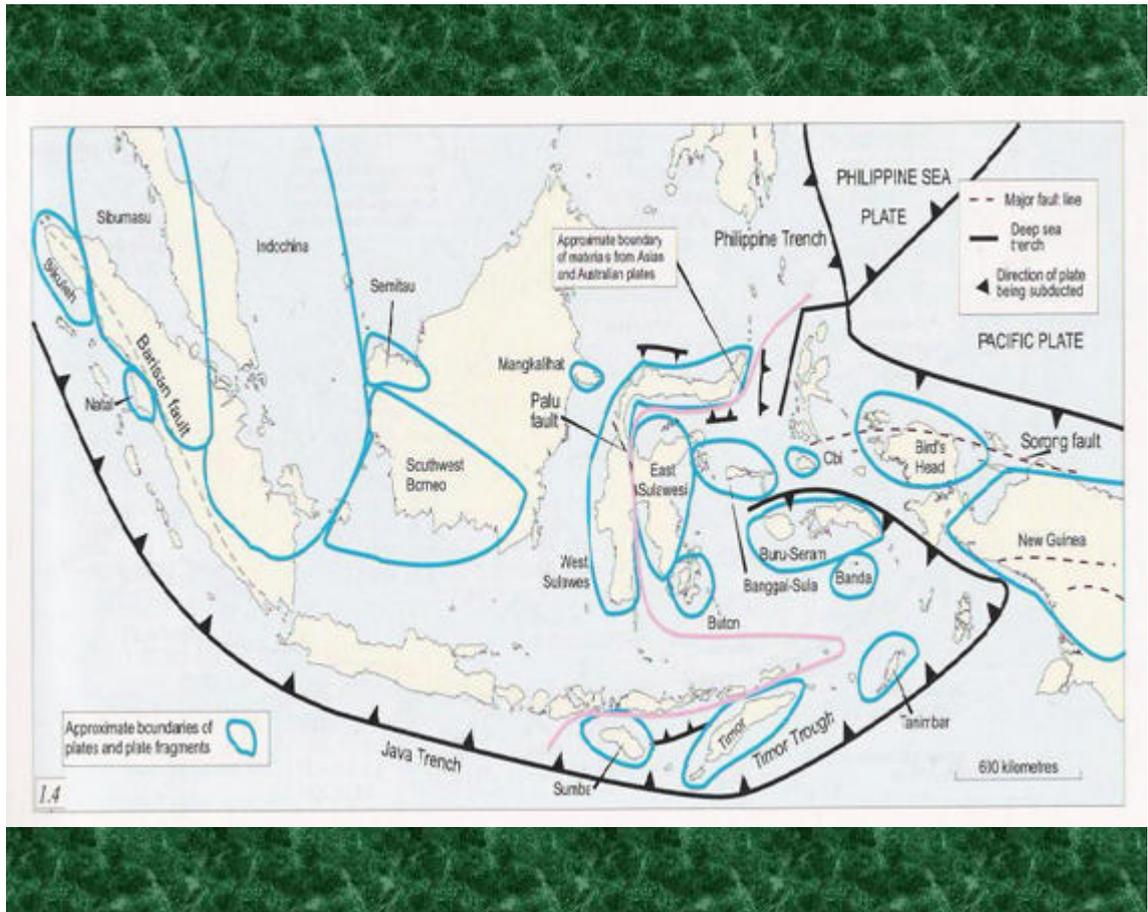
Em 30 de Agosto de 1999, na sequência do referendo realizado em Timor-leste, sob a vigilância das Nações Unidas, o povo Maubere declarou claramente o seu desejo de se tornar independente no território de Timor Loro Sae, facto sem precedentes na História. Em 20 de Setembro de 1999, as forças internacionais entraram em Timor-leste, sendo este território considerado como um território não autónomo sob administração internacional das Nações Unidas. As eleições para a formação do novo Estado de Timor Loro Sae estão previstas para o ano de 2001.

Estima-se que a população actualmente residente no território ronde os 750.000 habitantes, sendo o português a língua oficial, embora o tétum seja a língua falada pela maioria dos timorenses.

Timor Loro Sae é um território de formação geológica recente, onde o intenso processo erosivo, devido ao regime das chuvas, ainda prossegue, originando um relevo muito acidentado, sendo o Monte Ramelau o ponto mais elevado do território, com 2964 m de altitude. Deste partem cadeias montanhosas segundo o eixo longitudinal da ilha, algumas terminando abruptamente no mar, como no Subão grande, na costa Norte, a Oeste de Baucau. A ilha vulcânica de Ataúro emerge majestosa do mar, a 23 km a Norte de Díli, atingindo, em Mano Coco, os 1000 m de altitude.



Entre as diversas cadeias montanhosas, ocorrem a Norte zonas planálticas de altitude, em Los Palos e Baucau ou ao nível do mar, em Batugadé, Díli, Metinaro e Manatuto. A costa Sul constitui uma vasta planície, desde a fronteira até Viqueque que se vai encurtando até Loré.



Encravados entre as cadeias montanhosas, correm diversos cursos de água de regime torrencial, na intensa estação das chuvas. Devido a este regime os rios não são navegáveis, dificultando, por outro lado, a comunicação entre as diversas localidades pelos fortes aluimentos de terras que provocam. Na costa Norte as mais importantes são as ribeiras de Lóis, Comoro, Lacló e Laleia. Na costa Sul temos as de Suai, Alas, Viqueque e Loré.

2. O Clima

O território de Timor Loro Sae está situado na zona intertropical o que lhe confere certas características próprias, a principal das quais é a existência de duas estações anuais bem definidas, a estação seca e a das chuvas, devido ao regime das monções. Na zona intertropical a variação térmica anual é muito pequena, pelo que é o regime pluviométrico que determina o tipo de meteorização dos solos, a vegetação existente e, portanto, a possibilidade de expansão de diversas culturas e, ainda, a localização dos agregados humanos.

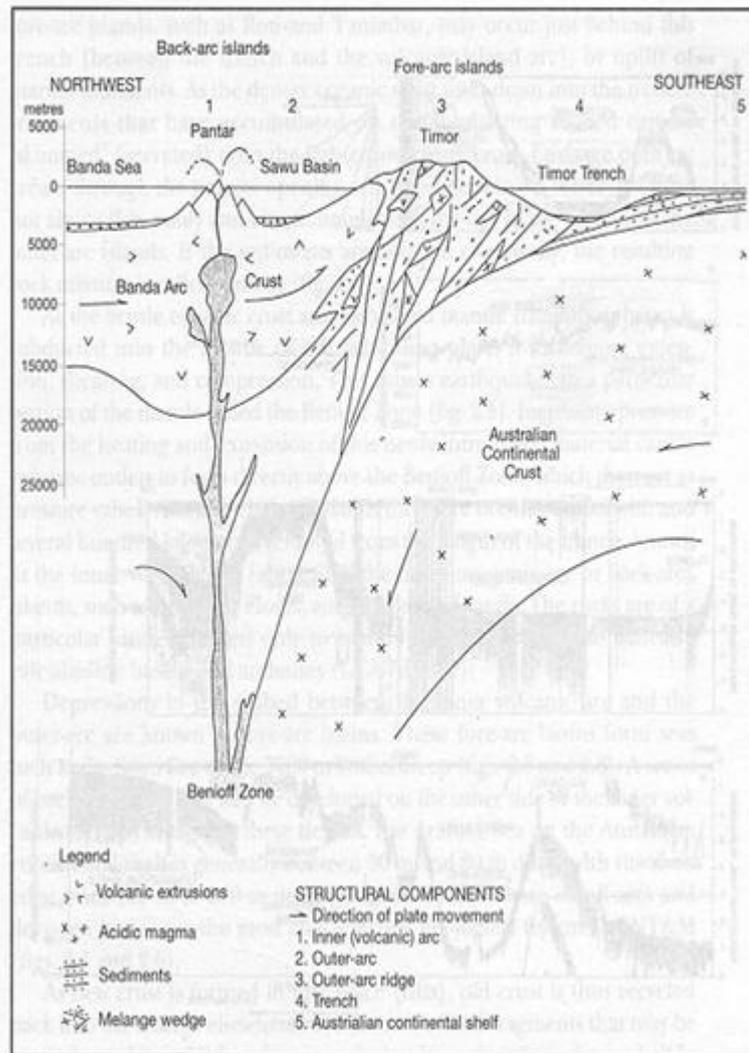


Figure 2.5. Subduction zone and associated features.

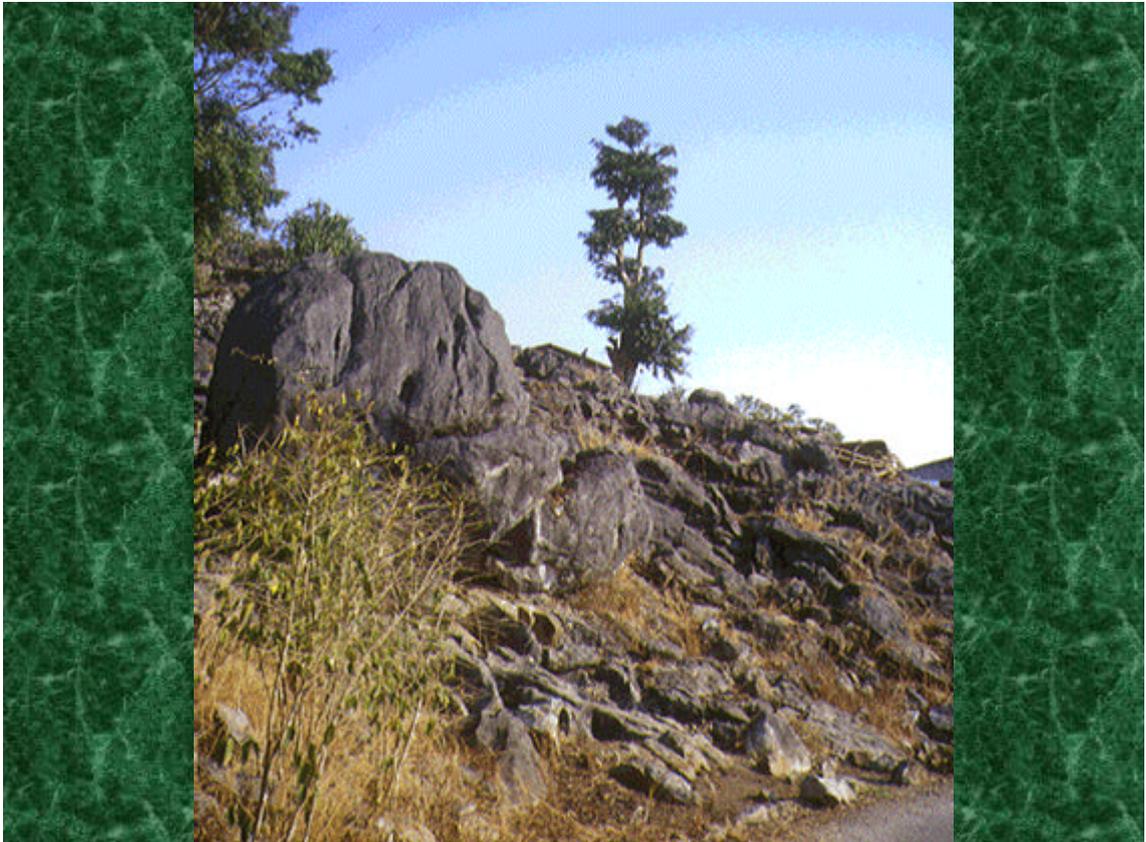
After Hamilton 1979 with permission from the US Geological Survey and RePPPProT 1989a.

O regime de monções determina, na zona intertropical, a existência de duas estações anuais, a estação seca e a das chuvas, com períodos variáveis dependendo da zona geográfica. Este fenómeno é mais marcado em Timor-leste do que noutras ilhas do arquipélago da Sonda, devido à sua proximidade (500 km) em relação ao continente australiano.

De Novembro a Abril, durante a monção húmida, os ventos sopram do quadrante NW, trazendo chuva acompanhada de tempestades frequentes. De Maio a Outubro, durante a monção seca, os ventos sopram moderados do quadrante SE, transportando alguma chuva e reduzindo a temperatura, principalmente durante a noite.

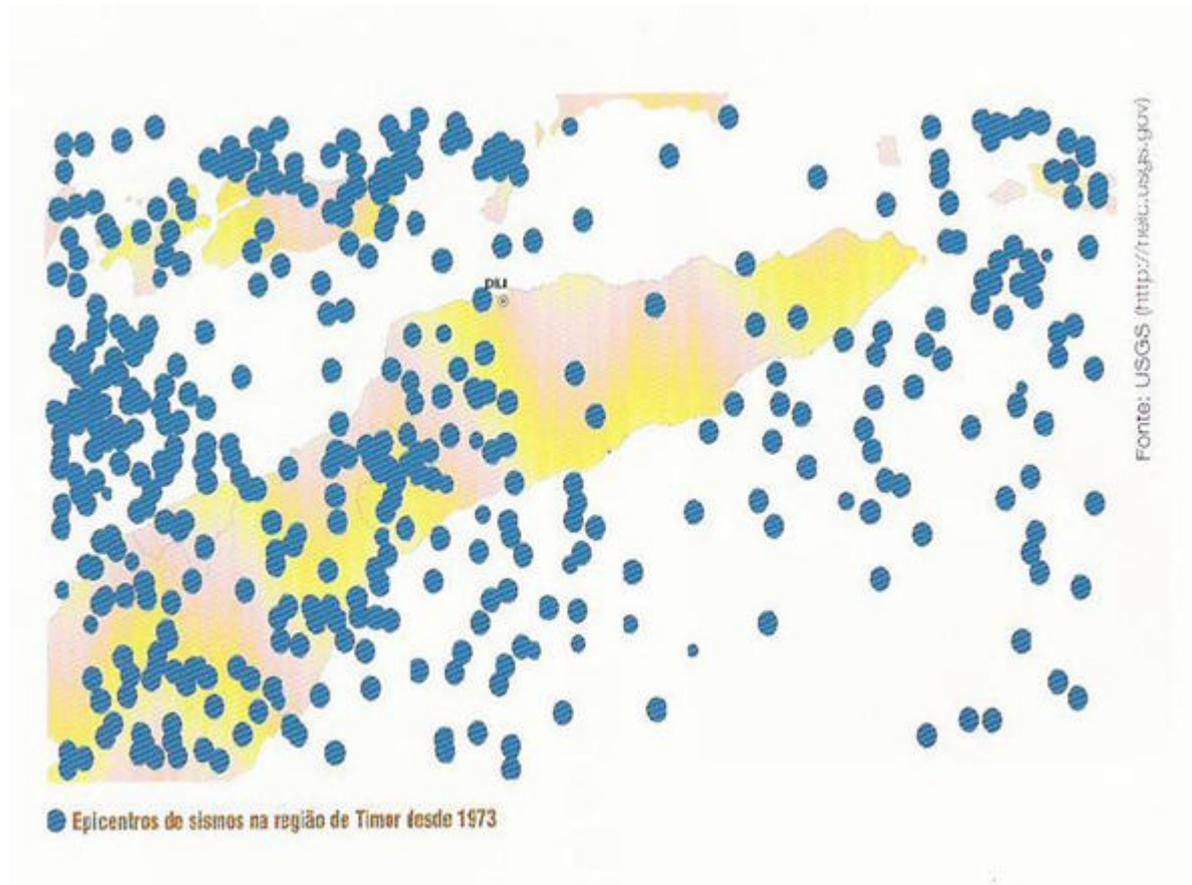


A diversidade climática do território de Timor-leste deve-se, principalmente, ao relevo acidentado, à orientação das cadeias montanhosas e à proximidade do continente australiano. F. A. Soares, em 1957, com base na temperatura média anual, na precipitação anual e na altitude, divide o território de Timor-leste em três zonas.



A primeira, na costa Norte, vai desde o nível do mar até aos 600 m de altitude, com uma temperatura média anual de 24° e uma precipitação anual inferior a 1500 mm. A estação húmida vai de Dezembro a Abril (5 meses) e a estação seca de Junho a Outubro (5 meses). Maio e Novembro são meses de transição. A segunda, na montanha, ocupa as vertentes Norte e Sul, acima dos 600 m de altitude, com uma temperatura média anual abaixo de 24° e uma precipitação anual superior a 1500 mm. A estação húmida vai de Dezembro a Abril (5 meses) e a estação seca de Julho a Outubro (4 meses). Maio, Junho e Novembro são meses de transição. A terceira, na costa Sul, vai desde o nível do mar até aos 600 m de altitude, de relevo menos acidentado, com uma temperatura média anual acima de 24° e uma precipitação anual superior a 1500 mm. A estação húmida vai de Dezembro a Junho (7 meses) e a estação seca de Agosto a Outubro (3 meses). Julho e Novembro são meses de transição. Nas três zonas, o mês de Novembro marca a transição entre as estações húmida e seca.

A distribuição das chuvas é condicionada pela orografia, nomeadamente pela disposição das cadeias de montanhas, pela distância ao mar, e depende, ainda, do regime de monção, sendo que a fracção da precipitação anual que cai no período húmido é muito elevada, contrastando claramente com a do período seco.



Na costa Norte esta diferença é muito marcada, atenuando-se na zona de montanha, devido à altitude, sendo menos acentuada na costa Sul, devido à orografia mais suave e à posição relativamente aos ventos dominantes de SE (na estação seca), vindos do continente australiano.

A temperatura mantém-se praticamente constante durante todo o ano, devido à pequena oscilação da duração dos dias e das noites e, do zénite do sol ao longo do ano.

Durante a monção húmida, com ventos dominantes de NW a percepção do calor é mais intensa, uma vez que a humidade relativa é muito elevada. Durante a monção seca, com ventos dominantes de SE, mais frescos, a temperatura baixa ligeiramente, principalmente durante a noite.

As variações térmicas são devidas, principalmente, à altitude o que torna as regiões costeiras mais quentes que a zona de montanha. No entanto, as diferenças absolutas não ultrapassam os 10° e, localmente, a variação anual não excede os 3°.

De forma genérica e global podemos dizer que o clima de Timor-Leste é quente ($T > 20^\circ$), embora a altitude desempenhe um papel moderador acima dos 1200 m, como por exemplo em Ermera e Maubisse, húmido ($H > 80\%$) e chuvoso ($R \sim 1500$ mm).

3. A vegetação

O território de Timor Loro Sae inclui-se na unidade fitogeográfica e florística conhecida como Malásia que se estende, de Norte para Sul, junto à linha equatorial, desde a península da Malásia até às ilhas Salomão, numa extensão de 8000 km, entre as longitudes 95° e 160° Este. Dentro desta extensa unidade pertence ao grupo ocidental, juntamente com a península da Malásia, Sumatra, Java, Bornéu e arquipélago da Sonda.

Embora a vegetação seja abundante em Timor-leste, ela não tem o aspecto luxuriante de outras zonas desta unidade, devido, por um lado, à intensa acção humana, nomeadamente através da agricultura itinerante e, por outro, à natureza geológica, principalmente rochas sedimentares, da sua constituição.

Os estudos desta natureza são muito escassos, constituindo referência essencial o trabalho realizado por Ruy Cinatti, em 1950. Embora os valores relativos às diferentes categorias descritas devam ser tidos com a natural reserva que o intervalo de tempo (50 anos) impõe, mantêm-se, no entanto, o seu grande interesse relativamente à classificação proposta e à descrição apresentada.

Ruy Cinatti, no reconhecimento das formações florestais em Timor, considera, principalmente, a existência das florestas primária e secundária. Na primeira, identifica o mangal, as formações do litoral, das zonas baixas, das zonas médias e de montanha. O mangal e a floresta do litoral são descritos separadamente, por constituírem tipos muito definidos sem grande variabilidade florística e fisionómica. As formações das zonas baixas, médias e de montanha são descritas como florestas mistas, dada a especificidade que apresentam no território de Timor-leste. Na segunda, inclui ainda a savana.

O mangal ocupa uma área reduzida, de aproximadamente 7500 ha, devido à configuração da linha de costa que, ao contrário das outras ilhas do arquipélago da Sonda, não é muito recortada. O mar é bastante batido pela ondulação, principalmente na costa Sul, e os cursos de água não se resolvem em estuários dilatados. Assim, não se reúnem “as condições topográficas necessárias ao desenvolvimento do mangal que procura sempre as enseadas, as baías e outros recortes da costa, onde as águas do mar tomam um aspecto de relativa tranquilidade.

É na costa Norte que os arvoredos característicos ocupam áreas mais extensas, como em Metinaro, Tibar e Maubara. Na costa Sul, reduzem a sua área de expansão à foz das ribeiras ou aos terrenos alagadiços e pantanosos. Podem, além disso, ser constituídos por uma só espécie, ao contrário do que sucede com a maior parte das formações ocorrentes nos trópicos.”

“As espécies componentes das várias associações da formação distribuem-se, regularmente, em linhas paralelas ao litoral ou às margens das ribeiras atingidas pelas marés.”

Primeiro aparecem, ainda no mar, grupos isolados de *Rhizophora conjugata* que junto à costa se reúnem em maciços arbóreos de largura variável. De seguida aparecem, normalmente associados às primeiras, povoamentos de *Sonneratia alba* e de *Bruguiera* sp., conforme a natureza dos terrenos em que vegetam.

*“As zona interiores, inundadas simultaneamente pelas águas fluviais e pelas marés, são povoadas por maciços gregários de *Avicennia marina* e por representantes secundários de *Rhizophora* e outras espécies em regime misto, tais como: *Excoecaria agallocha*, *Aegiceras corniculatum*, *Xylocarpus granatum* e *Heritiera littoralis*.”*

“A floresta primária do mangal é uma fonte de riqueza, visto que a madeira das árvores é de óptima qualidade e da casca extraem-se substâncias taninosas de alto valor.”



A floresta do litoral ocupa uma estreita faixa entre a zona costeira do mangal e as formações das zonas baixas mais para o interior. A sua flora é pobre, relativamente, em géneros e espécies.

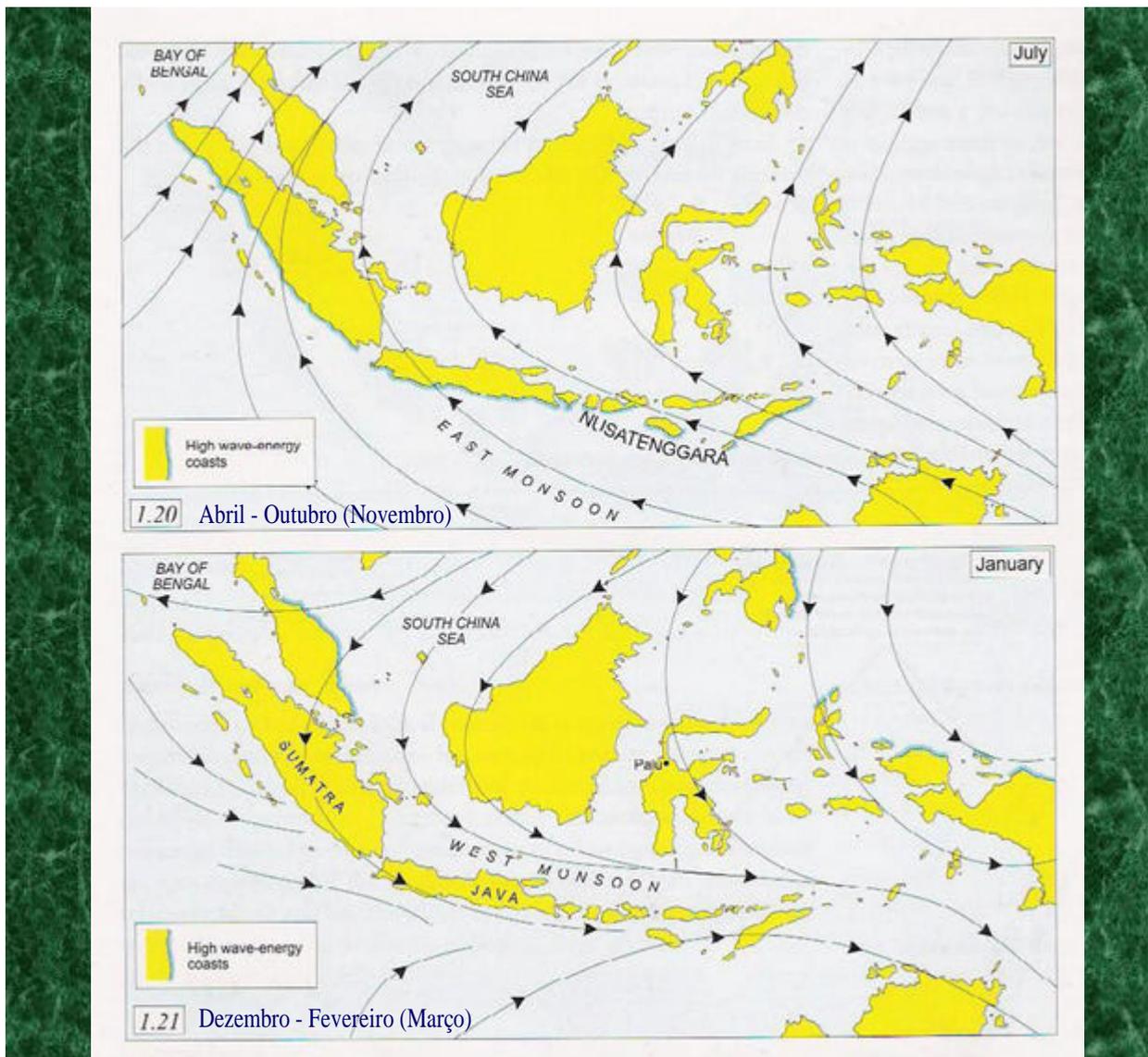
“Uma das características essenciais deste tipo de vegetação consiste em as espécies serem providas de frutos adaptados à disseminação pelas correntes marítimas. Daí ocuparem uma vasta área de distribuição litoral. Do ponto de vista fisionómico, esta vegetação compreende várias formas, todas elas submetidas às condições climáticas e edáficas. Desde as árvores de alta estatura às plantas herbáceas, sucedem-se comunidades várias, que de modo algum estão relacionadas com os graus reconhecidos da sucessão. Exceptuando a Casuarina equisetifolia, são raras as espécies que se encontram em povoamentos puros.”

Em Timor-leste, a área fitogeográfica considerada não difere floristicamente das restantes ilhas do arquipélago da Sonda. A composição e exuberância deste tipo de floresta dependem naturalmente da precipitação e do grau de humidade.

“Na costa Norte, com regimes de chuva sujeitos à influência das monções e a um período de seca de 5 a 6 meses no máximo, a vegetação do litoral sofre, evidentemente, na sua complexidade e pujança.” De Maubara a Lautém, “esta vegetação ora se aproxima do seu aspecto normal ora desaparece completamente, dando lugar a revestimentos de gramíneas invadidos, aqui e ali, por exemplares pioneiros da savana e da floresta secundária, tais como o Eucalyptus alba, Zizyphus mauritania e Tamarindus indica e, ainda, indicadores de climas secos, tais como espécies de Opuntia, Aloes e Euphorbia.”

“Na costa Sul, onde se verificam duas épocas de chuva, com um mínimo de tempo seco não superior a três meses, a vegetação do litoral atinge o seu apogeu, já pela quantidade de espécies que a compõem, já pela densidade dos seus agrupamentos. A formação Calophyllum, Hernandia, Heritiera, Cerbera, Terminalia, Barringtonia, debruça-se em rolos de verdura sobre as praias cobertas, em parte, pela consociação Spinifex littoreus-Ipomoea pes caprae. Noutros sítios, porém, as extensões arenosas são marginadas por faixas estreitas de Casuarina, a que se associam, aqui e ali, exemplares de Pandanus.”

A floresta primária mista ocupa uma área de pouco mais de 200.000 ha, devido a factores antropogénicos, como sejam as queimadas na estação seca e a agricultura itinerante.



As formações das zonas baixas, médias e de montanha ocupam territórios por vezes sobrepostos, pelo que são consideradas aqui como florestas mistas. Nas formações das zonas baixas e médias podem ainda ocorrer florestas sempre verdes (de chuva) e decíduas (de monção), cuja vegetação se diferencia com o regime pluvial e também com a natureza das formações geológicas e pedológicas em que se inserem, embora essa diferenciação não seja aparente nas regiões submetidas a um regime climático de chuvas mais ou menos constante.

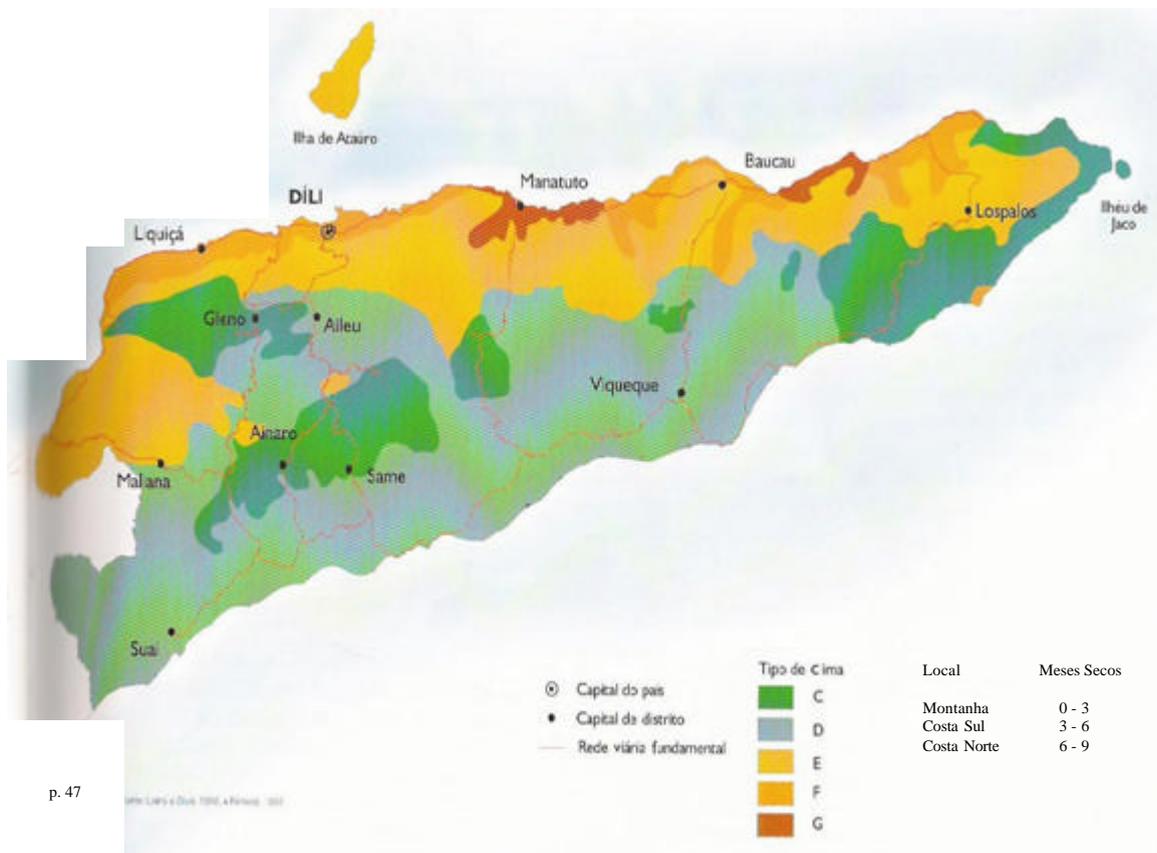
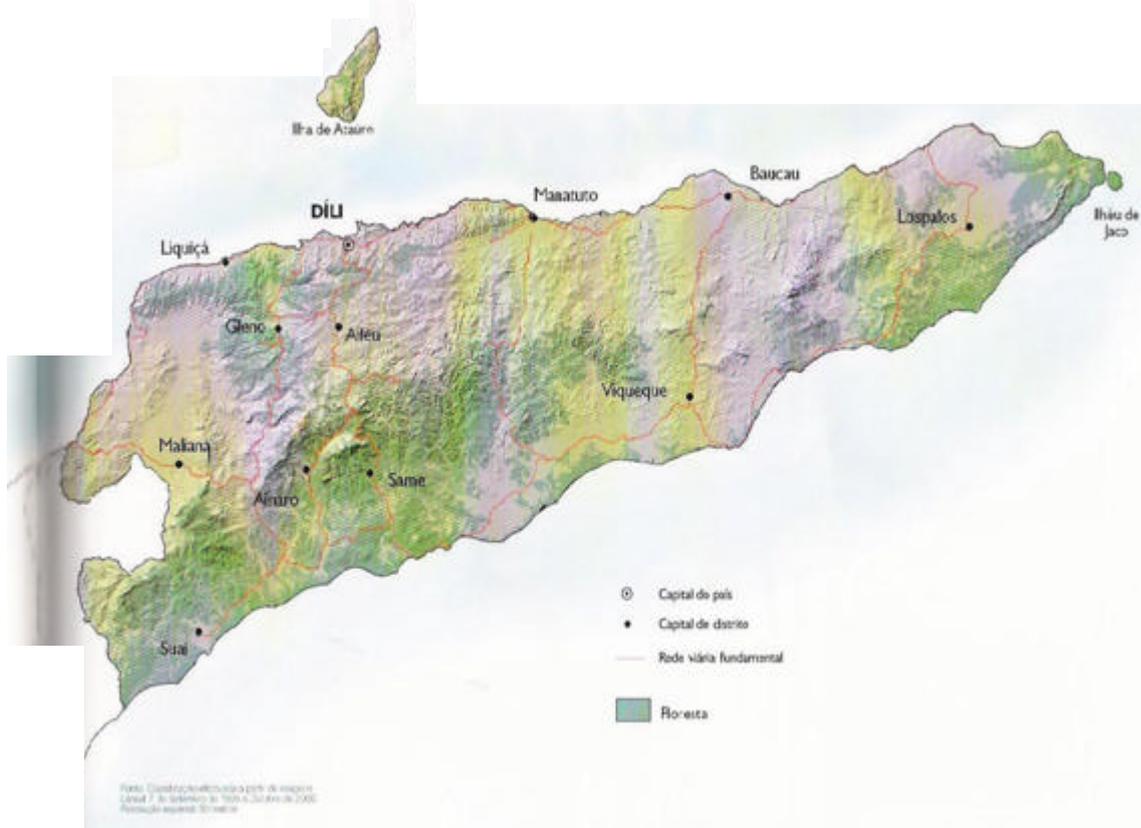
“A floresta sempre verde (de chuva) tem como dominantes espécies dos géneros *Eugenia*, *Intsia*, *Elaeocarpus*, *Canarium*, *Dysoxylum*, *Ficus*, *Litsea*, *Sarcocephalus*, *Terminalia*, *Parinarium* e *Pometia*. Se na definição inicial de floresta primária considerarmos apenas o estágio final da sucessão ou clímax, independentemente do centro de difusão dos géneros, teremos que incluir na floresta de folha perene as vastas manchas de *Eucalyptus decaisneana*, espécie endémica que, a partir de 800 m, cobre quase todas as elevações de Timor.”

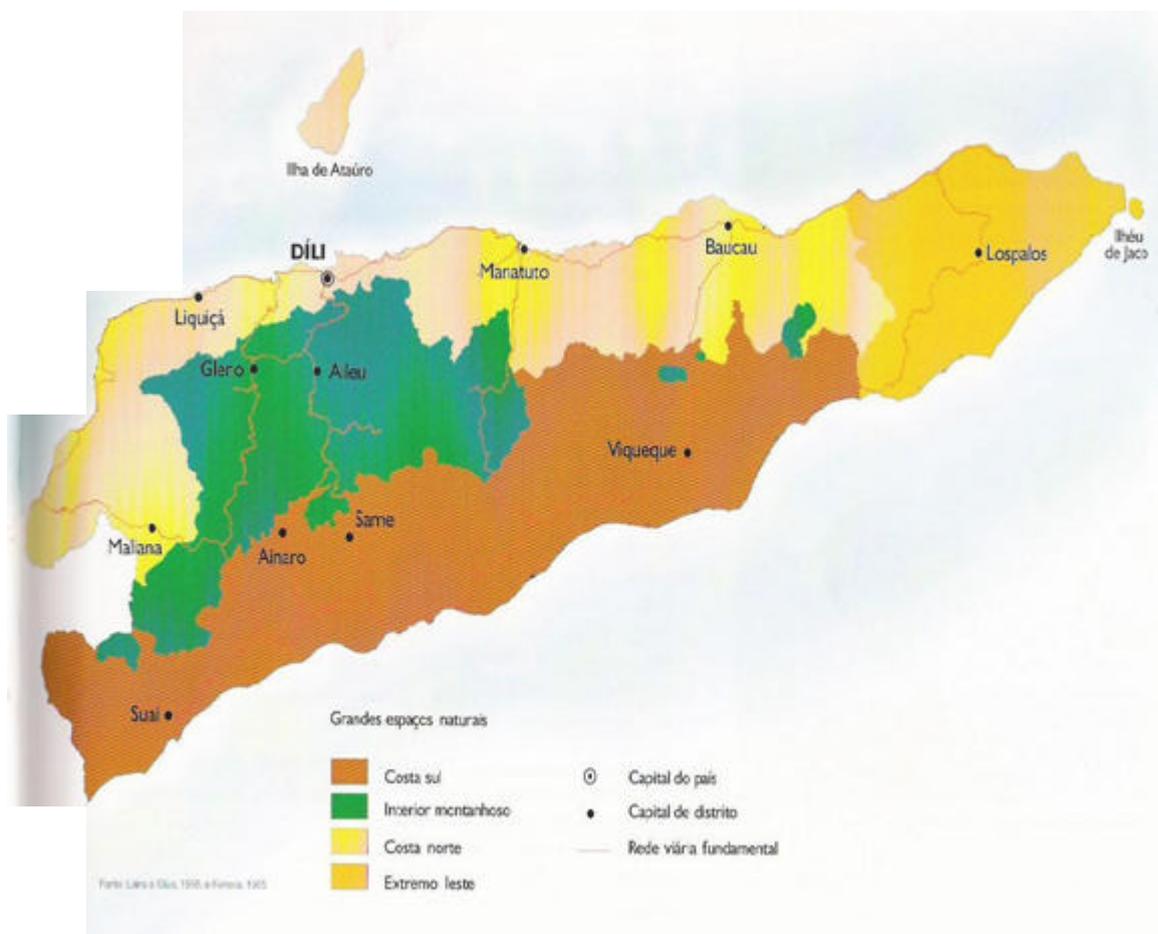
“A floresta decídua (de monção) é inteiramente dominada pelos géneros *Schleichera* e *Pterocarpus* a que se associam espécies dos géneros *Acacia*, *Vitex*, *Corypha*, *Wrightia*, *Sterculia*, *Zizyphus* e *Bauhinia*.”

“A floresta de montanha, devido a sua localização em altitude, inclui-se na floresta sempre verde (de chuva) e afirma-se pela presença do *Podocarpus imbricata*, *Casuarina junghuniana*, *Pygeum*, *Vaccinium*, *Palaquium*, além do *Eucalyptus decaisneana*.”

“A proximidade dos cursos de água afecta a composição da floresta primária, assim como a presença das toalhas de água superficiais. Algumas das espécies distribuem-se à volta dos terrenos mais ou menos pantanosos ao longo das ribeiras que servem de traço de união a comunidades semelhantes situadas paralelamente a diferentes alturas. Daí, o carácter misto da floresta que possui

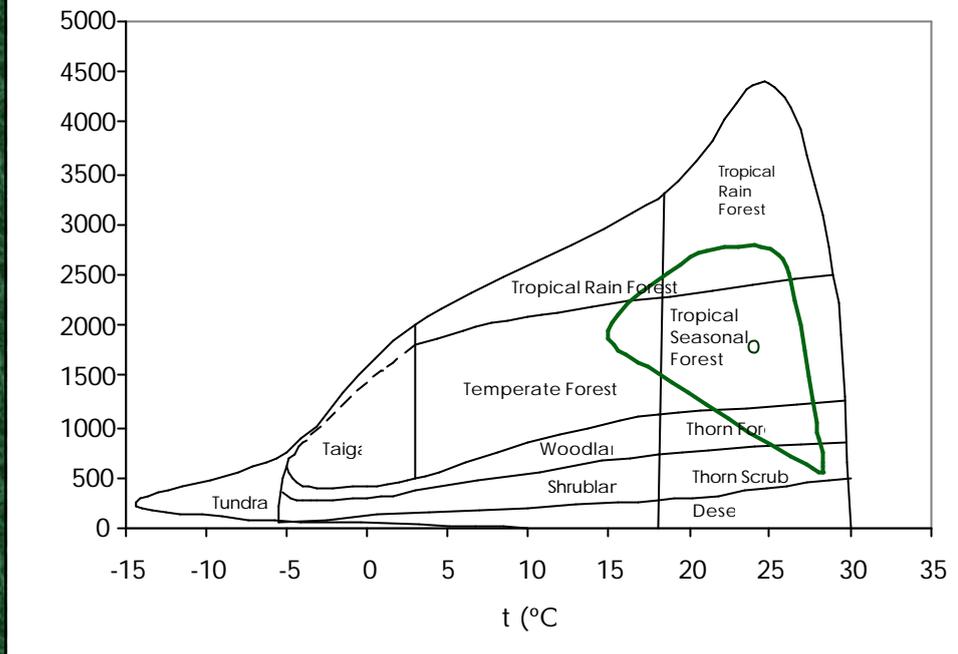
componentes da floresta de chuva, da floresta das monções e ainda da floresta secundária, distribuídas independentemente das zonas climáticas a que pertencem.”







Os ecossistemas florestais em T
(adaptado de Whittaker, 1^a)





podocarpus, casuarina, palaquium, eucalyptus



Eucalyptus urophylla, palavão preto



Rhizophora conjugata, *sonneratia alba*, *avicennia marina*



Tamarindus indica, *aleurites molucana*, *cocus nucifera*



Urophylla e alba



Tectona grandis, filomar sul

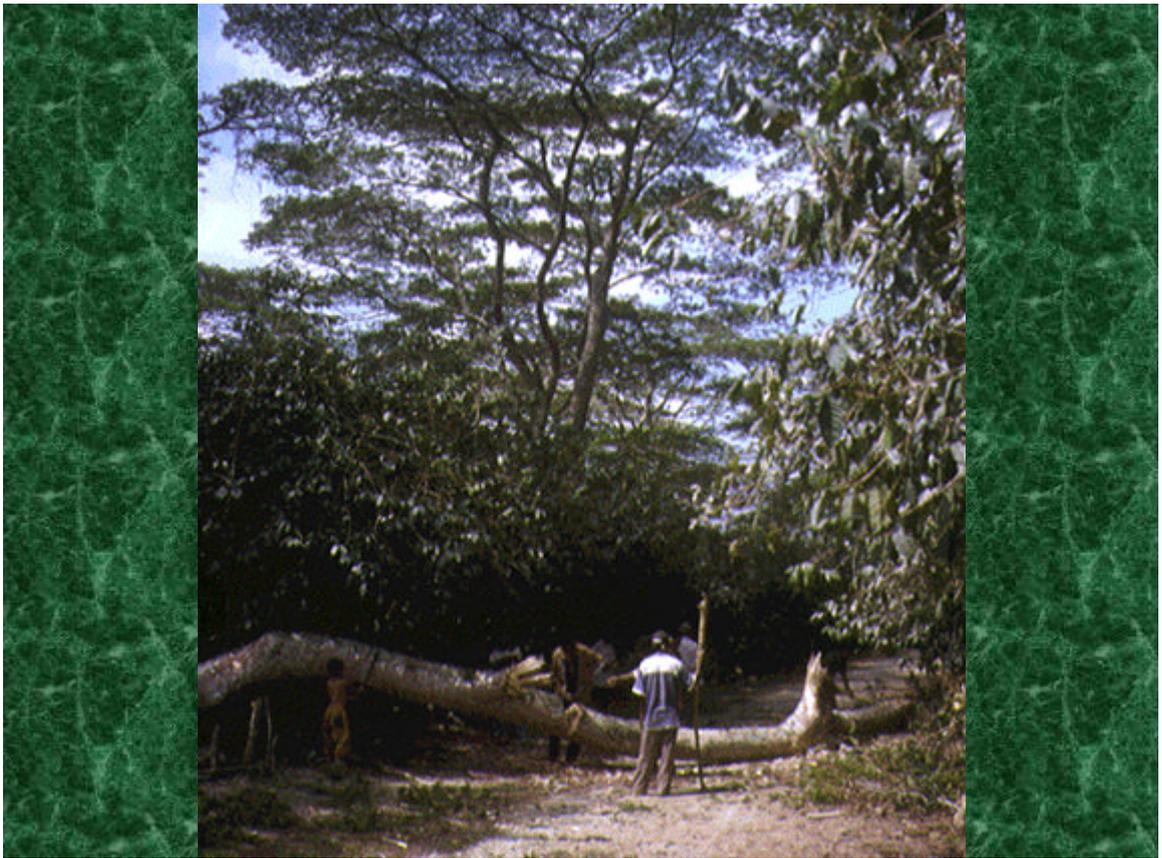


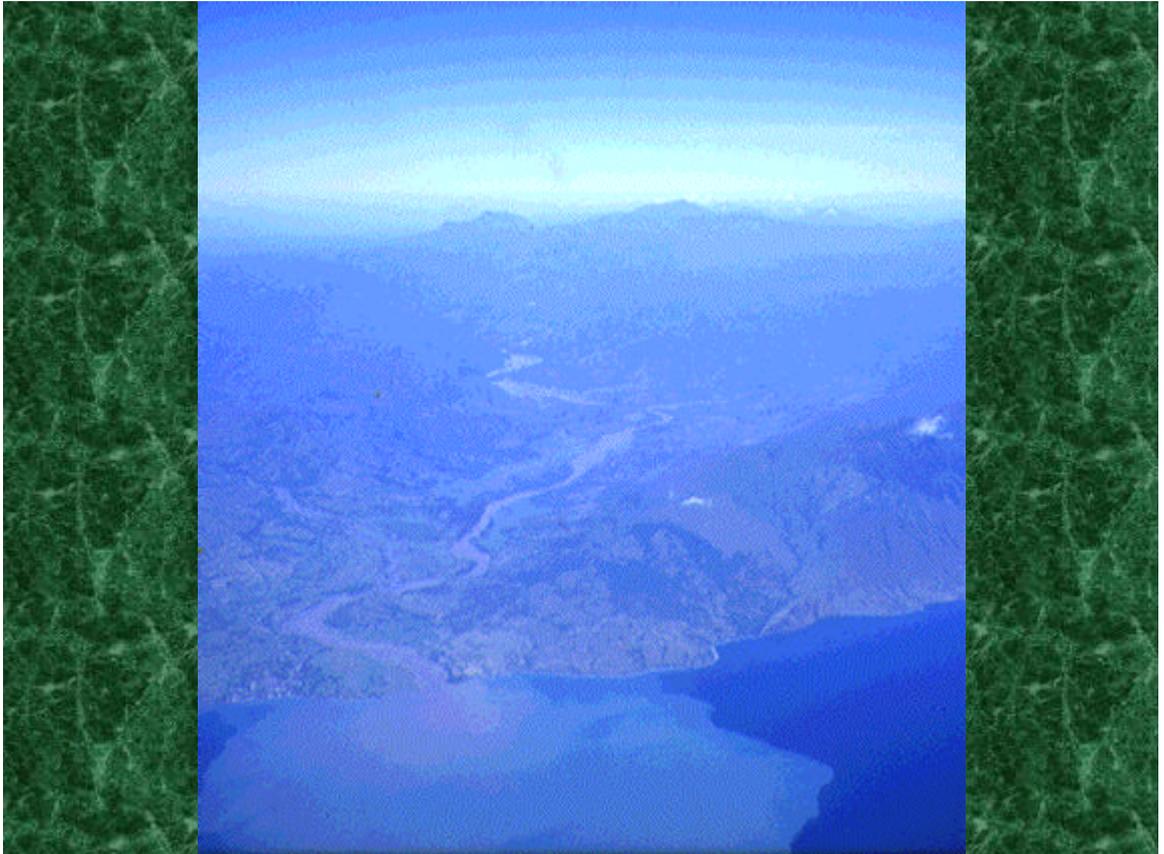
dalbergia sissoo (rosa), *swietenia macrophylla* (mogno), *santalum album*

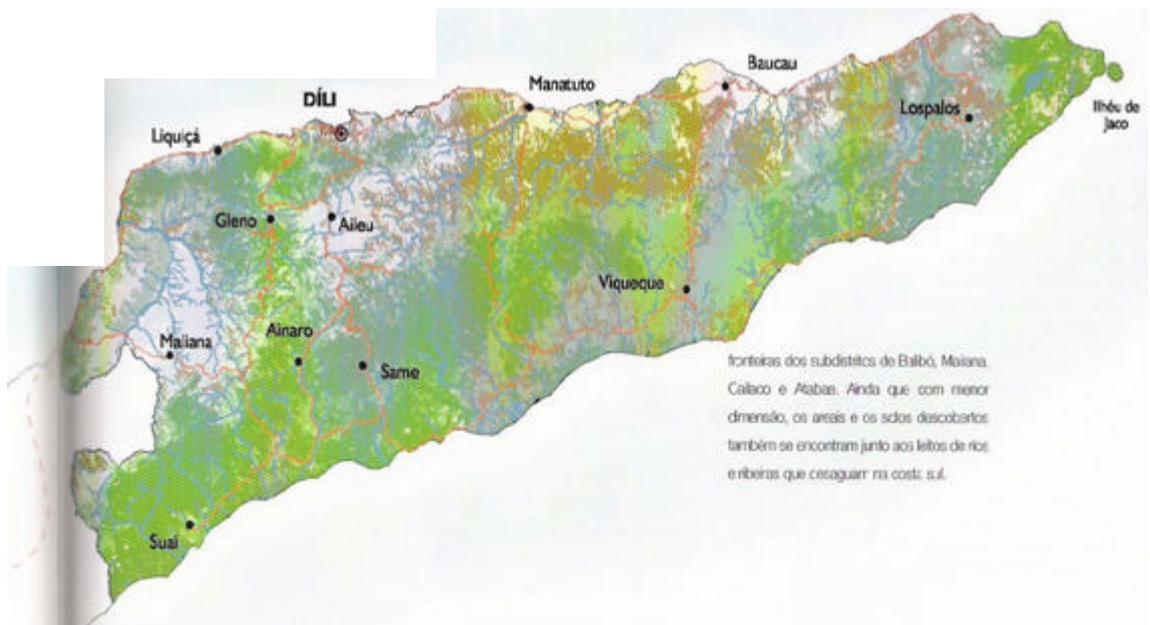










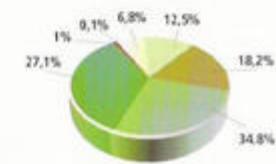


fronteiras dos subdistritos de Balbó, Maliana, Calico e Atabas. Ainda que com menor dimensão, os áreas e os solos descobertos também se encontram junto aos leitos de rios e bairros que desaguar na costa sul.

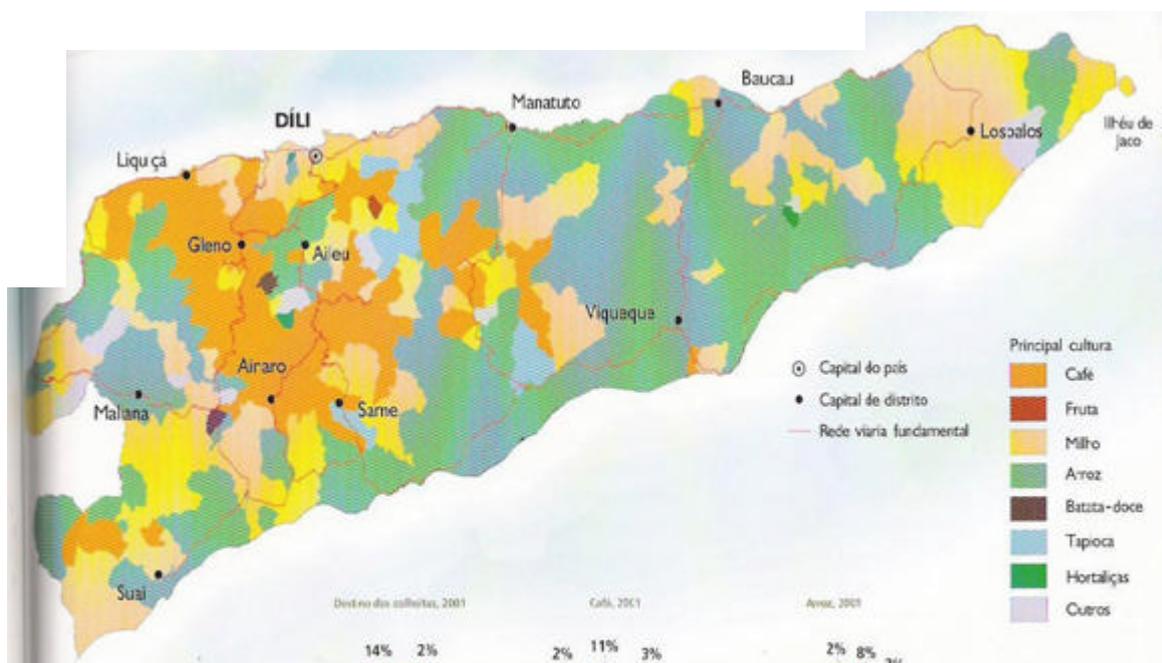
- ⊙ Capital do país
- Capital de distrito
- Rede viária fundamental
- Rede hidrográfica

- Uso predominante do solo
- Área e solo descoberto
 - Mato
 - Agricultura
 - Agro-florestal
 - Floresta
 - Espaço urbano
 - Sem informação

Uso predominante do solo em Timor Leste



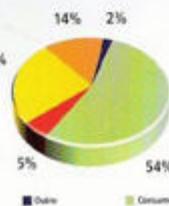
Fonte: Estatísticas agrícolas a corte de Inverno 2004/7 de Setembro de 1999 a 14.8.2004 no 2.000



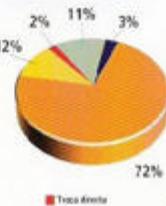
- ⊙ Capital do país
- Capital de distrito
- Rede viária fundamental

- Principal cultura
- Café
 - Fruta
 - Milho
 - Arroz
 - Batata-doce
 - Tapioca
 - Hortaliças
 - Curoos

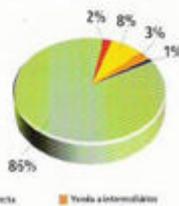
Diversão dos colheitas, 2001



Café, 2001

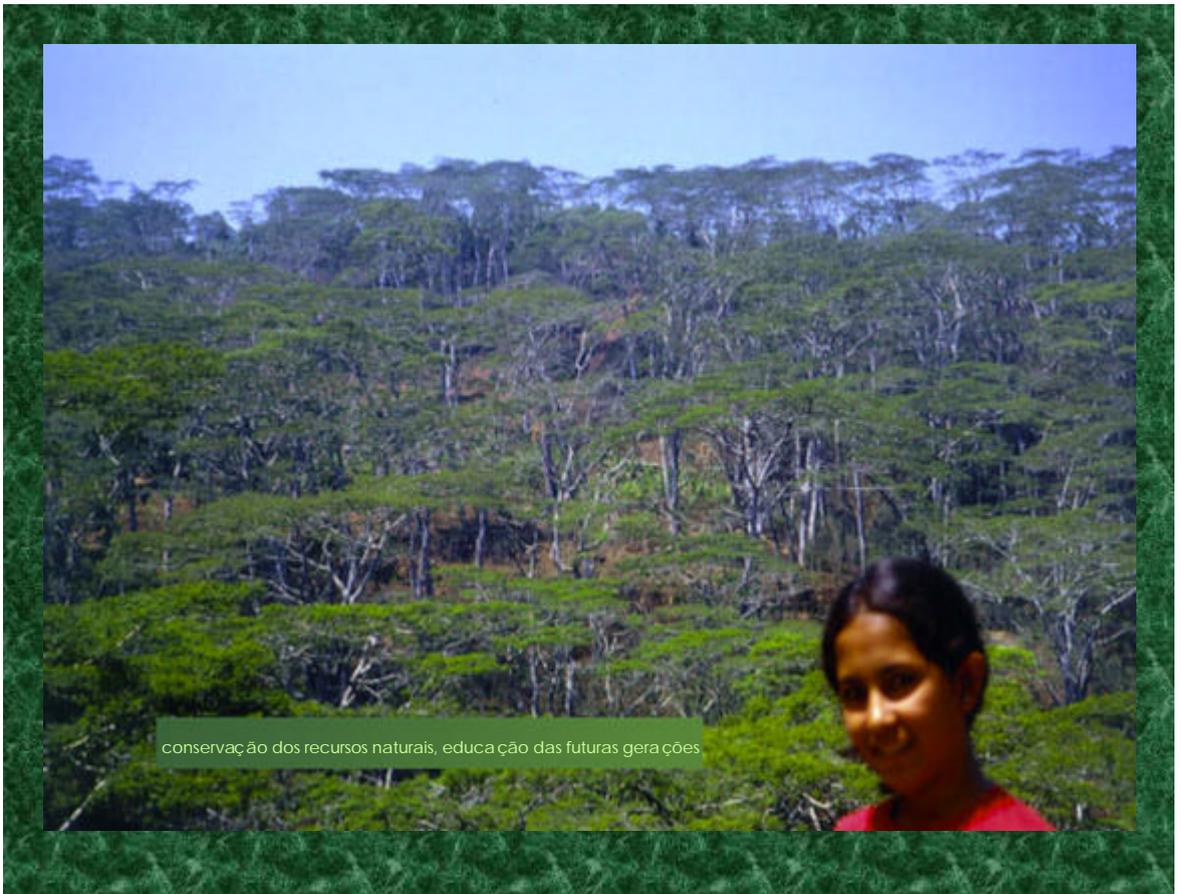


Arroz, 2001



Fonte: ETTD, 2001





Quando a influência do Homem “se manifesta de modo contínuo e persistente através das queimadas, do pastoreio, da penetração agrícola e da derrubada, a floresta primária cede passo a outro tipo de vegetação denominado floresta secundária, constituída, em geral, por géneros e espécies diferentes.”

“A floresta secundária encontra-se distribuída por extensas regiões. A ela se pode aplicar com propriedade o denominativo inglês de jungle, por ser composta por uma grande quantidade de árvores de pequeno porte, arbustos e trepadeiras.”

“Nas clareiras abertas recentemente no manto florestal primário, começa por aparecer certo número de espécies pertencentes aos géneros *Trema*, *Macaranga*, *Mallotus*, *Homalanthus*. Nas áreas de rejuvenescimento mais adiantado, encontram-se representantes de outros géneros, como, por exemplo, *Litsea*, *Premna*, *Vitex*, *Cordia*, *Pterospermum*, *Kleinhovia*, *Melochia*, *Sterculia*. *Aleurites moluccana* é muito frequente e por vezes dominante em pequenos bosques, assim como *Jatropha curcas*, espécie exótica que se encontra habitualmente em terrenos que foram cultivados.”

“A transição para a savana, faz-se progressivamente e adquire aspectos muito variados. Onde os incêndios se manifestaram de forma contínua e persistente, encontra-se a savana-prado, composta por extenso revestimento de *Imperata cylindrica*, *Saccharum spontaneum*, *Themeda quadrivalvis* e outras gramíneas. As árvores dominantes da savana são, nos terrenos do litoral, *Borassus flabellifer*, *Eucalyptus alba*, *Zizyphus mauritania* e *Dichrostachys cinerea*, aparecendo *Acacia leucophloea* nos terrenos mais elevados de constituição calcária.”

“Distingue-se também um outro tipo de savana composta por *Opuntia* sp., *Euphorbia* sp. e *Aloes* sp., que refere a vegetação a um clima muito seco e, correlativamente, a uma formação lotorísica.”

4. Documentos consultados

Altavista Company 2001. Timor-leste.

Cinatti, R. 1950. Reconhecimento Preliminar das Formações Florestais no Timor Português. JIC. Lisboa. 80 p.

Jacobs, M. 1988. *The Tropical Rain Forest. A first encounter.* Springer-Verlag. Berlin. 295 p.

Thomas, L. F. 1994. *De Ceuta a Timor.* Difel. Lisboa. 778 p.



11. JOSÉ CARLOS GUERREIRO ADÃO,

Parlamento Nacional de Timor-Leste,
Assembleia da República / Instituto Camões

BIODADOS

José Carlos Guerreiro Adão, 25 anos, natural de Almodôvar, licenciado em Ensino de Português e Inglês pela Universidade de Évora, mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, foi professor do ensino secundário em Alcácer do Sal e Estremoz. Neste momento exerce funções de formador de Língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor, pelo segundo ano, através da Assembleia da República em protocolo com o Instituto Camões.

Apresentou comunicações em congressos na Universidade de Navarra, em Pamplona, subordinadas aos estudos literários e culturais, na Universidade de Évora e na Universidade do Porto, também relacionadas com estudos literários e políticos.

SINOPSE

Esta comunicação pretende abordar com profundidade o projecto de desenvolvimento da Língua Portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste. O traçado do percurso do ensino no Parlamento Nacional. Uma nova etapa foi iniciada no ano académico transacto com a presença a tempo inteiro de um formador da Assembleia da República/Instituto Camões. Deste modo, desenvolveu-se uma nova forma de encarar o ensino da Língua Portuguesa neste órgão de soberania de Timor-Leste. Serão abordados os métodos utilizados no ensino e desenvolvimento da língua, o apoio dado a todo o Parlamento no contexto parlamentar e extra lectivo.

Na abordagem a todas as outras funções que cabem ao Formador, far-se-á a avaliação dos aspectos positivos e negativos deste primeiro ano do projecto, dos aspectos que necessitam ser melhorados e aqueles que devem ser continuados.

“O ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE.”

A força de uma pessoa reside na sua inteligência e na sua língua.

Provérbio árabe

O Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) é uma das mais importantes instituições desta nova nação que é Timor-Leste. Sendo a Língua Portuguesa uma das duas línguas oficiais do território, torna-se essencial que exista, por parte dos intervenientes no campo parlamentar um adequado domínio da língua. Para isso, torna-se essencial também que o ensino seja focalizado no sentido de possibilitar uma aprendizagem dos conhecimentos linguísticos básicos, mas simultaneamente de competências específicas do seu campo de trabalho.

Este projecto de ensino e desenvolvimento da Língua Portuguesa junto do Parlamento Nacional torna-se, então, muito importante para assegurar uma relação cada vez mais profunda e um intenso contacto com a Língua Portuguesa. Em termos históricos, o ensino de Português no Parlamento iniciou-se em 2001, com aulas leccionadas em parceria pelo Instituto Camões e pela Fundação das Universidade Portuguesas. Os cursos realizavam-se, tal como agora, no edifício do Parlamento Nacional e tiveram bom acolhimento pelos Deputados e pelos Funcionários deste Parlamento. Coube, nos anos seguintes ao Ministério da Educação, através da Embaixada de Portugal, proceder ao ensino de Português, em moldes semelhantes aos anteriores.

Todavia, através da assinatura de um protocolo de cooperação entre a Assembleia da República e o Instituto Camões em quatro de Fevereiro de 2004, o projecto, método e forma de ensino foram alterados de modo a poder ir de encontro às necessidades dos membros do Parlamento. Este novo projecto pretende continuar o trabalho de ensino de Língua, colmatar e desenvolver alguns aspectos que não tinham até esse momento sido contemplados.

Assim, no novo projecto, o formador designado não se limita a leccionar as aulas em hora marcada para o efeito mas está presente nas instalações do Parlamento Nacional de Timor-Leste a tempo

inteiro, constantemente atento aos trabalhos quotidianos e consciente para o facto de que acompanha adultos e que é necessária uma atenção diferente daquela prestada a crianças e jovens. Por outro lado, torna-se também imprescindível por parte deste, a consciência de que o trabalho é realizado com pessoas detentoras de diversos graus de formação.

Ao mesmo tempo que há formandos com formação superior, outros há que são elementarmente alfabetizados, o que dificulta a escolha de metodologias e estratégias de ensino adequadas. Por isso é muito benéfica a presença permanente de um formador sensível a estes factos. Pequenos elementos subjectivos de alguém que esteja atento, podem fazer a diferença no quotidiano e na relação de aprendizagem, em contextos tão específicos como este. A proximidade que se consegue com os membros do Parlamento e com os funcionários e técnicos é muito superior àquela que se conseguiria numa relação estritamente formador/formando e que permite um maior sucesso na aprendizagem de Língua Portuguesa.

Concomitantemente permite também que os técnicos, funcionários ou Deputados possam, no momento em que encaram dúvidas ao nível da língua, resolvê-los cabalmente e evitar que se prolongue a ocorrência do erro.

O trabalho deste formador é, portanto, leccionar cursos de Língua Portuguesa, de vários níveis⁵³ e com conteúdos muito direccionados para os diferentes públicos a quem tem que leccionar. Para além das aulas, o trabalho de desenvolver, em contexto laboral, as capacidades de comunicação é também uma importante faceta do ensino e desenvolvimento da Língua Portuguesa.

Há igualmente um envolvimento grande em rever textos relacionados com o quotidiano parlamentar. Promove também, o contacto informal com todos os membros do Parlamento, o que é uma enorme mais valia para a aprendizagem de Português que tem resultados práticos, sem querer exagerar, por vezes mais visíveis do que o próprio ensino tradicional em sala de aula, que termina no momento em que os alunos abandonam a sala de aula.

Quanto às aulas, na sua planificação e execução, há determinados factores que foram e, creio, devem ser tidos em conta para esta situação específica. Os conteúdos devem ser simultaneamente atraentes e úteis para os formandos, cumprindo os seus objectivos. No ano de 2004/2005, os cursos leccionados forma cursos de nível inicial e intermédio. Sobre o primeiro, há a sublinhar que se destinou a funcionários e deputados cujo domínio da Língua Portuguesa fosse muito reduzido ou mesmo nulo. Nele foram transmitidos conteúdos básicos e estruturas essenciais para a comunicação diária e os pilares para um futuro aprofundamento das capacidades linguísticas dos falantes. No entanto, sempre que possível, houve recurso a situações muito próximas da realidade conhecida e que pudessem ser úteis para além das fronteiras da sala de aula.

Este curso foi frequentado por duas turmas de funcionários e uma turma de deputados. Quanto às turmas de funcionários, precisamente no seguimento daquilo que evidenciámos, o programa sofreu algumas adaptações para que pudesse responder às necessidades dos alunos. Na primeira das turmas⁵⁴, os formandos, pelas suas características necessitam utilizar, com uma prevalência muito superior, a oralidade. Foram, por esse motivo, privilegiados conteúdos dos domínios de falar e ouvir, sem que tivessem sido negligenciados os domínios ler e escrever. Porém, os falantes utilizam muito mais a Língua Portuguesa para falar e para ouvir, e aí foram depositadas as atenções, através de exercícios práticos e simulações de situações reais.

No caso da segunda turma de funcionários⁵⁵, dado que estes desempenham funções de Secretariado e de apoio ao Plenário e Comissões, privilegiavam-se os domínios de ler e escrever, sem esquecer obviamente os de falar e ouvir, com o objectivo de desenvolver as capacidades de comunicação escrita, absolutamente essencial para os funcionários que referimos.

Na comunicação interna e externa do PNTL torna-se imprescindível um conhecimento da Língua Portuguesa que facilite e viabilize essa comunicação. Refira-se a este propósito que praticamente todas estas comunicações são feitas em português e não em tétum. No curso inicial foram então transmitidos alguns conteúdos que permitem agora, nos cursos seguintes, aprofundar e aperfeiçoar a Língua enquanto falada e escrita.

Na terceira turma que referimos⁵⁶, a turma de Deputados, o nível foi igualmente o inicial e o método utilizado não divergiu substancialmente daquele empregue nas duas primeiras turmas. No entanto, os materiais didácticos que foram seleccionados aproximaram-se mais da realidade do

⁵³ De acordo com as características dos alunos e com o nível de aprendizagem em que se encontram.

⁵⁴ Turma onde nove elementos realizaram prova escrita.

⁵⁵ Turma onde cinco elementos realizaram a prova escrita.

⁵⁶ Desta turma fizeram parte oito Deputados, dos quais seis receberam certificado de aproveitamento no final do curso inicial. Dois deles não receberam devido ao facto de os seus compromissos políticos não lhes permitirem frequentar um número de aulas razoável para poderem realizar o exame.

quotidiano parlamentar ao nível de simulações de debates, artigos jornalísticos e de opinião com uma linguagem ainda bastante acessível a estes alunos⁵⁷.

As aulas foram intercaladas durante a semana e foram marcadas principalmente de tarde, de modo a não prejudicar os trabalhos parlamentares e possibilitar aos alunos a frequência das aulas. Na duração das aulas foram igualmente tidas em atenção as características dos alunos e preferimos leccionar aulas de duração mais reduzida, mas onde fossem transmitidos os conteúdos essenciais e onde houvesse lugar à prática desses conteúdos, estimulando o uso recorrente à língua portuguesa para comunicação no quotidiano.

Sobre os materiais utilizados, estes foram numa fase inicial muito básicos e procuraram desenvolver os conhecimentos que pudessem apoiar outros conhecimentos futuros. Numa parte final do curso inicial, os materiais evoluíram para outros mais específicos e que não se dedicavam já só a situações iniciais de língua, mas incidiam mais em conteúdos relacionados adequados e que captassem a atenção dos formandos para a língua, eliminando barreiras no ensino do Português. Os materiais devem ser, ao mesmo tempo, concisos e atraentes, acessíveis e com um grau de dificuldade superior aos conhecimentos destes alunos. Só assim se conseguirão os melhores resultados neste contexto.

Ao curso inicial que terminou em Março, seguiu-se um curso intermédio e, para outros membros do Parlamento que não tinham frequentado o curso inicial, foi elaborado mais um curso para que pudessem acompanhar as aulas de Língua Portuguesa. No que respeita a este curso intermédio, as aulas foram idealizadas e planificadas de acordo com a metodologia utilizada no curso anterior, mas compostas de uma aplicação à prática e ao quotidiano.

Foram bastante frequentes os exercícios onde era pedida a elaboração de cartas e documentos úteis ao quotidiano para conseguir precisamente criar interesse no ensino da língua e encontrar as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Materiais audiovisuais e materiais autênticos relacionados com a linguagem parlamentar foram predominantemente utilizados, possibilitando um maior paralelo com a realidade do ensino de Língua.

O número de turmas foi superior ao anterior e conduziu à voluntariedade de outros elementos para aprender português. Funcionaram, durante quatro meses, os cursos intermédios e, em simultâneo, os cursos iniciais orientados para as diferentes funções desempenhadas no Parlamento Nacional. Observando os resultados obtidos, estes foram bastante positivos e deverão ser continuados no próximo ano, progredindo sempre para graus de maior dificuldade procurando eliminar os obstáculos e aperfeiçoando aqueles que já estão ultrapassados.

Sobre a avaliação aplicada aos formandos no PNTL, realizada principalmente para verificar os progressos e não apenas para atribuir uma classificação, o método adoptado foi o de uma avaliação contínua, culminando num exame escrito para todas as turmas e com um segundo elemento para as turmas de Deputados consistindo na apresentação oral e escrita de um discurso sobre um tema escolhido pelos alunos. Este elemento foi primeiro realizado no curso inicial e, avaliando os progressos neste segundo curso, um discurso sobre os mesmos temas foi pedido a cada um dos alunos. Os resultados são de acentuar quer quantitativamente quer qualitativamente.

É evidente também uma maior predisposição para falar português e conhecer a língua portuguesa nas suas mais variadas vertentes por parte de todos.

Abordada que está a área de ensino formal, vejamos agora a parte não-formal de ensino, ou seja, o apoio quotidiano aos formados no seu local de trabalho. Existindo um formador próximo dos diferentes Serviços de Apoio ao Parlamento, os funcionários não hesitam, neste momento em abordá-lo e questioná-lo sobre dúvidas que surjam e sobre outros aspectos da Língua Portuguesa. O formador deverá ter aqui a função aqui de esclarecer as dúvidas, explicando de forma didáctica os motivos pelos quais tal dúvida/problema se comporta assim em português.

Deverá igualmente aproveitar para abordar outros aspectos que se possam relacionar com este e informar os interessados sobre estes. Deverá procurar comunicar com os funcionários, técnicos e Deputados, mesmo que não seja requerido, e informalmente interagir com eles para poderem praticar a língua portuguesa, a qual muito provavelmente não utilizarão em casa nem em outras situações que não seja aquela do seu trabalho.

Pelo que dissemos torna-se fundamental, a nosso ver, que durante o dia sejam várias vezes abordados no sentido de comunicar, interagir, perguntar e responder em português. Sem esta presença diária, não cremos serem pouco mais de duas horas de aprendizagem que farão a diferença no sucesso de Língua Portuguesa, embora reconheçamos a importância das mesmas para o desenvolvimento das capacidades relacionadas com a aprendizagem desta língua.

⁵⁷ Cujo grau de dificuldade foi sendo progressivamente aumentado.

Reconhecemos igualmente que sem estas horas o ensino da língua estaria comprometido. Mas o português tem que fazer parte do seu dia-a-dia e acompanhá-los constantemente. Se houver alguém que estimule e encoraje a prática, tudo ficará mais facilitado e tornar-se-á natural. Em simultâneo, é função do formador apoiar a redacção e se necessário redigir documentos de comunicação interna e externa que lhe sejam requeridos por qualquer elemento ligado ao Parlamento Nacional. Há sempre o cuidado em apresentar os modelos e normas que são utilizados para a redacção de tais documentos, tal como foram designados em 2001⁵⁸. O formador procede também à revisão de diversos textos do quotidiano parlamentar e todas as necessidades que sejam requeridas pelo Presidente do Parlamento Nacional ou pelo seu Director.

Igualmente a presença constante de jornais portugueses no Parlamento será um estímulo à leitura e compreensão em Português, sobre notícias das mais variadas áreas de interesse, desde o desporto até às notícias internacionais e de economia. Neste momento estão semanalmente disponíveis os jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, cedidos pelo Centro de Língua Portuguesa.

Em suma, neste momento o trabalho de formação e ensino e desenvolvimento de língua no Parlamento é um trabalho encarado de forma global que tem que ser estimulado diariamente e que tem que ser entendido em todas as suas vertentes. Seria um erro tremendo insistir apenas num dos seus pontos, esquecendo que as capacidades linguísticas, principalmente de adultos não se resolvem com horas lectivas acumuladas. A aposta deverá continuar, concluímos, neste molde e deverá concentrar-se em transmitir, além do resto, instrumentos úteis para o quotidiano parlamentar.

Independentemente do formador ou do professor que leccionar as aulas e prestar o apoio, será este o caminho, ou mesmo outro de inspiração semelhante a seguir para conseguir um desenvolvimento cada vez mais profundo do português no Parlamento. Será sempre uma árdua tarefa com a responsabilidade de conseguir um fluente domínio do português e pela importância que o mesmo possui nesta instituição.

12. LINO MOREIRA,

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA
UNIVERSIDADE DO MINHO, Braga, Portugal

BIODADOS

Lino Moreira da Silva é professor na UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

SINOPSE

Desde o fim da ocupação Indonésia, em Timor-Leste, para o que Portugal contribuiu com meios humanos e diplomáticos de grande persistência (e, em muitos aspectos, de exemplaridade até), e sobretudo desde a independência desse território que foi português, que a cooperação de Portugal com o novo país se instituiu e tem vindo a intensificar.

Há diversos meios no terreno, a intervir em âmbitos diversificados, que importa apreciar e procurar compreender, na sua globalidade e especificidade, comparando a proporcionalidade da sua aplicação com os resultados obtidos, focalizando a sua eficácia.

O autor da presente comunicação, partindo de referências que possui, de experiências que colheu no terreno e de conhecimentos relacionados com projectos em que se encontra envolvido, vai referir-se às seguintes realidades sobre a Língua Portuguesa em Timor Lorosa'e: o passado e o presente da Língua Portuguesa; a escolha do Português como língua oficial; o futuro previsível para a Língua Portuguesa.

⁵⁸ Tanto no quotidiano, como nas aulas, foram transmitidos aos alunos para os quais era relevante, as normas e modelos dos mais diversos documentos (requerimentos, memorandos, contratos, actas, entre outros). Estas normas referidas foram elaboradas pelos técnicos da Assembleia da República.

PRESENTE E O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR

LOROSA'E – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO

Não considero que esteja cabalmente explicada a razão pela qual, entre Portugal e Timor-Leste, se estabeleceu uma interacção tão forte como aquela a que se tem assistido, já desde 1992 (por ocasião do massacre de Santa Cruz), mas principalmente a partir de 1999. Se antes disso já se fazia notar um sentimento de consideração profundo pelo povo timorense, tal sentimento foi crescendo e, de tal maneira, que, sobretudo após esta última data, não houve, praticamente, em Portugal, um único cidadão ou um só meio de comunicação social (da imprensa, da rádio ou da televisão) que se mantivessem indiferentes face à triste realidade vivida em Timor-Leste.

Os milhares de quilómetros que separam Portugal de Timor-Leste não foram suficientes para que Portugal se esquecesse da sua antiga colónia, e por parte dos portugueses ela não foi, quando mais precisava, abandonada à sua sorte. Pelo contrário, e muito mais do que qualquer outro seu ex-território ultramarino, Timor-Leste recebeu dos portugueses apoios que nunca antes haviam sido produzidos.

Como estaremos certamente todos recordados, em Agosto desse ano de 1999 os indonésios (ou quem eles mandataram para isso), num gesto de retaliação, inqualificável e inadmissível, por verem os timorenses reagir, corajosamente, contra a sua ocupação, incendiaram quase todos os espaços edificadas da capital timorense, e até de fora dela (por exemplo, em Baucau), e atacaram e mataram um grande número de timorenses, calculando-se esse número em mais de mil. Tudo isto porque o povo de Timor-Leste, chamado a eleições, acorreu em massa às urnas, do que resultou que, dos 97% dos timorenses votantes, 78,5% se pronunciaram a favor da independência, dando desse modo uma grande lição ao mundo que durante 24 anos os tinha ignorado.

A distância, a emoção causada pelo deflagrar da guerra, a dor e o sofrimento provocados nos timorenses pela invasão indonésia, as atrocidades cometidas contra inocentes, as imagens difundidas pelas televisões mostrando os timorenses a morrer rezando em Português... justificam muito, mas não justificam tudo. As outras colónias portuguesas, em África, passaram por realidades semelhantes e, embora tenham tocado a sensibilidade dos portugueses, tal não aconteceu de modo tão intenso como com Timor-Leste.

Mas se houve, para isso, porque assim foi, uma manifestação de grande altruísmo por parte da alma portuguesa, que mostrou assim ser capaz de se envolver em grandes causas, houve, no meu entender, uma outra razão de fundo que ajudou a que se desencadeasse essa onda de solidariedade portuguesa – muito mais, e sobretudo muito antes, que qualquer outra solidariedade internacional se fizesse sentir.

Na leitura que faço, e apesar da grandiosidade dos objectivos propostos, os portugueses não ficaram agradados com o modo como a descolonização das suas colónias se processou. Se atendermos às consequências dela, nem poderia ter sido de outro modo. Sem querer abrir, aqui, quaisquer polémicas em torno desta matéria (sobre que a história muito terá ainda que investigar e esclarecer), há três pontos que não podem ser contraditados: as boas intenções e o desejo de respeitar e corresponder às decisões da ONU, por parte dos governos portugueses de após 25 de Abril, que herdaram uma situação colonial insustentável; a falta de visão política que existiu, antes do 25 de Abril (que deu motivo, em boa parte, ao movimento revolucionário operado), em matéria de autodeterminação das colónias; as pressões de diversa proveniência, que se instituíram, depois de Abril; a falta de clarividência suficiente para se resolverem as questões coloniais em ambiente de mais serenidade e ponderação, sopesando-se todas as consequências.

Sem querer aqui clarear razões, o certo é que os territórios bruscamente desligados de Portugal, se antes não viviam um período bom, porque havia guerra em quase todos eles, entraram num período de convulsões profundas e envolveram-se quase todos em deploráveis guerras civis.

A realidade é que, hoje, no rânquim dos países mais necessitados e desfavorecidos do mundo estão, infelizmente, integrados quase todos os países descolonizados por Portugal - situação que nos deve fazer pensar e, muito mais que pôr-nos a procurar culpados, estimular-nos a agir, ajudando a encontrar soluções para essa realidade.

Ora, desde o fim da ocupação indonésia que Portugal tem contribuído com meios humanos e materiais muito consideráveis, tendo em conta a sua dimensão, para o desenvolvimento de Timor-Leste, que tem sido olhado pelos portugueses como uma "causa nacional".

Vítima inocente às mãos da Indonésia, Timor-Leste foi sentido pelos portugueses como uma oportunidade de procurarem, não desfazer, porque tal não era possível, mas de algum modo compensar os insucessos resultantes dos erros antigos e da descolonização em geral (J. C. Chrystello, 2000). Eles viram em Timor-Leste, o último território (que era, de facto, em termos de direito internacional) a descolonizar, uma oportunidade de reencontro com a descolonização que gostavam de ter feito mas não foram capazes ou não puderam fazer.

Num misto de racionalidade e emoção, as lágrimas e as orações dos portugueses foram direccionadas para o ponto mais extremo do sudeste asiático, onde sofriam injustamente os timorenses, lutando pela independência que lhes era negada e a que tinham direito. E, de facto, ninguém bem informado se atreverá a contraditar que, se Timor-Leste é hoje independente, o deve, claro, ao seu próprio povo, à Resistência timorense e a alguns dos seus dirigentes (X. Gusmão, 1994), mas também, em grande medida (os próprios timorenses o reconhecem), à persistente luta travada por Portugal e pelos portugueses.

Mas a independência de Timor-Leste, para lá de todas as visões românticas que pôde acarretar, trouxe consigo dificuldades. Timor-Leste precisa, e muito, de continuar a ser ajudado. A economia timorense não está dinamizada, o desemprego (melhor: a falta de emprego) é elevadíssimo, as más condições de vida são indistigáveis, as tensões internas de desagrado e até de alguma revolta (ainda que contidas) pressentem-se quando se convive com timorenses.

Timor-Leste, embora sendo um país rico (sobretudo pelo petróleo que tem, mas de que não lhe tem sido permitido tirar proveito), sobrevive ironicamente à custa de doadores. O preço dos 24 anos de ocupação indonésia está a ser pago pelos timorenses, na generalidade dos domínios, de forma muito dura. E o que acontece no domínio da língua não é excepção.

2 – DO PASSADO AO PRESENTE DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR LOROSA'E

2.1–

Os portugueses não se empenharam, verdadeiramente, de um modo consciente (pelo menos como fizeram ingleses, franceses, espanhóis) no ensino da sua língua nos territórios que descobriram e/ou ocuparam.

Tudo o que fizeram foi *acontecendo*, mais fruto das circunstâncias e do momento (A. Almeida, 1994), do que resultado de uma política de língua estruturada (que não existiu no passado, e mesmo hoje, ainda que as circunstâncias sejam diferentes, continua a não existir).

Veja-se, por exemplo, o caso de Macau. Contrariamente ao que se passa com o inglês, em Hong-Kong, que em poucas décadas se enraizou e permanece, o Português não é aí falado senão por uma minoria de residentes no território (L. M. da Silva, 2004). Durante séculos de permanência, não se deu o valor necessário à sedimentação da língua, e hoje, apesar do interesse que o governo local declara abertamente ter em que o Português não desapareça (o turismo, a tradução, a diplomacia, as interações com a União Europeia e o mundo que fala Português... são razões estratégicas importantes), a Língua Portuguesa não é, e dificilmente será no futuro, língua de comunicação entre a generalidade dos macaenses.

2.2–

Mesmo assim, sobretudo até ao séc. XVIII, a Língua Portuguesa teve grande projecção no sudeste asiático, sendo língua de comunicação, de cultura, do comércio e da diplomacia nessa região do mundo. Aí se situa Timor-Leste, onde os portugueses chegaram entre 1512 e 1520 (L. F. Thomás, 2001), com o objectivo de recolher o sândalo e outras mercadorias (como o mel e a cera).

A história da Língua Portuguesa em Timor-Leste começou a fazer-se, desde então, andando ligada, por vias que nunca deixaram de ser esforçadas (R. M. Loureiro, 2001, p.96), muito de perto com a evangelização (L. F. Thomás, 1998, p.638).

Juntamente com os colonos, os missionários entraram em Timor-Leste e tal como eles relacionaram-se com os chefes locais, criando laços afectivos e contribuindo para o enraizamento da Língua Portuguesa ensinando-a aos seus filhos.

É assim que o Português, em Timor-Leste, anda ligado, desde o início da ocupação, à Igreja, que, muito antes de o estado o fazer, abriu escolas e deteve a responsabilidade do ensino (L. F. Thomás, 1998, p.643), além de proceder à alfabetização e à escolarização, a pesquisas e ao inter-relacionamento de línguas locais, traduções do catecismo, publicação de documentos, concepção de materiais didáticos, elaboração de dicionários, vocabulários, gramáticas, sobretudo em Tétum e em Português.

Em 1562, deu-se a primeira concentração de dominicanos em Solor, e em 1590 é baptizado o primeiro chefe timorense, com o nome de Lourenço.

Tratou-se de uma opção estratégica, por parte dos portugueses, que, com poucos recursos, respeitando os usos e costumes dos naturais, estabeleceram laços com a população e instituíram, com o Português, uma base comunicativa com o território de muitas línguas que era (e na realidade não deixou de ser) Timor-Leste.

Na passagem do séc. XVI para o séc. XVII, a Holanda e a Inglaterra, grandes potências militares e marítimas, voltaram-se para as índias orientais em busca sobretudo da madeira de sândalo. Os portugueses (luso-asiáticos) estavam estabelecidos em Malaca e tinham fortalezas em Tidore, Amboíno e Solor. Mas devido às pressões que suportaram, foram fixar-se na ilha das Flores (nomeadamente em Larantuca) e em pontos de Timor-Leste, procurando resistir diversificando as rotas e os espaços de comércio.

Nos anos 30 do séc. XVII, a presença portuguesa em Timor-Leste começou a crescer, tornando-se a ilha de Timor espaço de interações, nem sempre pacíficas, entre portugueses (R. M. Loureiro, 2001, p.103).

Com a Restauração de 1640, com o fim da União Ibérica, os portos filipinos e japoneses fecharam-se às embarcações portuguesas. Os holandeses conseguiram conquistar Malaca, em 1641, levando as comunidades luso-asiáticas a reagir, transferindo-se os mercadores que aí viviam para Macassar e para a ilha de Timor.

O primeiro governador da parte oriental desta ilha, António Coelho Guerreiro, chegou em 1702, com o título de Governador e Capitão Geral das Ilhas de Timor e Solor.

Com a maior visibilidade dada ao território, o ensino do Português, fortemente marcado pela Igreja, intensificou-se. Mas após a extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, a instrução e o uso do Português reduziram-se em Timor-Leste, desaparecendo os seminários e os conventos religiosos. Todavia, o Português manteve aí o seu uso corrente.

Sobretudo com a República e os ideais humanistas que a acompanharam e se lhe seguiram, desenvolveu-se o esforço para instituir escolas de Português e em Português, em Timor-Leste.

Em 1915, abre a primeira escola oficial, em Dili, seguindo-se outras por todo o território. O governador Filomeno da Câmara (1910-1917) mandou imprimir livros escolares também em Tétum, embora o ensino tenha continuado a ser em Português.

Em 1938, criou-se em Dili o Liceu oficial, que foi destruído pela ocupação japonesa na 2ª grande guerra, e reconstruído em 1952. A Escola Técnica de Dili aparece em 1965, e por 1972 surgem outras escolas em Bonaro, Maubisse, Baucau, Lospalos, enclave de Oe-cussi.

Nos anos 60 do séc. XX, abriam-se ainda mais escolas no território, dirigidas pelo exército.

Mesmo assim, continuava muito alta a taxa de analfabetismo entre os timorenses, sendo ela, pelo censo de 1970, de 90,8%, em indivíduos com mais de 10 anos, e de 92,8%, em indivíduos acima dos 20. Os indivíduos com a 4ª classe não passavam de 3,3% da população com mais de 10 anos e de 25% nos indivíduos com mais de 30.

Por essa altura, a população a falar Português rondava os 15 a 20% (L. F. Thomás, 1998, p.648). Mas a realidade dava sinais de mudar. Em 1970-1971, frequentavam a escola 28% das crianças em idade escolar, em 1972-1973, 51%, e em 1973-1974, 77% (L. F. Thomás, 1998, p.648), mantendo-se estes níveis até à invasão indonésia, em 1975, a partir da qual o Português foi proibido no território, até 1999, quando os timorenses decidiram instituir o Português como sua língua oficial.

2.3-

Actualmente, é do conhecimento geral que existe alguma contestação ao uso da Língua Portuguesa em Timor-Leste. É o próprio Presidente da República, Xanana Gusmão, quem o reconhece. Segundo ele, as "enormíssimas dificuldades" que estão a ser sentidas pelos timorenses em relação ao Português (jornal *Diário de Notícias*, de 20.04.2004) devem-se ao "desvio" da juventude timorense "do seu destino", em consequência do 25 de Abril, em Portugal, e à ocupação indonésia, por via da qual os timorenses foram "obrigados a viver de outra maneira" (Jornal *Timor-Leste Semanário*, de 24.04.2002).

Também Mari Alkatiri, Primeiro-ministro de Timor-Leste, salientou (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 17.04.2004) que a decisão de fazer o Português língua oficial de Timor-Leste foi tomada com "a consciência clara de que iria levar anos para fazer vingar e generalizar" o seu uso no território.

E como faz notar o ex-embaixador de Portugal em Timor-Leste, Quartim Santos (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 19.06.2004), embora as autoridades timorenses sejam "os melhores aliados na defesa da Língua Portuguesa", em Timor-Leste, "recuperar para a Língua Portuguesa o lugar que teve antes da ocupação indonésia é uma coisa complicada... vai durar muitos anos", dado "o hiato de quase um quarto de século em que foram cortadas todas as ligações com a língua e a cultura portuguesas".

2.4 –

E de facto, quem contacta com a realidade timorense verifica que, em Timor-Leste, se vive uma situação linguística complexa, que poderemos caracterizar deste modo:

a)

Antes de 1975, apesar do pouco dinamismo posto por Portugal no desenvolvimento da sua colónia, uma parte da população timorense falava ou entendia o Português, ainda que muita dela o fizesse de modo incipiente, nos limiares das necessidades de comunicação. Na prática, os timorenses falavam a sua *língua materna* (um dos muitos dialectos timorenses) e uma parte deles falava ainda o Tétum (língua materna de uma parte deles) e o Português.

Até à invasão indonésia, em 1975, o Português foi sendo ensinado nas escolas. A partir de então, o seu ensino foi proibido pelos indonésios, que impuseram "a tiro" (R. Forganés, 2002, p.435) a sua língua (o bahasa), recorrendo a um ensino de "baixíssimo nível". Os alunos eram levados a "repetir lições e a decorar, sem espírito criativo", os professores indonésios agrediam-nos, na sala de aula, "com varinha, com tapas e socos na cabeça, beliscavam nas pernas e nos braços, batiam na cabeça das crianças que não faziam os trabalhos para casa, ou que se comportavam mal" (R. Forganés, 2002, p.402). Os professores de Português de então foram abandonados, ou morreram ou desapareceram (diga-se cruamente: foram mortos) depois da invasão indonésia (R. Forganés, 2002, p.403).

Em todo o território, só no Externato de São José, orientado pelo vimaranense Padre João Felgueiras, foi tolerado o ensino em Português e da Língua Portuguesa. Mas o Externato foi encerrado, em 1992, por ocasião do massacre Santa Cruz, quando os indonésios verificaram que aí radicava um núcleo fundamental da ânsia timorense pela liberdade.

b)

Uma circunstância deverá ser referida, a propósito da *língua materna* dos timorenses. Uma parte da população tinha, e tem, como língua materna o Tétum. Todavia, é preciso dizer-se que em Timor-Leste coexiste um número muito elevado de línguas e dialectos. Chega-se a falar em 35 (R. Forganés, 2002, p.433). Eles são língua materna de muitos timorenses.

O linguista australiano Geoffrey Hull, com a autoridade que lhe é reconhecida, fala em 18 línguas nacionais, em Timor-Leste, línguas "não flexionais, aglutinantes, do ponto de vista morfológico bem distantes do Português" (M. J. A. Carvalho, 2001, p.65), que ele classifica, de um modo que diz ser provisório, em "dois grupos definidos" e "algumas outras línguas mais":

Grupo A: na parte ocidental - o Dawan, com o seu dialecto Baiqueno; na parte central - o Tétum, com os seus dialectos Térik, Belu, Bekais, Praça ou Dili, Habu; na parte norte - o Raklungu, o Rasuk, o Raklungy, o Galodi; na parte oriental - o Kairui, o Waimata, o Midiki, e o dialecto Nauete.

Grupo B: na parte ocidental - o Kemas e o seu dialecto Nogo, o Tokodede e o seu dialecto Keta; na parte central - o Nambae, com o seu dialecto Lolein; na parte oriental - o Idaté e o Lakalei.

Línguas extra-grupo: Hull identifica ainda mais cinco línguas (que não constituem grupo, mas partilham das características dos grupos A e B), no território de Timor-Leste - o Bunak, com o seu dialecto Marae, o Makasai, o Makalero, o Fataluku, o Lovaia, com o seu dialecto Maku'a.

c)

Como se verifica, não existe, em Timor-Leste, apenas uma língua materna e não se fala apenas uma variedade de Tétum. Este impôs-se como língua veicular, língua de comércio, língua franca, garantindo uma relativa unificação linguística através do seu dialecto Praça ou Dili (M. J. A. Carvalho, 2001, p.68), que é específico de Timor-Leste, desconhecido em qualquer outra região, e figurando, desde o séc. XVI, ao lado do Português como língua de comunicação. Aliás, o Tétum retoma do Português uma parte significativa do seu vocabulário, ficando a dever a ele boa parte da sua sustentabilidade (G. Hull, 2001, p.41).

d)

A ocupação indonésia (de 1975 a 1999) obrigou os timorenses a aderirem em massa ao bahasa. O Tétum apenas foi tolerado e o uso do Português fortemente reprimido.

Sendo a taxa de natalidade timorense muito elevada e a população extremamente jovem (cerca de 50% dos timorenses estão abaixo dos 20 anos), compreende-se que, hoje, uma parte significativa (a mais jovem) da população timorense fale e compreenda o bahasa, comunique mal em Tétum (que não é língua materna em todo o território) e reaja ao Português. Foi a consequência dos 24 anos de ocupação indonésia, que se repercutiu sobretudo nos mais novos (a designada *geração timtim* - de Timor Timur, Timor-Leste em bahasa), que são a maior parte da população.

Mesmo assim, o bahasa é impopular junto de boa parte dos timorenses, que manifesta um "sentimento justamente provocado pelo repúdio da língua do ocupante", falando a sua dignidade "mais alto do que qualquer outro interesse" (M. A. Carrascalão, 2004, p.12).

e)

O Português é falado sobretudo pelos timorenses mais velhos (acima dos 30 ou 35 anos). A percentagem global de falantes do Português foi dada, pela Untaet, como sendo de cerca de 11% da população (G. Hull, 2001, p.70), mas a quem conhece o território fica a convicção de que esse número é claramente exagerado. Mesmo muitos dos jovens a frequentarem o ensino secundário e a universidade não falam Português. É com as crianças que a realidade, e ainda assim não em todos os casos, dá mostras de se transformar. Estão em campo a cooperação portuguesa e a brasileira. Mas vai levar tempo para que os esforços desenvolvidos dêem frutos.

Mesmo assim, é preciso ver que a globalidade das disciplinas na escola é leccionada em bahasa, e não em Tétum ou Português, o que ajuda a instalar a complexidade linguística entre os timorenses e mostra indefinições dificilmente explicáveis a nível das decisões políticas.

f)

A situação linguística dos timorenses não se encontra, como se vê, nada facilitada. Eles foram, ao longo dos tempos, e continuam a ser, plurilingues, com grande facilidade de apreensão linguística (A. Castro, 1867, p.328).

E se esta característica atesta em favor dos timorenses, eles não deixam de ser grandemente penalizados por isso, dado que, exprimindo as línguas o que exprimem, em termos de personalidade, identidade e cultura dos povos, é a quadruplicar que o seu esforço, nestas matérias, tem de ser desenvolvido.

Por seu lado, a Constituição da República Timorense, artº 13.º, relativo a línguas oficiais e línguas nacionais, proclama o Tétum e o Português como "línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste". Mas no seu artº. 159.º, relativo a *línguas de trabalho*, enuncia as línguas indonésia e inglesa como aceitáveis para uso na administração pública, a par das línguas oficiais, "enquanto tal se mostrar necessário".

Esta realidade (na prática, o timorense, para ter sucesso em termos de literacia, tem de conhecer pelo menos 4 línguas) tem trazido "dificuldades na difusão e na sedimentação do Português, especialmente, como se nota, quando são organismos do estado que teimam na sua utilização" (M. A. Carrascalão, 2004, p.12).

O Português, apesar de ser língua oficial de Timor-Leste, não deixa de se encontrar, hoje, em luta pela sobrevivência perante as outras línguas de Timor-Leste.

3 - A ESCOLHA DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA OFICIAL DE TIMOR-LESTE

3.1 - Antes de mais, e sobre a escolha do Português como língua oficial de Timor-Leste, é preciso referir dois aspectos:

O primeiro é que, para além de todas as razões, de todos os motivos e justificações, na base de tudo está o facto inquestionável de ter sido Timor-Leste, e ninguém em seu nome, a adoptar a Língua Portuguesa como língua oficial, ao lado do Tétum.

Trata-se de uma escolha livre e determinada por parte dos timorenses, tomada de modo responsável pela "liderança timorense", que se alicerçou na vontade do povo (R. Forganés, 2002, p.208).

O segundo é que o interesse de Portugal nesta decisão existe, de facto. Mas ele não é (não pode ser), como por vezes se assinala, de ordem 'patriótica', que é um sentimento que só faz sentido existir, e de forma muito comedida, dentro de portas. Portugal tem interesse (deve tê-lo) em que a Língua Portuguesa seja língua oficial de Timor-Leste por duas razões essenciais: por solidariedade para com a memória de quantos, no passado, deram corpo a esse ingente projecto das descobertas e da expansão, abrindo novos mundos ao mundo (de lá e de cá), e por respeito para com os novos países que adoptaram o Português como língua oficial, que precisam de se integrar numa família de países e povos forte, que lhes confira efectivamente *identidade*, para em interajuda serem capazes de se desenvolver e promover o bem-estar de todos os cidadãos que os habitam.

3.2 - Por parte de Timor-Leste, como país soberano e livre que é, a decisão de tomar o Português como língua oficial, ficou a dever-se a razões do tipo:

a) Razões histórico-culturais.

Atesta o Padre Felgueiras que "a cultura, a fé, a comunidade que se criou em 4 séculos explicam muito o mistério da epopeia de Timor-Leste Lorosa'e" (J. Felgueiras, 2001, p.46). Escreve João Carrascalão (Jornal *Timor-Leste Semanário*, de 13.03.2004) que "não foi em vão" que os portugueses estiveram em Timor-Leste durante 450 anos.

Foi a sua presença que deu aos timorenses "o direito de lutar" pela independência e motivou a que Timor-Leste não fosse província indonésia. Salienta José Mattoso (J. Mattoso, 2001, pp.6-13) que, tendo os timorenses de leste e oeste origens comuns, "foi a experiência e os contactos coloniais e as influências civilizacionais que dividiram a ilha em dois e favoreceram a distinção de Timor-Leste das sociedades indonésias vizinhas".

Reforça Geoffrey Gunn (G. Gunn, 2001, p.17) que "o maior legado civilizacional dos portugueses... no arquipélago foi, sem dúvida, a criação de numerosas comunidades crioulas", que "reflectem uma cultura híbrida" que vai "da cozinha ao vestuário, religião, transferências linguísticas e musicais".

Estas referências servem para dizer que a escolha do Português como língua oficial, por parte dos timorenses, muito fica a dever às marcas que os portugueses e a Língua Portuguesa deixaram no território, desde os primeiros anos do séc. XVI.

b) Razões da Resistência Timorense.

Como destaca Taur Matan Ruak, antigo chefe da Resistência e actual chefe das forças armadas timorenses, o Português foi o símbolo da Resistência, visto que era em Português que os guerrilheiros e os seus líderes mais carismáticos se exprimiam. Salienta ele que a Resistência timorense nunca perdeu a vontade de manter a Língua Portuguesa, apesar das dificuldades por que passou (T. Matan Ruak, 2001, p.41).

c) Razões de identidade e diferenciação cultural.

A escolha do Português foi uma decisão "político-estratégica, pautando-se a sua preferência pela disposição de assinalar a identidade nacional timorense" (M. A. Carrascalão, 2004, p.12). Encontrando-se Timor-Leste inserido numa zona de influência e domínio anglo-saxónico, e apesar de admirações e reacções importantes, como a de Nicholas Ostler, o presidente da Foundation for Endangered Languages (P. Anunciação, 2005, pp.7-10), é reconhecido que "seria um desastre para o Tétum se o inglês fosse adoptado" (M. A. Carrascalão, 2004, p.12).

A Austrália e a Nova Zelândia falam inglês, e a própria Indonésia, apesar de falar bahasa, está longe de possuir homogeneidade linguística, servindo-se por isso mesmo também do inglês. Esta língua deu ainda uns primeiros passos em Timor-Leste, quando a Interfet, e depois a Untaet, entraram no território, com o argumento de que eram forças das Nações Unidas, sendo o inglês a sua língua oficial. Daí que o esforço de cimentar o Português em Timor-Leste tenha de ser, em Dili, mais intenso do que no resto do território, dado que foi aí que permaneceram mais funcionários da ONU a falar inglês e é aí que mais se concentra a população timorense (H. Carvalho, 2000).

É o próprio Xanana quem reconhece que o Português representa, para Timor-Leste, "uma marca identitária", e explica que as dificuldades existentes "não dizem absolutamente nada do afecto dos povos,

da irmandade que a língua como veículo de comunicação pode transmitir", acrescentando que "sonhar e realizar em Português vale a pena", sendo a Língua Portuguesa "determinante para a afirmação de Timor-Leste no mundo" (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 24.04.2002).

d) Razões emotivas.

Uma das cenas que emocionaram o mundo foi ver que, enquanto eram agredidos e metralhados, nas ruas de Díli e no pequeno largo fronteiro ao cemitério de Santa Cruz, os jovens rezavam em Português (R. Forgages, 2002, p.435). Isso ajudou a aproximar Portugal de Timor-Leste e representou para muitos portugueses o acordar para a realidade. E Timor-Leste retribuiu e retribui, com a gratidão e a afabilidade do seu povo.

Estes aspectos a crescerem ao "afecto resultante de séculos de prática e de convívio com... falantes do Português" (M. A. Carrascalão, 2004, p.12), levaram a que, na opção pelo Português, também pesasse, de considerável maneira, o lado emotivo.

e) Razões pela necessidade de aderir a uma língua e uma comunidade fortes.

O Tétum, língua tradicional de Timor-Leste, é uma língua fraca (J. Felgueiras, 2001, p.46). O Português é uma língua em expansão, falada em todos os continentes por muitos milhões de pessoas. As comunidades constituem-se, reforçam-se. Há no espaço do Português, com os 8 países e grande diversidade de povos que o constituem, muitas potencialidades que, nos tempos futuros, não poderão deixar inevitavelmente de se revelar. A construção de um mundo monolítico, que certa globalização, que se insinua, pretende construir, não faz qualquer sentido que exista, e será o bom senso a prevalecer e a impedir que ele se consuma.

A diversidade das línguas acabará por estar tanto na moda, no futuro (com um eficaz apoio tecnológico), quanto hoje está na moda a aceitação de algumas, ou quase de uma língua apenas.

E é Xanana Gusmão quem salienta a vantagem de Timor-Leste pertencer ao grupo "do Portugal dos navegadores", de que o seu país "herdou uma identidade cultural e histórica que o liga aos irmãos de África e a um pedaço da China (Macau)", de que ele se orgulha, "uma vez que torna Timor-Leste diferente de uma imensidão de ilhas que formam o arquipélago indonésio" (Jornal *Timor-Leste Semanário*, de 24.04.2002).

f) Razões de resistir a uma globalização mal estruturada.

Complementarmente ao ponto anterior, é preciso que os povos se associem, constituindo-se em famílias linguísticas e culturais, de modo que os malefícios de uma globalização descoordenada e injusta os não afectem. É a sua sobrevivência como país e como povo que está em causa, em todos os domínios - político, económico, sócio-cultural... Importa quebrar o isolamento para enfrentar os desafios.

No caso do mundo em Português, a CPLP pode e deve desempenhar uma função aglutinadora neste domínio, como aliás se passa com outros modos de organização, aplicados pelos países anglófonos, francófonos, hispânicos... (a Commonwealth, a Organização Internacional da Francofonia, a Organização dos Estados Ibero-Americanos, a União Latina...).

Ao mesmo tempo, importa instituir "vivências em Português", de que participem todos quantos falam essa mesma língua, estabelecendo entre si interações nos mais diversos domínios, em que o económico-financeiro e o empresarial não sejam os de menor relevância.

4 - QUE FUTURO PARA A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR

LOROSA'E

Apesar de todas as dificuldades que se levantam, hoje, à Língua Portuguesa em Timor-Leste, não se pode afirmar que a sua implantação neste território seja uma causa perdida. Mas para que assim não seja, é preciso que exista empenhamento, por parte dos timorenses, mas também visão lúcida por parte de Portugal e de todo o mundo lusófono.

Em ambas as partes, há que ter paciência (e persistência), porque a correcção linguística que é necessário fazer não demorará nunca menos de duas ou três gerações a operar-se. Em linhas muito

gerais, há alguns aspectos que devem ser tidos em conta relativamente ao enraizamento da Língua Portuguesa em Timor-Leste, no futuro:

a) Integrar a cooperação no domínio da língua em todos os tipos de cooperação.

Timor-Leste, fruto de vivências sobretudo recentes, está carente de quase tudo. Encetar a cooperação linguística sem que ela seja acompanhada, e até precedida, de outras cooperações, nomeadamente no âmbito das necessidades vitais, porá indubitavelmente em risco o sucesso de tal empreendimento.

Igualmente, há um esforço de postura perante a realidade que é preciso desenvolver entre os timorenses. É preciso contrariar o espírito de letargia que os últimos ocupantes de Timor-Leste insuflaram no país (como a política do *tudo bom e fácil* e o mito do *funcionário público*, pago para não trabalhar), mas também alguma tendência, visível entre os timorenses, para ficarem à espera de que o que é preciso fazer... apareça já feito... É uma questão de hábitos e mentalidade, fundamentalmente enraizados, e que vai levar o seu tempo a contrariar. Mas é importante que tal seja feito, sendo prévio a todos os sucessos o trabalho com e sobre a língua.

b) É preciso cimentar as relações entre dois povos, em igualdade e respeito mútuos, com intenso envolvimento, prestando-se ajuda efectiva e calculada (jornal *Público*, de 05.10.1999), impedindo-se que se desvirtuem, de algum modo, as ajudas operadas (jornal *Público*, de 25.02.2000) e que elas não sejam adequadas às necessidades timorenses (jornal *Público*, de 26.02.2000).

Uma manifestação disto, no campo da língua, está na veiculação das culturas a operar com ela. A Língua Portuguesa, em Timor-Leste, se não deve perder de vista o conhecimento da cultura portuguesa, e em geral das culturas de todos os países e comunidades lusófonas, deve sobretudo privilegiar a cultura timorense. Não parecendo ser isso o que está a ser feito, a riqueza da cultura timorense tem urgentemente de ser priorizada nas preocupações com a Língua Portuguesa em Timor-Leste.

c) É preciso encontrar uma solução para a dispersão linguística que afecta os timorenses, criando estruturas que privilegiem a inculcação do Tétum e do Português. Definir línguas oficiais e permitir, até favorecer, ainda que indirectamente, outras línguas, é uma falta de respeito para com as decisões dos próprios timorenses.

d) A presença de professores cooperantes portugueses no território, se em princípio é muito positiva, será, todavia, necessário avaliá-la periodicamente e redefinir, continuamente, o alcance que lhe é pedido. Importa, nesse particular, combater um sentimento muito português, com raízes seculares (e que já estamos a exportar para Timor-Leste, onde ele não fazia falta), de inferioridade que muitos portugueses manifestam (e certos responsáveis institucionais portugueses têm ajudado a interiorizar, com palavras e actos) relativamente ao Português face às línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês.

A denúncia parte de uma timorense, Maria Ângela Carrascalão, que escreve: “não entendo como é que cidadãos portugueses, cooperantes... utilizam o inglês em detrimento do Português”, revelando “falta de amor próprio” (M. A. Carrascalão, 2004, p.12). Além disso, segundo ela (e muito bem), “o ensino da língua não deve ater-se apenas às escolas, nem deve ser apenas da responsabilidade dos professores”, sendo que “o papel dos cooperantes... não deveria ater-se à transferência do saber técnico” (M. A. Carrascalão, 2004, p.12).

Tem total actualidade este reparo, relativamente a Timor-Leste, em dois aspectos – no sentimento de inferioridade referido e na envolvimento dos cooperantes em campanhas de alfabetização/escolarização e ajuda, de todo o modo possível, ao povo irmão de Timor-Leste.

O âmbito do trabalho de quem vai a Timor-Leste para trabalhar (o que significa que as escolhas têm de obedecer a rigoroso critério) terão obrigatoriamente de ser revistas, exigindo-se mais colaboração, no domínio da língua, por parte dos cooperantes. E deixe-se dito que não deveria ser preciso focalizar este ponto, pois que deveriam ser os próprios cooperantes a aperceberem-se de que assim não pode deixar de ser.

e) É preciso tudo fazer para que sejam os timorenses a assumir o seu futuro, intensificando para isso os meios de cooperação no terreno. Impõe-se, também no domínio da língua, a formação de formadores timorenses.

É um esforço que está prometido começar a ser feito. Mas importa desligá-lo de paternalismos e sobretudo dotá-lo de rigor e competência.

f) É preciso encorajar o esforço que tem sido feito (para que se continue a fazer, cada vez mais e melhor) pelo Centro de Língua Portuguesa, sediado em Díli, desde 2001, bem como da cooperação do Instituto Camões em geral.

O mesmo deverá acontecer relativamente à Fundação das Universidades Portuguesas, ao Ministério da Educação português e a todas as instituições que se encontram em Timor-Leste, a trabalhar no terreno.

Importa que se trabalhe em espírito colaborativo, nunca cedendo a tentações de individualismo, e muito menos de antagonismo, o que não ajudará em nada os timorenses.

g) Muito há a esperar da CPLP e do envolvimento activo de todos os países de Língua Portuguesa na causa de Timor-Leste.

O grande desafio da Língua Portuguesa em Timor-Leste só se vencerá se existir determinação, num esforço conjunto, por parte de todos. E se isso é positivo para Timor-Leste, sê-lo-á igualmente para todos os países de Língua Portuguesa, que desse modo sairão fortalecidos e mais capacitados para resistir aos desafios do mundo globalizado em que vivemos.

h) Por último, importará referir que, também em matéria de língua, não há lugar, em Timor-Leste, para qualquer tipo de neo-colonialismo. Seja-me permitido, sobre este ponto, referir que o já citado Geoffrey Hull, numa das declarações que fez a favor da Língua Portuguesa em Timor-Leste, afirmou que Portugal era um país economicamente muito fraco, e "por isso" estava longe de poder alimentar "ambições imperialistas ou neocolonialistas" sobre Timor-Leste (G. Hull, 2001, p.70).

Foram palavras sem rigor e, no mínimo injustas, de quem esqueceu, estou em crer que passageiramente, a "causa" que foi Timor-Leste para os portugueses, e mostrou não conhecer a realidade actual portuguesa. No *verdadeiro* Portugal de hoje, apesar de todas as limitações que se lhe reconhecem, há uma circunstância que garantidamente não existe.

Em nenhuma das suas forças suficientemente representativas e significativas do Portugal de hoje existe espírito colonialista ou neocolonialista, seja por que ex-colónia for, e muito menos por Timor-Leste. Refira-se, aliás, que Portugal, depois de tão instado, que foi, antes do 25 de Abril, para descolonizar, é hoje o único estado ex-colonial do mundo que desencadeou e consumou totalmente a independência de todas as suas ex-colónias, mantendo uma relação de total transparência e cordialidade com todas elas.

5 - CONCLUSÃO

A língua, enquanto sistema de expressão de um grupo de indivíduos e da consciência de uma colectividade, é um meio pelo qual essa colectividade concebe o mundo que a envolve e sobre ele age. Ela representa a identidade de um país e de um povo, é factor de unidade e coesão.

Não se adere a uma língua irracionalmente nem se muda de língua por capricho.

Por detrás da adopção de uma língua, há perigos. Podem estar aí perigos neocolonialistas escondidos, de hegemonia, poder, quebras de autonomia, pressões ocultas, subtilezas de funcionamento, embora também ajudas humanitárias e apoios, mas que podem ser jogados com o intuito de uma clara ou oculta dominação.

A adesão a uma língua não pode funcionar como meio de colonização cultural. Ela representa a identidade de um povo, deve ser difundida pela afectividade e diálogo, interesse, modo vivo e criativo (M. A. Carrascalão, 2004, p.12).

Foi a consciência destes aspectos que presidiu à escolha do Português como língua oficial, em Timor-Leste, sendo reconhecido, como refere Luís Filipe R. Thomás, que "o Português é, desde há quase meio século, o veículo de uma presença cultural que condicionou profundamente as relações externas do espaço de Timor-Leste, como a sua própria individualidade étnica", não sendo presumir que ele pudesse "ser levemente alijado por qualquer político autenticamente representativo do povo de Timor-Leste" (L. F. Thomás, 1998, p.665). Timor-Leste adoptou a Língua Portuguesa. Outra opção poderia revelar-se "um crime cultural tão inqualificável como a destruição das imagens de Buda pelos Talibans, com um valor histórico incalculável" (R. Forganés, 2002, p.443), já que, com o refere o Padre Felgueiras, "o Português, em Timor-Leste, é como o capim, está em toda a parte enraizado, está no coração do povo" (R. Forganés, 2002, p.433).

Para a permanência e expansão da Língua Portuguesa em Timor-Leste há muito a fazer. Mas a principal palavra não pode senão ser optimista.

O primeiro passo está dado: os timorenses adoptaram o Português como língua oficial. Agora, importa darmos os passos seguintes em conjunto (cooperação, ensino da língua, desenvolvimento conjunto, colaboração cultural, sociológica, económica, empresarial... para não virmos a ser acusados de termos perdido esta oportunidade para a Língua Portuguesa (por Timor-Leste, e por todos nós), e podermos dizer, com Celso Oliveira (C. Oliveira, 2002, p.67), sempre e sem reservas: "a língua de Camões até mim, sem limite... de Portugal até Timor-Leste, sem fronteira".

6. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, António de (1994). *Timor-Leste, Goa e outros confrontos etnográficos*. In António de Almeida (org.). *O oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente – Centro de Estudos Orientais, pp.39-76 [separata do vol. 84 de Estudos, Ensaíos e Documentos, de 1959].
- ANUNCIAÇÃO, Paulo (2005). *O inglês não está seguro, pelo menos a longo prazo – Nicholas Ostler*. *Revista Pública*, de 03.07.2005, pp.7-10.
- CARRASCALÃO, Maria Ângela (2004). *A Língua Portuguesa em Timor-Leste*. *Jornal Timor-Leste Semanário*, de 10.04.2004, p.12.
- CARVALHO, Hernâni (2000). *Os dias da Unamet. Crónicas de uma reportagem em Timor-Leste*. Lisboa: Hugin.
- CARVALHO, Maria José Albarran de (2001). *Panorama linguístico de Timor. Identidade regional, nacional e pessoal*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, nº 14, pp.65-79.
- CASTRO, Afonso de (1867). *As possessões portuguesas... Oceânia*. Lisboa Imprensa Nacional.
- CHRISTELLO, J. Chrys (2000). *Timor-Leste: o dossier secreto 1973-1975*. Porto: Contemporânea Ed.
- FELGUEIRAS, João (2001). *As raízes da resistência*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, nº 14, pp.42-49.
- FORGANESE, Rosely (2002). *Queimado queimado, mas agora é nosso. Timor-Leste: das cinzas à liberdade*. São Paulo: Labortexto Editorial.
- GUNN, Geoffrey (2001). *Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, nº 14, pp.14-25.
- GUSMÃO, Xanana (1994). *Timor-Leste. Um povo, uma pátria*. Lisboa: Edições Colibri.
- HULL, Geoffrey (2001). *Timor-Leste, identidade, língua e política educacional*. *Camões. Revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, pp.69-73.
- LOUREIRO, Rui Manuel (2001). *Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, 2001, nº 14, pp.93-104.
- MATAN RUAK, Taur (2001). *A importância da Língua Portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, nº 14, pp.40-41.
- MATTOSO, José (2001). *Sobre a identidade de Timor-Leste Lorosa'e*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, nº 14, pp.6-13.
- OLIVEIRA, Celso (2002). *Timor-Leste: Lun Turu*. Dili: Instituto Camões de Dili.
- SILVA, Lino Moreira da (2004). *Entrevista*. *Jornal O Povo de Guimarães*, de 29.07.2004.
- THOMÁS, Luís Filipe R. (1998). *De Ceuta a Timor-Leste*. Miraflores: Dífel.
- THOMÁS, Luís Filipe R. (2001). *A descrição da ilha de Timor-Leste de João Marinho de Moura*. *Camões, revista de letras e culturas lusófonas*, Julho-Setembro, nº 14, pp.118-124.





NEUSA BASTOS (à direita)



13. NEUSA M. DE OLIVEIRA BASTOS

(Universidade Presbiteriana Mackenzie: IP-PUCSP) e

14. VERA L. HARABAGI HANNA

(Universidade Presbiteriana Mackenzie; IP-PUCSP)

BIODADOS

Neusa Maria de Oliveira Bastos e Vera Lúcia Harabagi Hanna são professoras na Universidade Presbiteriana Mackenzie IP-PUCSP, Brasil.

SINOPSE

Sempre que tratamos de diversidade cultural, deparamo-nos com uma nomenclatura extensa para definir esse fenômeno. Grandes dificuldades surgem quando da escritura e da nomeação das ocorrências, dado que a definição de estudos culturais também pode ser vista como a própria tensão entre a discursividade e os assuntos que discutem. A crescente fragmentação e especialização que caracterizam esses estudos explicam a proposta da adoção de uma visão polifônica, que traduz a complexidade dos encontros e interações culturais.

Considerando a multiplicidade de pontos de vista que têm marcado esse tipo de diálogo, sempre acompanhado de uma teorização complexa da questão paradigmática da teoria cultural, este trabalho propõe-se a ressaltar os diferentes 'estudos culturais', construídos a partir de considerações acerca da diversidade do espaço lusófono, destacando, por exemplo, a 'hibridização', não só das práticas culturais, mas também das populações e das identidades – especialmente no caso de Timor-Leste. Ampliando-se a questão, reflete-se, aqui, acerca do fato de os Estudos Culturais fazerem sentido não na busca de uma chamada universalidade, mas sim na percepção de um melhor entendimento de quem 'nós' somos, onde 'nós' estamos e para onde 'nós' podemos ir, no confronto com as múltiplas realidades que a comunhão lingüística pode oferecer (aqui, em particular, nos lugares onde o português é língua oficial).

ESTUDOS CULTURAIS: UMA VISÃO PLURALÍSTICA DE 'SER OUTRO CONSTANTEMENTE'

*“Viajar ! perder países !
Ser outro constantemente,
Por a alma não ter raízes
De viver de ver somente!*

*Não pertencer nem a mim !
Ir em frente, ir a seguir
A ausência de ter um fim,
E da ânsia de o conseguir!*

*Viajar assim é viagem,
MAS FAÇA-O SEM TER DE MEU
Mais que o sonho da passagem,
O resto é só terra e céu.”*

Fernando Pessoa, 1933

Mia Couto, um dos mais conhecidos escritores moçambicanos e considerado um dos nomes mais importantes da nova geração de escritores africanos que escrevem em língua portuguesa, falou certa vez que a riqueza cultural de seu país provinha da disponibilidade de seu povo em efetuar *trocas culturais* com os outros - “não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma.” (2003). Ao discorrer a respeito da profunda diversidade e das complexas mestiçagens do continente africano afirmava que um dos maiores e mais valiosos patrimônios dos africanos residia nas longas e irreversíveis misturas de culturas, que esse mosaico de diferenças podia ser visto como uma verdadeira magia, “essa magia nasce, sim, da habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens.” E concluía, em seguida, “Essa magia nasce da capacidade de **sermos nós, sendo outros.**” É a partir da soma de nossos diálogos com o escritor Mia Couto e com o poeta Fernando Pessoa, distanciados por várias décadas, separados geograficamente, oriundos de mundos tão diversos, mas unidos pela língua, a portuguesa, que iniciamos nossa discussão sobre os princípios teóricos que versam sobre a interação centro-periferia e que tentam explicar a diversidade no mundo multifacetado e globalizado do século XXI.

A *'teoria da viagem'*, desenvolvida por Said, nos remete tanto a Couto como a Pessoa quando este observa o mundo todo como uma terra estrangeira “*Viajar ! perder países ! Ser outro constantemente, Por a alma não ter raízes De viver de ver somente!*”. A noção da capacidade de *'sermos nós, sendo outros, constantemente'*, aliada ao conceito de *'viagem'*, relida como *'deslocamento'*, *'nomadismo'*,

'*peregrinação*' - nomenclaturas mais utilizadas no pensamento pós-moderno - interpretada como *transferência*, como **passagem**, protagonizada por viajantes, turistas, migrantes, ou, como quer Hall (1999), pelo 'flâneur', caracterizam o movimento de trânsito e provisionalidade enfatizados por Canclini (2003), percebido na intensificação de intercâmbios e hibridações nos movimentos recentes de globalização.

Para entendermos mais amplamente o processo de interação cultural e suas conseqüências, examinamos teóricos do Hibridismo que ora louvam, ora temem, ora exaltam, ora condenam ou ainda celebram esse *crossover*, mas que se dedicam cada vez mais à pesquisa dos processos de encontro, contato, interação, troca e hibridação cultural. São unânimes em afirmar que a globalização cultural, a tendência global para a mistura, começou com as primeiras luzes dos tempos modernos, com as grandes navegações, desde a colonização européia e o comércio de escravos, quando surgiram as primeiras 'zonas de contato', e que, a partir de então existiu o processo de hibridização.

Se tivéssemos que justificar o critério de seleção dos estudiosos da hibridização cultural citados nesse trabalho diríamos que nos concentramos em suas próprias *viagens*' como parte de suas obras e beneficiamo-nos de suas biografias para tentar entender a significação de *continuum cultural*. Não é nenhuma coincidência o fato de que esses pesquisadores vivem ou viveram no cruzamento de culturas, na periferia, ou na fronteira – seja ela física ou metafórica - e que, ao avaliarem suas próprias experiências de vida, encontraram componentes para uma reflexão teórica, o que nos ajuda, igualmente, a compreender o significado da pluralidade de identidades.

Discorrer sobre suas biografias dá ensejo para exemplificar a proposição de Hall (2003: 12-13) de que uma pessoa assume diferentes identidades em diferentes momentos, sendo esta uma das razões porque as identidades nacionais estão declinando, dando lugar à novas. Ele ainda sugere que as culturas híbridas constituem uma dos muitos tipos de identidade distintivamente novas produzidas na era da modernidade tardia; o indivíduo pós-moderno é visto como deslocado e instável no mundo social e cultural e, pelo fato de ele se confrontar com uma enorme variedade de identidades possíveis, assume papéis diferentes, com os quais pode ser identificado - pelo menos temporariamente.

Em geral, esses *scholars* carregam uma identidade cultural dupla ou mista, em outras palavras, que não é essencial, permanente ou fixa. Como explica Hall (1999), o fato de um indivíduo possuir identidades diversas, não unificadas – às vezes contraditórias ou não totalmente resolvidas – leva à uma fragmentação e à ausência de uma identidade autêntica. Apreciemos então um pouco de suas biografias: basicamente, nomeiam-se indivíduos híbridos, como afirma sobre si mesmo Peter Burke, historiador da cultura, de nacionalidade inglesa, filho de mãe judia polonesa e de pai católico irlandês. É casado com uma brasileira e seus livros já foram traduzidos para, aproximadamente, 30 línguas. Stuart Hall, nascido na Jamaica, de ascendência mista, vive na Inglaterra desde 1951, intitula-se "culturalmente um vira-latas, o mais perfeito híbrido cultural", considera-se um '*estrangeiro familiar*' em seu próprio país de origem, tendo hoje em dia que fazer o que ele chama de '*negociar a Jamaica*'. (Hall, 2003: 415). Ele usa essas palavras para explicar a experiência de "*estar dentro e estar fora*", ou o que ele denomina ainda de '*alienação*' ou '*desarraigamento*'. Com a primeira expressão ele se refere à separação do ambiente que lhe dava apoio e com a última, o '*desenraizamento*', ele enfatiza o fato de ter sido arrancado pela raiz (de determinado lugar). Esse ajuizamento nos remete mais uma vez a Pessoa: "*por a alma não ter raízes, de viver de ver somente*", ao mesmo tempo, em que entendemos sobre a ponderação de Hall a respeito do estranhamento de ser removido de seu ambiente familiar e que ao ser envolvido nessa situação, pode surgir um sentimento de indiferença no lugar em que antes havia confiança. Em relação à Inglaterra, por sua vez, ele afirma, '*Não sou nem nunca serei inglês. Conheço intimamente os dois lugares, mas não pertença completamente a nenhum deles.*'(Hall, 2003: 415).

Edward Said, professor de Literatura Comparada, morto em 2003, palestino nascido em Jerusalém, de uma família árabe-cristã, cresceu no Egito, estudou nos EUA, e lecionou em Harvard, Yale e Columbia. Nestor G. Canclini, antropólogo argentino, estudou em Paris com Paul Ricoeur, é professor na Universidad Autónoma Metropolitana de México. O escritor Mia Couto, moçambicano de primeira geração, que se autodenomina um "contrabandista entre dois mundos" – entre "o mais profundo, de África, ao qual não pertença, ou melhor, pertença em certos momentos da minha vida, e o ocidental. Nasci aqui, nunca saí daqui, mas não posso invocar raízes porque os meus pais eram europeus." (2000). O poeta Fernando Pessoa, nascido em Lisboa e educado na África do Sul, viveu nos dois mundos, escreveu e publicou seus primeiros trabalhos em língua inglesa. Os autores aqui citados, ao "*Viajar! Perder países!*", contrastam suas lembranças com o novo ambiente, geram uma visão original, podem, enfim, modificar-se e produzir a magia advinda de "*sermos nós, sendo outros*" ou aquela de "*ser outro constantemente*".

Paralelamente a essas questões podemos mencionar o sentimento lusófono, que nos povoa, observando o contacto entre as culturas indígena, negra, européia que interagem, num imbricamento de fatores diferenciadores: atitudes, comportamentos e costumes que se apresentam como pontos iniciais de contrastes entre culturas sérios e relevantes para o desenvolvimento humano e para as relações entre os países. É preciso que saibamos dar importância a um investimento na valorização da "bagagem" cultural e pessoal dos falantes que tem interesse em interagir com membros de outras comunidades lusófonas,

em um processo produtivo para o contato das diversas faces: timorense, angolana, caboverdeana, moçambicana, brasileira, portuguesa etc. (Bastos, 2003)

Dessa maneira, podemos afirmar que a coincidência de pontos de vista relativa à idéia de trânsito, pode haver correspondência entre o *viajante* e o *tradutor*, sobretudo na maneira como este vê, sente e de alguma forma 'doma' o que é estrangeiro e seus elementos estranhos e quando transfere sua lealdade de uma cultura para a outra. Além disso, o *viajante*, assim como o *tradutor*, exerce um papel importante no processo de interpretar uma cultura específica, em outras palavras, atua como um 'mediador cultural' (Said, Clifford, Canclini, Hall, Burke).

Além da nomenclatura '*viagem*', a metáfora lingüística '*tradução cultural*', parece-nos bastante adequada nesse processo de interação cultural, haja vista que, na década de 50, antropólogos já defendiam que, ao aprender uma cultura estrangeira, estávamos aprendendo um a língua estrangeira, ao que os lingüistas completavam que o inverso também era verdadeiro. Burke garante que, se tivesse que selecionar um termo ou conceito que descrevesse as conseqüências dos *cruzamentos culturais*, escolheria a metáfora da '*tradução de culturas*' no lugar de '*hibridismo cultural*', pois entende que expressa a idéia de que as conseqüências dos encontros culturais não são automáticas e que os 'viajantes' tem que trabalhar arduamente para adaptar itens de uma cultura para outra. (2004:78).

Pessoa parece indicar, como Said, que, quando se passa a ver o mundo inteiro como uma terra estrangeira onde o ambiente novo e o anterior se mesclam, surge uma visão pluralística, que como num contraponto, cria uma composição polifônica. Ao mesmo tempo, o poeta nos ajuda a definir o sentido de instabilidade quando viajamos e descobrimos que não pertencemos nem àquela localidade nem a nós mesmos: "**Não pertencer nem a mim! Ir em frente, ir a seguir. A ausência de ter um fim, E da ânsia de o conseguir!**". Pessoa ainda vê a viagem como '*passagem*' e prevê o infinito de possibilidades que ela representa: "*Viajar assim é viagem, Mas faça-o sem ter de meu, Mais que o sonho da passagem. O resto é só terra e céu*".

'Tradução cultural' é também considerado um termo lógico para se entender as diásporas multiculturais do mundo pós-colonial e, uma das razões da preferência em utilizá-la, reside no fato de que seus participantes têm um sentimento de 'estar dentro/estar fora,' pois implica um processo interminável de apropriação, assimilação, adaptação, acomodação, além de, talvez o mais difícil, o processo de *negociação* das diferenças do outro.

Tais diferenças levam-nos a considerar a cultura lusófona como a totalidade dos padrões comportamentais transmitidos socialmente: artes, crenças, instituições e todos os outros produtos do trabalho humano e pensamento característicos de uma comunidade ou população que, refletidos na língua portuguesa, influem não só na cultura, mas também nas diferenças lingüísticas. Entendendo dessa forma, estaremos aptos a criar uma nova moldura de referência em relação ao povo português, o que nos levará a entender os diversos aspectos lingüístico-culturais que se cruzam numa rica diversidade.

Assim, ao discutirmos a *hibridização* ou *hibridação cultural*, terminologia por nós escolhida nesse trabalho, mas apenas uma das denominações entre a diversidade de termos metafóricos utilizados para o estudo do fenômeno do cruzamento das culturas, deparamo-nos com uma série de indagações a respeito dos efeitos desses encontros culturais e das mudanças constantes e cada vez mais aceleradas que enfrentam as sociedades modernas, assim como dos resultados das experiências de convivência com essas mudanças rápidas, abrangentes e contínuas. Hall define essas mudanças como uma das principais distinções entre as sociedades 'tradicionais' e as 'modernas' (1999: 15).

O Hibridismo, visto a partir de uma perspectiva da teoria cultural contemporânea, está ligado aos movimentos demográficos que admitem o contato entre identidades dessemelhantes, justificando, portanto, a idéia de movimento, de identidade móvel que abrange outras metáforas relacionadas à de hibridização, como a de *viagem*, de *deslocamento*, de *nomadismo*, de *diáspora*, de *cruzamento de fronteiras*. Grupos em movimento – intencionalmente ou não – quando cruzam as fronteiras ou permanecem na fronteira - física ou metafórica – apresentam uma identidade ambígua, pois a situação provoca o contato com diversas culturas que transformam, desorganizam, desestabilizam a original. Silva, quando discorre sobre o hibridismo em relação ao processo de identidades nacionais, raciais e étnicas, descreve o processo de *hibridização* como segue, "confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas. (2000: 87). Ele complementa sua idéia em concordância com os outros autores, no sentido de que a identidade construída através da hibridização está longe de estar integrada com a original, embora conserve alguns de seus traços.

A partir dessas considerações, destacamos o que Canclini (2003a: XIX) compreende por *hibridização*. Ele defende que a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas (isto é, resultado de hibridações, não podendo ser chamadas de fontes puras) que, sem planejamento, geram novas estruturas e novas práticas, freqüentemente, resultados de processos migratórios, turísticos ou de intercâmbio econômico ou comunicacional e deixa claro que, repetidas vezes, a hibridação surge da capacidade criadora, da inventividade individual e coletiva. O autor vê o processo de hibridação como

uma fusão entre diferentes tradições culturais, e ainda argumenta que é um “processo de intersecção e transações, é o que torna possível que a *multiculturalidade* evite o que tem de segregação e se converta em *interculturalidade*.” (2003a: XXVII). Apresentados dessa maneira, constatamos que os estudos sobre hibridação reformulam a pesquisa intercultural, acabando por descrever o que podemos chamar de *misturas interculturais*. Ainda segundo Canclini, “A hibridização não é sinônimo de fusão sem contradições, mas, sim, pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade.” (2003a: XXII.).

Além de reformular a investigação no que diz respeito aos estudos interculturais, um dos objetivos das pesquisas do Hibridismo Cultural é livrar-se da guerra entre culturas, ou ‘guerras civilizatórias’ e tentar descrever *fusões*, ou ainda a *interpenetração cultural*. Canclini defende que a hibridização, em relação à identidade, é “construída mediante uma negociação da diferença” (Canclini b, 2003: 186). A esse respeito, Hall também enfatiza a importância de ‘negociar as diferenças’, ao mesmo tempo em que se respeita o espaço heterogêneo e pluralístico em que ocorrem os encontros culturais. Àqueles que condenam a inevitabilidade da hibridização, ele indica as considerações de Laclau : “a hibridização não significa necessariamente um declínio pela perda da identidade. Pode significar também o fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades.” Laclau ainda pondera que somente uma identidade conservadora poderia considerar a hibridização uma perda. (in Hall, 2003: 87).

Concordamos com Burke quando admite que, embora o termo *hibridismo* seja freqüentemente usado em estudos pós-coloniais, como na obra de Said, é “um termo escorregadio, ambíguo, ao mesmo tempo literal e metafórico, descritivo e explicativo” (2003: 55), mas que cuida de acentuar a interculturalidade moderna e que, como Canclini, somos partidários da utilização do termo *hibridação*, por combinar, não somente elementos étnicos e religiosos mas também processos sociais modernos e pós-modernos.

Debates relativos à trocas culturais sempre originam questões sobre as conseqüências do que muitos teóricos preferem chamar de “invasões culturais” – a interação cultural nem sempre ocorre fácil e similarmente – há várias e diferentes maneiras de receptividade que podem, por uma lado, estimular rejeição, segregação, resistência, e, por outro, aceitação, adaptação, acomodação. Os resultados ou conseqüências das trocas culturais são imprevisíveis, haja vista que as tradições estão constantemente sendo construídas e reconstruídas (Hanna, 2005).

Para finalizar, a modernidade mistura as fronteiras do interno e do externo, confunde o significado de estar dentro e estar fora. Entendemos que a cultura mundializada leva nossas ‘raízes’ a diferentes lugares, como Pessoa expõe quando ele escreve “*Viajar, perder países/ Ser outro constantemente/ Por alma não ter raízes*”. Ela muda ‘eles’, ela muda ‘nós’ e, assim o fazendo, a idéia que temos dos ‘outros’ também muda; ‘eles’ se tornam parecidos com ‘nós’, ‘nós’, nos tornamos parecidos com ‘eles’: é quando a troca de culturas produz a hibridização e faz com que reavaliemos o entendimento de nossas próprias vidas, ao mesmo tempo que pomos em dúvida os estereótipos em relação a ‘eles’. É quando “*a habilidade de sermos nós, sendo outros*” se torna verdadeira. É quando Pessoa e Couto se encontram: “*Não pertencer nem a mim/ Ir em frente, ir a seguir*”, quando Pessoa confessa que “*Viajar assim é viagem*” e, mais precisamente, podemos acrescentar que as *viagens*, diferentemente do passado, não descobrem mais o bizarro, na verdade, parece que parte de nós está refletido nos outros e que nos sentimos mais próximos daqueles que estão distantes. *Viagens* são *passagens* eternas com infinitas possibilidades de trocas culturais, como se o mundo pudesse se tornar uniforme, exceto pelo fato de que as fronteiras ainda existem e apesar de serem menos rígidas, novas fronteiras são criadas, ora agrupando, ora excluindo pessoas que continuarão a cruzá-las.

*Viajar assim é viagem,
MAS FAÇA-O SEM TER DE MEU
Mais que o sonho da passagem,
O resto é só terra e céu.*

Fernando Pessoa, 1933

Bibliografia

- Bastos, Neusa Barbosa (2003) “O mundo globalizado e a importância do domínio de línguas materna e estrangeira”. In Pereira, Helena Bonito & Atik, Maria Luiza Guarnieri. *Língua Literatura e cultura em diálogo*. São Paulo: Editora Mackenzie.
- Burke, Peter. (2003) *Hibridismo Cultural*, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- Canclini, Nestor G. (2003) *Culturas Híbridas*, 4a. ed., São Paulo: Edusp.
- Canclini, Nestor G. (2003) *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras.
- Chacon, Vamireh (2002) *O futuro político da lusofonia*. Lisboa / São Paulo: Verbo.
- Clifford, James (1999). *Itinerários Culturales*. Barcelona: Gedisa.
- Couto, Mia. (2000) “Sou um contrabandista entre dois mundos”. Entrevista in *A Capital*, Lisboa, 25 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.institutocamoes.pt/arquivos/literatura/>

Couto, Mia. (2003) "O meu nome é África, in *Continente Multicultural*", Companhia Editora de Pernambuco, Edição Nº 34 - Outubro de 2003. disponível em:
<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/materia>.

Geertz, Clifford (1973) *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.

Hall, Stuart (1999) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D.P. & A Editora.

Hall, Stuart (2003) *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Hanna, Vera (2005) "Cultural Continuum: A matter of celebration, condemnation or consternation?" Simpósio apresentado no *International American Studies Association Congress*, 18 - 20 agosto de 2005, Ottawa, Canada.

Laclau, Ernesto (1996) *Emancipations*. London: Verso.

Mira Mateus, Maria Helena (coord.) (2002) *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Colibri

Silva, Tomaz. (2000) *A Produção social da identidade e da diferença*, p. 73-102. Em: Silva, Tomaz (org.), Hall, Stuart. *Identidade e Diferença – a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Silva. Petrópolis: Editora Vozes.

Said, Edward (2003) *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books.



15. OTÍLIA DE FÁTIMA DOS SANTOS OLIVEIRA

Professora do Quadro Nomeação Definitiva – Escola Secundária Com 3º ciclo de António Gedeão

BIODADOS

Otília de Fátima dos Santos Oliveira, Professora Efectiva, 8º grupo A, na Escola Secundária com 3º Ciclo de António Gedeão.

Para além dos cargos que desempenhou como Coordenadora dos Directores de Turma (1986/1987), vogal do Conselho Directivo (1987/1988), Delegada de Grupo disciplinar e Delegada à Profissionalização (1988/1989), trabalhou como Leitora de Português, na Guiné-Bissau, onde formou professores do Ensino Básico, colaborou na elaboração de Manuais para o Ensino da Língua Portuguesa, como Língua Segunda (1989/1985) e coordenou Pedagogicamente o Centro Cultural Português (1995/1997).

Entre 1997 e 2002, foi Coordenadora da Biblioteca/Centro de Recursos da Escola onde é efectiva, Representante de Projectos, no Conselho Pedagógico, e Coordenadora da Secção Cultural. Em Timor-Leste (2002/2005), leccionou Língua Portuguesa aos cursos técnico-profissionais, coordenou pedagogicamente o Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, formou professores e publicou o livro *A Língua Portuguesa e as Profissões*. Tem colaborado em revistas e jornais guineenses e timorenses.

SINOPSE

Apresentação da experiência de três anos de trabalho no Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Timor-Leste (2002-2005), como professora de Língua Portuguesa e coordenadora pedagógica dos cursos de alvenaria/pedreiros, canalização, carpintaria e electricidade.

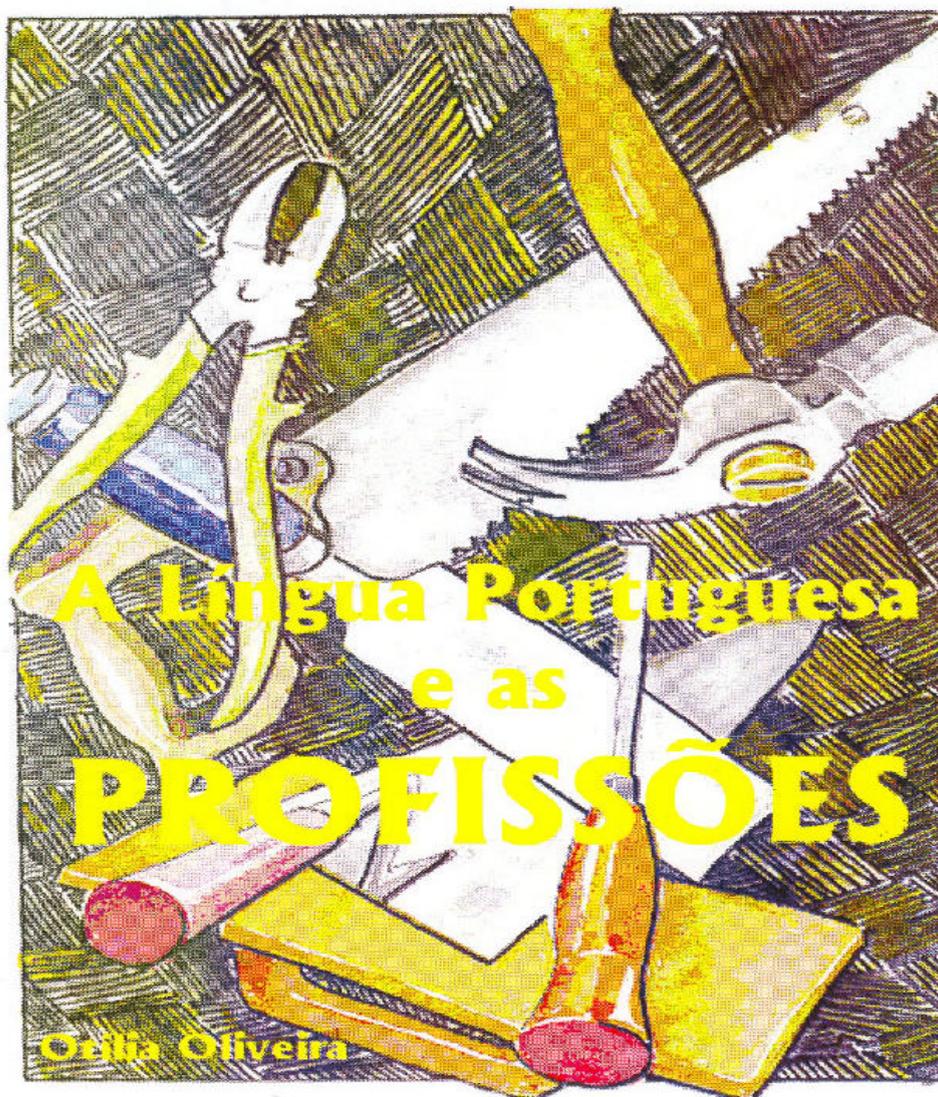
Apresentação do manual "A Língua Portuguesa e as profissões", da autoria de Otilia oliveira, prefaciado pelo Professor Doutor Benjamim Corte-Real, da Universidade Nacional de Timor-Leste, e especialmente concebido para a iniciação ao estudo da Língua Portuguesa nos cursos técnico-profissionais.

A LÍNGUA PORTUGUESA E AS PROFISSÕES - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE MANUAL

Começamos pela capa do manual *A Língua Portuguesa e as Profissões*, o Programa de apoio à formação de professores de Português nos cursos de Formação Profissional do CNEFP e o Programa de apoio à formação de monitores de diferentes áreas profissionais.



Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional
Secretaria de Estado do Trabalho e da Solidariedade de Timor-Leste



Otilia Oliveira



Cooperação
Portuguesa

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Centro de Emprego e Formação Profissional

Programa de apoio à formação de monitores de diferentes áreas profissionais

Destinatários: Monitores de diferentes áreas profissionais cuja função será ministrar cursos técnicos a timorenses que se candidatam aos cursos do CNEFP

Duração do curso: 50 horas

Objectivos:

- Reconhecer o papel do formador na aprendizagem de uma profissão
- Analisar diferentes métodos e técnicas pedagógicas
- Utilizar métodos e técnicas adequados à formação de adultos

Conteúdos:

Módulo 1 - Métodos e Técnicas pedagógicas

- . o processo de aprendizagem
- . a pedagogia de adultos
- . a motivação
- . a criatividade e o ensino
- . dinâmica de grupos

Módulo 2 - Perfil e competências do formador num contexto de formação profissional

- . O papel do formador
- . o formador e o grupo
- . o formador e a comunicação
- . o formador e a comunicação não verbal

Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional

2003

Programa de apoio à formação de professores de Português nos cursos de Formação Profissional do CNEFP

Metodologia do Ensino das Línguas

Destinatários: Duas professoras que, após a formação, poderão ministrar os cursos de Língua Portuguesa, no CNEFP, aos formandos de diferentes profissões

Duração do curso: 270 horas (90 horas de aulas teóricas, 120 horas de observação da prática docente e regências, 50 horas curso de monitores)

Objectivos

- Compreender princípios teóricos subjacentes à aprendizagem de uma Língua
- Analisar diferentes metodologias e materiais de ensino – aprendizagem da Língua Portuguesa
- Reconhecer o papel do professor no desenvolvimento das diferentes competências
- Construir práticas educativas adequadas ao contexto de trabalho

Conteúdos

Módulo 1 – Língua e Comunicação

- Conceitos de Língua (Língua materna / Língua estrangeira e segunda)
- A Língua/ O aluno / O contexto do uso da Língua
- Competência linguística / competência comunicativa
- Tarefas comunicativas e finalidades

Módulo 2 – Língua e Aprendizagem

- Ouvir e Falar / Ler e Escrever
- Fases de aprendizagem
- Importância da oralidade nos cursos profissionais
- Estratégias para o desenvolvimento da oralidade
- Estratégias para o desenvolvimento da compreensão escrita

Módulo 3 - Planificação e avaliação das actividades de ensino – aprendizagem

- Planificar – o que é?
- Planificação a longo, médio e curto prazo
- Componentes de uma planificação
- Avaliação e suas funções

- Avaliação da oralidade e da escrita

Módulo 4 – Materiais de aprendizagem

- Análise da proposta de manual “A Língua Portuguesa e as Profissões”

Módulo 5 –

- Perfil e funções do professor/formador de Língua Portuguesa num contexto de formação profissional

Metodologia

trabalho autónomo
análise e discussão de textos
reflexão (oral e escrita) sobre a prática docente
prática em aula (regências)

Avaliação

observação directa
elaboração de um dossier de práticas (com todo o material utilizado – adaptado ou elaborado pelos próprios)
relatório final

Referências bibliográficas

Dicionário da Didáctica das Línguas

Casteleiro, J. Meira, Américo e Pascoal, José (1988), Nível Limiar – para o ensino/aprendizagem do português como língua segunda/língua estrangeira, Ministério da Educação

Conselho da Europa, (2001), Quadro europeu comum de referência para as línguas, edições Asa

Nunes de Figueiredo, J., e Gomes Ferreira, A , Compêndio de Gramática Portuguesa, Porto Editora

Freire, N.A., (1985), Larousse da Conjugação, Porto Editora

Leão, Margarida e Filipe, Helena, 70 + 7 Propostas de Escrita Lúcida, Porto Editora

No âmbito dos acordos de Cooperação entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e a Secretaria de Estado do Trabalho e da Solidariedade da República Democrática de Timor-Leste, foi criado, em Timor-Leste, um Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, inicialmente em Becora (2001) e transferido, em 2002, para Tibar, no Distrito de Liquiçá.

Quando, em Dezembro de 2001, nos candidatámos em concurso aberto pelo IEFP (Instituto do Emprego e da Formação de Portugal) ao lugar de Professora de Língua Portuguesa, perseguindo o ideal de contribuir para a autonomia dos povos e promoção do seu desenvolvimento – ideal que já tínhamos anteriormente servido em Terras Africanas, durante oito anos – não vislumbrávamos até onde nos iria conduzir o desafio que, então, ousámos aceitar.

Partimos, pois, para Timor-Leste com a incumbência de ensinar Língua Portuguesa aos candidatos aos cursos de Formação Profissional, de modo a tornar possível a comunicação entre estes e os formadores portugueses que se deslocariam àquele país para ensinar diferentes áreas – Alvenaria/Pedreiros; Canalização; Carpintaria e Electricidade – num curto espaço de tempo (3 a 5 meses) e não falavam Tétum.

Como resolver este problema?

Chegados a Timor, em Junho de 2002, começámos por ministrar um curso de Língua Portuguesa a 16 candidatos que revelavam alguns conhecimentos a nível da compreensão e expressão oral. Na compreensão e expressão escritas apresentavam um maior grau de dificuldade.

Ao longo de dois meses, num curso intensivo de cem horas, trabalhámos a Língua e pusemos em prática actividades que nos permitiram definir o perfil dos alunos, com o objectivo de seleccionar, pelo menos um para cada Área de Formação, como “tradutor” junto dos formadores portugueses.

Assim, para além da utilização de diferentes e variados tipos de exercícios inerentes à aprendizagem de uma Língua (audição, repetição, exercícios de substituição e lacunares, exercícios de associação, exercícios de verdadeiro/falso, trabalho de “pastiche”, reconto, canções...) fomos apresentando “situações problema” e pedimos a respectiva proposta de resolução, reflectimos, com os alunos, sobre a especificidade do acto pedagógico em trabalho com adultos e sobre os diferentes “modelos de alunos”, apoiados em texto de publicações do IEFP, cuja linguagem simplificámos. Estas actividades permitiram-nos adquirir conhecimentos básicos da Língua Tétum, o que nos facilitou o apoio posterior a outros alunos.

Após avaliação final, oral e escrita, foram seleccionados quatro alunos que apoiaram o início da Formação nas áreas de Alvenaria/Pedreiros, Canalização, Carpintaria e Electricidade, traduzindo, para Tétum, as orientações dos formadores portugueses e expondo, em Língua Portuguesa, as dúvidas e problemas apresentados pelos alunos.

Apesar deste “apoio”, sabíamos que era importante a aprendizagem da Língua Portuguesa, por parte dos alunos, não só por ser uma das duas Línguas Oficiais, mas por permitir o contacto directo com o formador, constituir um factor facilitador do alargamento de horizontes, possibilitando o acesso a informação audiovisual e *scripto*, em Língua Portuguesa, relacionada com as diferentes áreas de formação e também porque esse era o desejo manifestado pelos candidatos aos cursos.

Note-se que os cursos são destinados a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e os candidatos não revelavam quaisquer conhecimentos da L.P..

Atendendo a que era necessário rentabilizar a permanência dos formadores portugueses em terras de Timor, optámos por ministrar um curso intensivo de vinte horas, antes do início da formação técnica, para que os formandos pudessem compreender as principais diferenças estruturais entre a Língua Portuguesa e Língua Tétum (género, número, tempo verbal) e depois dois dias por semana – dois blocos de 90 minutos – ao longo de toda a formação, perfazendo um total de 60 horas.

Saliente-se que as aulas de Língua Portuguesa não podiam impedir o normal funcionamento da formação técnica, pelo que esta opção viabilizava a aprendizagem da L.P. e permitia o cumprimento de 500h de formação técnica.

No primeiro curso que decorreu no período compreendido entre Agosto e Dezembro de 2002, seleccionámos oito alunos que se distinguiram a nível de execução técnica e aprendizagem da L.P. e apresentaram perfil adequado a futuro formador, pela demonstração de atitudes de sensatez, discricção, idoneidade, preocupação pedagógica...

Uma vez que não existiam materiais adequados ao ensino da L.P. a este tipo de profissões, vimo-nos forçados, desde o início, a elaborar os nossos próprios materiais, a fim de obter resultados satisfatórios em curto espaço de tempo.

No fim deste primeiro curso, os materiais por nós concebidos tinham sido testados, em aula, e modificados de acordo com a observação feita, mas funcionávamos, ainda com fotocópias para todos os alunos.

Em Junho de 2004, numa edição totalmente subsidiada pelo IEFP e prefaciada pelo Professor Doutor Benjamim Corte-Real, Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste e Director-Geral do Instituto Nacional de Linguística, fizemos a apresentação pública do manual *A Língua Portuguesa e as Profissões*.

Quando falamos em desenvolvimento, não podemos deixar de pensar em construção da paz, o que se obtém tornando possível a organização e facilitação de recursos para que os povos sejam autónomos e não fiquem sujeitos ao tempo de vida dos projectos que, por serem projectos, têm uma duração limitada. Por isso, começou a ser para nós motivo de preocupação a continuidade deste trabalho, após o nosso regresso a Portugal. Era preciso formar professores. Assim fizemos.

Abrimos inscrições para pessoas desempregadas que dominassem a L.P. – de preferência, antigos professores - a fim de os introduzirmos na metodologia por nós experimentada – metodologia activa, centrada no aluno, nas suas necessidades e na sua capacidade de resposta - e assim deixarmos esta tarefa entregue totalmente a timorenses.

Criámos um programa (anexo) e ao longo de seis meses ministrámos aulas que foram totalmente observadas pelos professores estagiários que também fizeram regências nas turmas cujas aulas de L.P. observavam. Os professores receberam ainda formação teórica adequada, concretamente formação relacionada com a educação de adultos em contexto de formação profissional.

Desta formação, foram seleccionadas duas professoras que começaram, em Outubro de 2003, a ministrar aulas de L.P. a todos os formandos das diferentes áreas técnicas.

Abriu-se, por esta data, a área de Canalização, pelo que, no que a esta área diz respeito, foi ministrado o curso técnico e, no fim, à semelhança do que tinha sido feito com as outras três áreas, foram seleccionados dois dos alunos para as funções de monitor de canalização.

Estávamos então mais disponíveis para acompanhar os monitores estagiários, timorenses, ajudando-os a aperfeiçoar as compreensão e expressão escrita – o nosso trabalho tinha incidido, principalmente, nas compreensão e expressão oral e pouco nas compreensão e expressão escrita – e a realizar algumas planificações, articulando-as com os quadro-programa das respectivas áreas de formação e fazendo-os sentir a necessidade de adequação aos diferentes grupos de formandos.

Em Fevereiro de 2004, os monitores (8, dois por cada uma das quatro áreas de formação) assumiam o início dos cursos contando com a presença dos formadores portugueses apenas para a verificação da consecução dos objectivos e colaboração na realização da avaliação final.

Estes monitores vieram completar a sua formação em Portugal, no Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda, durante seis semanas, de Outubro a Novembro de 2004. Por esta razão, retardámos a nossa ida para Timor, após gozo de férias, a fim de podermos acompanhar o respectivo grupo.

Na Guarda, receberam formação técnica e frequentaram aulas de Língua Portuguesa, por nós ministradas, numa vertente direccionada para o texto utilitário (resposta a anúncios, pedido de emprego, encomenda de materiais, carta comercial, actas, relatório).

Em Fevereiro de 2005, os oito monitores timorenses – agora designados formadores – assumiram totalmente os cursos técnicos contando apenas com o nosso acompanhamento no âmbito da coordenação pedagógica (planificação, concretização da planificação e avaliação das tarefas específicas de cada uma das quatro áreas).

No plano da formação técnica, que engloba formação teórica e formação prática, formadores e formandos dispõem de manuais constituídos a partir da compilação de materiais especialmente concebidos para Moçambique.

Numa tentativa de adequarmos, o mais possível, os recursos aos seus utilizadores, demos também início à reestruturação dos manuais, do Professor e do Aluno, da área de Alvenaria/Pedreiros, simplificando a linguagem e incluindo subtítulos solicitados pelos formadores timorenses. Este trabalho foi feito em conjunto com um Engenheiro Civil, detentor de conhecimentos técnicos de que não dispomos, e foi concluído em Julho de 2005.

Decididos, após três anos, a deixar Timor-Leste, por considerarmos estarem reunidas as condições para serem os timorenses a dar continuidade ao trabalho por nós realizado, faltava-nos preparar alguém (timorense) que assumisse a Coordenação Pedagógica do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional (CNEFP) e desse também continuidade às actividades extracurriculares por nós

desenvolvidas, nomeadamente à dinamização de um grupo coral constituído por todos os formandos, formadores, professoras e alguns trabalhadores do CNEFP, num total de 75 pessoas.

Durante 30 dias, fomos acompanhados por um candidato timorense em todas as nossas actividades, desde o encerramento de um curso de formação à preparação do início de outro (acompanhamento da avaliação, organização de dossiers, testes escritos e preparação de entrevistas para selecção dos candidatos aos cursos, elaboração de horários das aulas e do transporte...), e organização/dinamização do Centro de Recursos que, entretanto, tínhamos iniciado.

Fomos substituídos por um cidadão timorense que se formou em Sociologia, em Portugal.

Quando a Língua materna do aprendente é marcada, essencialmente, por uma estrutura oralizante e o meio envolvente não é facilitador da divulgação de informação relacionada com a Língua que se quer aprender, há que desmistificar o grau de complexidade da Língua que vamos ensinar, a fim de que o aluno não levante obstáculos à aprendizagem e se estabeleça uma relação de empatia com a Língua em estudo.

Foi esta a estratégia que tentámos seguir de modo a que, num curso de apenas 60 a 80 horas, os alunos pudessem comunicar em Língua portuguesa, de acordo com as suas necessidades.

Como podemos verificar no manual *A Língua portuguesa e as Profissões*, a conjugação verbal é praticada essencialmente com verbos regulares, nos Tempos Presente do Indicativo, Pretérito Perfeito e Modo Imperativo. Os verbos irregulares, essencialmente doze, são estudados depois de dominados os verbos regulares, apenas. Todas as estruturas são interiorizadas por audição/repetição (o Manual é acompanhado de cassette áudio) de pequenos diálogos, simulando situações reais, concebidos em função das principais dificuldades sentidas pelos alunos e pelo “relato” de situações apresentadas em pequenos textos narrativos, ilustrativos de realidades conectadas com situações vividas pelos formandos. A especificidade de alguns adjectivos é apreendida nas frases ouvidas e depois explicitada em exercícios lacunares.

Para facilitação da aprendizagem, organizámos o manual em cinco temas e nele incluímos actividades que exercitam a capacidade de observação (sopa de palavras), estimulam o raciocínio (exercícios de associação, provérbios) e fazem apelo à capacidade criativa (acrósticos).

Dos 250 alunos que acompanhámos ao longo de cinco cursos, apenas seis não obtiveram média positiva na disciplina de Língua Portuguesa, o que representa uma percentagem de 2,4%.

Se outro mérito não tivesse, este manual convence que é possível comunicar, sem grande dificuldade e com correcção, em L.P. É este o testemunho das professoras que o utilizaram (também dos trabalhadores da Companhia de Electricidade de Timor-Leste - EDTL) e dos formandos que por ele estudaram.

Trabalhámos com a formação técnico-profissional e, por isso, tentámos adequar-nos às necessidades dos formandos.

Apraz-nos contribuir para a construção da paz, divulgando a Língua que, no dizer de Agustina Bessa-Luís, é a Língua dos *afectos* e ajudando a ver o mundo com o olhar filtrado por uma Língua que permite o enriquecimento ao mesmo tempo que se enriquece, numa dinâmica de dar/receber de que a Língua Tétum também dá testemunho.

Almada, 12 de Setembro de 2005



Bibliografia Centro de Emprego e Formação Profissional

Cadernos das colecções *Formar Pedagogicamente e Aprender* editados pelo Instituto da Emprego e Formação Profissional de Portugal, no período compreendido entre 1998 e 2000



16. REGINA HELENA PIRES DE BRITO,

Letras /

Universidade Presbiteriana Mackenzie , Pós-Graduação em

Núcleo de Estudos Lusófonos.

Instituto Nacional de Lingüística – (INL-TL)



BIODADOS

REGINA HELENA PIRES DE BRITO é mestre e doutora em Letras/Lingüística pela FFLCH-USP. Realizou recentemente estágio Pós-Doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Braga – Portugal). Há 15 anos exerce atividades ligadas à educação e, hoje, é docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e pesquisadora do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em 2001, como lingüista do Projeto Brasileiro “Alfabetização Solidária”, esteve em Timor-Leste onde, além do contato com as dezenas de línguas locais, começou a estudar a variante do português ali praticado. Em 2003, retornou a Timor-Leste em missão acadêmico-diplomática para apresentar às autoridades do país um projeto visando à sensibilização da comunicação em língua portuguesa, que se efetivou em 2004. Esteve em Moçambique, discutindo com lingüistas locais acerca da problemática do português no país. Atualmente, coordena o Projeto “Universidades em Timor-Leste” (ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica-SP) para a difusão da língua portuguesa no território timorense por meio da música brasileira. Além disso, coordena o subprojeto brasileiro do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Lingüística de Timor-Leste*. Sua produção recente destaca a participação com apresentações orais em eventos científicos nacionais e internacionais e a publicação de artigos focalizando a relação entre língua, realidade cultural e identidade em países de expressão lusófona.

SINOPSE

A primeira edição do projeto “Universidades em Timor-Leste”, uma ação conveniada entre universidades brasileiras - Mackenzie, USP e PUC-SP – e a Universidade Nacional de Timor-Leste, com apoio do Instituto Nacional de Lingüística, objetivou difundir e estimular o processo de comunicação e expressão em língua portuguesa em terras timorenses. Atendendo aos interesses dos âmbitos governamental e acadêmico do país, buscou-se a sensibilização para a fala em nossa língua comum, de modo a incentivar o regresso ao sistema formal de ensino em português, especialmente a parcela da população que foi educada em língua indonésia. Preliminarmente, o público-alvo era a faixa dos 12 aos 25 anos, que, graças à demanda, foi em muito ampliada, passando a abranger, também, crianças e adultos.

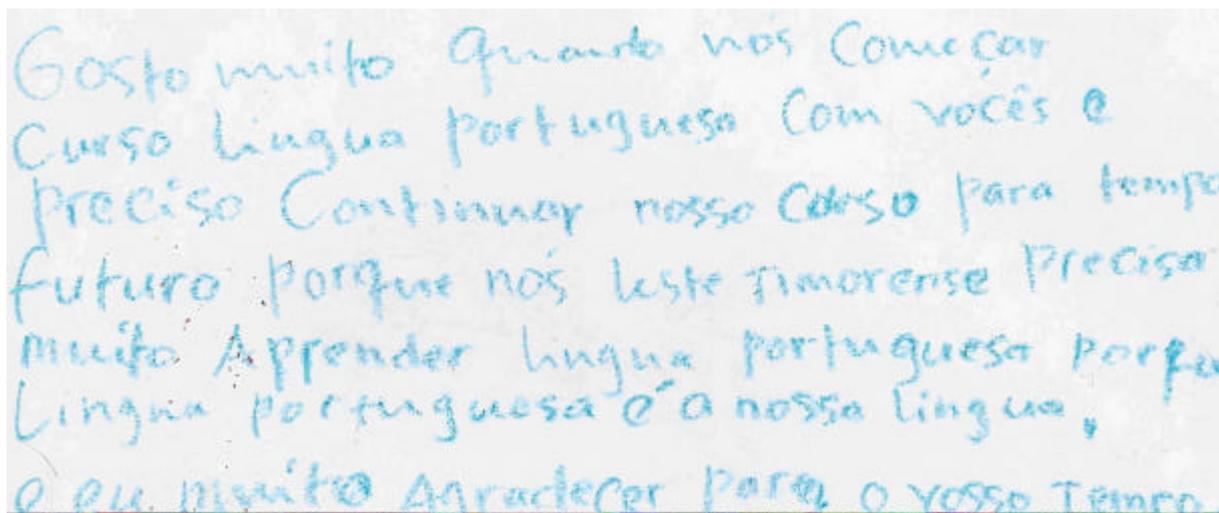
Pesquisas sociolinguísticas sugeriram-nos a utilização da música como motivação para o trabalho linguístico: apreciada entre os timorenses desde os tempos da colonização portuguesa, a presença da música brasileira foi revigorada, a partir de 1999, com a chegada dos contingentes do Exército Brasileiro e das missões de cooperação brasileiras e portuguesas, que acabaram difundindo uma diversidade de novos ritmos e melodias: ao lado de antigos sucessos, aparecem novos sons, que vão do pagode, axé, pop rock até a moda sertaneja.

Esta primeira edição do Projeto ocorreu de agosto a dezembro de 2004, tendo sido enviada a Timor-Leste uma equipe de 19 universitários brasileiros. Apresentamos nesta oportunidade aspectos do desenvolvimento, da prática didática e da receptividade dos timorenses com relação a ação realizada.

Quanto aos resultados linguísticos, percebe-se uma alteração na postura frente à língua portuguesa que, afinal, “não é tão difícil assim” – como registram vários depoimentos. Além disso, conforme atestam instâncias políticas e acadêmicas timorenses, chegou a Timor-Leste uma perspectiva diferente para se pensar a disseminação da língua portuguesa, uma outra forma de “fazer-querer-saber” a língua que nos une.

Palavras-chave: lusofonia – ensino de língua portuguesa – comunicação – Timor-Leste

SENSIBILIZAR PARA A COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: UMA EXPERIÊNCIA EM TIMOR-LESTE



(Comentário⁵⁹ de aluno timorense)

Colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve ocupado pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, e foi palco da invasão indonésia em 7 de dezembro de 1975, que se arrastou até 1999. Vítima de repressão, como tortura e assassinatos, e exploração, como trabalho escravo e semi-escravo, cerca de 300 mil timorenses foram mortos. Como parte da sua estratégia de dominação, os invasores indonésios forçaram o ensino de sua língua, a bahasa indonésia, proibiram o uso da língua portuguesa e minimizaram a expressão na língua nacional, o tétum. Com a independência e a constituição da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002, a língua portuguesa assume o estatuto de oficial, ao lado da língua tétum - acrescenta-se a esse painel, as outras dezenas de línguas locais ali faladas.

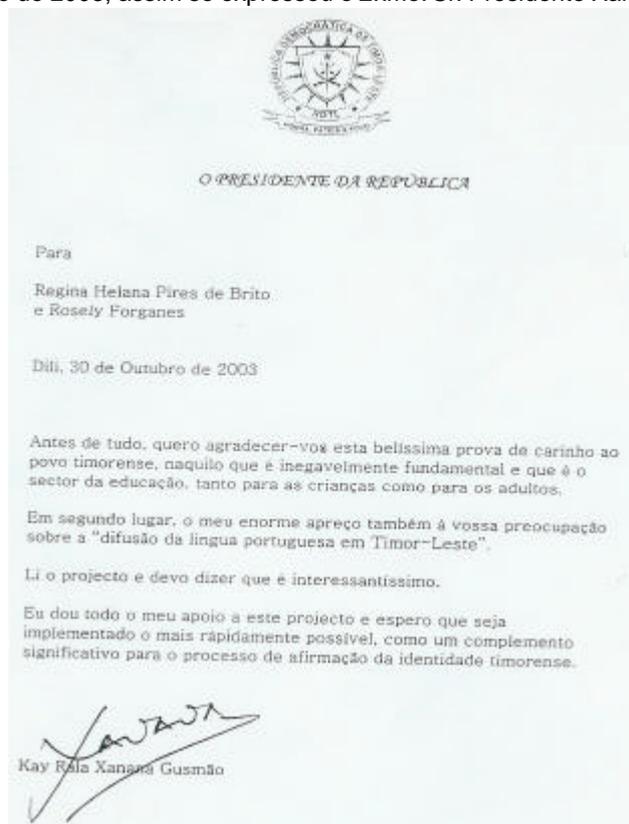
No quadro atual, expressar-se em português, para os timorenses, tal como aparece em documentos oficiais do governo desse novo Estado, é uma forma de mostrar uma face diferenciada do país, em relação aos projetos hegemônicos da Austrália e da Indonésia. Neste sentido, o futuro do português, língua de cultura, como língua oficial “de” e “em” Timor-Leste, dependerá muito da política educacional e cultural, da mobilização dos vários setores da sociedade timorense, da disposição da comunidade e do apoio dos países lusófonos.

⁵⁹ Todas as citações foram transcritas sem alterações ou correções.

É no âmbito da cooperação internacional⁶⁰ que se insere o “Projeto Universidades em Timor-Leste”, realizado, neste primeiro momento⁶¹, em ação conveniada entre a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pelo lado brasileiro, com o apoio da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) e do Instituto Nacional de Lingüística (INL), pelo lado timorense. Foi com o subprojeto *Canção Popular e Cultura Brasileiras em Timor-Leste: Hibridismo cultural e comunitarismo lingüístico em execução e discussão*, de nossa autoria e co-autoria de Benjamin Abdala Júnior (USP), que a ação ocorreu entre agosto e dezembro de 2004.

Apoiando-se em investigação de natureza sociolingüística⁶², aliada a debates acadêmicos com Benjamin Corte-Real⁶³ e Geoffrey Hull⁶⁴, o Projeto fundamenta-se em estudos descritivos da situação lingüística e cultural do país, a partir de entrevistas feitas com a população em geral (consultando indivíduos pertencentes a diferentes faixas etárias, classes sociais, graus de escolaridade, profissões e sexo). Complementarmente, foram recolhidos e analisados textos produzidos por timorenses e coletados elementos de natureza diversa, tais como letras de músicas, receitas, jornais, cartazes, panfletos etc. Este levantamento forneceu subsídios para análises contrastivas⁶⁵ que evidenciaram especificidades lingüísticas e culturais de cada Distrito timorense (e, por vezes, de determinados grupos menores).

Esta iniciativa, que foi submetida à aprovação de instâncias governamentais, educacionais e lingüísticas timorenses, define-se como um programa pedagógico-cultural a fim de auxiliar na difusão e sensibilizar os timorenses para a comunicação e a expressão em português, em conformidade com a política nacional de cooperação entre os países de língua portuguesa, utilizando-se, neste caso, da canção popular brasileira como motivação didática. Diante da proposta do Projeto, em documento datado de outubro de 2003, assim se expressou o Exmo. Sr. Presidente Xanana Gusmão:



⁶⁰ A iniciativa foi apoiada pelo Governo Federal e Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pela ABBA (Academia Brasileira de Belas Artes).

⁶¹ Esta primeira edição do Projeto teve patrocínio da INFRAERO – *Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária* e apoio cultural da Nestlé.

⁶² Pesquisa desenvolvida pela lingüista Regina Helena Pires de Brito e documentada em relatórios enviados ao Programa Alfabetização Solidária, em artigos e comunicações realizados em congressos nacionais e internacionais e na monografia – **Timor of several languages, Timor of all the people, Timor of all the world**. Trabalho enviado para: UNESCO – Institute for Education International Award For Literacy Research. Germany, 2001.

⁶³ Lingüista timorense com o qual realizamos trabalhos acadêmicos, Diretor do Instituto Nacional de Lingüística (INL) e atual Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL).

⁶⁴ Lingüista australiano especialista em tétum e grande defensor da oficialização do português em Timor-Leste.

⁶⁵ Ver, por exemplo, BRITO R.H.P. de et CORTE-REAL, B (2003) "Língua portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético-fonológicas". **Actas VIII Simposio Internacional de Comunicación Social**. Santiago de Cuba, Centro de Lingüística Aplicada e Ministério e Ciência, Tecnologia y Medio Ambiente.

O Projeto envolveu a preparação, o deslocamento e a fixação de um grupo de alunos (graduação e pós-graduação, ligados, sobretudo, às áreas de Letras, Comunicação, Artes e Educação das três universidades brasileiras conveniadas) que reuniam competência musical e lingüística para a realização das apresentações e oficinas lingüístico-musicais, numa divisão por módulos e que compõem o “descritivo das atividades módulo a módulo”, um guia para uso diário com a explicitação básica das atividades a serem desenvolvidas.

Com relação à constituição da equipe, segundo as avaliações das autoridades timorenses, o fato de ser uma equipe constituída de jovens universitários (e não de profissionais formados) foi um grande diferencial do Projeto, facilitando o entrosamento pela horizontalidade entre universitários brasileiros e participantes timorenses. O acompanhamento das atividades didáticas foi realizado *in loco* por uma “coordenação acadêmica”, que se dirigia ao Conselho Executivo das Universidades e à Coordenação Lingüística e Didático-Pedagógica, baseados no Brasil. Toda a atividade encontra-se registrada em documentos escritos, recursos audiovisuais, tendo já sido editado um vídeo e prevendo-se a publicação de um livro.

Convém assinalar que, situando-se no âmbito da cultura brasileira, se, por um lado, o Projeto não privilegia o ensino da gramática normativa, por outro, não deixa de contribuir como meio auxiliar do processo de reintrodução da língua portuguesa no país, apoiado em música popular brasileira e em textos literários, objetivando atender timorenses com idade entre 12 e 25 anos.

Quanto ao público-alvo, é preciso esclarecer que, inicialmente, o projeto fora idealizado a fim de atingir a um recorte específico da população timorense que oferecia (oferece) maior resistência ao aprendizado do português e que ainda não tinha sido contemplada, diretamente, por nenhum projeto de cooperação internacional. No entanto, quando da apresentação do projeto às autoridades timorenses, em 2003, verificou-se o interesse de outros segmentos para que o projeto tivesse sua clientela ampliada. Foi deste modo que passamos a abranger os alunos da Escola Primária Duque de Caxias⁶⁶, os integrantes das Forças de Defesa de Timor-Leste, funcionários do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Organização da Juventude e dos estudantes de Timor-Leste e, ainda, *docentes*⁶⁷ da Faculdade de Letras e Educação da Universidade Nacional de Timor-Leste.

Deste modo, as atividades do Projeto foram desenvolvidas em diversas instituições oficiais, escolares e comunitárias, atendendo a cerca de 600 leste-timorenses, de 8 a 60 anos e de diversos níveis sócio-econômicos. Abaixo, segue a relação dos locais e das turmas oficialmente formadas:

?	<i>Universidade Nacional de Timor-Leste</i>		
	o Faculdade de Engenharia Técnica		25 alunos
	o Faculdade de Economia		25 alunos
	o Faculdade de Ciências da Educação (FCE)	turma A	27 alunos
	o FCE	turma B	28 alunos
	o FCE Departamento de Língua Portuguesa		28 alunos
	o Faculdade de Ciências Sociais e Políticas		30 alunos
	o Faculdade de Agricultura		18 alunos
?	<i>Forças de Defesas de Timor-Leste (FDTL)</i>	Díli	28 alunos
	o FDTL	Metinaro	25 alunos
?	<i>Centro Juvenil Padre Antônio Vieira (CJPAV)</i>	turma A	30 alunos
	o CJPAV	turma B	30 alunos
?	<i>Organização de Jovens e Estudantes de Timor-Leste (OJETIL)</i>		25 alunos
?	<i>Direção de Educação Não Formal</i>	turma A	25 alunos
	o Direção de Educação Não Formal	turma B	28 alunos
?	<i>Colégio Sagrado Coração de Jesus</i>	turma A	15 alunos
	o Colégio Sagrado Coração de Jesus	turma B	20 alunos
?	<i>Escola Primária Duque de Caxias</i>	turma A	30 alunos
		turma B	30 alunos
		turma C	30 alunos
		turma D	30 alunos
		turma E	30 alunos

Cada uma dessas turmas participava de duas aulas semanais com duração de 1h40 cada, ministradas por equipes compostas de 3 universitários brasileiros, que planejavam as atividades tendo em vista o *Descritivo de atividades módulo a módulo*⁶⁸ - material elaborado não como um manual de instruções, mas como um elemento norteador das ações didáticas que garantisse a homogeneidade

⁶⁶ O nome da escola é uma homenagem ao patrono do Exército Brasileiro, uma vez que esta escola foi “apadrinhada” pelos diversos contingentes brasileiros no período de 1999 a 2005, quando lá estiveram, atuando como forças de paz das Nações Unidas.

⁶⁷ Deste modo, além de oferecermos aos professores universitários timorenses uma espécie de “curso de difusão cultural”, possibilitamos a formação de agentes multiplicadores da metodologia por nós utilizada.

⁶⁸ De nossa autoria, juntamente com Rosemeire Leão Faccina e Vera Lúcia Consoni Busquets.

dos trabalhos desenvolvidos, sem, contudo, coibir a criatividade dos monitores responsáveis pela aplicação das atividades.

Na Escola Primária Duque de Caxias, as aulas foram incorporadas à grade curricular das 4^{as} e 6^{as} séries e, para abranger um número maior de crianças, duravam uma hora cada, duas vezes por semana.

As atividades didáticas organizaram-se em 14 módulos, formados por músicas populares brasileiras e textos que giravam em torno de um tema, como amor, religiosidade e fé, futebol, carnaval, saudade, futuro, esperança, tempo, passado/presente/futuro, loucura, construção poética, saudações e cumprimentos. As músicas foram selecionadas considerando-se o interesse do público-alvo e canções já conhecidas por eles, às quais foram acrescentadas outras relacionadas com os temas selecionados. Subjaz, aqui, uma concepção sociofuncional dos fatos da linguagem, associando elementos musicais e lingüísticos ao conjunto da cultura brasileira, em atividades epilingüísticas, de operação e de reflexão sobre as canções e textos complementares e alguns fatos da língua. Após os 7º e 14º módulos, foram realizadas avaliações parciais, de que constou a preparação e a apresentação de trabalhos dentro de cada turma, e uma avaliação final, com a apresentação de coral, peças de teatro, jogral etc, preparados por cada turma e apreciados pelo público timorense presente no auditório da UNTL.

Não se pode pensar num trabalho eficaz sem estabelecer uma relação com a realidade cultural local e desconsiderando a visão de mundo que a modalidade do português timorense (e, naturalmente, a das línguas locais) revela; dessa forma, é impossível ignorar que as línguas são fatos culturais e que o aprendizado de uma língua supõe, ao lado do seu domínio, o conhecimento da cultura que a sustenta e o respeito à multiplicidade de olhares. A esse respeito, vale o comentário abaixo, extraído de relatório dos universitários brasileiros :

Iniciamos a aula mostrando, no mapa-múndi, Brasil e Timor, e apontando a identidade de tropicalidade que envolve os dois países. Logo começamos a comparar os dois e o que os caracterizavam países tropicais. (...) Passamos então a mostrar o que diferenciava os países; logo pontuaram a questão das vestimentas e nós falamos dos porcos nas praias de Timor. A briga de galo, que é tão comum e que faz parte dos costumes timorenses, também foi citada e por último falamos da mão de direção que é diferente. Levamos um longo tempo para explicar essa diferença, precisamos desenhar na lousa, interpretar, interpretar junto com um aluno, apontar para a rua, mas alguns ainda continuaram com olhares de dúvida. Então passamos revistas sobre o Brasil e logo identificaram a diferença da mão de direção. Ficaram muito curiosos com todas as fotografias, os animais, a vegetação etc. Essa atividade nos tomou bastante tempo da aula, queriam saber sobre a vegetação, o que era a escalada e ficaram espantados com uma catarata, pois só conheciam uma pequenina que existe em Timor.

(Sub-equipe Alexandre, Nara, Rodrigo Silva)

Também são significativas, neste aspecto, as impressões do entrosamento entre brasileiros e timorenses registradas no Relatório Avaliativo do Projeto que nos foi encaminhado pela UNTL:

O sucesso de fundo do projeto não deixa de ser o ter-se promovido uma interação cultural entre jovens da comunidade e do espaço lusófonos, um principiar tentativo, mas de evidente rendimento; o gerar-se de uma amizade e solidariedade entre gente que nunca imaginava antes poder cruzar-se. A eletricidade que se sentiu no aeroporto, aquando da despedida dos estagiários serve de ilustração. Foi uma singular e espontânea exibição de cantares e danças tradicionais, assinalando uma camaradagem invejável entre jovens de latitudes tão opostos mas unidos por um denominador comum que é o do seu passado histórico, a língua e a cultura portuguesas.

(Benjamim Corte-Real, Reitor da UNTL e Diretor do INL)

Outra preocupação reside no plano da expressão lingüística: procurar tornar os usuários conscientes de que cada sistema lingüístico configura-se diversamente, mostrando, por exemplo, que a estrutura da língua portuguesa é diferente da língua tétum ou da língua indonésia, embora o conteúdo da mensagem que o locutor deseja transmitir seja preservado - em outros termos, além das palavras e das regras gramaticais, é preciso aprender, também, a "pensar" na outra língua.

Assim é que a estruturação de um projeto como este se reveste de algumas peculiaridades (além das lingüísticas apontadas), dentre as quais destacam-se o conhecimento das transformações e das condições sócio-históricas timorenses e a importância do estudo dos valores e das relações culturais e da visão de mundo subjacente, que não deixa de trazer suas marcas em cada uma das línguas ali faladas.

O contato com músicas e, eventualmente, com textos de modalidades várias permitiu a abordagem, ainda que indiretamente, de tópicos como: os papéis da cultura brasileira e da língua

portuguesa no contexto mundial e em Timor-Leste; a diversidade da música brasileira e de suas variantes lingüísticas; o conhecimento de outras culturas expressas via língua portuguesa; aspectos da multiplicidade lingüística de Timor-Leste; as implicações e a importância da comunicação; a relação entre língua e cultura e a problemática tradução “palavra-por-palavra”.

As aulas recorreram tanto à reprodução original das canções em CD *player*, quanto à execução ao vivo, com instrumentos diversos (violão, flauta, pandeiro e instrumentos de percussão vários), procurando a sensibilização para o aprendizado do manuseio do instrumento, da atividade de composição musical e do manejo de recursos lingüísticos básicos.

Ainda é preciso assinalar que a equipe brasileira demonstrou acelerado processo de integração com a comunidade local, por exemplo: freqüentou cursos de tétum e de cultura geral timorense; participou de jogos de futebol e passeios turísticos organizados pelos timorenses; tomou parte de eventos familiares; recebeu no alojamento visitas constantes, seja de alunos, seja de autoridades (acadêmicas e governamentais).

Os primeiros relatórios das atividades didáticas enviados pelas sub-equipes de monitores brasileiros demonstravam o entusiasmo de ambos os lados – de brasileiros e de timorenses – destacando-se a acolhida e a receptividade dos timorenses. Trechos de um desses relatórios ilustram os primeiros contatos em sala de aula:

Depois [da apresentação] perguntamos o porquê de quererem fazer o curso e o que esperavam dele (...). Um [aluno] contou sobre a influência do professor que havia falado que o curso seria dado por universitários brasileiros e teria como estratégia de ensino a utilização da música brasileira; o outro falou que o português é a língua oficial do país, por isso era importante aprendê-la, e o último falou que era preciso para Timor poder se integrar à CPLP e assim ampliar o seu comércio. Cabe observar que esse último foi calorosamente aplaudido pelos demais.

(Sub-equipe Nara, Alexandre e Rodrigo Santos)

A seleção dos temas dos módulos permitiu reflexões sobre a Língua Portuguesa e sobre o próprio Projeto:

Para mim, a língua portuguesa é muito bonita, muito importante e assim como os nosso herança (riqueza) que a gente tem que desenvolver. Então quem amar do seu país tem que amar da sua Língua oficial, por isso que eu queria estudar muito com língua português com vocês.

(depoimento de aluno timorense)

A discussão com a turma foi muito produtiva e mostrou-nos o quanto os alunos timorenses estão preocupados e conscientes da situação política e lingüística de seu país. Alguns deles ainda têm muitas dificuldades para se expressar em Língua Portuguesa, por isso, formulavam as questões em tétum e um aluno que falava bem Português traduzia para nós e vice-versa. Começaram perguntando sobre a possibilidade de continuação do projeto, uma vez que este só tem duração de três meses.

(...)

Expuseram suas dúvidas e angústias em relação à importância da Língua Portuguesa para Timor, ainda mais porque, segundo nos disseram, a partir de 2008, terão que produzir trabalhos de conclusão de curso em Português, mas estão preocupados, pois os próprios professores não sabem falar a língua em que terão que avaliar as teses. Além disso, embora a Língua Portuguesa tenha sido instituída, ao lado do Tétum, como língua oficial, há muita deficiência de material e de pessoas capacitadas para ensiná-la.

(Sub-equipe Alexandre, Nara e Rodrigo Silva)

Destacamos, quanto aos resultados obtidos :

(a) a sistemática e a dinâmica desenvolvidas que se mostraram inovadoras e eficazes para atingir os objetivos no contexto timorense;

(b) o material didático, elaborado especificamente para a situação timorense e que se revelou fundamental para o sucesso das atividades de sala de aula, garantindo a homogeneidade de conteúdo na sua aplicação e que permitiu a criatividade dos universitários brasileiros na condução das aulas;

(c) a idéia de ter uma equipe constituída de jovens universitários (e não de profissionais formados) foi um grande diferencial, facilitando o entrosamento pela horizontalidade;

(d) após momentos iniciais de certo estranhamento em relação à proposta, os timorenses, paulatinamente, passaram de uma posição tímida, submissa e retraída, para uma atitude mais participativa, entusiasmada, ativa, altamente receptiva;

(e) o novo espaço acadêmico resultante do processo, em que foram parceiras universidades do Brasil e de Timor-Leste;

(f) o intercâmbio cultural proporcionado aos participantes e a todos os que se envolveram com o projeto;

(g) a total aceitação da sociedade leste-timorense, manifestada nas conversas formais e informais mantidas entre os envolvidos,

(h) o número (oficial) de timorenses beneficiados chegou a 594 alunos, excluindo-se deste total aqueles que assistiam às aulas esporadicamente, os que participavam sem estarem regularmente inscritos e, ainda, os timorenses que tiveram nossos próprios alunos como multiplicadores das atividades do Projeto, numa atitude natural do convívio cotidiano. Também é de se computar a presença de professores timorenses que utilizam nosso método e nosso material didático em suas aulas.

Quanto ao grande objetivo da empreitada, ou seja, à sensibilização para a comunicação em língua portuguesa, registramos que o fato de as turmas serem constituídas por indivíduos de diferentes níveis de conhecimento, domínio e uso da língua portuguesa não influenciou no resultado geral observado, no que diz respeito a: aproximação com a Língua Portuguesa; simpatia pela expressão em Língua Portuguesa; interesse pelo aprendizado da Língua Portuguesa; curiosidade pela cultura brasileira e pelas semelhanças com a timorense e com a portuguesa; certa desinibição para a expressão oral em português; notável esforço para o registro escrito em português:

Percebe-se, nitidamente, uma alteração na postura de muitos frente à língua portuguesa que, afinal, “não é tão difícil assim” – como registram relatórios dos participantes e de autoridades e depoimentos de alunos timorenses. Além disso, seguramente, chegou a Timor-Leste uma maneira diferente de se pensar a disseminação da língua portuguesa, uma nova forma de “fazer-querer-saber”, uma outra possibilidade de acesso à educação formal em português, um enriquecimento cultural mútuo, conforme atestam trechos extraídos do relatório elaborado pela Universidade Nacional de Timor-Leste, assinado pelo Prof. Dr. Benjamin Corte-Real:

[...] de carácter informal e recreativo, além do usufruto do material pedagógico seleccionado para adequar ao gosto do público-alvo, o projecto conseguiu relaxar uma tensão que nem deveria existir, mas que subsistiu por muito tempo no seio da juventude e a larga população não-escolar. O projecto, através da sua seriedade científica e dos seus excelentes actores, conseguiu conquistar novos espaços fora das paredes do ensino formal, abrindo canais auxiliares para o florir efectivo e afectivo da língua na larga sociedade timorense. A música e a poesia permitiram ao aprendente informal o empolgar do conceito do espaço lusófono e das mais valias que lhe são inerentes.

[...] Deve-se notar que um dos factores importantes do sucesso do projecto foi o facto de o público timorense adorar as músicas brasileiras. Estas possuem um poder cativante, donde brota toda uma curiosidade que pode levar à voluntária busca da compreensão dos dizeres.

Ainda há muito a ser feito para que se efetive a expansão do uso da língua portuguesa em Timor-Leste, e governos e universidades podem contribuir para o processo, assumindo os papéis de membros ativos e cooperativos na CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e na sua vertente cultural, a AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Após 24 anos em que a voz da língua portuguesa teve que se calar no território leste-timorense, as atividades desenvolvidas pelo Projeto “*Canção popular e cultura brasileiras em Timor-Leste*” procuraram propiciar um lugar de interação em que foi garantido o direito à expressão em português e em que o sujeito foi protagonista de seu aprendizado. Para quaisquer outras atividades semelhantes que venham a se concretizar no futuro, os aspectos aqui tratados podem ser levados em conta como determinantes para o bom desenvolvimento de um programa sócio-cultural e educativo que objetive a motivação para a aprendizagem de uma língua.

*Embora nunca tenha atentado para este pedaço do Atlas,
muito menos pensado em crocodilos e porcos e búfalos,
nem ouvido de minha língua um sussurro de sobrevida
ou conhecido seu apelo de resistência,
nem me ocupado de lamentos reais,
de dores reais,*

de vidas reais...
Timor Loro Sa'e existe.
E toda a gente espera por todo o mundo
neste canto do mapa-múndi.

(“Geografia”, Regina Brito).



17. REGINA HELENA PIRES DE BRITO.

Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo – Brasil)
Pós-Graduação em Letras / Núcleo de Estudos Lusófonos
Instituto Nacional de Lingüística – (INL-Timor-Leste)

18. ROSEMEIRE LEÃO DA SILVA FACCINA.

Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo – Brasil)
Pós-Graduação em Letras / Núcleo de Estudos Lusófonos

19. VERA LÚCIA CONSONI BUSQUETS.

Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo – Brasil)
Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Letras

BIODADOS

REGINA HELENA PIRES DE BRITO é mestre e doutora em Letras/Lingüística pela FFLCH-USP. Realizou recentemente estágio Pós-Doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Braga – Portugal). Há 15 anos exerce atividades ligadas à educação e, hoje, é docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e pesquisadora do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em 2001, como lingüista do Projeto Brasileiro “Alfabetização Solidária”, esteve em Timor-Leste onde, além do contato com as dezenas de línguas locais, começou a estudar a variante do português ali praticado.

Em 2003, retornou a Timor-Leste em missão acadêmico-diplomática para apresentar às autoridades do país um projeto visando à sensibilização da comunicação em língua portuguesa, que se efetivou em 2004. Esteve em Moçambique, discutindo com lingüistas locais acerca da problemática do português no país. Atualmente, coordena o Projeto “Universidades em Timor-Leste” (ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica-SP) para a difusão da língua portuguesa no território timorense por meio da música brasileira. Além disso, coordena o subprojeto brasileiro do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Lingüística de Timor-Leste*. Sua produção recente destaca a participação com apresentações orais em eventos científicos nacionais e internacionais e a publicação de artigos focalizando a relação entre língua, realidade cultural e identidade em países de expressão lusófona.

ROSEMEIRE LEÃO DA SILVA FACCINA Formada em Letras, Mestrado e Doutorado em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ministra aulas de Língua Portuguesa; Produção e Revisão de Textos em LP; Metodologia Científica e Análise do Discurso na Faculdade de Filosofia, Letras e Educação. Faz parte do corpo docente do Instituto Presbiteriano Mackenzie desde 1978. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Historiografia Lingüística e do Grupo de Estudos de Gramática Funcional da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos de Português – Lusofonia –, do Projeto Universidades em Timor-Leste, pela Mackenzie. Líder do Grupo de Pesquisa – Da textualização à Textualidade, também na Mackenzie, desde 2003.

VERA LÚCIA CONSONI BUSQUETS Graduação em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora de Português como Língua Estrangeira no Equador (1983) e no Panamá (de 1997 a 1999). Professora de Espanhol como Língua Estrangeira desde 1999. Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora acadêmica *in loco* do Projeto “Universidades em Timor-Leste”, realizado na capital Díli, de agosto a dezembro de 2004.

SINOPSE

Esta exposição objetiva apresentar, em linhas gerais, o material didático especialmente elaborado para o desenvolvimento das atividades do Projeto Universidades em Timor-Leste – “Canção Popular e Música Brasileiras em Timor-Leste” - , implantado no período de agosto a dezembro de 2004, em território timorense. O material didático, intitulado “Descritivo das atividades módulo a módulo”, foi produzido com o intuito não só de direcionar o trabalho realizado pelos monitores em Timor-Leste, sistematizando as orientações dadas durante a preparação/capacitação dos integrantes da equipe brasileira, mas também de funcionar como elemento que garantisse a homogeneidade de ação por parte das sub-equipes constituídas, nos diferentes locais de atuação, nas várias turmas de alunos timorenses. Trazendo uma seleção de músicas populares brasileiras – sendo a maior parte conhecida pelos timorenses – e de diversos textos literários e não-literários, o material foi distribuído em módulos temáticos, abordando diferentes questões lingüísticas, visando à sensibilização para a comunicação em língua portuguesa. Para os alunos timorenses, elaborou-se uma Antologia contendo as letras das canções, os textos-base e parte das atividades aplicadas.

COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL EM PORTUGUÊS: A MÚSICA E A CULTURA BRASILEIRAS EM TIMOR-LESTE

1. O Projeto “Universidades em Timor-Leste” e o *Descritivo das atividades*

módulo a módulo

O Projeto Universidades em Timor-Leste⁶⁹, uma ação conjunta entre três universidades brasileiras e a Universidade Nacional de Timor-Leste, tem como finalidade sensibilizar timorenses para a comunicação e expressão em língua portuguesa. Fundamenta-se em pesquisas, descrições e análises de caráter sociolingüístico, que vêm sendo desenvolvidas desde 2001 pelos lingüistas Regina Brito, pelo lado brasileiro, e Benjamim Corte-Real, pelo lado timorense.

Na sua primeira edição, o Projeto atendeu a uma clientela heterogênea, desde crianças até pessoas idosas, num total oficial de 600 timorenses beneficiados. Os locais de atuação foram, também, bastante diversificados, de modo a atender a uma demanda superior ao imaginado pelos seus idealizadores.

O trabalho didático, organizado em módulos temáticos (cada um previsto para duas aulas, com duração de 1h40min cada), desenvolveu-se com a atuação de seis equipes, compostas por três monitores (todos universitários, de diferentes áreas), previamente selecionados e preparados e que, além da orientação da Coordenação Geral do Projeto, baseada no Brasil, recebiam o apoio de uma Coordenação Local.

Usado como material de apoio pelos monitores, o “Descritivo das atividades módulo a módulo” sistematizou as orientações dadas aos universitários brasileiros durante sua preparação/capacitação para atuarem em Timor-Leste, direcionando o trabalho realizado em sala de aula, e funcionando como elemento garantidor da homogeneidade de ação das sub-equipes responsáveis pelas turmas timorenses participantes:

Não se trata de um manual, mas sim de um material pensado e discutido para ser utilizado como norteador, como base, como princípio de homogeneidade, como ponto de partida para a execução do nosso Projeto. (Brito, Faccina, Busquets, 2004, p. 8).

⁶⁹ Para detalhes acerca do Projeto Universidades em Timor-Leste, neste mesmo volume, o artigo *Sensibilizar para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em timor-leste*.



Primeiras palavras

O material que aqui apresentamos foi elaborado com o intuito não só de direcionar o trabalho a ser realizado pelos monitores em Timor-Leste, sistematizando as orientações dadas no Curso de Capacitação, mas também de funcionar como elemento que garantirá o mínimo de unidade de ação por parte das diferentes equipes constituídas, nos diversos locais de atuação e nas várias turmas de interessados timorenses. Não se trata de um manual, mas sim de um material pensado e discutido para ser utilizado como norteador, como base, como princípio de homogeneidade, como ponto de partida para a execução do nosso Projeto. A observação atenta das instruções aqui colocadas será fundamental para assegurar a eficiência, a eficácia e os resultados satisfatórios tão esperados em ambos os lados do planeta. É a força do trabalho conjunto que garantirá o sucesso desta nossa missão. É assim que temos atuado até aqui. É assim que queremos prosseguir.

Regina Helena Pires de Brito
Rosemeire Leão Faccina
Vera Consoni Busquets

Reprodução da Capa e do Prefácio do *Descritivo* utilizado pelos monitores brasileiros

O material descreve, passo a passo, as atividades desenvolvidas com as músicas propostas, muitas escolhidas entre um repertório conhecido e apreciado pelo público timorense, e outras selecionadas para auxiliar na motivação e no trabalho lingüístico que se pretendia desenvolver. Além dessas músicas, foram adicionados textos diversos de temáticas afins, ampliando a possibilidade de discussão intercultural de aspectos do Brasil, do Timor e das demais culturas do mundo lusófono.

Os módulos foram pensados tendo em vista sugerir temas geradores (na acepção freireana do termo) de discussão – franco diálogo entre timorenses e brasileiros. Temas como *amor, futuro, futebol, religiosidade* foram o centro das aulas, em torno dos quais, abordaram-se questões lexicais, fonético-fonológicas e morfossintáticas sem, no entanto, usar a terminologia do ensino gramatical tradicional. Isso posto, esses tópicos conhecidos e compartilhados permitiram não só conhecimento e entrosamento, mas também um verdadeiro intercâmbio cultural.

Os temas de cada módulo abarcam pelo menos uma canção já conhecida pelos timorenses e outras capazes de suscitar interações com o público. Adotou-se uma concepção sociofuncional dos fatos da linguagem, associando elementos musicais a fatos de língua, em atividades epilingüísticas, de operação e de reflexão sobre as canções e textos complementares e alguns aspectos de ordem gramatical.

No caso específico do Projeto *Universidades em Timor-Leste*, a escolha de músicas como instrumento de trabalho previa que o aprendiz estaria atento ao que ouvia. Grande parte das músicas selecionadas era já conhecida dos alunos, motivados por uma grande curiosidade em relação à cultura brasileira, e particularmente interessados, por exemplo, em nossos intérpretes, nossa dança e em nosso futebol - mas nem esse interesse previsível poderia dispensar uma pré-atividade que, de alguma forma, contextualizasse a canção que a ser trabalhada, por exemplo, questionando os alunos sobre

- a. Quem lhes mostrou a canção pela primeira vez?
 - b. Qual a compreensão que têm da letra: de que trata a música?
 - c. Têm alguma curiosidade com relação aos intérpretes?
- E outras questões semelhantes.

(BRITO; FACCINA; BUSQUETS, 2004: 10)

Para que se tenha uma visão global do material elaborado, apresentamos, de forma esquemática, cada um dos módulos, a temática tratada e as músicas e textos sugeridos para as atividades. Com isso, pretendemos exemplificar as canções e os temas recorrentes e preferidos pela população timorense e que nos serviram de instrumental para o trabalho de incentivo à comunicação e expressão oral em língua portuguesa.

1º Módulo – Tema: Amor

“Pense em Mim” (Leandro e Leonardo)
“Eu só quero um xodó” (Gilberto Gil)
Músicas para atividades suplementares:
“Eu te amo, te amo, te amo” (Roberto Carlos)
“Seu nome” (KLB)
“Garota de Ipanema” (Vinícius de Moraes)

2º Módulo – Tema: Religiosidade e fé

“Jesus Cristo” (Roberto Carlos e Erasmo Carlos)
“Maria de Nazaré” (Padre Zezinho)
Músicas para atividades suplementares:
“Andar com fé” (Gilberto Gil)

3º Módulo – Tema: Futebol

“Futebol” (Nando Reis)
“País Tropical” (Jorge Ben Jor)
Textos complementares: “A língua e o fato” (Carlos Drummond de Andrade)
“Regras do futebol de rua” (Luís Fernando Veríssimo)
Músicas para atividades suplementares:
“Camisa Dez” (Luiz Américo)
“O futebol” (Chico Buarque)

4º Módulo – Tema: Carnaval

“Beija-flor” (Timbalada)
“Yes, nós temos bananas” (João de Barros e Alberto Ribeiro), “Chiquita Bacana” (João de Barros e Alberto Ribeiro) e “A filha da Chiquita Bacana” (Caetano Veloso)
Músicas para atividades suplementares:
O sol brilha eternamente sobre o mundo de Língua Portuguesa (Samba-enredo da Unidos da Tijuca, 2002)
Textos complementares: “Unidos da Tijuca exalta a Língua Portuguesa na Avenida”
“Exaltação à Língua Portuguesa” (Aldo Rebelo)

5º Módulo – Tema: Saudade

“É o amor” (Zezé di Camargo e Luciano)
“Quando” (Roberto e Erasmo Carlos)
Músicas para atividades suplementares:
Para as Forças Armadas: “Coração de luto” (Teixeirinha)
“Chega de saudade” (Vinícius de Moraes e Tom Jobim)

6º. Módulo – Tema: Terra e Origem

“Felicidade” (Caetano Veloso)
“Aquarela Brasileira” (Silas de Oliveira)
Texto Complementar: “Comentário do carnavalesco Ilvamar Magalhães a respeito do enredo revivido no carnaval de 2004 pela Império Serrano”
Músicas para atividades suplementares:
“Morango do Nordeste” (Walter dos Afogados e Fernando Alves)
“Cio da Terra” (Chico Buarque e Milton nascimento)

7º. Módulo – Tema: Futuro

“Um sonhador” (Leandro e Leonardo)
“A paz” (Gilberto Gil)
Músicas para atividades suplementares:
“Amanhã” (Guilherme Arantes)
“Mandei avisar” (Gabriel, o pensador)

8º Módulo – aferição parcial

Produção coletiva e apresentação dos alunos timorenses.

9º Módulo - Tema: Esperança

“Era uma vez” (Toquinho - Sandy e Júnior)
Texto Complementar: “A origem da ilha de Timor” (adaptação livre)
“Enquanto houver sol” (Brito - Titãs)
Músicas para atividades suplementares:
“Além do horizonte” (Roberto Carlos e Erasmo Carlos)
“Força Estranha” (Gal Costa)

10º Módulo – Tema: Tempo

“Tempo Rei” (Gilberto Gil)
Texto complementar: “A coruja e a águia”
“Sobre o Tempo” (Pato Fu)
Músicas para atividades suplementares:
“Oração ao Tempo” (Caetano Veloso)
“Tempo Perdido” (Legião Urbana)
“Vou deixar” (Skank)

11º Módulo – Tema:**Passado/Presente/Futuro**

“Não Chore Mais” (B. Vicent, versão: Gilberto Gil) / “La bele tanis” (versão em tétum)
“Tempos Modernos” (Lulu Santos)
Músicas para atividades suplementares:
“Nada Será Como Antes” (Milton Nascimento / Ronaldo Bastos)
“Lilás “ (Djavan)

12º Módulo – Tema: Loucura

“Balada do Louco” (Arnaldo Batista / Rita Lee)
“Maluco Beleza” (Raul Seixas / Cláudio Roberto) / La bele tanis
Músicas para atividades suplementares:
“Dona Doida” (Rita Lee)

13º Módulo – Tema: Construção poética

“Amar como Jesus amou” (Padre Zezinho)
“Batmacumba” (Gilberto Gil)
Músicas para atividades suplementares:
“Construção” (Chico Buarque)

14º Módulo – Tema: Saudações e cumprimentos

“Não aprendi a dizer adeus” (Leandro e Leonardo)
“Sinal Fechado” (Paulinho da Viola)
Músicas para atividades suplementares:
“Como vai você?” (Roberto e Erasmo)
“Canção da América” (Milton Nascimento)

15º Módulo - aferição final

Produção coletiva e apresentação dos alunos

2. O desenvolvimento de uma atividade passo a passo: a sugestão do *Descritivo*

e um relatório de aula

Nas aulas de língua é possível trabalhar a música como pretexto para atividades orais e escritas na língua-alvo, a partir da discussão a respeito dos autores, dos intérpretes, da banda e do tema, além da oportunidade de, a partir da letra, criar paródias, traduções, dramatizações, simular entrevistas etc. O Projeto foi pensado de modo a possibilitar aos monitores atuações diversificadas com as músicas selecionadas para as aulas. A fim de direcionar as atividades desenvolvidas em sala de aula, o *Descritivo* traz, além dos objetivos da aula e do material necessário para realizá-la, uma sugestão de passos para o desenvolvimento das atividades pelos monitores. Reproduzimos, a seguir, do *Descritivo das Atividades Módulo a Módulo* as sugestões de atividades para a segunda aula, que trazia a canção “Eu só quero um xodó”, que acabou por se tornar o grande “hit” do Projeto.

2ª. Aula – “Eu Só Quero um Xodó”

LETRA E MÚSICA: GILBERTO GIL
INTÉRPRETE: GILBERTO GIL

Que falta eu sinto de um bem
Que falta me faz um xodó

Mas como eu não tenho
ninguém

Eu levo a vida assim tão só

Eu só quero um amor
Que acabe o meu sofrer

Um xodó pra mim
Do meu jeito assim
Que alegre o meu viver

Objetivos: *sociabilização, desinibição, reconhecimento de seqüências lingüísticas.*

Material necessário: *violão, CD player, CD*

Estratégia de apoio: *relacionar as colunas (a música é dividida em duas colunas (a da direita desordenada) e o aluno deve relacioná-las à medida que ouve a música). Trava-línguas para atividades de pronúncia e dicção.*

Etapas:

1. *Tocar a gravação em CD.*
2. *Tocar novamente o CD, acompanhando o ritmo com palmas, batidas na mesa e/ou batidas de pé.*
3. *Verificar se os alunos reconhecem a melodia. Registrar as manifestações / reações: sorrisos, gestos, se cantam a canção; se reconhecem o intérprete etc.*
 4. *Sondar se alguns conhecem e sabem cantar trechos da canção. Aproveitar para dialogar com os participantes, com questões como:*
 - a. *Quem lhes mostrou a canção pela primeira vez?*
 - b. *Qual a compreensão que têm da letra: de que trata a música?*
 - c. *Têm alguma curiosidade com relação aos intérpretes?*
E outras questões semelhantes.
4. *Apresentar a letra da música, lendo-a, pausadamente, para os alunos.*
5. *Verificar possíveis problemas de compreensão de significado de palavras, como: “xodó” (= bem, amor).*

- Levantar (e anotar) expressões usadas localmente para se referir ao “ser amado”.
6. *Com a música tocando ao fundo, ler novamente verso a verso, fazendo o grupo repetir após cada emissão.*
7. *Tocar novamente a canção, procurando fazer com que os alunos cantem em conjunto.*
8. *Destacar a pronúncia de algumas palavras: XODÓ e JEITO. Observar a dificuldade na emissão de “X” e “J”, que, no caso, correspondem a fonemas que não são realizados nas línguas locais. Relacionar outras palavras com a mesma sonoridade, fazendo com que as repitam em grupo.*

Por exemplo:



<u>X</u> ODO	<u>J</u> EITO
<u>C</u> HEFE	<u>J</u> ANELA
<u>C</u> HOCOLATE	<u>G</u> ENTE
<u>C</u> HÁVENA	<u>R</u> EGISTO (segundo a grafia do PE)
<u>B</u> ICHOS	<u>G</u> ESTO
<u>C</u> HORAR	<u>H</u> OJE

9. Introduzir uma atividade lúdica, neste caso, os trava-línguas, a fim de desinibir e treinar a pronúncia desses sons:

Larga a tia, largatixa!
Lagartixa, larga a tia!
Só no dia em que sua tia
Chamar lagartixa
De lagartixa!

A Sasha fez um charco de xixi no chão da sala.

A chave do chefe Chaves está no chaveiro.

O caju do Juca
E a jaca do cajá
O jacá da Juju
E o caju do Cacá

10. Pode-se ampliar o exercício, dependendo do entusiasmo dos alunos, explorando outras dificuldades fonéticas que aparecem na canção, como é o caso dos sons nasais (bem, ninguém, mim):

O tempo perguntou pro tempo
Qual é o tempo que o tempo tem.
O tempo respondeu pro tempo
Que não tem tempo
Pra dizer pro tempo
Que o tempo do tempo
É o tempo que o tempo tem.

Observação:

O que faz as pessoas gostarem de repetir os trava-línguas é a sensação de desafio; isto é, tentar reproduzi-los sem o mínimo de erros. Além das dificuldades fonéticas, entra em jogo a própria questão do ritmo, pois é fácil perceber que, quanto mais rápido se tenta falar um trava-língua, maior é a chance de não o concluir. Embora o trava-línguas seja um recurso eficiente para exercitar a oralidade, deve-se atentar para não expor demais os participantes – na verdade, o exercício deve funcionar como uma atividade lúdica, uma brincadeira verbal.

11. Voltar à canção-tema da aula: colocar o CD para que o grupo cante em conjunto.

(BRITO, FACCINA et BUSQUETS, 2004: 13-6)

Após a descrição das etapas, transcrevemos abaixo o relatório de uma das equipes referentes ao desenvolvimento dessa aula:

Doze alunos estiveram presentes na segunda aula do primeiro módulo, ministrada ao grupo de professores e funcionários da Universidade Nacional de Timor Leste, no dia 13 de setembro de 2004. Como na aula anterior, foram feitas as apresentações dos presentes e cada aluno disse seu nome, sua profissão, estado civil e número de filhos, já que alguns deles não haviam comparecido à aula anterior.

Retomou-se o tema **Amor e Felicidade**, fazendo-se tocar, mais uma vez a música da primeira aula "Pense em mim. Os alunos completaram oralmente a frase "a felicidade pra mim é...", obtendo-se como respostas:

- ☞ com "minha namorada",
- ☞ "a minha noiva e chama-se Ermy",
- ☞ "a minha colega",
- ☞ "a música",
- ☞ "irmãos, família e ficar alegre na minha vida com quem seja amigo",



- ✍ “ouvir música brasileira”,
- ✍ “a família”,
- ✍ “filhos e família”,
- ✍ “a minha marida” etc.

A palavra “marida” suscitou um exercício informal de gêneros feminino e masculino:

✍ minha esposa	meu marido, meu esposo
✍ minha noiva	meu noivo
✍ minha namorada	meu namorado
✍ mãe	pai
✍ amiga	amigo
✍ filha	filho

Um monitor desenhou, na lousa, uma menina chorando com a finalidade de para retomar o verso “em vez de você viver chorando por ele”, da música “Pense em mim”. Os alunos foram incentivados a responder perguntas como: - por que ela está chorando? – ela não tem namorado? – ela sente falta de alguém? – ela não tem ninguém? – ela vive sozinha? E a atividade serviu para introduzir o vocabulário da canção tema central da segunda aula: “Eu só quero um xodó”. Ao serem argüidos sobre o vocábulo em tétum que corresponderia a xodó, os alunos disseram a palavra *doben*.

Perguntou-se para que serve ter um xodó, um *doben*: para casar, para ter filhos, para alegrar a vida, para não chorar mais, para não sofrer? Que qualidades deve ter um namorado/noivo/marido? Deve ser de que jeito? Honesto, trabalhador, carinhoso?

Após essa atividade, que foi bem sucedida, a letra foi escrita na lousa em duas colunas: versos 1,3,5 e 7 ordenados, ao lado dos versos 2,4,6 e 8 desordenados, para que os alunos encontrassem a ordem em que eles aparecem na letra. Ao ouvirem pela primeira vez a música, os alunos procuraram ordenar, logicamente, os versos, conferiram a resposta com os colegas e com os monitores, copiaram os versos e todos cantaram juntos, primeiro com o CD, depois com o violão. Dois alunos mostraram -se interessados em aprender como se tocava, e foram convidados a trazerem seu instrumento na aula seguinte.

Um dos monitores, brevemente, apresentou uma pequena biografia de Gilberto Gil, cantor e compositor brasileiro que participou da Tropicália, atual Ministro da Cultura do Brasil, que os timorenses não conheciam. Também foi abordado o gênero musical forró e seus instrumentos específicos, mostrando que esse ritmo é propício para dançar. A música foi tocada, novamente, e os timorenses quiseram aprender como se dança o forró. Os alunos gostaram muito dessa atividade e depois lhes foi pedido que ensinassem aos monitores brasileiros uma dança típica timorense. Dançaram todos enquanto um dos alunos tocava violão.

Logo após, a música foi cantada novamente, os versos foram lidos e repetidos um a um e a música foi cantada mais uma vez, com acompanhamento de violão.

Fizeram-se os exercícios de pronúncia do /x/ e do /j/ propostos no *Descritivo* e os trava-línguas foram colocados na lousa para que os alunos os lessem, e vencessem o desafio de repeti-los sem erros. Foi um momento de descontração, mas muito importante para a prática da emissão desses 2 fonemas não presentes nas línguas locais. Alguns apresentaram dificuldade, outros já conseguiram. Voltou-se a cantar a música para encerrar a aula.

Relatório encaminhado à Coordenação Geral do Projeto

3. Considerações gerais

Quanto ao conteúdo do *Descritivo*, é fundamental observarmos o material como um elemento norteador das ações didáticas e não como uma cartilha a ser rigorosamente obedecida. Na realidade, a elaboração desse material deveu-se, sobretudo, a dois fatores: (1) procurar garantir o mínimo de homogeneidade no trabalho de sala-de-aula; (2) servir como orientação – e oferecer uma certa segurança – aos membros da equipe, uma vez que ela se constituiu com graduandos de áreas não ligadas diretamente às atividades docentes (como Jornalismo, Artes Cênicas e Relações Exteriores).



Após o término das atividades em sala de aula, cada equipe de monitores fazia um relatório das reações, dificuldades, aspectos positivos e negativos, resultados, etc, que eram discutidos com a coordenação acadêmica local e, em seguida, encaminhados para análise da Coordenação Lingüística e Didático-Pedagógica, via e-mail, baseada no Brasil. Pelo exame do relatório, pode-se verificar que os monitores, de fato, nortearam o desenvolvimento das atividades a partir das sugestões dadas no *Descritivo*, ampliando-as sempre que lhes pareceu conveniente.

Embora não constando do *Descritivo*, uma nova apresentação dos alunos foi feita, visando a que todos se conhecessem como forma de se sentirem mais à vontade, tendo sido importante dar oportunidade a todos de falarem de si e de suas famílias usando, na medida do possível, a língua portuguesa, uma vez que a *utilização de experiência pessoal em sala de aula neutralizaria o problema de o aluno ter de produzir um texto sobre um tema do qual nada tem a dizer* (Ramos, 1999: 78).

Como pré-atividade, a música da aula anterior foi retomada, preparando a introdução de uma novidade relacionada ao tema já discutido, ou seja, o *amor relacionado à felicidade*. Ao surgir uma oportunidade, introduziu-se, ainda que informalmente, a distinção de gênero masculino / feminino, estimulando uma reflexão sobre a formação do feminino em português, no momento em que um dos alunos introduziu a palavra “marida”.

O recurso à imagem parece ter auxiliado no desencadear da discussão sobre a tristeza provocada pela falta de um *xodó*, de um *bem-querer*, um *doben* (em tétum) permitindo associar a falta de amor às lágrimas da menina desenhada na lousa, e possibilitando o trabalho com o vocabulário que seria encontrado na letra da nova canção a ser apresentada na aula. Foi igualmente relevante demonstrar interesse pela língua nacional dos alunos, valorizando-a e reconhecendo seu papel fundamental na cultura do país. Mais uma vez, a sala de aula transformou-se num espaço para o diálogo e o intercâmbio cultural em língua portuguesa, e os presentes tornaram-se autênticos interlocutores que puderam expor suas idéias sobre casamento, filhos, qualidades desejáveis em um parceiro amoroso, amor, alegria, tristeza.

A atividade de ligar os versos da música, proposta pelo *Descritivo*, representa um desafio que estimula os ouvintes da música a prestarem atenção na letra, a fim de poderem resolver o exercício. A possibilidade dada aos presentes de conferir as respostas entre si tornou a correção menos autoritária e deixando os alunos mais descontraídos, já que não precisam “temer” a reprovação de um “professor”.

O intérprete da música “Eu só quero um xodó”, Gilberto Gil, é o atual Ministro da Cultura do Brasil, e o monitor, oportunamente, aproveitou para falar não apenas do cantor que se tornou ministro, mas também do movimento Tropicalista (que liderou ao lado de Caetano Veloso), do *farró* (dança, ritmo e música brasileiros de origem nordestina) o que levou a uma troca de informações sobre Brasil e Timor-Leste. Por fim, seguindo as orientações do *Descritivo*, os exercícios fonéticos propiciaram a descontração prevista.

Com o término da segunda aula, esclarece-se que, além da empatia demonstrada já no primeiro encontro, quando se trabalhou a canção “Pense em mim”, o método utilizado mostrou-se satisfatório e adequado ao contexto, na medida em que, tendo havido entrosamento entre alunos e monitores, as atividades didáticas puderam transcorrer num clima de confiança e descontração, mas sem perder a seriedade das diretrizes do Projeto – conforme pudemos contatar ao longo da realização do Projeto.

Assim, com a explanação de uma das aulas, deixamos um mote para uma reflexão sobre a importância de ações educacionais que considerem, acima de tudo, o indivíduo inserido no seu contexto sócio-histórico-cultural. Além disso, é preciso acreditar que o processo de ensino/aprendizado somente é possível quando se alia ao saber-fazer, o saber-respeitar o outro:

É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar [...]. É preciso ousar, no sentido pleno desta palavra, para falar em amor sem temer ser chamado de piegas, de meloso, de a-científico, senão anti-científico. É preciso ousar para dizer, cientificamente e não bla-bla-blantemente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. É preciso ousar para ficar ou permanecer ensinando ao risco de cair vencidos pelo cinismo. É preciso ousar, aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos diariamente. É preciso ousar para continuar quando às vezes se pode deixar de fazê-lo, com vantagens materiais” (FREIRE, 1993: 10)



4. Referências Bibliográficas

- Brito, Regina Helena Pires de; Faccina, Rosemeire Leão da Silva; Busquets, Vera Lúcia Consoni Busquets (2004). Descritivo das atividades módulo a módulo. São Paulo: Projeto Universidades em Timor-Leste. Texto digitado. Em vias de publicação.*
- Freire, Paulo. (1993) Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho D'Água.*
- Ramos, Jânia M. (1999). O espaço da oralidade na sala de aula. São Paulo: Martins Fontes*

[Chrys Chrystello]: Quero agradecer a D. Ximenes Belo por ter acedido a partilhar connosco alguns momentos da sua vasta experiência, é desnecessário qualquer apresentação pois como o professor Bento e o professor Barbedo de Magalhães frisaram, há momentos, o papel da igreja ao longo dos séculos foi absolutamente incedível para a divulgação do português. Eu relembro os dados que ele citou... 1915 data da primeira escola oficial portuguesa em Timor, antes disso foram os missionários, e depois disso continuaram a ser os missionários

Durante a Resistência, o Português foi uma língua da Resistência, o clero foi obrigado a adoptar o Tétum nas missas mas o clero continuou a falar para todo o mundo em Português, as elites políticas continuaram a falar português e é graças a isso que hoje sejam 5 sejam 10 sejam 25% de timorenses que falam português, é graças a todos esses esforços e é por isso que estamos hoje aqui.

Desde o 1º Colóquio temo-nos dedicado à língua portuguesa em Timor, e eu desde já deixo aqui os votos para que os timorenses no próximo ano possam prolongar este colóquio em Díli ou qualquer outro sítio do território com as pessoas que lá estão, para que elas possam partilhar as suas próprias experiências juntamente com as que hoje aqui já foram partilhadas e as que ainda vamos ouvir, para que o Português seja ainda mais falado em Timor. Eu vou pedir a Monsenhor Belo para que diga algo – seja o que for – da sua imensa experiência, e aquilo que ele pensa sobre a língua portuguesa, a língua de todos nós independentemente das muitas nacionalidades.





20. MONSENHOR CARLOS FILIPE XIMENES BELO,

PRÉMIO NOBEL DA PAZ E BISPO RESIGNATÁRIO DE DÍLI:

(Improvisado)

Muito obrigado. Exmo senhor vice-presidente da câmara de Bragança, Sr. Dr. Chrystello, Sr. Dr. Benjamim Corte Real, senhora embaixadora de Timor-leste em Lisboa, minhas senhoras e meus senhores,

Em primeiro lugar peço desculpa por que não tenho nada escrito. Somente ontem à noite, o meu assessor disse-me que eu iria falar, por isso estas coisas à última hora atrapalham um pouco, mas seja como for com a vossa paciência e um pouco de esforço que vou fazer, vou tentar descrever aquilo que foi o papel da igreja católica em Timor-leste na preservação, eu diria da cultura, ocidental, cristã, portuguesa, timorense.

Em primeiro lugar, devo dizer que quando a Igreja Católica está presente num território, não está para ensinar, preservar, defender uma determinada língua, nem português, nem inglês, nem russo ou chinês, mas sobretudo para transmitir os grandes valores religiosos da salvação. Naturalmente quando transmite esses valores promove também os valores humanos, a pessoa humana em toda a sua dimensão total, a dimensão incluindo a dimensão humana, cultural e histórica.

Sabemos que a igreja está presente em Timor-leste desde 1556, para o ano vamos fazer 450 anos de evangelização, as crónicas dizem que o primeiro missionário a baptizar cerca de cinco mil pessoas foi em 1556 um frade dominicano António Taveiro ou Taveira, está em discussão, também está em discussão a sua filiação, se era ou não dominicano ou franciscano, há esta controvérsia, os franciscanos puxam a brasa à sua sardinha, os dominicanos dizem que é dominicano, eu por mim acho que talvez haja documentos que ele é dominicano. Ele depois voltou e a partir das notícias sobre este Frei António Taveira, a Santa Sé nomeou o 1º bispo de Malaca Frei Jorge de Santa Lucia, um dominicano de Aveiro e depois mandou para ali, para Solor, quatro missionários.

Depois, só a partir do século 17 os missionários se estabeleceram, digamos assim, permanentemente na ilha de Timor, abrindo escolas, escolas naturalmente rudimentares feitas de palapa, que funcionavam junto das igrejas também de palapa, de colmo. Não temos documentos sobre este período do século 16, 17 e 18.

Porém, o professor Luís Thomás nas suas investigações fala dum comandante francês, dum barco francês, o comandante Etienne de Rosely, que entre 1578-79, aportou a Dili e ali recolheu impressões agradáveis junto dos régulos que todos eles falavam português. Este comandante dizia naturalmente que estes régulos aprendiam nas escolas dos dominicanos em Manatuto. De facto, em 1578 em Manatuto havia uma comunidade de seis dominicanos e vivia nesta comunidade um célebre dominicano que depois escreveu um livro As Plantas Medicinais de Timor, Frei Alberto de Santo Tomás, que escreveu este livro e sem dúvida os padres mantinham a escola aberta em Manatuto porque naquela altura diziam que as gentes de Manatuto falavam muito bem Português.

Nestas investigações o professor Luís Thomás diz mais ou menos isto, fontes diziam que quando as pessoas daquela área percorriam aquelas áreas falavam o malaio – a língua franca daquela altura – mas quando chegavam a Timor não tinham vontade de ir a Timor, porque as pessoas de Timor régulos que viviam nos postos, nas povoações fronteiriças falavam pouco o malaio, e falavam antes o Português, já naquela altura.

Depois ao longo dos séculos, sobretudo com a restauração das missões em Timor a partir de 17.. em 1875 com a ida dos padres dos seminários das missões ultramarinas com a sede no Externato de Bonjardim chefiados pelo vigário geral superior das missões padre António Joaquim Medeiros que depois foi bispo de Timor, 1º bispo de Timor que começou com a fundação de dois colégios, um para o sexo masculino, outro para o sexo feminino. Em 1863 foi seu sucessor, foi daqui um padre de Paredes, João Gomes Ferreira, depois foi Superior e mais tarde Bispo de Cochim fundou também uma escola de Artes e Ofícios, e assim a língua portuguesa acabou por se implantar. Assim, quer os missionários quer idos do Externato do Bonjardim no fim do século 19, princípio do século 20.

Depois com a República, a separação das leis do estado e da Igreja, os missionários já começavam a diminuir e começavam também a sair do Seminário de Macau. Além do trabalho propriamente pastoral catequístico, de pregação, do ensino do Evangelho para conversão dos timorenses, muitos deles eram professores da instrução primária, directores de escolas. Há relatórios que falam sobre isto. Por isso, além



do padre propriamente missionário, dedicado à obra de evangelização, há outros que se dedicavam totalmente ao ensino, à promoção da juventude timorense, juventude masculina. Depois para a juventude feminina, o Bispo Medeiros convidou as Irmãs Canossianas de Macau para se estabelecerem em Timor a partir de Março de 1879, também aí houve outros quer fossem italianos, de Hong-Kong ou Malásia, também utilizavam o português como língua veicular.

É portanto a partir de 1917, um padre Manuel Mendes de Laranjeiro, também missionário de Sernache do Bonjardim que fez a primeira eucaristia em Português-Tétum. Depois o governador na altura nomeou três missionários para fazerem um Regulamento de exame, não é? para a Instrução Primária em Timor-Leste.

Portanto, a Igreja, a partir daí, já 1920 e até 1935, o governo da Colónia decidiu entregar todo o ensino às Missões, portanto foi preponderante o papel da igreja na formação dos timorenses sobretudo no campo da educação e da instrução e naturalmente usando a língua portuguesa.

Ainda ontem à noite li um relatório em que estando o governador Teófilo Duarte a visitar o Colégio da Soibada em 1927 porque já crianças da segunda e terceira classe declamavam poesias em português e cantavam em português. O governador perguntou a um para dividir as orações, sujeito, complemento directo, complemento circunstancial, creio que os nossos jovens agora já não sabem dividir... naquela altura éramos obrigados, também eu, a saber a gramática na ponta da língua e dividir as orações, já naquela altura.

Depois com a mudança de sistema de ensino, o estado começou a abrir escolas primárias, e mais tarde o exército também abriu as suas escolas mas a igreja continuava a manter as suas escolas sobretudo vendo o objectivo da evangelização e da promoção da educação dos timorenses. Devo também acrescentar que já a partir do século 19, os missionários tinham como objectivo não propriamente a instrução, ensinar Português ou Geografia, História, ensinar a teoria, já naquela altura os missionários falavam já que para os timorenses era preciso, por causa da sua maneira de ser, da sua índole era preciso ensiná-los nas escolas profissionais, nas escolas técnicas, nas escolas agrícolas para combinar entre a teoria e a prática.

Ora bem, isto manteve-se até 1975, portanto a Igreja começou já com a renovação do Concílio do Vaticano II a traduzir dos textos litúrgicos para Tétum portanto mas continuava a ensinar Português nas escolas. Entramos portanto no tempo da integração a partir de 1975 até ao ano de 1999. Como eu dizia, nesse período o papel da Igreja não era manter o Português, era defender a identidade do povo timorense, a sua identidade étnica como povo, a sua identidade religiosa, cristão e católico para se distanciar e distinguir da maioria muçulmana e da sua identidade histórica, porque não fazia parte das Índias Orientais mas era uma colónia de Portugal, por isso, desde sempre o povo timorense mantinha na sua maneira de ser, na sua cultura réstias, digamos assim, da cultura portuguesa. Isto manifestava-se sobretudo na reza de orações, na manutenção de nomes.

Os indonésios durante aquele período de 75 até 99, sempre se admiraram por que é que estando integrados os timorenses na República da Indonésia não usavam nomes indonésios mas continuavam a usar nomes portugueses: Alberto, José, Carlos, Manuel, etc. É uma tradição, claro, quando os pais levam os filhos para serem baptizados o padre pergunta “Que nome escolheste para o vosso filho menino”, Domingos, claro que no tempo indonésio Domingos aparecia soletrado como dê ó éme i éne guê guê u ésse (DOMINGGUS), que é a maneira indonésia de escrever o nome mas as pessoas continuavam a escrever Domingos. Portanto, é nas rezas, na manutenção dos cânticos, dos cânticos marianos do 13 de Maio “*Salvé Nossa Padroeira, salvé Virgem Pura*” mesmo que rezando em diversos dialectos como Galole, ou Tocodede ou Mambae quando recorrem a cânticos cantam sempre em português.

E depois também, enfim, a maneira de comer, enquanto o indonésio come com a mão, o timorense come já com um garfo, uma faca e com um guardanapo, não limpando os lábios com a mão mas com um guardanapo e o resto, enfim da cultura portuguesa.

Depois, concretamente no período da invasão indonésia, é preciso ver que claro que era obrigatório o uso da língua (*indonésia*) e foi por isso que mesmo que a Igreja católica tivesse mantido as suas escolas primárias, secundárias ou pré-secundárias, em muitas dessas escolas, quase na maioria, ou mesmo em todas elas, não se ensinava Português a não ser no Externato de S. José onde também frequentou o Dr. Benjamim, agora reitor da Universidade de Timor-Leste e no Colégio Salesiano de Fatumaca dirigido por Baltazar Pires, um vosso conterrâneo que é aqui de Bragança, ainda está lá, está há mais de trinta anos em Timor-Leste.

Em Fatumaca ensinava-se uma vez por semana, o Português. Mas no tempo da ocupação indonésia o facto mais saliente da resistência era a Escola de S. José e posso dizer que depois no meu tempo eu a mandei fechar porque os padres, as famílias, as crianças estavam mesmo a correr o perigo de serem presos, torturados, mortos e por causa disso fechamos.



Mas, depois, claro que houve a reviravolta e então abriram -se de novo.

Além disso, na Igreja de Motael nós para mantermos a nossa identidade timorense, portanto, decidimos ensinar a doutrina e rezar a missa em Tétum e eu muitas vezes fui pressionado pelas autoridades indonésias e chamado ao Comandante Militar, o comandante dos Comandos “*Porque é que você não reza a missa em indonésio*” e eu respondia sempre que o Evangelho se devia rezar na língua local. Jesus Cristo não pregou o Evangelho em latim mas na língua dele, por isso em Timor-leste também rezamos em Tétum.

Mas, na nossa Câmara Eclesiástica, um ofício da Diocese, os documentos oficiais, as provisões, a nomeação duma paróquia, a abertura duma estação missionária, as condições da nomeação dum pároco ou, enfim, dum catequista desde 1975 até 1999, os documentos eram todos escritos e publicados em Português.

Porquê? Porque segundo a nossa opinião Timor era uma colónia portuguesa e o problema ainda estava nas Nações Unidas, as Nações Unidas ainda não tinham resolvido o problema portanto iríamos manter a língua portuguesa nos documentos oficiais, embora na prática, no convívio com as populações usássemos o Tétum para maior facilidade de comunicação e de transmissão daquilo que nós desejávamos fazer chegar.

Finalmente, no ano de 1999, penso que em Outubro ou Novembro, não se deu, não se falou muito mas reuniu-se na Casa das Canossianas em Bécora, o Presidente Xanana, o ministro Ramos Horta, os dois na altura ainda faziam parte do CNRT [*Conselho Nacional da Resistência Timorense*] e os dois administradores apostólicos, o de Baucau e o de Díli, que era eu, e os nossos Vigários Gerais para fazer um comunicado dizendo que a língua oficial seria o português. Portanto, nós os quatro, depois fizemos um comunicado, assinado, para dar o apoio à instituição oficial da língua portuguesa em Timor.

Depois, os nossos deputados ao fazerem a Constituição da Republica de Timor-Leste concluíram como esperávamos que o Português, além do Tétum, fosse uma das duas línguas oficiais. Claro que isto não foi fácil, posso dizer-vos que também recebemos muitas críticas, sobretudo por parte da Igreja, por que é que a Igreja promove a cultura, a preservação do Português em Timor-Leste. Porque não o fez com o Indonésio? E fá-lo com o Português assim abertamente.

Tínhamos razões para isso, por que durante a guerrilha, os nossos guerrilheiros usavam o Português como língua de comunicação entre eles e também de comunicação com o exterior, com a diáspora, com os governos no exterior e também porque pensávamos que era parte, digamos assim, da cultura. A língua portuguesa era parte, entrava no acervo cultural do povo timorense, e por isso o fizemos.

Claro que nos anos de 2001, 2002 e 2003 eu ia visitando as paróquias e tinha também encontros com os estudantes nas escolas e eles faziam-me esta pergunta “*Sr. Bispo porque você defende tanto o Português como língua oficial e porque não a indonésia? Os portugueses estiveram quatrocentos anos e não fizeram nada. Só houve um doutorando, o engenheiro Carrascalão. Quando estiveram cá os indonésios tivemos, temos, muito mais gente formada apenas em vinte e cinco anos e depois a língua indonésia é muito mais fácil*”. A minha resposta era de que os nossos líderes, os nossos políticos decidiram que devia estar na Constituição e vamos segui-la. Quando vierem outros líderes e quiserem modificar nós também vamos obedecer, mas para já fica a língua assim. Mas custa muito, a Indonésia é a mesma coisa e em Português é muito diferente. “*Se tu com o indonésio que é muito diferente do Tétum conseguiste aprender, também vais a conseguir aprender o Português, nada é difícil, conquanto tenhas boa vontade*”.

Claro que isto continua a ser uma dificuldade, como os senhores podem verificar, sobretudo por parte da juventude universitária, ainda estão arredios, esses jovens, ao uso da língua portuguesa e compreende-se porquê durante vinte e quatro anos foram criados na língua deles e eu digo-vos que recebi muitas queixas nas paróquias quando os jovens foram esbofeteados, foram presos pelos comandos, torturados, só pelos soldados terem ouvido esses jovens aos sacerdotes nas missões, “*Boa tarde senhor padre, bênção senhor padre, bom dia*”.

Depois, os indonésios chamavam e perguntavam porque é que cumprimentas o padre com um bom dia e não dizes *selamat siang*, por que dizes por favor e não dizes *silakan*? Porque não dizes *terimah kasi* e dizes obrigado em português? São termos que já entraram na nossa língua e por isso nós usamos, mas queria vos dizer também que os Portugueses querem que os de Timor falem Português mas talvez não apanharam bofetadas, os timorenses apanharam para falarem a vossa língua, foram torturados, por isso tem de haver maior atenção, maior investimento, maior carinho, maior dedicação para que os timorenses falem Tétum a cem por cento e falem também Português bem.

Tenho dito, muito obrigado.



VIRGINIA BEATRIZ BAESSE ABRAHÃO E MARIA DA PENHA PEREIRA LINS
MODERADOR JOÃO PEDRO CARAVACA (AO CENTRO) E ÂNGELO CRISTÓVÃO (À ESQUERDA)





21. VIRGÍNIA BEATRIZ BAESSE ABRAHÃO,

Universidade Federal do Espírito Santo / Brasil e

22. MARIA DA PENHA PEREIRA LINS,

Universidade Federal do Espírito Santo / Brasil

BIODADOS

VIRGÍNIA BEATRIZ BAESSE ABRAHÃO: Formada em Letras -Português pela Universidade Federal de Minas Gerais. cursou mestrado em Língua Portuguesa, na mesma universidade, defendendo o trabalho dissertativo intitulado: *A Produção do Sentido: Leitura e Redação*. No doutorado em Lingüística, cursado na PUC-RJ, defendeu a tese: *A Construção do Sujeito e do Tempo nos usos do Presente*. Trabalha da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) desde 1991, como professora em regime de Dedicção Exclusiva, onde ministra aulas de Lingüística. Realiza pesquisas na área de *Semântica e Discurso* e na área de *Produção de Textos*. Desde 1999, mantém um projeto de extensão que trata da influência das bionergias na comunicação humana, envolvendo a comunidade externa à universidade, bem como seus alunos, através de cursos, palestras, seminários e biblioteca. Antes de chegar à Universidade, trabalhou na rede pública de ensino. Possui 11 artigos publicados em livros e revistas brasileiras, dentre eles destaca: *Sujeito e linguagem; Funcionalismo e gerativismo, pressupostos sociológicos e filosóficos, A perspectiva da produção do sentido; O ensino da metonímia*. Atualmente participa de um grupo de pesquisa que analisa a metáfora e a metonímia como estratégias de produção de sentido, dentro da linha Texto e Discurso.

SINOPSE

O presente artigo propõe-se a analisar a produção de sentidos advinda da utilização metonímica no conto London London. Dentro da perspectiva aqui apresentada, a metonímia é entendida para além de uma questão de estilo para ser compreendida dentro dos processos histórico-sociais e culturais que lhe dão suporte para significar. A análise do conto, a partir de algumas metonímias, levou-nos a reconhecer o seu personagem numa tentativa de se situar a partir do específico, do imediato, dos detalhes da realidade palpável, em contraposição do existir desumanizador das grandes metrópoles cosmopolitas, no caso, Londres, identificada pelo autor como Babylon City. Nesse sentido, as metonímias aparecem como estratégias de construção da auto-referencialidade do personagem.

BIODADOS

MARIA DA PENHA PEREIRA LINS cursou Licenciatura em Letras -Português / Inglês na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). Fez Mestrado em Lingüística na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que desenvolveu estudo sobre estratégias de produção de humor em texto de quadrinhos, sob a perspectiva da Sociolingüística Interacional. Em 2004, defendeu tese de doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) sobre a organização tópica em textos constituídos de tiras de quadrinhos, com base nas noções da Lingüística Textual.

É autora do livro *O humor em tiras de quadrinhos: uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda* (Vitória, Grafer, 2000) e organizadora dos livros *Recortes lingüísticos* (Vitória, Saberes, 2000) e *Caminhos em lingüística* (Vitória, NUPLES / DLL / UFES, 2002). É presidente do Conselho Editorial da Revista Saberes – Letras, que publica pesquisas inéditas sobre o funcionamento da língua e sobre questões relacionadas ao ensino de português.

É professora de Lingüística do curso de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, onde coordena pesquisa sociolingüística. Atua ainda como orientadora de monografias de alunos em final de curso. Dos artigos que publicou em periódicos diversos cita os seguintes: *A guisa de etnografia da fala: análise de um sermão da pastora Valnice Milhomens* (Caminhos em lingüística, 2002), *A co-negociação e a individualização na construção de textos; o discurso das narrativas orais e escritas* (GELNE, 2004), *Os quadrinhos de Mafalda: a provocação pela ironia* (ABRALIN, 2001), *O português falado na cidade de Vitória: formação de um banco de dados* (ABRALIN, 2001), *Desconstrução do simulacro como estratégia de produção de humor: uma análise semiótica das tiras de quadrinhos de Quino* (Signum, 2003), *Ética e ensino: Mafalda ensina a ensinar* (Psicopedagogia, 2000), *Mas, afinal, o que é mesmo Pragmática?* (Fala Palavra, 2002).



SINOPSE

A metáfora é classificada tradicionalmente, a partir de uma visão aristotélica, como “figura de linguagem”, vista, assim, como qualificação da linguagem literária. Atualmente, no âmbito da Linguística, dentro de uma perspectiva funcionalista da língua, a metáfora é compreendida como um instrumento de interação verbal, com função de estabelecer relações comunicativas entre interlocutores. A necessidade de expandir significados, por força da expressividade natural das interações cotidianas, leva ao uso de expressões em sentidos outros que não o literal, como modo de explicitar em termos simbólicos o pensamento abstrato.

A metáfora exerce esse papel de propiciar a extensão da capacidade de conceituar e, por conseguinte, de facilitar a comunicação, porque institui o jogo entre o concreto e o abstrato que permeia o exercício mental na comunicação lingüística. A partir dessa noção e fundamentando-se principalmente em Lakoff e Johnson (1980), este trabalho tem por objetivo analisar o uso de metáforas na construção do conto London London, de Caio Fernando Abreu, do livro Estranhos Estrangeiros (1996), de modo a verificar a expressividade, norteando-se pelo conceito de “experenciar uma coisa em termos de outra”.

A) A METONÍMIA NO CONTO LONDON LONDON DE CAIO FERNANDO

ABREU

1. Metonímia e produção de sentido.

“Suor, sangue e lágrimas.”
Wiston Churchill

Talvez a metonímia em epígrafe seja aquela mundialmente mais conhecida, pois representou uma fala de resistência contra as forças de dominação e opressão. Nesse contexto o papel da metonímia é preponderante porque, além de situar o fato a partir da realidade imediata, corporal, bem próxima de todos os ingleses de então, traz para a batalha a força do humano a partir de fatores físicos a serem doados por cada inglês, diante da então premente batalha quase impossível. A força dessa expressão é muito maior do que se Churchill pedisse coragem, ou conclamasse o povo à defesa da pátria. Consciente da fragilidade de seu povo e de seu exército para enfrentar o exército alemão, após a derrota da França, as metonímias: *suor, sangue e lágrimas*, colocam a situação de modo o mais realista possível, o que provoca no povo o efeito de sentido de necessidade de resistência.

A metonímia, tão conhecida como “figura de linguagem” ou mais especificamente “figura de palavra”, dentro da tradição aristotélica de estudos da linguagem, é compreendida como estabelecendo uma relação de contigüidade entre palavras ou entre as idéias que elas evocam, estabelecendo uma interdependência entre elas. Hoje a metonímia tem merecido um tratamento menos reducionista à palavra e aos fatores de estilo, usos especiais da linguagem, para ser encarada como processo cognitivo ou processo de produção de sentido, que produz efeitos de sentido social e historicamente bem demarcados, como os acima apresentados.

Segundo Lakoff e Johnson (2004: 92-3):

“Metáfora e metonímia são processos de natureza diferente. A metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento.”

Para demonstrar a sistematicidade no uso das metonímias, sem pretender enquadrar esses usos em blocos rígidos, os autores levantam exemplos representativos na nossa cultura, dos quais destacamos alguns:

“Ponha seu traseiro aqui!” (parte pelo todo)
“Ele comprou um Ford.” (produtor pelo produto)
“Os ônibus estão em greve.” (objeto pelo usuário)
“Napoleão perdeu em Waterloo.” (controlador pelo controlado)
“Eu não apoio os atos do governo.” (instituição pelos responsáveis)
“A Casa Branca não está se pronunciando.”
(Lugar pela instituição)
Lakoff e Johnson (2004: 94-96)



O que fica bastante firmado, dentro das abordagens mais recentes, é que a metonímia embasa esquemas representacionais, que se estruturam em linguagem, e que são altamente dependentes de fatores histórico-culturais. Desse ponto de vista, não pode analisá-las somente a partir de uma relação de contigüidade entre palavras, já que são altamente dependentes dos processos de significação que se estruturam na dependência dos contextos de que participam.

Ao mesmo tempo, a substituição que provocam, no nível do significante, não é casual. Para muitos autores, trata-se de uma relação prototípica, pois o falante identifica determinado elemento como mais representativo, em detrimento de outro, como o *teto*, no caso da casa, ou o *chão*, no caso da propriedade rural. Mas nem sempre esses esquemas prototípicos são obedecidos e nem por isso a significação deixa de se efetivar. Brandão (1989:83) afirma mesmo que *“a possibilidade praticamente infinita de se encontrar um termo que englobe outros dois torna o processo metonímico um recurso extremamente produtivo de significação”*.

Os processos de significação promovidos pela metonímia possuem a força do específico, do particular, provocando no leitor/ouvinte um olhar para a materialidade, para o imediato. A metonímia seleciona o específico como modo de olhar e isso quase nunca passa por escolhas pessoais e sim culturais, sociais. Nesses momentos em que o homem se localiza a partir do específico, do particular, ele alicerça na realidade objetiva a sua referencialidade.

Desse ponto de vista, a metonímia é aqui percebida como uma construção de realidade, um modo de representação em linguagem, que nem sempre passa pelo consciente, mas que estrutura olhares e sujeitos, a partir da linguagem que os instauram como tais. Afinal, os indivíduos se constituem em sujeitos porque participam de processos simbólicos, que se fazem em linguagem.

Estamos entendendo, portanto, que os processos de significação, ao mesmo tempo que estruturam realidades, são por elas estruturados. Assim, as metonímias não são consideradas como mecanismos de manipulação do código operados por indivíduos autônomos e totalmente conscientes, tendo a linguagem como mero instrumento de comunicação. Se entendermos que os sujeitos são constituídos em linguagem, que vivem nela e por ela, eles não são autônomos em relação aos processos de significação, pois estes estão inseridos dentro da cultura. Portanto, tal como outros processos de significação, as metonímias estruturam-se a partir de concepções de realidade histórica e socialmente articuladas e podem ser identificadas a partir de formações discursivas específicas.

Portanto, quando utilizamos metonímias estamos a articular a linguagem, dentro das possibilidades previstas pelo código, mas cabíveis dentro da história e conforme às condições sociais de uso da linguagem. Assim se articulam os processos de produção de sentido em linguagem, pois estruturam-se a partir de sujeitos historicamente determinados em função de um momento histórico específico, mas dentro das possibilidades que o sistema lingüístico oferece. Os indivíduos são porém responsáveis por provocar determinados efeitos de sentido pouco previstos ou inusitados, ainda que possíveis. Desse modo, constituem-se em suporte para os processos de significação.

Essa perspectiva da linguagem como constituidora dos sujeitos sociais encontra-se já em Wundt, nos seus escritos de Psicologia datados de 1863 para quem *a linguagem de um povo, sua gramática e seu vocabulário particular é o que determina a “constituição psíquica” desse povo, constitui seu “gênio”, seu “espírito” próprio, é o “corpo” de sua “alma coletiva”*. (Wundt, apud Henry, 1994:32)

Logo, para Wundt, a linguagem ‘die Sprache’, não é, em sua evolução, algo de individual; ela tem sua vida, sua dinâmica e seu determinismo próprio. Os indivíduos são presos a ela e pensam por ela mais do que a produzem ou a enriquecem. Pela linguagem, a consciência individual participa de algo que não é individual, algo que não é um simples “contexto” mas é constitutivo da própria consciência: sem linguagem não há consciência. E como a linguagem tem uma história própria, há formas históricas da consciência. Há então uma “psicologia dos povos” que não é a simples soma ou combinação das psicologias dos indivíduos que compõem esses povos. (idem, ibidem)

Dentro dessa perspectiva é que estamos nos propondo a analisar a metonímia em seus usos. Ou seja, a metonímia não parte da ação de indivíduos isolados que configuram formas inusitadas de uso da linguagem. Ela faz parte de processamentos possíveis dentro da linguagem, os quais estamos chamando de *processos de produção de sentido*. Desse modo, esse trabalho se insere dentro da perspectiva da Produção do Sentido.

A partir da influência de Hegel e da importância da interpretação histórica da cultura, as ciências humanas são vistas caracteristicamente como ciências que se fundam na interpretação das manifestações simbólicas da cultura em seus vários contextos. A interpretação, a reconstrução do sentido é portanto o



modo de compreensão mesmo de nossa realidade cultural. A própria experiência humana passa a ser vista como produção de sentido. (Marcondes, 1994:201)

Ao nos propormos a analisar a metonímia em um conto específico, estamos nos propondo, então, a identificar o processo de produção de sentido e o efeito de sentido por ele articulado. Para tanto vamos fazer as seguintes perguntas: por que o autor escolheu essa forma em lugar de outra? Com que outros discursos ele dialoga? Em função de que momento histórico? A partir de que formações discursivas? Que estratégias lingüísticas específicas ele utiliza? De que modo ele articula essa estratégia com outras? Que efeito de sentido essas estratégias provocam, nesse momento específico, histórica, social e culturalmente falando?

Isso porque estamos considerando que:

“Os signos não funcionam, numa dada situação histórica, apenas como o substrato conceitual que se pode a eles atribuir numa dimensão puramente estrutural e universal. Os signos são também produto de todo itinerário histórico que eles cumprem: a cada instante de uso, a saber, a cada circunstância política própria, ele se deixa contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo. Ao incorporar a determinação histórica, a questão da Produção do Sentido abre espaço, então, para uma série de fatores que afetam uma configuração final do sentido, fatores que se materializam numa manipulação do código para produzir efeitos de sentido.” (Mari, 1991:62)

2. O conto London London

Escolhemos o conto *London London ou Ajax, Brush and Rubbish*, de Caio Fernando Abreu, por ser um autor contemporâneo, e nesse sentido, refletir a realidade histórica atual. Esse conto foi publicado inicialmente em 1977 no livro *Pedras de Calcutá*, do mesmo autor. No entanto, escolhemos o livro *Estranhos Estrangeiros*, publicado pela primeira vez em 1996, porque retrata, em seu conjunto, o exílio voluntário de pessoas que pretendem um certo distanciamento da realidade social e seus rituais, mas que sentem-se isolados da terra natal, indiferentes aos ideais sociais de ascensão e integração coletiva, mas saudosos de identidade, solidários a outros indivíduos de mesmo tipo. Por isso traz uma epígrafe de Miguel Torga (Diário 1, 5 de março de 1934), de todo significativa: *Pareço uma dessas árvores que se transplantam, que têm má saúde no país novo, mas que morrem se voltam à terra natal.*

Esse contexto em que pessoas se exilam de sua pátria como uma afirmação de identidade, é importante para a leitura do conto em questão, pois nele o personagem é identificado como tendo algo a mais (*But I've got something else. Yes, I do.*) Deste modo, o livro retrata os estrangeiros que assim se identificam porque são diferentes.

Quando o autor preparava o livro teve morte prematura, mas seus desejos foram todos atendidos quando da publicação. Trata-se de um livro que faz uma leitura social intrigante e ao mesmo tempo desconcertante, pois apresenta um olhar externo, desligado da sociedade, como o olhar de um estrangeiro, ao mesmo tempo em que se apresenta à sociedade com um novo modo de existir dentro dela.

No conto *London London* o personagem faz faxina para sobreviver como estrangeiro latino-americano em Londres, ao mesmo tempo em que evoca personagens do mesmo tipo que cantam ou dançam pra sobreviver, ou simplesmente empurram um carrinho de bebê vazio. A questão da homossexualidade feminina é levantada, mas negada pela personagem Carmenmiranda, por uma questão social.

Nesse conto o personagem encontra-se atolado na cidade cosmopolita, sem qualquer estímulo para viver, se arrastando a cada dia no outono da cidade cosmopolita, indiferente a seus pares. No entanto, apresenta-se com um “uniforme de guerra” curioso: tênis francês, jeans sueco, casaco marroquino, suéter inglês, típico de quem vagueia pela Europa há tempos, alguém deslocado do espaço, que simplesmente transita por ele.

A linguagem do conto mistura o português com o inglês, o espanhol e o francês, como quem tenta se comunicar sem possuir a língua do país em que habita, comunicando-se como é possível. Para respeitar essa forma, vamos evitar a tradução, sempre que possível, pois entendemos que a sua estrutura



lingüística reflete a condição do personagem nas suas inter-relações estrangeiras e sua realidade mesma, de latino americano.

Dentro do contexto aqui situado, trata-se de um interessante conto, porque constrói uma realidade a partir da linguagem que o conto apresenta, dos personagens que articula, das relações que os personagens estabelecem, entre olhares, falas e gestos, montando um quadro de isolamento social do estrangeiro, mas ao mesmo tempo de uma realidade social extremamente desumanizadora e mortificadora, a partir do olhar de quem simplesmente prefere navegar “nas waves de seu próprio assobio”.

3. A Metonímia no conto *London London*

Segundo Jakobson (2000:57):

“é a predominância da metonímia que governa e define efetivamente a corrente literária chamada de “realista”, que pertence a um período intermediário entre o declínio do Romantismo e o aparecimento do Simbolismo, e que se opõe a ambos. Seguindo a linha das relações de contiguidade, o autor realista realiza digressões metonímicas, indo da entrega à atmosfera e das personagens ao quadro espaço-temporal. Mostra-se ávido de pormenores sinedóquicos.”

Se no Realismo a metonímia tinha o papel preponderante de situar os fatos dentro da realidade massante, terrificante, do cotidiano e da corporeidade; na modernidade ela parece ter o papel de constituir estratégias de referencialidade, dentro da alavanche da globalização e da desumanização. Ao contrário dos autores realistas, os autores modernos não se encontram ávidos por metonímias, mas comedidos em seus usos que aparecem juntamente com as múltiplas metáforas e simbolizações.

Nesse sentido, as metonímias provocam um efeito de oposição, de transposição de estados de espírito, ou seja, um efeito surpreendente, em lugar do seu corriqueiro uso, dentro do realismo, que luta por construir um olhar que compreenda a realidade por ela mesma, pelo corpo, pelas sensações imediatas, e não por uma compreensão a partir de um olhar desviante, como acontece com as metáforas.

No conto *London London* encontramos logo no seu título uma metonímia, pois estranhamente o autor acrescenta ao título: ou *Ajax, Brush and Rubbish* (produto de limpeza, escova e lixo) que pretendem contrapor a realidade do personagem faxineiro em Londres à metáfora presente na música *London London*, que metaforiza Londres como um lugar de encantamento. Logo de início, portanto, a realidade do imigrante latino, que vai trabalhar na Europa para sobreviver, é apresentada.

Na primeira frase do conto, aparece uma metáfora de base metonímica: Meu coração está perdido, mas eu tenho um mapa de *Babylon City* entre as mãos. Essa frase reflete o estado de espírito do personagem principal, aquele que conduz o olhar do leitor como sendo o seu próprio olhar por essa cidade cosmopolita e desumanizadora. *Coração, mapa, mãos*, assim o olhar para o específico é arquitetado como modo de referencialidade, desde o início do conto.

O ambiente é de outono, por dentro e por fora, do personagem. Este é caracterizado pela neblina (*fog*) e pelas folhas caídas no *Hyde Park*. “*Vou navegando nas waves de meu próprio assobio até a porta escura da casa vitoriana.*” Desse modo, o *assobio*, fato concreto, representa o pensamento solto, abstrato, e assim ele vai ao encontro de uma *porta escura*, específico, e não de uma residência, sem referência, uma qualquer.

No *Hyde Park* o personagem assiste ao encontro de duas latinas a quem denomina *Carmenmiranda* e *Remedios* ou *Esperanza*. Nomes que refletem metonímias, mas ao mesmo tempo identificam as origens brasileira e castelhana das personagens, respectivamente. Sobre elas, além de discutir a homossexualidade negada pela brasileira, apresenta o consumismo típico daqueles que vão para os grandes centros e perdem sua referencialidade, comprando desnecessariamente e incontroladamente, além de apontar para as condições de habitação dos estrangeiros clandestinos:

Sobre a castelhana: “*Su pequeña habitación* em *Earl’s Court Rd, W8*, está quase toda tomada. Ainda ontem substituiu o travesseiro por uma caríssima peça da *dinastia Ming*”.

Sobre a brasileira: “*Aos sábados compra velhos tamancos de altíssimas plataformas, panos rendados e frutas nas barracas de Portobello – para preencher el hueco de su (c)hambre.*”



Nesse momento recorre ao estranhamente específico: travesseiro – peça da dinastia Ming – tamancos – panos – frutas, caracterizando o nonsense de quem encontra-se culturalmente deslocado, vivendo em condições desumanas.

As metonímias são fortemente buscadas para refletir o seu cotidiano de faxineiro: “*Ajax, brush and rubbish*. Cabelos duros de poeira. Narinas cheias de poeira. *Stairs, stairs, stairs. Bathrooms, bathrooms*. (...) *corners, places, gardens, squares, terraces, streets, roads*. Dor, *pain, Blobs*, bolhas.”

Novamente as metonímias são chamadas para um rude contraste com os sonhos esfacelados: “*Mas onde os castelos, os príncipes, as suaves vegetações, os grandes encontros – onde as montanhas cobertas de neve, os teatros, balés, cultura, História - onde?*”

Mas um trecho lembra o realismo: “*Blods in strangers’ hands*, virando na privada o balde cheio de sífilização, enquanto puxo a descarga para que Mrs Burnes (ou Lancelley ou Hill ou Simpson) não escute meu grito”.

Nesse trecho as bolhas, as mãos estrangeiras, a privada, o balde, a descarga, os nomes específicos das patroas, representando todas, e o grito, representando a dor, o desespero, todas essas metonímias provocam um clima realista bastante degradante, mostrando a condição humana dentro da civilização ou “sífilização” moderna.

Novamente encontramos mais adiante um uso metonímico que reflete uma existência em pedaços: “*Mon cher*, apanhe suas maracas, sua malha de balé, seus pratos chineses – apanhe todos os pedaços que você perdeu nessas andanças e venha para o meu tapete mágico.” O ‘tapete mágico’ que leva ao lugar encantado.

E então, o autor ou o personagem, retomam a metonímia do olho que diz da pessoa, a conhecida metonímia do olhar, citando César Vallejo: “*Tenemos en uno de los ojos mucha pena, y también en el otro, mucha pena, y en los dos, cuando miran, mucha pena*”.

Novamente a dureza da realidade é refletida no uso metonímico, no trecho que segue, quando o personagem especifica despesas indispensáveis: o aluguel, o maço de cigarros, o sanduíche, o ônibus, o metrô, bem como quando levanta seus pertences na bolsa, o que reflete as suas andanças de estrangeiro latino na europa:

“*Primeiro, a surpresa de não encontrar. Surpresa branca, longa, boca aberta. £10. O aluguel da semana mais um ou dois maços de Players Number Six. Alguns sanduíches e ônibus, porque metrô a gente descola, five na entrada e five, please, na saída. Reviro a bolsa: passaporte brasileiro, patchuli hindu, moedas suecas, selos franceses, fósforos belgas, César Vallejo e Sylvia Plath. Olho no chão. Afasto as pernas das pessoas, as latas de lixo, levanto jornais, empurro bancos. Tenho duas opções: sentar na escada suja e chorar ou sair correndo e jogar-me no Tâmisa. Prefiro tomar o próximo trem para a próxima casa, navegar nas waves de meu próprio assobio e esperar por Mrs Burnes, que não vem, que não vem.*”

Já ao final do conto, destaca o estado de espírito do personagem que se confunde com o autor: “*como se fosse necessário acender todas as velas e todo o incenso que há pela casa para afastar o frio, o medo e a vontade de voltar.*” Velas e incensos representam, portanto, os objetos palpáveis, os amuletos, capazes de diluir o mal estar.

E continuando, no mesmo trecho: “*A pedra de Brighton parece um coração partido. O tarô esconde a Torre Fulminada. As flores amarelas sobre a mesa branca ainda não morreram. O telefone existe, mas não chama. Na parede tem um mapa-múndi do século não sei quantos. O cacto. A agulha faz a bolha na ponta do dedo de Saturno libertar um líquido grosso e adocicado. Sinto dor: estou vivo*”.

Nesse trecho a metonímia representa um papel de construção de referencialidade a partir do específico, dos pedaços de realidade que o tocam, até o ponto em que ele se sente vivo. A reconstrução do ser pelo específico. E, então, mais a frente ele afirma: “*meu coração é atlante*” e ao final: “*Meu coração está perdido, mas tenho um London de A a Z na mão direita e na esquerda um Collins dictionary.*” Novamente o se situar pelo específico quando o coração atlante está perdido.

No conjunto, podemos analisar o papel das metonímias no conto como três processos específicos, o primeiro é o da autoreferencialidade buscada, em que o específico denota os únicos espaços possíveis para que o personagem possa garantir a sua existência. Por outro lado, as metonímias refletem a crua realidade de uma cidade cosmopolita, dentro da civilização moderna que cria a ilusão do consumo, o sonho da igualdade de possibilidades aos bens culturais e o deslocamento dos lugares específicos em função da massificação exacerbada. Também as metonímias situam o lugar do estrangeiro auto-exilado, que possui “passaporte brasileiro, patchuli hindu, moedas suecas, selos



franceses, fósforos belgas”, aquele que nega os costumes sociais, a vida comedida pelos ritos sociais, para ter o estrangeiro como um modo de ser social, deslocado, diferente.

Enquanto conto moderno, autor e personagem se confundem e olham os traços de realidade marcados pelo algo mais (*something else*) que possuem dentro de si. Na sua construção o conto se faz orgânico, ainda que aparentemente desconexo. A sua linguagem reflete um modo de ser estrangeiro, pouco calcado em estruturas fixas, sem muitas reflexões existenciais, marcado pelas metonímias que o jogam para a realidade mais crua e mais deplorável, mas ao mesmo tempo, uma realidade que sustenta a sua existência a partir do corpo, daquilo que pode ser visto e tocado, do que é experimentável. Desse modo, a torturante existência estrangeira é apresentada sem traumas, mas terrificante em sua realidade calcada no específico, tendo o olhar como modo de ser.

Podemos concluir que a grande metonímia do conto é aquela do olhar, porque os leitores são colocados no olhar do estrangeiro, não do estrangeiro que chora pela pátria que deixou pra traz e sim daquele que se situa como estrangeiro em relação à sociedade e que tem no distanciamento de si, da sua terra, da sua cultura, um único modo de sobreviver.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA:

- Abreu, Caio Fernando. (1996) *Estranhos Estrangeiros*. SP: Companhia das Letras.
Brandão, Roberto de Oliveira. (1989) *As figuras de linguagem*. SP: Ática.
Henry, Paul. (1994) *A história não existe?* In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de leitura: da história ao discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
Jakobson, Roman. (2000) *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidro Bliktein e José Paulo Paes. SP: Cultrix.
Lakoff, George e Johnson, Mark. (2004) *Metáforas da vida cotidiana*. SP: Mercado das Letras.
Marcondes, Danilo. (1994) *Ciência da linguagem e filosofia da linguagem: uma perspectiva histórica*. In: *Vertentes*, São João Del Rei, MG, nº 3.
Mari, Hugo. (1991) *Os lugares do sentido*. BH: Faculdade de Letras, UFMG. (Cadernos de Pesquisa \ NAPq, 1)
Verón, Eliseo. (1980) *A produção do sentido*. SP: Cultrix

B) A METÁFORA NO CONTO LONDON LONDON DE CAIO FERNANDO

ABREU

1. – Redefinindo a metáfora

Numa visão tradicionalista, a metáfora é definida como figura de ornamento. Aristóteles, em sua obra *Poética*, concebe essa figura como “a *transladação do nome de uma coisa para outra coisa*”. Desse modo, compreende-se que o recurso do uso da metáfora permite transportar não apenas o nome de uma coisa para outra, mas também de uma espécie para o gênero, de uma espécie para outra espécie, por via de analogia.

Moisés (1993) em um estudo exaustivo de conceituação da metáfora, admite que é com Michel Bréal (*Essai de Semantique*, 1908), no interior dos estudos lingüísticos e com Charles Sanders Pierce (*Collected Papers*, 1931, 1958), no arcabouço dos estudos sobre semiótica, que a metáfora passa a ser estudada a partir de novos vieses semânticos e semióticos, passando a ser vista como transformação de sentido, deixando-se, assim, de lado o que se refere à forma, considerada no que diz respeito à comparação.

Entre os estudiosos que cita, Moisés lembra que dentro desse contexto faz-se necessário salientar a teoria de I. A.. Richards, que define a metáfora como a junção de duas idéias: teor e veículo; a primeira equivaleria à “idéia original” e a segunda à “idéia tomada emprestada”; “aquilo que está sendo dito ou pensado” e “aquilo com que está sendo comparado”; “idéia subjacente” e “qualidade imaginada”; “significado e metáfora”; idéia e sua imagem”.



Evidencia-se, então, a união de teor e veículo gerando um terceiro sentido, diferente daquele que cada um apresenta isoladamente. Esse sentido gerado representaria o resultado de características comuns a ambos.

Além de Richards, o autor cita também Philip Wheelwright (1968), que bifurca o termo “metáfora” em dois:

1) epífora, que assinalaria a “*transferência de extensão de sentido através da comparação*” e

2) diáfora, que indicaria a “*criação de um significado por justaposição e síntese*”. Assim, ocorreriam dois movimentos semânticos (phora); o primeiro constituiria uma “base literal de operações”, e o segundo pressuporia o “*surgimento de novos significados e qualidades em conseqüência do agrupamento de vocábulos ou frases*”.

Para Moisés (1993), a metáfora, caracterizada como “máscara”, “embuste”, “abstração”, constitui uma equação semântica e não sintática, pois é o sentido que importa, não a ortografia, a fonética ou a morfossintaxe. A sintaxe exerceria o papel de assessoria complementar à semântica.

Vendo, assim, a metáfora como equação semântica, Moisés conclui que não seria um recurso exclusivo da linguagem literária, pois também ocorre na linguagem falada com igual freqüência e densidade, distinguindo-se pela função e pelo objetivo. A metáfora seria, por isso, instrumento universal, implicado no próprio ato verbal de qualquer espécie. Seria “*um princípio onipresente da linguagem*”; metáfora e signo verbal constituiriam quase-sinônimos.

Nesse ponto, o autor remete novamente a I. Richards para, em outros termos, explicar que metáfora e pensamento, ainda que o mais rudimentar se entrelaçam a ponto de admitir-se que “*o pensamento é metáfora*”.

Refletindo sobre a polêmica que há no que diz respeito à distinção entre metáfora lingüística e metáfora literária, Moisés (1993: 207) sumariza:

1. toda metáfora é lingüística;
2. a distinção entre níveis de articulação da metáfora depende de sua natureza, função e objetivo.

Assim, a classificação da metáfora pode ser representada na forma de um “*continuum*” ordenado de 0 a 10, em que a metáfora lingüística não literária (científica, religiosa, filosófica) se aproximaria do número 1 e a metáfora lingüística literária se encaminharia para o número 10, incluindo-se nesse “*continuum*” desde a metáfora cotidiana até a filosófica, passando pela metáfora científica. Desse modo, a metáfora não-literária estaria mais ligada ao espaço da denotação, enquanto a literária se ligaria ao espaço da conotação.

Essa é uma visão que se aproxima do enfoque funcionalista dado à linguagem. Entendendo a língua como instrumento de interação verbal, com a função de estabelecer relações comunicativas entre usuários, evidencia-se a necessidade de expandir significados na expressividade do dia-a-dia. Isso leva ao uso de expressões em sentidos outros que não o literal, como modo de explicitar em termos simbólicos o pensamento abstrato.

A metáfora exerce esse papel de propiciar a extensão da capacidade de conceituar e, por conseguinte, de facilitar a comunicação. Servindo a essa função deixa de ser vista como uma simples figura ornamental do discurso, para se apresentar como um elemento fundamental no processo de compreensão entre interlocutores. Institui, assim, o jogo entre o concreto e o abstrato que permeia o exercício mental de comunicação lingüística.

Nessa linha de definição que considera a metáfora mais como questão de linguagem e menos como ornamento retórico, Lakoff e Johnson (2002) afirmam que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, no que diz respeito ao pensamento e a ação. Esses dois autores se referem às metáforas a partir da importância que elas ganham no dia-a-dia, por estruturarem o pensamento. Exemplificam com o fato de que quando pensamos em certos conceitos abstratos, como o tempo, nós o fazemos, sobretudo através de metáforas.

O domínio significativo “tempo é dinheiro”, por exemplo, permite o uso de um conjunto de expressões metafóricas do tipo: “estamos perdendo tempo”, “ganhando tempo”, “gastando tempo”, “investindo tempo”, “economizando tempo”, entre outras. Isso explica que nosso sistema conceitual



ordinário é fundamentalmente metafórico por natureza. Esses autores elaboraram a seguinte conceituação: “a essência da metáfora é compreender uma coisa em termos de outra”.

Outro exemplo citado por Lakoff e Johnson (2002) é “discussão é guerra”, a partir do qual estruturam-se expressões cotidianas tais quais: “seus argumentos são indefensáveis”, “ele atacou todos os pontos fracos”, “suas críticas foram direto ao alvo”, “destruí sua argumentação”, “jamais ganhei uma discussão com ele”, “se você usar essa estratégia, ele vai esmagá-lo”, “ele derrubou todos os seus argumentos”, que explicitam que quando falamos sobre discussão estamos falando em termos de guerra.

Os autores explicam que discussão e guerra são atividades completamente diferentes – discurso verbal e conflito armado – e as ações correspondentes são igualmente diferentes, mas discussão é parcialmente estruturada, compreendida, realizada e tratada em termos de guerra. O conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, em conseqüência, a linguagem é metaforicamente estruturada. Essa maneira ordinária de se falar sobre discussão em termos de guerra pressupõe uma metáfora da qual raramente tomamos consciência. Desse modo, a linguagem da discussão não é poética, ornamental ou retórica; é literal.

Além dessas metáforas chamadas estruturais, em que um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro, Lakoff e Johnson focalizam também as metáforas orientacionais e as ontológicas. As primeiras, ao contrário das estruturais, organizam todo um sistema de conceitos em relação a outro. A maioria delas têm a ver com a orientação espacial do tipo para cima/ para baixo, dentro/ fora, trás/ frente, em cima de/ fora de, fundo/ raso, central/ periférico.

Essa orientação espacial faz gerar conceitos como “feliz é para cima” e “triste é para baixo”, que permitem dizer “estou para cima hoje” ou “estou me sentindo para baixo”. Esse tipo de metáfora é de ordem arbitrária, tem base em nossa experiência física e cultural; não é construída ao acaso, e pode variar de uma cultura para outra.

As metáforas ontológicas referem-se ao fato de podermos compreender nossas experiências em termos de objetos e substâncias, o que nos permite selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme.

Lakoff e Johnson afirmam que uma vez que podemos identificar nossas experiências como entidades ou substâncias, podemos referir-nos a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, dessa forma, raciocinar sobre elas. É a experiência com objetos físicos, principalmente com nosso corpo, que fornece a base para uma variedade de metáforas ontológicas, isto é, formas de conceber eventos, atividades, emoções, idéias, etc. como entidades e substâncias.

Para esses autores, talvez as metáforas ontológicas mais óbvias sejam aquelas em que ocorre a personificação; os objetos físicos são concebidos como pessoas, como nos exemplos: “A sua teoria me fez compreender o comportamento de frangos criados em máquina industrial”, “Este fato ataca teorias clássicas”, “A vida me trapaceou”, “A sua religião lhe diz que ele não pode beber bons vinhos franceses”.

Como se vê, a personificação representa uma categoria que recobre uma enorme gama de metáforas ontológicas, permitindo dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, o que facilita conceber algo abstrato em termos explicativos, com vistas a fazer sentido para a maior parte das pessoas.

Vilela (2002) utiliza as propostas de Lakoff e Johnson para analisar a linguagem no domínio da economia e avisa que ao se tratar a metáfora sob o ponto de vista da teoria cognitivista, é bom lembrar que os cognitivistas vêem não só a metáfora em si, mas a metáfora em relação à metonímia e a sinédoque, como instrumento de linguagem, quer como criações novas, quer como enriquecimento dos processos de configuração da realidade circundante: a existente e a emergente. Assim, o significado é interpretado como “conceituação”, como um processo ou o seu resultado.

2 – As metáforas no conto *London London* de Caio Fernando Abreu

Sabe-se que a metáfora envolve a categorização que as línguas fazem da nossa experiência. No entanto, Vilela (2002) faz a seguinte indagação: Em que medida estamos perante a metáfora (em sentido amplo) ou perante a conceituação literal; perante o protótipo/ estereótipo ou “semelhança de família”? Assim, ao se ordenar objetos, acontecimentos, experiências numa gama de categorizações, pode-se ir do mais prototípico ao mais periférico, mas considerados dentro de dada categoria com vistas a algum objetivo.



E com essa visão que será analisada a linguagem metafórica no conto *London London*, do livro *Estranhos Estrangeiros*. A epígrafe, de Miguel Torga, já dá o tom do livro, segundo seu editor: “*Pareço uma dessas árvores que se transplantam, que têm má saúde no país novo, mas que morrem se voltam à terra natal*”.

O título *Estranhos Estrangeiros* remete à idéia de “diferentes” “outros”, “estranhos”. Assim, título e epígrafe já apontam para uma metaforização de forma generalizada, ou periférica, de experiência de viver em terras outras.

Lê-se na orelha do livro: “*a ambigüidade do exílio, em que a distância da terra natal – fonte do desgarramento típico do emigrado – é também a afirmação da identidade de seres humanos de um determinado tipo, aqueles que se vêem como exilados voluntários do cotidiano da colméia – os estranhos*”.

O conto *London London* é de pouca extensão, refere-se a um período em que Caio Fernando Abreu viveu em Londres e descreve as experiências vividas por ele na condição de estrangeiro.

Desse modo, a narrativa desenvolve-se em torno do domínio conceitual que se estrutura em termos da metáfora estrutural SER ESTRANGEIRO É ESTAR PERDIDO.

Perdido no sentido de que “*o desgarramento é criador de um espaço de liberdade indispensável para a própria sobrevivência, mas não é uma liberdade alegre a que se obtém com a distância*”. Fica “*aquele mal estar aqui dentro*”, com a sensação de que “*tudo o mais ficou fora*”.

A partir desse domínio significativo, pode-se perceber que as metáforas utilizadas pelo autor não têm a função de meros recursos ornamentais com intenções literárias, mas atuam com vistas a construir linguisticamente pensamentos abstratos referentes a esse domínio semântico.

Assim, a estruturação lingüística da idéia de que ser estrangeiro é sentir-se fragmentado e solitário pode ser exemplificada com o seguinte trecho:

“Meu último olhar do dia repousa, como um poema antigo, sobre o uniforme da Terceira Grande Guerra jogado no chão para a ofensiva da manhã seguinte: tênis francês (trinta francos), blue jeans sueco (noventa coroas), suéter inglês (quatro libras), casa co marroquino (novecentas pesetas).”

No que diz respeito às metáforas ontológicas, e atuando a partir do conceito estruturado de que SER ESTRANGEIRO É ESTAR PERDIDO, o autor constrói seu discurso identificando as experiências em forma de objetos e substâncias. Partes do corpo – olhos, coração, músculos – são referenciados como entidades na percepção dos sentimentos experienciados. Assim esses elementos são referidos como objetos que podem perder-se, estar duros, cansados, dizer algo. As estruturas com metáforas ontológicas mostradas a seguir permitem-nos fazer tal constatação:

“Meu coração está perdido, mas tenho um mapa de Babylon City entre as mãos”
“Os olhos azuis são duros, e quando se contraem, fazem oscilar de leve a rede salpicada de vidrilhos (belgas) que lhe prende o cabelo”
“Pero siempre puede ser que sus ojos digan todo”
“Dor nas costas. Músculos cansados”
“Look deep on my eyes. Can you see? They are lost. They’re completely lost”
“... Mas meu coração é atlante”
“Meu coração está perdido, mas tenho um London de A a Z na mão direita...”

Também objetos físicos são personificados, revelando que experiências referentes a entidades não-humanas possam ser vistas como humanas, conforme trechos abaixo:

“É muito jovem, mas a heroína levou embora a rosa de suas faces”
“Aquele amor ledo e cego acabaria por matá-la”
“... mio cuore es una brasura, but your body hurts me as the world hurts God”

Ao falar de eventos, ações e atividades, o autor os conceitua como objetos, estados, como recipientes:

“Vou navegando nas waves de meu próprio assobio, até a porta escura da casa vitoriana”
“... navego, navego nas waves poluídas de Babylon City”
“... apanhe todos os pedaços que você perdeu nessas andanças e venha para o meu tapete mágico”
“... primeiro procura apartamento, depois trabalho, depois escola, depois, se sobrar tempo, amor (...) se preciso for, e sempre é, motivos para rir ou chorar”



“... **morrer de amores por alguém que tenha nojo de sua pele latina**”

“Agora **custo um pouco mais caro** e meu preço está sujeito a oscilações da bolsa”

Ao se referir à cidade fictícia – Babylon City – o autor a apresenta ora como uma substância que pode inflamar-se, ora como um ser que pode sofrer estertores e afogar-se. Como um caldeirão cheio de coisas inusitadas, inesperadas, misturadas, confusas:

“**Babylon City ferve**”

“**Babylon City estertora, afogada no lixo ocidental**”

Também objetos e sentimentos são vistos de modo a executarem ações:

“**Há um fantasma em cada esquina** de Hammersmith”

“... e **frutas nas barracas de Portobello** – para **preencher el hueco de su hambre**”

“**Nenhuma deixará transparecer qualquer emoção por detrás do make up**”

“**Blobs in stranger’s hand, virando na privada o balde cheio de sífilização**”

Como se vê, os exemplos acima mostram que objetos físicos e sentimentos são personificados, revelando experiências referentes a entidades não-humanas que passam a ser vistas como humanas.

Também, ao falar de eventos, ações, atividades, o autor os conceitua como objetos, estados, como recipientes.

Do ponto de vista das metáforas orientacionais, a partir das quais pode-se inferir que feliz indica para cima e triste indica para baixo, pode-se dizer que a narrativa se constrói a partir da orientação PARA BAIXO.

“**Tem uma saia de retalhos coloridos até quase o chão**”

“... hay outra (terra) **más al sur**”

“**Look deep on my eyes**”

A intensa metaforização presente no conto *London London* é um indicativo de que o autor a utiliza como instrumento de expressão de sentimentos, eventos, ações, etc. na construção da história que quer narrar. Parece não haver a intenção com estética literária, ornamental. Surge da necessidade de dizer o cotidiano, de expressar-se linguisticamente. E, ao expressar em línguas várias esse cotidiano da cidade-cenário em que eventos, performances, situações vão passando como em uma fita de cinema *cult*, Caio Fernando Abreu mostra o estrangeiro como aquele que, trabalhando em sub-serviço de limpeza numa cidade grande, às vezes encanta-se, extasia-se; às vezes choca-se, assusta-se com a cidade, mas, mesmo meio perdido dentro desse panorama de metrópole, sentindo um mal-estar por dentro, também já não se vê integrado com uma possível volta à terra natal.

Daí, então, que SER ESTRANGEIRO É ESTAR PERDIDO, sem uma identidade definida, composto com “tênis francês”, blue jeans sueco”, “suéter inglês”, casaco marroquino” e sofrendo com “bolhas nas mãos”, “calos nos pés”, “dor nas costas”, “músculos cansados”, pelo trabalho duro com “ajax, brush and rubbish”, terminando o dia com “cabelos duros de poeira”, “narinas cheias de poeira”. Subindo e descendo por “stairs, stairs, stairs”. “bathrooms, bathrooms”, suportando “dor nas pernas”, por ter que “subir, descer, chamar, ouvir”, “up, down”. Perdido entre túneis, esquinas, praças, jardins, terraços, ruas, estradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Caio Fernando. (1996) *Estranhos estrangeiros*. São Paulo, Cia das Letras.
- Carvalho, Sérgio N. de. (2003) *A metáfora conceitual: uma visão cognitivista*. Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF. Vol VII, nº 12.
- Carvalho, Mauricio Brito de. (2003) *Uma abordagem sócio-construtivista para as metáforas*. In: *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas*. Rio de Janeiro. Ano 2. nº 2. Disponível em: www.unirio.br. Acessado em 13/01/2005.
- Lakoff, George & Johnson, Mark. (2002). *Metáforas do cotidiano*. São Paulo, Mercado de Letras.
- Moisés, Massaud. (1993). *A criação literária*. São Paulo, Cultrix.
- Pontes, Eunice. (1990). *A metáfora*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- Rivano, Emílio. (2005) *Un modelo para a descripción y análisis de la metáfora*. Cuadernos interdisciplinarios de estudios latinoamericanos. In: www.userena.cl. Acessado em 13/01/2005.
- Vilela, Mário. (2002) *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra, Almedina.



Sessão de encerramento



O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, ENG.º RUI CASEIRO E O PRÉMIO NOBEL DA PAZ, BISPO D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO NA CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO









Évora, Braga, Guarda, Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra eram algumas das Universidades e Politécnicos portugueses representados presencialmente, além da Inspeção-geral do Ministério da Educação e de várias universidades estrangeiras.



DURANTE A VISITA À CIDADELA



Dois bolsiros timorenses em Doutoramento na Universidade do Minho, o reitor de Timor, Ângelo Cristovao e Edson de Oliveira



Muito apreciada a visita a este ex-líbris de Bragança, único no mundo





DURANTE A VISITA A RIO DE ONOR



Pascoela Barreto (embaixadora de Timor-Leste), Barbedo de Magalhães, Edson de Oliveira e Benjamim Corte-Real



Dois habitantes de Rio de Onor





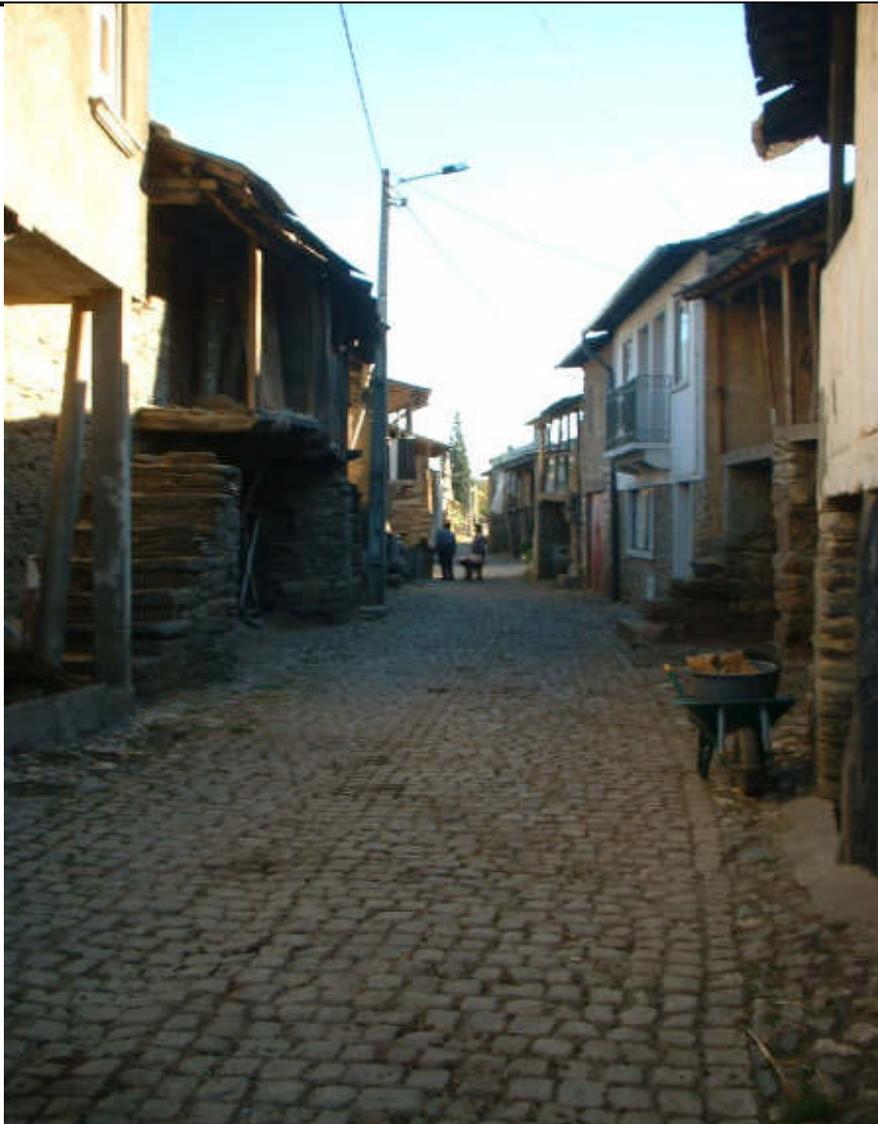
A personagem ao meio era a única que ainda mantinha vivo e fluente o falar de Rio de ONor, as restantes já o usavam adulterado com Português ou Castelhana. Aliás na parte espanhola em RioHonor a acomitiva encontrou Maria, uma ex-emigrante na Argentina que nos falou de que ali estivera em sua casa e conheceu Torga, ali lera Saramago em Português, tinha o último livro de Paulo Coelho e ouvira Ximenes Belo na rádio em português. Esta septuagenária notável lia os autores portugueses na edição original,



ACTAS do 4º Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 Outº 05- apoio da Câmara Municipal de Bragança

apesar de ter nascido em Castilla y León e ser viúva dum habitante de RioHonor. Para terminar declamou para nós um pouco de Fernando Pessoa.







Jovens professores e ex-alunos do IPB não perderam a oportunidade da visita e do convívio que este Colóquio sempre proporcionam.







NOTAS SOBRE O 4º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA



com o apoio da Câmara Municipal de Bragança por J. Chrys Chrystello © Revista Agália



O 4º Colóquio Anual Internacional da Lusofonia a 3 e 4 de Outubro de 2005, foi decerto um novo sucesso com o apoio da **Câmara Municipal de Bragança**. Uma das razões preponderantes para organizarmos estes colóquios em Bragança, Portugal, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras.

Subordinada ao título **DOS CONTADORES DE HISTÓRIA À LITERATURA CONTEMPORÂNEA**, o Colóquio da Lusofonia 2005 teve como tema central o problema da **Língua Portuguesa em Timor-leste**: como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projectos e perspectivas presentes e futuras.

Segundo a organização, "uma das razões para realizar este colóquio em Bragança, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes, sem permitir a regiões desertificadas e afastadas ter ao seu alcance debates sobre a língua portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras".

"O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade", defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional. A língua portuguesa "tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas" e é tanto mais plausível porque "o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense" e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial "não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico". "O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Dili", afirma Hull. "A juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender" a língua portuguesa.

Estas eram, de facto, as premissas com que partimos para este Colóquio. Não sabíamos que teríamos entre nós a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Carlos Filipe XIMENES BELO, e muito menos imaginávamos que teríamos uma exposição de fotografia do Presidente Kay Rala XANANA GUSMÃO (Rostos da Lusofonia), e que o Colóquio coincidia com o maior eclipse anular do sol desde o início do século passado.

Para além disto havia uma exposição de Rostos Transmontanos da autoria da pintora Helena Canotilho, uma Mostra de Artesanato local e uma Mostra de Livros para o mercado de Timor e de livros mirandeses.

Esta edição, submetida ao tema «Dos contadores de história à literatura contemporânea – A língua portuguesa em Timor-Leste», iniciou-se com a observação do eclipse solar. Depois, o auditório do Centro Cultural de Bragança acolheu cerca de uma centena de pessoas no primeiro dia do 4º Colóquio Anual de Lusofonia. Os trabalhos tiveram início de manhã, depois da observação do eclipse solar. A abertura oficial esteve a cargo do presidente da autarquia, António Jorge Nunes, que anunciou o compromisso de manter em Bragança a realização dos colóquios de Lusofonia, tendo falado a Sra. Embaixadora de Timor-Leste, Pascoela Barreto.

Durante dois dias foi debatido o futuro do português na ex-colónia lusa, além de temas mais genéricos como as tradições, a literatura e a tradução em geral. As razões desta temática orientada para Timor-Leste têm a ver com um dos aspectos "que consideramos de certo modo controverso. Em termos linguísticos é a primeira vez que se faz uma experiência destas no mundo: impor-se uma língua oficial



numa nação onde não existe uma língua própria, mas várias línguas: a franca, o tétum e vários dialectos”. O objectivo destas iniciativas é “aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada pessoa dentro da sua especialidade para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades”.

Contudo, de acordo com várias fontes, o aumento do número de falantes do português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos. A organização do Colóquio entende que “foi sobremodo graças à acção da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor”, e daí a relevância da presença do bispo resignatário de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos, terça-feira.

O evento permitiu também aos participantes observarem a exposição com 33 fotografias de Timor e dos seus rostos, da autoria do presidente Xanana Gusmão, gentilmente cedida pela C. M. de Odivelas e pela Dra. Helena Espadinha. A primeira-dama timorense, Kirsty Sword Gusmão, contribuiu também para a iniciativa com peças de artesanato que vão estar expostas durante um mês no centro cultural municipal de Bragança, onde decorreu o colóquio da Lusofonia. Estas peças foram já todas compradas, revertendo a receita para a Fundação ALOLA, que se dedica a apoiar mulheres timorenses.

A ideia transversal e principal deste colóquio era o futuro do português em Timor. “O tétum está a ser enriquecido com toda uma terminologia que deriva automaticamente do português, e não do inglês. Enquanto as línguas tradicionais cada vez mais se servem do inglês, o tétum está a servir-se do português para criar palavras que não existem na sua língua franca o que enriquece tanto o português como o tétum”.

Os colóquios anuais de Lusofonia abordam, desde 2002, as problemáticas da língua portuguesa no mundo e desde 2003 que se realizam em Bragança. No ano passado debateu-se a evolução e o progresso da segunda língua oficial de Portugal: o Mirandês. Esta quarta edição contava com mais de 20 oradores de diversas nacionalidades, que analisaram o desenvolvimento do português nos últimos cinco anos em Timor-Leste ao longo de dois dias.

Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que *“de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela alguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português”*. Por isso *“não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países”*.

Francamente positivo. É este o balanço que a organização do 4º Colóquio da Lusofonia, faz do evento. Chrys Chrystello, um dos organizadores, classificou o 4º Colóquio da Lusofonia como de longe o melhor dos quatro já organizados. Uma classificação que a muito se fica a dever à presença de bons oradores e em especial do prémio Nobel da Paz, o bispo Dom Ximenes Belo. O organizador fala ainda numa atmosfera especial de proximidade e convívio, entre participantes, durante os dois dias de duração do Colóquio, que decorreu no Centro Cultural de Bragança.

Porém, o público continua a não aderir como esperado a este evento. Apesar disso, Chrys Chrystello prefere dar ênfase à qualidade das pessoas presentes que ficaram de início a fim do colóquio. Para o ano fica no ar um 5º Colóquio da Lusofonia, também em Bragança. O repto já foi lançado pelo presidente da Câmara, porém, o tema ainda não foi escolhido. O destaque deste colóquio acabou mesmo por ir para a presença de Ximenes Belo, uma presença bastante fugaz.

Depois de alguma insistência, o prémio Nobel da Paz em 1996 lá acabou por transmitir algumas palavras para os microfones e afirmar que é preciso também investir na formação de professores de português timorenses e não só mandar de Portugal. Dom Ximenes Belo parcou em palavras para os jornalistas, apesar de uma intervenção bastante personalizada no 4º Colóquio da Lusofonia, que decorreu em Bragança. (Rádio Brigantia)

As declarações da embaixadora e do bispo de Timor tiveram bastante mais eco nos meios de comunicação social do que os próprios temas debatidos. Vejamos de seguida o que se escreveu a esse respeito:

A embaixadora de Timor-Leste em Portugal, Pascoela Barreto, admitiu hoje que, em menos de uma década, a língua portuguesa falada actualmente por um quarto dos timorenses deverá ser generalizada a todo o país. A diplomata admitiu que o português ainda não faz parte do



quotidiano dos timorenses, mas assegurou que o governo de Timor-Leste "está a tomar medidas" para que dentro de alguns anos isso seja uma realidade.

A embaixadora falava na abertura do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, que vai debater hoje e terça-feira a realidade de um país - Timor-Leste - que adoptou como oficial uma língua que não é falada pela maioria dos seus habitantes. Os timorenses expressam-se, maioritariamente, em tétum.

Segundo Pascoela Barreto, "há ainda alguma resistência à aprendizagem do português, devido aos 24 anos de ocupação indonésia, durante os quais a língua portuguesa foi proibida". "Esta reintrodução [do português] acaba por ser um pouco mais difícil, porque muitos dos nossos jovens fizeram a sua formação na língua indonésia, mas as nossas crianças até ao sexto ano já aprendem o português e portanto todo o ensino é feito em língua portuguesa", disse a diplomata à agência Lusa.

A embaixadora timorense acredita que esta geração contribuirá para que dentro de "cinco, seis ou sete anos o português seja uma realidade generalizada no quotidiano de Timor-Leste". A diplomata realçou também o empenho e espírito de sacrifício e de missão dos professores portugueses que estão a ensinar a língua e a formar os professores" do seu país.

"Portugal tem feito um grande esforço nesta recuperação da língua portuguesa, mas também não quero deixar de enaltecer as iniciativas dos outros países da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], nomeadamente o Brasil, assim como os outros países", afirmou.

Além do ensino, Pascoela Barreto realçou o "esforço" que o Governo timorense está a fazer para o desenvolvimento da língua portuguesa, fazendo questão de que todos os documentos oficiais sejam escritos em português. "Há, pelo menos, esse esforço de ir transpondo para o português toda a documentação oficial, incluindo a legislação", disse.

A Justiça é "uma das aéreas sensíveis em que, para a embaixadora, Timor precisa de continuar a contar com a ajuda" lusófona. Os magistrados timorenses estão actualmente a receber formação, enquanto que os tribunais funcionam essencialmente com juristas de outros países. Pascoela Barreto espera que, também em menos de uma década, a língua portuguesa seja a língua usada nos tribunais de Timor-Leste.

O número de falantes do português em Timor-Leste tem vindo a aumentar desde a independência do país, em 1999, estimando-se que passou de entre a cinco a dez por cento para 25 por cento da população - um em cada quatro timorenses....

HFI. Lusa/fim

Ximenes Belo, pediu em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses. Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adoptaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque "há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste". "Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.

Para o antigo bispo de Díli "não chega" haver professores portugueses em Timor-Leste: "é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infra-estruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas". D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a baptizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas.

"Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse. A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong-Kong, onde as pessoas falam esta língua.



"Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou. Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.

"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou. D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor). Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.

HFT. LUSA. FIM

A propósito do 4º Colóquio Anual da Lusofonia cumpre-me, como organizador, tecer alguns considerandos.

Eram objectivos dos três Colóquio já realizados em Bragança: **Colocar Bragança em cena.**

Este ano pretendia-se discutir como **Tema Principal o problema da língua portuguesa em Timor-Leste** através dum painel de peritos mundiais. A cobertura da Comunicação Social foi superior à de anos transactos, embora grande parte dessa cobertura se deva à presença de Sua Ex.^a Revd.a D. Carlos F. Ximenes Belo.

1. Presença de peritos nas áreas em debate: tivemos a presença para além de D. Ximenes Belo, o Professor Doutor Benjamim Corte-Real, Reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste (co-responsável pela política de implantação do Português em TL), a Dra. Pascoela Barreto, Embaixadora daquele país, a Prof. Dra. Regina de Brito (co-responsável pela política de implantação do Português em Timor-Leste), o Prof. Doutor Eng.º Barbedo de Magalhães, inúmeros professores cooperantes actuais e recentes em Timor-Leste.
2. Uma das razões preponderantes para organizarmos estes colóquios em Bragança, Portugal, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras. Mas os resultados não condizem com as queixas de interioridade e afastamento das forças locais: a assistência e presença de pessoas locais era mais reduzida ainda que em anos anteriores poucos e a título individual por interesse na temática. Houve uma ausência total das instituições de ensino da cidade e distrito. ***São estes quem mais se queixa da sua interioridade e isolamento, mas sendo-lhe dada esta oportunidade única de ter durante um dia um Prémio Nobel da Paz, e ouvir tantas e tão distintas personagens do mundo da Língua Portuguesa, preferem ignorar o evento e continuar a queixar-se? Os Colóquios estão já muito ligados ao nome de Bragança mas Bragança continua a ignorá-los.***

Não obstante estiveram registadas PRESENCIALMENTE mais de seis dezenas de pessoas, além de mais duma vintena de oradores. Essas pessoas vieram de TIMOR-LESTE, LISBOA, SINTRA, ALMADA, AVEIRO, BRAGA, COIMBRA, GUARDA, ÉVORA, VISEU, SEIA, ILHA DA MADEIRA, BRASIL (VÁRIOS ESTADOS), PORTO, GALIZA, VILA REAL, ALMODÓVAR, representando UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS de TIMOR-LESTE, BRASIL, LISBOA, AVEIRO, COIMBRA, ÉVORA, GUARDA, MADEIRA, VILA REAL, PORTO, VISEU. A nível académico e, dado o tema, melhor não seria possível e dificilmente essas pessoas viriam a Bragança.

3. Este Colóquio serviu para o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa, uma entidade supra política, supranacional que visa englobar todas as instituições de ensino e autarquias da CPLP, sendo Bragança uma das primeiras autarquias convidadas a subscrever o Protocolo.
4. A componente lúdica deste Colóquio permitiu uma vez mais, algo que não sucede em eventos deste tipo: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços e jantares de trinta pessoas e um passeio a Rio de Onor em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, elos esses que se irão manter a nível pessoal e profissional. Este o segredo por trás da recente campanha que "salvou" o Ciberdúvidas, conforme foi dito por um responsável do site numa alocução ao público. É que os Colóquios da Lusofonia neste momento já movem cerca de duas mil pessoas através dos seus contactos na Internet.

Dados os pontos anteriores, pretendo aceitar o repto do Sr. Presidente da Câmara, engenheiro Jorge Nunes para um 5º Colóquio da Lusofonia em Bragança. Estes Colóquios podem ser marginais em relação às grandes directrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, mas na prática têm servido para



ACTAS do 4º Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 Outº 05- apoio da Câmara Municipal de Bragança

inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se acabou de ver. Em Timor-Leste as pessoas ousadas que criaram novas respostas à realidade tiveram melhores resultados e muito mais progresso na implantação da língua portuguesa do que aqueles que se limitaram a papaguear a cartilha do ensino da língua portuguesa. Os timorenses agradecem e a comunidade de Lusofalantes ficou mais rica, mesmo que os bragançanos não tenham dado conta.

Cumprer realçar que o convívio existente entre os oradores e participantes não se restringiu aos almoços e jantares (refeições típicas regionais a preços económicos) desde Domingo à noite até terça-feira, ele teve o seu ponto alto na visita guiada à Cidadela e a Rio de Onor, e em vez de ter terminado pelas 17.30 apenas se concluiu pelas 20:15...

As pessoas puderam trocar impressões, falar de projectos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, alargando esta rede informar que são os Colóquios Anuais da Lusofonia e que ainda recentemente mostraram o seu valor ao subscreverem uma petição internacional para salvar o sítio Ciberdúvidas, conforme foi realçado por um dos seus responsáveis durante as sessões do Colóquio.

Dentre os temas debatidos focando aspectos curiosos da Geografia à História de Timor, passando pelo Ensino e Cooperação, é importante realçar que os projectos com melhor e maior acolhimento foram aqueles que saíram das linhas institucionais rígidas. Trata-se de projectos em que os professores e cooperantes adaptaram os programas à realidade timorense e assim conseguiram uma adesão e participação entusiástica dos timorenses, que hoje os substituem já nessas tarefas. Este aspecto é notável, pois colide com a burocracia oficial e rígida que estipula quais os programas a aplicar sem conhecimento da realidade local e suas idiossincrasias. Em especial dois destes temas foram abordados por cooperantes brasileiros e portugueses, esperando-se que iniciativas semelhantes possam ser reproduzidas no futuro, pois só estes permitem preparar os timorenses para tomarem os seus destinos e os da sua Língua Portuguesa nas suas próprias mãos.

E deixo para outra oportunidade outras considerações sobre as propostas debatidas.

Lomba da Maia, S. Miguel, Açores, 8 Outubro 2005

O Presidente da Comissão Executiva
4º Colóquio Anual da Lusofonia,
J. CHRYS CHRYSTELLO
Telefone: (+351) 296 446940
Telemóvel: (+ 351) 91 9287816
E-fax (E-mail fax): + (00) 1 630 563 1902
E-mail: lusofonia@sapo.pt
Página da internet: <http://LUSOFONIA2005.com.sapo.pt>



RECORTES DE JORNAIS

0. JORNAL LUSITANO



Porte pago

LUSITANO

Semanário • 845
JORNAL DOS PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO
24 de Setembro de 2005

ANO XVIII
Director: João Leite
Preço: 1,15€ • IVA INCLUIDO À TAXA DE 5%



Irlanda do Norte
Bomba atinge casa com portugueses
Na dia 18, a residência de três cidadãos emigrantes, dois deles portugueses, em Portadown, na Irlanda do Norte, foi atingida por uma bomba incendiária, sendo os seus ocupantes evacuados ileso. Segundo a polícia trata-se de um ataque com motivações racistas, que levou já à abertura de um inquérito. Desde 2003 que se têm verificado várias incidências envolvendo portugueses emigrados no Reino Unido. Pag. 7



Ensino
'Escola Virtual' já em Outubro
Na sua dedicação à Côrrega - que teve como ponto alto a inauguração do escritório e consultor em Apurcia - António Braga anunciou que o projecto Escola Virtual - Comunidades Portuguesas irá arranjar no dia 26 de Outubro. Trata-se de uma iniciativa divulgada há alguns meses, que visa a aprendizagem do Português através da Internet, por parte dos jovens filhos de portugueses emigrados e luso-descendentes. Pag. 9

Língua Portuguesa em debate

Colóquio Internacional da Lusofonia

Das Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea é o tema do IV Colóquio Internacional da Lusofonia. O debate vai centrar-se sobretudo na Língua Portuguesa em Timor-Leste e conta com a intervenção de vários especialistas que, através da troca de experiências, traçar um quadro dos principais problemas e soluções para o Português que, apesar de ser o idioma oficial no país não é falado pela maioria da população. A iniciativa engloba ainda actividades paralelas, como ex-

ENTREVISTA

Nelson
Magalhães
Fernandes,
pré-candidato à
Presidência da
República



10 GRANDE PLANO
Lusitano Sábado, 24 de Setembro de 2005

Colóquio Internacional Língua Portuguesa

Dos Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea é o tema do IV Colóquio Internacional da Lusofonia. O debate vai centrar-se sobretudo na Língua Portuguesa em Timor-Leste e conta com a intervenção de vários especialistas que, entre outros objectivos, pretendem, através da troca de experiências, traçar um quadro dos principais problemas e soluções para o Português que, apesar de ser o idioma oficial no país não é falado pela maioria da população. A iniciativa engloba ainda actividades paralelas, como exposições de fotografia, e uma componente lúdica que inclui um roteiro turístico de Bragança e mostra de livros. O evento conta com o apoio da antarquilha bragantina e decorre nos dias 3 e 4 de Outubro, no Centro Cultural da cidade.

María Leonor Vicente

O IV Colóquio Internacional da Lusofonia decorre entre 3 e 4 de Outubro, em Bragança, no Centro Cultural Municipal e conta com a participação de diversos oradores. O desafio é apresentar casos práticos e experiências vividas por cada um dos intervenientes para lançar o debate que deverá trazer aos participantes uma reflexão que pode ser aplicada e adaptada a cada uma das realidades de ensino do Português, sua divulgação e defesa em países mais distantes. Por não ser um seminário nos moldes tradicionais, no final do encontro não haverá as conclusões que habitualmente rematam os colóquios.

O presidente da comissão executiva do encontro, Chrys Chrystello explicou ao Lusitano que debater a Língua Portuguesa em Timor Leste é algo ambicioso, porque é a primeira vez que se impõe uma língua oficial num país em que a maior parte dos habitantes não a fala. Embora existam factores históricos que justificam a introdução da Língua e sua preservação ao longo dos últimos 450 anos em Timor, o facto é que a mesma não é usada pela maioria da população e foi, inclusive, proibida durante os 25 anos de colonização indonésia. O responsável defende que este é um fenómeno novo, em termos linguísticos, que interessa analisar e estudar fomentando sobretudo a partilha de experiências dos que têm estado em Timor nos últimos anos, desde a independência, para conhecer os progressos, medidas tomadas e saber até que ponto as iniciativas oficiais e das Organizações Não Governamentais (ONGs) têm surtido efeito.

Além disso, pode ler-se no site oficial do colóquio www.lusofonia2005.com.sapo.pt, preten-



Chrys Chrystello é o presidente da comissão organizadora do colóquio

de-se ainda «compreender o papel histórico desempenhado pelos intelectuais e políticos timorenses, extrair conclusões sobre os conflitos e respectivos desenlaces da História bem como conhecer as principais linhas de rumo da literatura timorena no período pós-independência».

De acordo com o linguista australiano, Geoffrey Hull, no seu livro *Timor-Leste. Identidade, língua e política internacional*, citado no site do colóquio, o português faz parte da história timorena. Não a considerar uma língua oficial criaria em risco a sua identidade», adiantando que na juventude deve fazer um esforço colectivo para

aprender ou responder a língua portuguesa».

Chrys Chrystello considera «extremamente importante que a Língua Portuguesa se mantenha e seja falada pelo maior número de pessoas possível, aumentando a curiosidade que muitos países (m longe de nós esteja a renascer o Português, falado por quem não tem sido contacto com a Língua desde que Portugal abandonou aquela colónia em 1975». O responsável recorreu a um exemplo prático de uma jornalista que está em Timor há mais de três anos. «Ela assistiu a um triplicar de falantes da Língua Portuguesa. Não sei se graças aos cooperantes brasileiros, portugueses,

ONGs, governos, n certo é que quem está no terreno se apercebe que a Língua está a caritar mais pessoas em Timor». Um depoimento que «nos apoiou desde o início para a realização deste colóquio», avançou, considerando que é uma prova de que «estevamos no caminho certo».

Leitura em desuso

Aproveitando para fazer uma comparação, Chrys Chrystello mostrou-se admirado que ao mesmo tempo que aumentam

de amor pela Língua e Cultura portuguesas. Nascido na Austrália, mas de raízes lusas, Chrys Chrystello revelou que esse apego foi despoletado pela leitura. Uma prática que se tem perdido com o desaparecimento do convívio tradicional de família, «quando as refeições eram passadas à mesa com os avós a contar histórias do seu tempo. Actualmente a rádio, televisão, Playstation, etc., fizeram desaparecer todo este vínculo sagrado que era a hora da refeição. Também os ritmos de trabalho e a vida consumista, não permiti-

os falantes de Português em Timor, aprovando que algo de bom está a ser feito, em Portugal «liga-se muito pouco à Língua Portuguesa. Basta olhar para a recente campanha para salvar o Ciberdúvidas (site que esclarece acerca de dúvidas na utilização do Português). Os apoios governamentais continuam sem aparecer, mas conseguimos mantê-lo online», depois da Fundação Vodafone e dos CTT se terem comprometido a partilhar as despesas de funcionamento do portal.

O elemento da comissão executiva considera que a preservação da Língua, apenas se consegue com o esforço de todos, confessando ser um gran-

tem estes almoços e jantares». Além disso, apontou o responsável, é «difícil convencer uma criança a ler quando ela tem muito mais interesse em ver desenhos animados, acrescentando que até os manuais escolares sofreram uma evolução: «há 40 anos apenas tinham texto, agora praticamente só têm imagem, através da qual se tenta interessar as crianças. Um livro cheio de letras obriga a trabalho mental e os portugueses não gostam muito de o fazer. Está a preferir-se o vício da leitura».

Um dos conferencistas, João Paulo Esperança, está há alguns anos em Timor ao abrigo de um programa de apoio à Língua



da Lusofonia essa em debate

como professor. Tem feito traduções para Tetum de algumas obras de autores como Agustina Bessa-Luis e José Saramago, contou Chrys Chrystello, salientando que este é «o primeiro passo para a preservação da Língua. O Tetum nasceu da mistura de 32 dialectos, mas adaptou muitas palavras portuguesas».

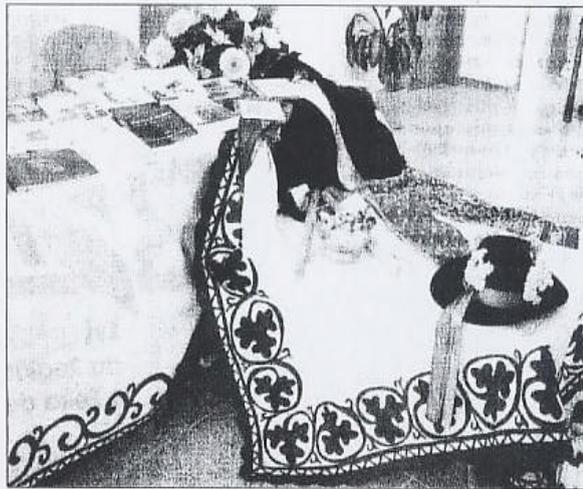
O tradutor australiano confessou que «é muito difícil encontrar no estrangeiro livros portugueses fora de grandes centros como Paris», os autores lusos ainda «não entraram nos grandes mercados internacionais, excepção feita a casos pontuais como *Equador* de Miguel Sousa Tavares, e José Saramago». As traduções das obras lusas continuam «a ser muito poucas», avançou, apontando que tal se deve ao mau «tratamento dado, em Portugal, aos tradutores. Enquanto não houver uma política de Língua e tradução neste país, o problema irá continuar».

Política de tradução precisa-se

A tradução será igualmente um dos temas abordados no encontro, nomeadamente os «problemas da tradução como forma de perpetuar e manter a criatividade da Língua Portuguesa nos quatro cantos do mundo».

Ao contrário do que se possa eventualmente pensar, a tradução continua a viver momentos difíceis em Portugal. O presidente da comissão organizadora do evento pertence à entidade reguladora e ao organismo que faz os testes para candidatos a futuros tradutores e intérpretes na Austrália. Neste país, afirma, «existe uma política da língua e tradução, há cerca de 30 anos, assim como no Canadá. São dos países mais evoluídos e que há mais tempo lidam com esta questão, fruto do multiculturalismo que caracteriza as duas sociedades. Por exemplo, na Austrália existem mais de 200 comunidades étnicas, convivemos com diferentes línguas e culturas e a tradução faz parte integrante das nossas vidas».

Em Portugal começa a assistir-se a uma «migração de outras línguas. Só agora esses problemas começam a surgir. Mas uma vez que essas questões foram já tratadas e testadas na Austrália, Canadá e mesmo na Suécia – um país emergente no



Na edição de 2004 houve, à semelhança do que se passou este ano, uma mostra de artesanato regional

que respeita à tradução, fruto da sua nova formação multicultural», o responsável alega que «estes modelos podem ser adaptados a Portugal. Nomeadamente porque já deram resultados em termos de organização da tradução e profissionalização da mesma, algo que ainda não existe neste país».

De acordo com Chrys Chrystello, embora existam bons tradutores em Portugal, «continuam a ser mal pagos e a qualidade e credibilidade da tradução resentem-se». Confrontado com a existência de cursos superiores da especialidade, o responsável considera que, «fazendo uma análise superficial, os mesmos estão profundamente desajustados à realidade do mercado internacional», ressaltando que «não existe emprego em Portugal para os recém-licenciados».

Apesar de, inicialmente, o programa do colóquio incluir um tema de debate sobre *A tradução e a interpretação em Língua Gestual Portuguesa*, o facto é que não houve nenhum candidato a apresentar propostas de desenvolvimento sobre a questão. A tentativa de trazer esta matéria à debate deve-se ao facto de «considerarmos que ainda existe muito pouco feito para o reconhecimento da Língua Gestual. Em Portugal não se dá va-

lor às pessoas com deficiências, mas é importante defender as minorias e o seu direito à informação», avançou o responsável exemplificando que no país onde nasceu a maioria dos programas da televisão nacional estão preparados para pessoas portadoras de deficiência.

«Em Portugal não se dá valor às pessoas com deficiências, mas é importante defender as minorias e o seu direito à informação»

O tradutor lamentou igualmente que «tivesse havido pouca adesão ao tema que dá o mote ao colóquio Dos Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea. «O revivalismo dos contadores histórias é importante para a preservação da Língua», defende.

Auto-suficiência financeira

«Quando começámos os Colóquios da Lusofonia, há quatro anos, quisemos marcar uma pequena diferença naquilo que se faz no panorama cultural português», recordou Chrys Chrystello, adiantando que «os primeiros dois anos foram dedicados exclusivamente à Língua Portuguesa, ensino e tradução. Isto é, as vertentes que consideramos fundamentais e

permanecem em todos os colóquios. No terceiro ano abordámos o idioma dentro da Lusofonia em Portugal, uma vez que se fala pouco sobre esta temática, inclusive a maior parte das pessoas desconhecia que, por exemplo, o Mirandês, é uma língua oficial».

O primeiro encontro realizou-se no Porto, mas a partir daí a cidade anfitriã passou a ser Bragança. Apoiado desde a 2ª edição pela Câmara Municipal de Bragança, que fornece o espaço físico e dispensa um funcionário para tratar de todos os pormenores logísticos, como a impressão do programa. Chrys Chrystello orgulha-se de dizer que este é, «tanto quanto sei, o único colóquio que em Portugal é auto-suficiente. Não dependemos de subsídios nem pedimos meios monetários a ninguém para o realizar. Contamos apenas com as contribuições dos participantes e oradores». Os Colóquios Lusófonos nasceram em 2001, sob a égide da Sociedade de Língua Portuguesa e continuaram sempre sob o princípio da independência de subsídios.

De acordo com o comunicado divulgado pela organização, a realização do evento em Bragança deve-se ao facto que «a maior parte destes acontecimentos está centralizada nas

grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua e Cultura Portuguesas, suas diversidades, e de propostas inovadoras de ensino».

O colóquio conta com a intervenção de 22 oradores. «Este ano tivemos que, pela primeira vez, seleccionar além dos 16 oradores, mais seis que considerámos suplentes, mas que terão igual tratamento aos principais: vão constar das actas, receber o certificado de oradores, apontou o elemento da organização, salientando que «por razões logísticas o colóquio foi reduzido de três, para dois dias e não houve oportunidade de incluir todos os candidatos. Presente no colóquio estará o reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste, Benjamin Corte-Real, Angelo Cristóvão da Associação de Amizade Galiza-Portugal, Vera Hanna e Neusa Bastos da Universidade Presbiteriana Mackenzie no Brasil, Cláudio Rodrigues, do Instituto Politécnico da Guarda, entre outros».

Paralelamente ao colóquio decorrem outras actividades. Inicialmente estava prevista a realização do concurso *Rostos da Lusofonia* nas vertentes pintura, escultura e fotografia que não foi possível concretizar. Ao Lusitano o coordenador das actividades paralelas, Luís Canoitilo, explicou que apenas será possível levar a cabo a exposição *Rostos de Três-os-Montes* da pintora Helena Canoitilo. Também está previsto que se realize uma exposição de fotografias da autoria de Xanana Gusmão.

A componente lúdica, da responsabilidade da autarquia, é coordenada por Eleutério Alves, director do Departamento sócio-cultural da Câmara Municipal de Bragança. Desta vertente fazem parte visitas à parte histórica da cidadela de Bragança, bem como à última aldeia comunitária da Europa de rio Honor. Haverá ainda uma exposição, mostra de livros e artesanato local.

Chrys Chrystello considera que ambas as «vertentes são importantes na medida em que criam laços que normalmente não acontecem em outros colóquios», alegando que este convívio «permite que se estabeleçam de contactos para manter depois a troca de ideias», concluiu o presidente da comissão executiva. □

**1. AGÊNCIA ECCLESIA.PT 3 OUTUBRO 2005**

pinião



1.ª Página

Editorial

Nacional

Internacional

Documentos

Dossier

Entrevista

Agenda

**D. Ximenes Belo convidado especial do colóquio da lusofonia 3/10/2005**

O Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, é convidado do Colóquio Anual da Lusofonia, que decorre segunda e terça-feira em Bragança, sob o tema "a Língua Portuguesa em Timor-Leste", anunciou hoje fonte da organização.

A iniciativa, da Câmara Municipal de Bragança aborda há quatro anos consecutivos as problemáticas da língua portuguesa no mundo.

Na edição deste ano terá especial atenção o desenvolvimento do português em Timor-Leste, uma língua que não é falada pela maior parte dos habitantes, que se expressam em tétum.

A organização do Colóquio revelou à agência Lusa que "foi sobre modo graças à acção da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor", daí a relevância das presença do antigo administrador apostólico de Díli, D.Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos, terça-feira.

Nacional | Agência Ecclesia | 03/10/2005 | 10:00 | 906 Caracteres |

© Copyright Agência Ecclesia - agencia@ecclesia.pt [Ficha Técnica](#) | [Mapa do Site](#) [Web Design](#) > [Terra das Ideias](#)

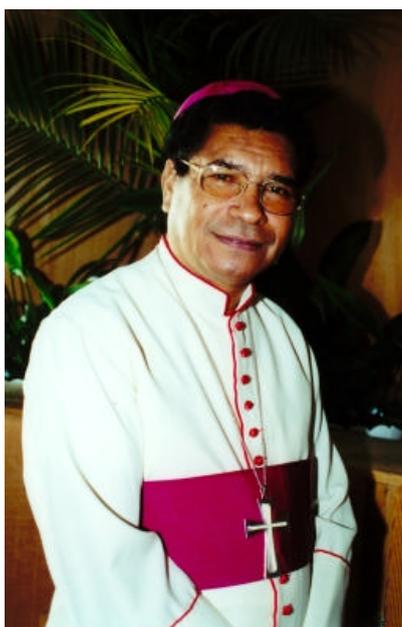
[Copyright© Agência Ecclesia](#)

2. WWW.DIARIODETRASOSMONTES.COM 4 OUTUBRO 2005

www.DiarioDeTrasOsMontes.com

Diário
de TRÁS-OS-MONTES

Garantida a continuação

[Bragança](#)**D. Ximenes Belo encerra IV Colóquio Internacional de Lusofonia**

O auditório do Centro Cultural de Bragança acolheu quase uma centena de pessoas no primeiro dia do IV Colóquio Anual de Lusofonia. Os trabalhos tiveram início de manhã, depois da observação do eclipse solar.

A abertura oficial esteve a cargo do presidente da autarquia, António Jorge Nunes, que anunciou o compromisso de manter em Bragança a realização dos colóquios de Lusofonia.

A sessão contou ainda com as presenças de Pascoela Barreto, embaixadora de Timor-Leste, e de Benjamim Côrte-Real, reitor da Universidade de Timor-Leste. Os debates interromperam para almoço, seguido de viagem ao Parque Natural de Montesinho.

Hoje de manhã, as conferências começam pelas 9h00 e prolongam-se até às 18h30, altura em que uma alocução de D. Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz, encerrará os trabalhos.

Da vasta lista de oradores, destacam-se as intervenções de Regina Brito, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste; de Benjamim Côrte-Real, também membro do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste; e de Barbedo de Magalhães, presidente do IASI (International Institute for Asian Studies and Interchange)/FEUP.

Chrys Chrystello, membro da comissão executiva desde a criação do evento, sublinha o carácter autónomo da iniciativa, auto-suficiente desde 2001. São os convidados que suportam os seus custos de deslocação, contando o colóquio com o apoio institucional da Câmara Municipal de Bragança, na cedência do espaço, na logística e na divulgação do evento.

**3. WWW.DIARIODETRASOSMONTES.COM 5 OUTUBRO 2005**

5 OUTUBRO 2005

IV Colóquio Internacional de Lusofonia

Bragança

D. Ximenes Belo pede maior investimento na língua portuguesa

Ximenes Belo, pediu em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses.

Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adoptaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque "há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste".

"Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.

Para o antigo bispo de Dili "não chega" haver professores portugueses em Timor-Leste: "é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infra-estruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas".

D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a baptizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas.

"Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse.

A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong Kong, onde as pessoas falam esta língua.

"Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou.

Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.

"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou.

D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor).

Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.

HFI.

Lusa, 2005-10-05



4. SBS - SPECIAL BROADCASTING SERVICE, AUSTRÁLIA 8

OUTUBRO 2005

SBS Sites

SEARCH



SBS



THE

WEB

PROGRAM HOMEPAGE

ABOUT THE PROGRAM

WHO WE ARE

WHEN TO HEAR US

HOW TO CONTACT US

LISTEN TO THE LATEST BROADCAST

AUDIO HIGHLIGHTS

VER EM PORTUGUÊS

homeland

Chrys Chrystello on Portuguese Language in Timor-Leste:

8.10.2005

Nesta entrevista a Beatriz Wagner, Chrys Chrystello fala da quarta edição do Colóquio Anual de Lusofonia, em Bragança, Portugal, que teve como tema este ano o futuro da língua portuguesa em Timor-Leste, e que contou com a participação do Bispo Dom Ximenes Belo.

Duração: 8'15"

[Play MP3](#) | [Play Real](#)

[About SBS](#) | [Feedback](#)

© 2002 Special Broadcasting Service

[Terms and Conditions](#) | [Privacy](#) | [Disclaimer](#)

5. MENSAGEIRO DE BRAGANÇA

Mensageiro de Bragança

... uma nova visão da região transmontana !

005-10-07 19:21



Texto a Pesquisar

Pesquisar

[meira Página](#)[itorial](#)[Olhar](#)[eja](#)[tual](#)[ltura](#)[sporto](#)[sinaturas](#)[blicidade](#)[cha Técnica](#)[ntactos](#)

Actual

Bragança
Português em Timor
, 2005-10-06



Colóquio anual de Lusofonia traz D. Ximenes Belo para debater a situação da língua portuguesa em Timor Loro Sae

“O português foi a língua usada pelos guerrilheiros timorenses, foi uma língua de colonizadores, usada por uma comunidade para se tornar independente” – foi com estas palavras que D. Ximenes Belo, bispo resignatário de Díli, explicou, durante o quarto colóquio de Lusofonia, a importância de manter e defender a língua portuguesa em Timor Loro Sae. Proibida durante anos, devido à ocupação de Timor Loro Sae pela Indonésia, a língua portuguesa resistiu, em parte, “devido à acção da Igreja católica”. Hoje, segundo Chrys Christello, organizador do evento, “estima-se que, em três anos, a comunidade de falantes portugueses tenha aumentando de 5 por cento para 25 por cento”.

Ainda assim, D. Ximenes Belo alertou para “a resistência dos jovens em aprender o português”, uma vez que consideram “a língua indonésia de mais fácil aprendizagem”.

O Nobel da Paz lembra, ainda, que “é preciso que o Estado português apoie mais Timor Loro Sae, uma vez que não existem praticamente infra-estruturas, nem bibliotecas, que possam formar os timorenses”.

“Durante 450 anos de ocupação portuguesa não se fez nada, e ainda se torturam timorenses para que aprendessem o português, por isso, hoje, a resistência à aprendizagem da língua, por parte dos jovens, tem tendência a crescer”, explicou D. Ximenes Belo.

O português é a segunda língua oficial de Timor Loro Sae, a par com o tétum, o idioma indígena mais difundido no território. Com a organização deste colóquio, Chrys Christello pretende que “Timor dê o passo seguinte e organize, já no próximo ano, um colóquio dedicado ao tema, com os cooperantes que lá estão, para que partilhem experiências e possam aplicar os melhores métodos na defesa e divulgação do português”.

O organizador foca que “a partilha de experiências de quem está no terreno é o nosso principal objectivo”. Desde há quatro anos na organização do evento, Chrys Christello assegura a “independência” através das inscrições dos participantes e com o apoio, ao nível logístico, da autarquia.

Fotos inéditas de Xanana Gusmão em exposição no Centro Cultural

A par do quarto colóquio anual de lusofonia, este ano dedicado a Timor Loro Sae, o Centro Cultural recebe uma exposição fotográfica do líder Xanana Gusmão. Sob o título “rostos da lusofonia”, Xanana Gusmão apresenta um conjunto de 33 fotografias inéditas.

Para além da mostra de fotografia, estão patentes algumas peças de artesanato típico timorense, cuja venda reverte integralmente a favor da fundação “Alola”, associação presidida pela primeira-dama Kirsty Gusmão, que se dedica a apoiar as mulheres timorenses.

Carla A. Gonçalves

[[Imprimir artigo](#)]

Os comentários são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
A entidade gestora reserva-se o direito de não publicar os comentários.
Os campos assinalados a asterisco (*) são de preenchimento obrigatório.





Copyright ©, 2004 - Mensageiro de Bragança. Todos os direitos reservados.
É expressamente proibida a cópia, total ou parcial, dos conteúdos do presente Site.

6. RTPi 30 setembro 2005 emitido em 7 de Outubro



:: [RTPi Notícias](#)

- Transmissão Semanal

Emissão de 7 de Outubro

Cedido por: RTP ©

Bragança: D. Carlos Ximenes Belo convidado especial do colóquio da lusofonia

9/30/2005 às 14:44

O Prémio Nobel da Paz, D.Carlos Ximenes Belo, é convidado do Colóquio Anual da Lusofonia, que decorre segunda e terça-feira em Bragança, sob o tema "a Língua Portuguesa em Timor-Leste", anunciou hoje fonte da organização.

A iniciativa, da Câmara Municipal de Bragança aborda há quatro anos consecutivos as problemáticas da língua portuguesa no mundo.

Na edição deste ano terá especial atenção o desenvolvimento do português em Timor-Leste, uma língua que não é falada pela maior parte dos habitantes, que se expressam em tétum.

Contudo, de acordo com Chrys Chrystello, da organização, o aumento do número de falantes do português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos.

A organização do Colóquio entende que "foi sobre modo graças à acção da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor", daí a relevância das presença do bispo resignatário de Díli, D.Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos, terça-feira.

O evento vai permitir também aos participantes observarem a exposição com 33 fotografias de Timor e dos seus rostos, da autoria do presidente Xanana



Gusmão.

A primeira-dama timorense, Kirsty Sword Gusmão, contribuiu também para a iniciativa com peças de artesanato que vão estar expostas no centro cultural municipal de Bragança, onde decorre o colóquio da Lusofonia.

Estas peças poderão ser compradas, revertendo a receita para a Fundação ALOLA, que se dedica a apoiar mulheres timorenses.

Durante os dois dias do colóquio terão lugar também debates sobre a tradução como forma de perpetuar a língua, exposições e concursos.

Segundo a organização, "uma das razões para realizar este colóquio em Bragança, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes, sem permitir a regiões desertificadas e afastadas ter ao seu alcance debates sobre a língua portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras".

Lusa

7. LUSA 3 OUTUBRO 2005

Timor- Leste:Língua portuguesa dominante em menos de um década - embaixadora

Bragança, 03 Out (Lusa) - A embaixadora de Timor-Leste em Portugal, Pascoela Barreto, admitiu hoje que, em menos de uma década, a língua portuguesa falada actualmente por um quarto dos timorenses deverá ser generalizada a todo o país.

A diplomata admitiu que o português ainda não faz parte do quotidiano dos timorenses, mas assegurou que o governo de Timor-Leste "está a tomar medidas" para que dentro de alguns anos isso seja uma realidade.

A embaixadora falava na abertura do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, que vai debater hoje e terça-feira a realidade de um país - Timor-Leste - que adoptou como oficial uma língua que não é falada pela maioria dos seus habitantes.

Os timorenses expressam-se, maioritariamente, em tétum.

Segundo Pascoela Barreto, "há ainda alguma resistênciã à aprendizagem do português, devido aos 24 anos de ocupação indonésia, durante os quais a língua portuguesa foi proibida".

"Esta reintrodução [do português] acaba por ser um pouco mais difícil, porque muitos dos nossos jovens fizeram a sua formação na língua indonésia, mas as nossas crianças até ao sexto ano já aprendem o português e portanto todo o ensino é feito em língua portuguesa", disse a diplomata à agência Lusa.

A embaixadora timorense acredita que esta geração contribuirá para que dentro de "cinco, seis ou sete anos o português seja uma realidade generalizada no quotidiano de Timor-Leste".

A diplomata realçou também o empenho e espírito de sacrifício e de missão dos professores portugueses que estão a ensinar a língua e a formar os professores" do seu país.

"Portugal tem feito um grande esforço nesta recuperação da língua portuguesa, mas também não quero deixar de enaltecer as iniciativas dos outros países da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], nomeadamente o Brasil, assim como os outros países", afirmou.

Além do ensino, Pascoela Barreto realçou o "esforço" que o Governo timorense está a fazer para o desenvolvimento da língua portuguesa, fazendo



questão de que todos os documentos oficiais sejam escritos em português.

"Há, pelo menos, esse esforço de ir transpondo para o português toda a documentação oficial, incluindo a legislação", disse.

A Justiça é "uma das aéreas sensíveis em que, para a embaixadora, Timor precisa de continuar a contar com a ajuda" lusófona.

Os magistrados timorenses estão actualmente a receber formação, enquanto que os tribunais funcionam essencialmente com juristas de outros países.

Pascoela Barreto espera que, também em menos de uma década, a língua portuguesa seja a língua usada nos tribunais de Timor-Leste.

O número de falantes do português em Timor-Leste tem vindo a aumentar desde a independência do país, em 1999, estimando-se que passou de entre a cinco a dez por cento para 25 por cento da população - um em cada quatro timorenses.

A organização do colóquio da lusofonia, a cargo da Câmara de Bragança e da Fundação "Os nossos Livros", entende que a acção da Igreja Católica contribuiu para que a língua portuguesa se mantivesse em Timor, mesmo durante a ocupação indonésia.

Daí a relevância atribuída à presença, em Bragança, do bispo resignatário de Díli e Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, que é o convidado especial no segundo dia de trabalhos, terça-feira.

HFI. Lusa/fim

8. LUSA 4 OUTUBRO 2005

Timor-Leste: D. Ximenes Belo pede maior investimento na língua portuguesa

Bragança, 04 Out (Lusa) - O bispo resignatário de Díli, D.

Ximenes Belo, pediu hoje em Bragança um maior investimento dos governos de Portugal e Timor-Leste no ensino da língua portuguesa aos timorenses.

Para o Prémio Nobel da Paz, o futuro do português, que os timorenses adoptaram como língua oficial, depende dos dois governos, português e timorense, porque "há, naturalmente, vontade de aprender, de conservar, mas por outro lado precisa-se de ajuda e de políticas para a manutenção da língua em Timor-Leste".

"Tem havido apoio, mas é preciso investir mais e sobretudo investir nos timorenses, que haja mais professores de português, que haja mais bibliotecas, que haja, enfim, uma coisa intensa" disse, à margem da sessão de encerramento do IV Colóquio da Lusofonia, em Bragança, onde durante dois dias de debateu sobre a língua portuguesa em Timor-Leste.

Para o antigo bispo de Díli "não chega" haver professores portugueses em Timor-Leste: "é preciso formar timorenses, é preciso criar bibliotecas, infra-estruturas e, sobretudo, manter alguma rádio, televisão e diários para que se faça entrar a língua espontaneamente na mente das pessoas".

D. Ximenes Belo recordou depois ao auditório que os timorenses continuaram a baptizar os filhos com nomes portugueses e a rezar e cantar em português, mesmo durante a proibição, entre 1975 e 1999, mas disse que a ocupação indonésia deixou marcas.

"Vocês querem que os timorenses falem a vossa língua, mas os timorenses apanharam bofetadas, foram torturados por falarem a vossa língua", disse.

A disputa também de outras línguas, nomeadamente o inglês, compreende-se, na opinião de D. Ximenes Belo, que recordou que Timor está numa zona com vizinhos como a Austrália, Filipinas, Singapura, Tailândia, Hong Kong, onde as pessoas falam esta língua.

"Mas Timor foi sempre parcela especial com ligação a Portugal e mantendo o



português constituiu uma dimensão própria daquela pequena nação", considerou.

Mesmo com o passado histórico de séculos de colonização portuguesa, D. Ximenes considera que o português não é tão fácil assim para os timorenses.

"Os timorenses acham mais fácil o indonésio porque não tem conjugações, não é tão complicado como o português, mas é preciso apostar" afirmou.

D. Ximenes Belo escusou-se a comentar questões políticas ou sociais do país, afirmando estar há três anos fora, em Moçambique, e ter "poucas notícias" (de Timor).

Disse, no entanto, que a sua preocupação é que haja paz, tranquilidade e reconciliação em Timor e que os jovens tenham trabalho.

HFI. Lusa/Fim

9. MENSAGEIRO DE BRAGANÇA 2005-10-07 19:21

Mensageiro de Bragança

... uma nova visão da região transmontana !



Actual

Bragança, Português em Timor , 2005-10-06



Colóquio anual de Lusofonia traz D. Ximenes Belo para debater a situação da língua portuguesa em Timor Loro Sae

“O português foi a língua usada pelos guerrilheiros timorenses, foi uma língua de colonizadores, usada por uma comunidade para se tornar independente” – foi com estas palavras que D. Ximenes Belo, bispo resignatário de Dili, explicou, durante o quarto colóquio de Lusofonia, a importância de manter e defender a língua portuguesa em Timor Loro Sae.

Proibida durante anos, devido à ocupação de Timor Loro Sae pela Indonésia, a língua portuguesa resistiu, em parte, “devido à acção da Igreja católica”. Hoje, segundo Chrys Christello, organizador do evento, “estima-se que, em três anos, a comunidade de falantes portugueses tenha aumentando de 5 por cento para 25 por cento”.

Ainda assim, D. Ximenes Belo alertou para “a resistência dos jovens em aprender o português”, uma vez que consideram “a língua indonésia de mais fácil aprendizagem”.

O Nobel da Paz lembra, ainda, que “é preciso que o Estado português apoie mais Timor Loro Sae, uma vez que não existem praticamente infra-estruturas, nem bibliotecas, que possam formar os timorenses”.

“Durante 450 anos de ocupação portuguesa não se fez nada, e ainda se torturam timorenses para que aprendessem o português, por isso, hoje, a resistência à aprendizagem da língua, por parte dos jovens, tem tendência a crescer”, explicou D. Ximenes Belo.

O português é a segunda língua oficial de Timor Loro Sae, a par com o tétum, o idioma indígena mais difundido no território. Com a organização deste colóquio, Chrys Christello pretende que “Timor dê o passo seguinte e organize, já no próximo ano, um colóquio dedicado ao tema, com os cooperantes que lá estão, para que partilhem experiências e possam aplicar os melhores métodos na defesa e divulgação do português”.

O organizador foca que “a partilha de experiências de quem está no terreno é o nosso principal objectivo”. Desde há quatro anos na organização do evento, Chrys Christello assegura a “independência” através das inscrições dos participantes e com o apoio, ao nível logístico, da autarquia.

Fotos inéditas de Xanana Gusmão em exposição no Centro Cultural

A par do quarto colóquio anual de lusofonia, este ano dedicado a Timor Loro Sae, o Centro Cultural recebe uma exposição fotográfica do líder Xanana Gusmão.

Sob o título “rostos da lusofonia”, Xanana Gusmão apresenta um conjunto de 33 fotografias inéditas. Para além da mostra de fotografia, estão patentes algumas peças de artesanato típico timorense, cuja venda reverte integralmente a favor da fundação “Alola”, associação presidida pela primeira-dama Kirsty Gusmão, que se dedica a apoiar as mulheres timorenses.

Carla A. Gonçalves [[Imprimir artigo](#)]

Os comentários são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

A entidade gestora reserva-se o direito de não publicar os comentários.

Os campos assinalados a asterisco (*) são de preenchimento obrigatório.

9.O PRIMEIRO DE JANEIRO 7 OUTUBRO 2005

Copyright ©, 2004 - Mensageiro de Bragança. Todos os direitos reservados.
É expressamente proibida a cópia, total ou parcial, dos conteúdos do presente Site.

10. O PRIMEIRO DE JANEIRO 09 de Outubro de 2005



JANEIRO DIRECTO | QUEM SOMOS | ARQUIVO | ASSINAR | PEÇA NOTÍCIAS | CONTACTOS

09 de Outubro de 2005

PRIMEIRA PÁGINA
PORTO
CASOS DO DIA
REGIÕES
NACIONAL
INTERNACIONAL
ECONOMIA
DESPORTO
CULTURA
ANÚNCIOS PESSOAIS
OPINIÃO
ENTREVISTA
REPORTAGEM
SOCIEDADE
INFORMAÇÕES ÚTEIS
OBITUÁRIO
ÚLTIMA
PRIMEIRA PÁGINA

ARTES E LETRAS**PESQUISAR****CADERNOS***Bragança recebe desde hoje, uma vez mais, o Colóquio Anual de Lusofonia***A língua portuguesa e o seu futuro**

A língua portuguesa em Timor-Leste é o núcleo do 4.º Colóquio Anual de Lusofonia que se inicia hoje em Bragança. Nesta edição submetida ao tema: «Dos contadores de história à literatura contemporânea – A língua portuguesa em Timor-Leste». Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz, é um dos convidados. O «das Artes das Letras» falou com Chrys Chrystello, da comissão executiva e também da comissão científica do colóquio, que nos deu as suas expectativas.



Sandra Fernandes

“O tétum está a ser enriquecido com toda uma terminologia que deriva automaticamente do português e não do inglês. Enquanto que as línguas tradicionais cada vez mais se servem do inglês, o tétum está a servir-se do português para criar palavras que não existem na sua língua franca o que enriquece tanto o português como o tétum”, informa Chrys Chrystello. E esta vai ser, precisamente, a ideia

transversal e principal no colóquio que se inicia hoje no Noroeste transmontano. Os colóquios anuais de Lusofonia abordam, desde 2002, as problemáticas da língua portuguesa no mundo e desde 2003 que se realizam em Bragança. Esta quarta edição organizada pela fundação «Os nossos livros» e pela Câmara Municipal de Bragança conta com cerca de 20 oradores de diversas nacionalidades, que vão analisar o desenvolvimento do português nos últimos cinco anos em Timor-Leste.

A abertura está a cargo de D. Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz e bispo de Díli, ao que se seguem as várias dissertações e debates, e amanhã após a apresentação dos temas decorre a sessão de encerramento. Paralelamente, decorre uma mostra de artesanato e de livros, a que se acrescenta uma exposição de fotografia «Rostos da Lusofonia», que conta com uma mostra de fotografias inéditas de Xanana Gusmão e uma outra de Helena Canotilho.

Segundo Chrys Chrystello, luso-descendente que residiu em Portugal durante 22 anos e de momento habita nos Açores, actual membro da comissão executiva destes colóquios, estes são a única coisa que se tem feito concreta e regularmente em Portugal nos últimos quatro anos sobre esta temática.

“A intenção destes colóquios é diferente da maior parte das coisas que se têm praticado. Ao contrário de outros colóquios e conferências tradicionais em que as pessoas se reúnem e no final há uma acta cheia de boas intenções com as conclusões, estes colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada pessoa dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades”, garante Chrystello.

Este ano o tema-núcleo prende-se com a língua portuguesa em Timor-leste e serão analisadas as razões que levam a impor-se uma língua oficial que não é falada pela maioria dos habitantes que se expressam em tétum.

“As razões desta temática têm a haver com um dos aspectos que consideramos de certo modo controverso. Em termos linguísticos é a primeira vez que se faz uma experiência destas no mundo que é a de impor uma língua oficial numa nação onde apenas cinco por cento da população, em termos estatísticos, conhecem a língua”, esclarece Chrystello. Acrescentado que “em termos laboratoriais linguísticos é notável. É uma imposição jurídica de uma língua num país onde não existe uma língua própria, mas várias línguas: a franca, o tétum, e vários dialectos, cerca de 36”.

Chrys Chrystello salienta ainda o factor histórico: “Impor-se uma língua colonial como é o caso do português, que durante os cerca de 450 anos de domínio sempre foi falado por uma minoria, tem um relevo ainda maior se considerarmos que durante os 25 anos da ocupação colonial indonésia era a absolutamente proibido o recurso ao português. A língua portuguesa estava restrita aos seminários, e outras instituições religiosas e a alguns núcleos da resistência indonésia que o utilizavam para não serem entendidos pelos indonésios e por uma elite dirigente.”

Este factor histórico é fundamental “para se verificar o que já foi feito ao longo destes cinco anos, porque um longo caminho há ainda a percorrer”, observa.

Segundo o elemento da comissão executiva “não há nada melhor do que ter a participar num colóquio destas pessoas que estão no terreno, umas encarregues da implementação da política da língua e outras do ensino, isto é a vertente teórica e a prática, todos reunidos num primeiro debate sobre a língua portuguesa em Timor.”

Subtema: Tradução

Concelho PORTO
Concelho VILA NOVA DE GAIA
Concelho MATOSINHOS
Concelho MAIA
Concelho VILA DO CONDE

SE7E
das ARTES das LETRAS

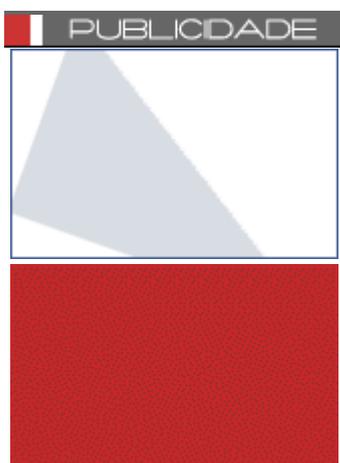
Justiça & Cidadania

O PRIMEIRO DE JANEIRO REGIÕES
O PRIMEIRO DE JANEIRO DOSSIER
O PRIMEIRO DE JANEIRO municípios

SONDAGEM

Concorda que a Casa da Música já se transformou num equipamento cultural de referência na cidade do Porto, contribuindo para o prestígio nacional e internacional da cidade?

 Sim

 Não
VOTAR



Os problemas da tradução serão também debatidos como forma de perpetuar e manter a criatividade da língua portuguesa nos quatros cantos do mundo, algo que diz muito a Chrystello, uma vez que foi docente na área de tradução na Universidade de Sydney na Austrália.

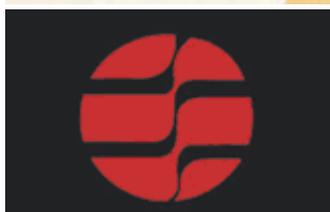
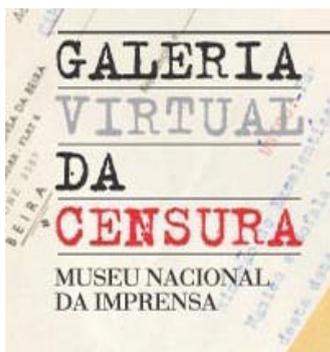
“Começa a haver um certo número de professores já com o cuidado de traduzirem para tétum livros de autores portugueses, o que permite a divulgação das obras e escritores portugueses e o enriquecimento da língua nativa. A língua portuguesa está a ter um duplo efeito não só como língua oficial como o de enriquecer uma futura língua franca que já existe. O Português é o único elemento de ligação linguística entre as várias tribos linguísticas que povoam Timor”. Acrescentando que “uma das duas formas de preservar as línguas é através da tradução. Só a tradução de obras permite a divulgação, algo muito importante na preservação da língua.



Descentralização da temática

“O primeiro objectivo destes colóquios, quando se realizaram pela primeira vez em 2001, no Porto, foi a descentralização da discussão da língua portuguesa. De 2002 em diante têm-se realizado em Bragança, ainda na base da descentralização, mas sobretudo devido à insularidade em termos culturais. Portugal, como toda a gente sabe, é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais do interior, os locais mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua”, afirma Chrystello.

Contudo, não foi somente o factor descentralização que levou a que os colóquios se realizassem, há já três anos, em Bragança. “O povo de Bragança tem ainda uma curiosidade. Naquele distrito fala-se um português ainda mais vernáculo do que o português corrente. O certo é que em Bragança, fruto do seu isolamento ao longo de 400 anos – o IP4 chegou a Bragança à menos de 15 – permitiu que falassem um português mais próximo do português correcto do que aquele que se fala nas grandes urbes e que serve normalmente depois para padrão da língua portuguesa falada” conclui Chrys Chrystello.



Futuro salvaguardado

Quanto ao futuro do português Chrystello salienta que está salvaguardado: “Quanto à problemática de Timor, o número de falantes já triplicou nestes cinco anos, ou seja tem vindo a implementar-se. Quanto ao futuro do português no mundo parafraseando o grande linguista Geoffrey Hull “o futuro do português no mundo está de momento salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones, pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto que a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. Essa miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português porque é a língua de que eles se servem para aumentar as suas próprias línguas”. Mas o futuro do português em terras lusas está condicionado “em termos do português falado em Portugal continental está condicionado, mas de certo que o não está no resto do mundo, pelo contrário o número de falantes portugueses tem vindo a aumentar. Não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países” ressalva Chrys Chrystello.



[Comentar Notícia](#)

Sub - Temas :

- [Crítica Literária](#)
- [Crónica](#)
- [Leituras](#)
- [Actualidade](#)
- [Contos](#)
- [Lusofonia](#)
- [Visita Guiada](#)
- [Destaque](#)
- [Sétimo sentido](#)
- [Imagem](#)

Site Optimizado para 800x600

© Copyright 2001 O Primeiro de Janeiro. Todos os direitos reservados.

Desenvolvido por [GLOBAZ](#)



ONorteDesportivo.com RolarOnline.pt JornalRegional.com LivrosNet.com ViagensNet.com VEJA TAMBÉM

O PRIMEIRO DE JANEIRO

FUNDADO EM 1855
www.oprimeirodejaneiro.pt

JANEIRO DIRECTO | QUEM SOMOS | ARQUIVO | ASSINAR | PEÇA NOTÍCIAS | CONTACTOS 01 de Novembro

- PRIMEIRA PAGINA
- EDITORIAL
- PORTO
- CASOS DO DIA
- REGIÕES
- NACIONAL
- INTERNACIONAL
- ECONOMIA
- DESPORTO
- CULTURA
- ANÚNCIOS PESSOAIS
- OPINIÃO
- SOCIEDADE
- INFORMAÇÕES ÚTEIS
- ULTIMA

ARTES E LETRAS > Lusofonia PESQUISAR

Balanco do 4.º Colóquio Anual da Lusofonia

"O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tetum-Dili", afirma Hull



Grys Crystello

O 4º Colóquio Anual Internacional da Lusofonia realizado a 3 e 4 de Outubro de 2005, foi decorrido um novo sucesso com o apoio da Câmara Municipal de Bragança. Uma das razões preponderantes para organizarmos estes colóquios em Bragança, Portugal, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas

diversidades e propostas inovadoras. Subordinada ao título «Dos contadores de história à literatura contemporânea», o Colóquio da Lusofonia 2005 teve como tema central o problema da Língua Portuguesa em Timor-Leste, como se impõe uma língua oficial que não é falada pela maior parte dos habitantes, análise da situação, desenvolvimentos nos últimos cinco anos, projectos e perspectivas presentes e futuras.

Segundo a organização, «uma das razões para realizar este colóquio em Bragança, assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes, sem permitir a regiões desertificadas e afastadas ao seu alcance debates sobre a língua portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras».

«O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade», defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro Timor-Leste Identidade, língua e política educacional. A língua portuguesa «leu-se mostrada capaz de se harmonizar com as línguas indígenas» e é tanto mais plausível porque «o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense» e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial «não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico». «O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tetum-Dili», afirma Hull. «A juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender» a língua portuguesa. Estas eram, de facto, as premissas com que partimos para este Colóquio. Não sabemos que teríamos entre nós a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, e muito menos imaginávamos que teríamos uma exposição de fotografia do Presidente Kay Rala Xanana Gusmão (Rostos da Lusofonia), e que o Colóquio coincidia com o maior eclipse anular do Sol desde o início do século passado.

Para além disto havia uma exposição de Rostos Transmontanos da autoria da pintora Helena Canotinho, uma Mostra de Artesanato local e uma Mostra de Livros para o mercado de Timor e de livros mirandeses.

Esta edição, submetida ao tema «Dos contadores de história à literatura contemporânea – A língua portuguesa em Timor-Leste», iniciou-se com a observação do eclipse solar. Depois, o auditório do Centro Cultural de Bragança acolheu cerca de uma centena de pessoas no primeiro dia do 4º Colóquio Anual de Lusofonia. Os trabalhos tiveram início de manhã, depois da observação do eclipse solar. A abertura oficial esteve a cargo do presidente da autarquia, António Jorge Nunes, que anunciou o compromisso de manter em Bragança a realização dos colóquios de Lusofonia, tendo falado embaixadora de Timor-Leste, Pascoeta Barreto.

Os colóquios anuais de Lusofonia abordam, desde 2002, as problemáticas da língua portuguesa no mundo e desde 2003 que se realizam em Bragança. No ano passado debata-se a evolução e o progresso da segunda língua oficial de Portugal: o Mirandês. Esta quarta edição contou com mais de 20 oradores de diversas nacionalidades, que analisaram o desenvolvimento do português nos últimos cinco anos em Timor-Leste ao longo de dois dias.

Francamente positivo. E este o balanço que a organização do 4º Colóquio da Lusofonia, fez do evento. Grys Crystello, um dos organizadores, classificou-o como de longe o melhor dos quatro já organizados. O organizador fala ainda numa atmosfera especial de proximidade e convívio, entre participantes, durante os dois dias de duração do Colóquio, que decorreu no Centro Cultural de Bragança. Porém, o público continua a não aderir como esperado a este evento. Apesar disso, Grys Crystello prefere dar ênfase à qualidade das pessoas presentes que fizeram de início a fim do colóquio. Para o ano fica no ar um 5º Colóquio da Lusofonia, também em Bragança. O replo já foi lançado pelo presidente da Câmara, porém, o tema ainda não foi escolhido.

O destaque deste colóquio acabou mesmo por ir para a presença de Ximenes Belo, uma presença bastante fugaz. Depois de alguma insistência, o prémio Nobel da Paz em 1996 lá acabou por transmitir algumas palavras para os microfones e afirmar que é preciso também investir na formação de professores de português timorenses e não só mandar de Portugal.

PRIMEIRA PAGINA

1.º SEMESTRE 2006

O PRIMEIRO DE JANEIRO

«É cedo para contar o episódio da fota de Matorinhos»

19,30€

PUBLICIDADE

- CA
- C
- I
- C
- VILA N
- C
- MA
- C
- C
- VILA
- JAY
- S
- de/
- L
- Justiça
- O PRIMEIRO
- EMPRES
- SO
- Concorda it
- Música já t
- equipament
- referência n
- contribuind
- nacional e i
- cidade?
- Sim
- Não

ATÉ PARA O ANO e obrigado à Camara Municipal de Bragança e seu Departamento Sociocultura
À Comissão Executiva